JORGE DIMITROV

OBRAS ESCOLHIDAS

VOLUME 2

EDITORIAL ESTAMPA

OBRAS ESCOLHIDAS

JORGE DIMITROV

OBRAS ESCOLHIDAS

Volume II

EDITORIAL ESTAMPA

Tradução de *Maria Flor Marques Simões*

Capa de *Soares Rocha*

Distribuidor no Brasil:

Livraria Martins Fontes
Praça da Independência, 12
Santos — S. Paulo

Todos os direitos para esta edição estão reservados
por Editorial Estampa, Lda., Lisboa, 1976

ÍNDICE

A sangrenta campanha contra o movimento operário 9
A lição búlgara 35
O processo contra o Comité Central do Partido Comunista Búlgaro 63
A situação na Bulgária 67
A luta pela unidade sindical na Bulgária 73
A Revolução de Outubro e os Balcãs 83
Dimitre Blagoev... 91
Sobre as medidas de luta contra o fascismo e os sindicatos amarelos 95
As principais tarefas dos Partidos comunistas balcânicos 105
Uma infame mentira do *Arbeiter Zeitung* vienense sobre os comunistas romenos 113
O fascismo nos Balcãs 117
O imperialismo nos Balcãs 123
Mandado de captura 129
Declaração perante as autoridades de inquérito policial 131
Senhor juiz de instrução 135
Senhor doutor Paul Teichert 137
Senhor Presidente da IV secção penal do Tribunal do Império, Dr. Buenger 139
Senhor doutor Paul Teichert 141
Notas para a primeira defesa perante o Tribunal 143
Prova estenografada da sessão do Tribunal de 26 de Setembro de 1933 149
Senhor Presidente da IV secção penal do Tribunal do Império, Dr. Buenger 153

Prova estenografada da sessão do Tribunal de 11 de Outubro de 1933 155
Senhor Presidente da IV secção penal do Tribunal do Império, Dr. Buenger 157
Prova estenografada da sessão do Tribunal de 23 de Outubro de 1933 159
Prova estenografada da sessão do Tribunal de 31 de Outubro de 1933 163
Prova estenografada da sessão do Tribunal de 4 de Novembro de 1933 165
Fragmento da prova estenografada da sessão do Tribunal de 8 de Novembro de 1933 171
Prova estenografada da sessão de 13 de Novembro de 1933 179
Senhor Dr. Buenger, presidente da IV secção penal do Tribunal do Império 183
Prova estenografada da última defesa de Dimitrov perante o Tribunal 185
Notas sobre a sentença 211
Entrevista com Dimitrov 213
Senhor Dr. Frick, ministro do Interior 215
Entrevista com os representantes da imprensa soviética e estrangeira 217
Voltaremos — a uma Alemanha Soviética! 227
Carta aos operários austríacos 231
É possível a vitória do fascismo em França? 247
Aquilo que o Presidente do Conselho não esqueceu ... 251
Viragem no Partido 255
Notas 259

A SANGRENTA CAMPANHA CONTRA O MOVIMENTO OPERÁRIO

O movimento sindical na Bulgária surgiu em meados dos anos noventa, mas a sua actividade organizada iniciou-se em 1904, quando as organizações sindicais espalhadas pelo país começaram a fundir-se em organizações profissionais nacionais, formando deste modo a União Geral Sindical Operária.

Vários traços importantes caracterizam as condições em que o movimento sindical búlgaro surgiu, se desenvolveu e actuou. Estas características também se reflectem na sua organização, na sua ideologia e nos seus métodos de luta.

A primeira característica consiste no facto de a Bulgária ser, antes de mais, um país de pequenos proprietários rurais, que representam 80 por cento da sua população de 5 milhões.

A Bulgária produz e exporta sobretudo produtos agrícolas, e em especial cereais e tabaco. A sua indústria foi sempre fraca e o proletariado industrial só representa, incluindo já a mão-de-obra artesanal, 15 por cento de toda a população. Além disso, os operários industriais, ligados por mil laços ao campo, representam, de um modo geral, um elemento atrasado e inculto.

Já antes da guerra, devido ao facto de o processo de proletarização das massas camponesas e artesanais ultrapassar consideravelmente o do desenvolvimento da indústria urbana, o mercado de trabalho estava sempre saturado de mão-de-obra excedentária. O incessante afluxo de refugiados da Trácia, da Macedónia e da Dobrudja, cujo número já ultrapassa os 500 000, aumenta ainda mais o número dos desempregados. A burguesia serve-se à larga deste exército esfomeado de

desempregados para atingir os seus fins reaccionários e para lutar contra o movimento operário.

A segunda característica consiste no facto de a burguesia búlgara, que só representa 50 por cento da população, manifestar uma excepcional avidez de lucros e ser extremamente reaccionária. Descendente em linha directa dos usurários de outrora e dos comerciantes da época da dominação otomana, a burguesia búlgara, educada nas tradições do antigo regime bárbaro do Império otomano, caracterizou-se sempre pela sua crueldade e pela sua avidez. Contrariamente às classes burguesas dos outros países, a burguesia búlgara conseguiu o domínio do país sem luta. A atitude da burguesia búlgara para com o movimento nacional-revolucionário contra o regime turco, dirigido pela «intelligentsia» que se apoiava nos camponeses era negativa. Recebeu o seu poder e os seus privilégios como um presente da Rússia czarista em em consequência da guerra russo-turca de 1877. Estranha à luta e às tradições revolucionárias, a burguesia búlgara usou sempre para com as massas populares de desconfiança, desprezo e inimizade. Considerava o povo como um simples objecto de exploração e de exacção e, depois da criação de um Estado búlgaro independente, servia-se dele como moeda de troca nas suas transacções com os Estados imperialistas. Uma vez que levava uma existência puramente parasitária e que dispunha ao mesmo tempo de todo o aparelho governamental do poder, a burguesia búlgara, no interesse do seu enriquecimento, sobrecarregava as massas trabalhadoras com impostos excessivos, especulava com as mercadorias de primeira necessidade, abusava à larga dos pedidos de empréstimo do Estado feitos ao estrangeiro, entregando, em troca destes, o seu país às potências imperialistas. Para lutar contra a concorrência estrangeira, não recorria ao aperfeiçoamento técnico da indústria nacional, mas à exploração ilimitada dos operários.

A terceira particularidade da Bulgária consiste no facto de a organização política do proletariado búlgaro preceder a sua organização profissional. As organizações sindicais foram criadas por iniciativa, influência e direcção do antigo Partido Social-Democrata (mais tarde Partido Comunista). Daí o elo ideológico e organizacional entre a União Geral Sindical

Operária e o Partido e a ideologia revolucionária e de classe, claramente expressa, do movimento sindical. É por isso que, contrariamente, por exemplo, às velhas «trade-unions» inglesas, os sindicatos na Bulgária se consideravam, não como organizações com o objectivo de regular as relações entre o trabalho e o capital no âmbito do capitalismo, mas como órgãos de luta de classes para a destruição do sistema capitalista e, tal como Marx ensinava, como uma escola do comunismo.

Uma quarta particularidade decorrente do atrás exposto consiste no facto de a burguesia, no seu medo do movimento sindical revolucionário e de classe, se esforçar por se unir mais estreitamente aos socialistas de direita (os mencheviques búlgaros), por lhes dar todo o seu apoio e por provocar deste modo uma cisão nas fileiras dos operários organizados. A partir de 1904, os socialistas de direita formaram os seus «sindicatos livres» que opuseram à União Geral Sindical Operária, levando a cabo durante duas décadas a mais repugnante campanha contra o movimento sindical revolucionário. Durante as grandes greves dos mineiros, dos operários do tabaco, dos têxteis, etc., auxiliaram sistematicamente o governo e os capitalistas contra os operários em greve. Apresentando-se como amigos destes últimos, semeavam a desconfiança, encorajavam os fura-greves e, aliados aos verdadeiros agentes do capital, fundavam organizações sindicais paralelas que entravam em conversações com os capitalistas para terminarem as greves e para a desorganização da luta de classes. Com o auxílio dos outros Partidos pequeno-burgueses (radicais e democratas), os mencheviques búlgaros conseguiram obter algumas vitórias temporárias, mas apenas entre os professores, os empregados, os altos funcionários dos caminhos de ferro e dos correios e entre uma parte dos operários tipógrafos — precisamente nesse meio que, de um modo geral, não está disposto a uma luta decidida, mas procura vias fáceis de «acordo» com o poder burguês, contentando-se com pequenas concessões.

Nestas condições excepcionalmente difíceis, todos os passos em frente do movimento sindical na Bulgária custaram esforços e sacrifícios incríveis.

Mas graças à sua resistência revolucionária e de classe, à sua unidade com a organização política do proletariado,

bem como à sua defesa firme e consequente dos interesses dos operários, em especial no período do pós-guerra, o movimento sindical revolucionário estendeu, de facto, a sua influência sobre todo o proletariado industrial, dos transportes e artesanal e tornou-se o seu único dirigente no domínio da luta económica. Toda a luta grevista que, na Bulgária, foi considerável, foi levada a cabo apenas pelos sindicatos revolucionários. Os sindicatos dos socialistas de direita eram para as massas trabalhadoras odiosos fura-greves — agentes da burguesia.

Em fins de 1922, a União Geral Sindical Operária já reunia cerca de 40 000 operários organizados nas 19 uniões profissionais que se seguem (*):

Sindicato dos operários dos tabacos	7000
Sindicato dos operários dos transportes	6000
Sindicato dos mineiros	3600
Sindicato dos professores primários	3000
Sindicato dos operários industriais	2500
Sindicato dos operários de construção civil	2500
Sindicato do pessoal sanitário	2500
Sindicato dos peleiros	2000
Sindicato dos metalúrgicos	2000
Sindicato dos empregados municipais	2000
Sindicato dos operários têxteis	1500
Sindicato dos marceneiros	1500
Sindicato dos alfaiates	1500
Sindicato dos empregados de comércio e de crédito	1500
Sindicato dos operários da indústria alimentar	1200
Sindicato dos operários agrícolas	1200
Sindicato dos tipógrafos	500
Sindicato dos cabeleireiros	300
Sindicato dos artistas e dos músicos	300

No domínio da indústria mineira, do tabaco, dos têxteis, do açúcar, da metalurgia, de pelaria, da transformação da madeira, a vanguarda organizada dos sindicatos revolucionários era apoiada por toda a massa operária, e, durante as

(*) Números arredondados.

greves que dirigiu, todos os operários e operárias lutaram unidos até ao fim. O número dos fura-greves foi absolutamente insignificante, e, muitas vezes, como foi o caso da greve dos mineiros e dos operários do tabaco, quase não os houve.

O Sindicato dos mineiros adquiriu uma tão decisiva influência nas maiores minas de carvão do Estado — «Pernik» (7000 operários), que a administração, apesar das odiosas provocações da imprensa governamental e dos socialistas partidários da causa comum (obchtodeltsi), foi obrigada a encetar conversações com ele e a assinar contratos colectivos.

O Sindicato dos operários dos tabacos também conseguiu impor um contrato colectivo para todo o país. Também se concluíram contratos colectivos nos têxteis e na indústria açucareira, bem como num grande número de fábricas de transformação de madeira, de metais, etc.

Em 1921 e 1922, os sindicatos obtiveram um aumento do salário real de cerca de 25-30 por cento. Obtiveram, na maior parte das empresas, o dia de trabalho de 8 horas, quase que acabaram com os despedimentos sem justa causa. Lutaram energicamente contra a carestia da vida e tomaram parte activa na fixação dos preços dos artigos de primeira necessidade e na solução da crise da habitação.

A influência crescente e a actividade dos sindicatos revolucionários enraivecia a burguesia e os «obchtodeltsi». Na imprensa e no parlamento, iniciaram uma campanha contra os sindicatos que tinham criado uma situação que os fazia recear a possibilidade de uma iminente passagem das empresas para as mãos dos operários. Para evitar este perigo, o Ministério da Polícia (dirigido por Kr. Pastukhov) e o Ministério da Indústria e do Trabalho (dirigido pelo doutor Djidrov) foram confiados aos ministros sociais-democratas na coligação governamental burguesa-socialista de 1919. Uma vez que tinham em seu poder a polícia e o ministério de que dependiam as minas de Estado de Pernik, os socialistas de direita tentaram em primeiro lugar desmantelar a União Sindical dos Mineiros. Os dirigentes do Sindicato foram julgados em tribunal militar, acusados de incitar os operários a derrubar, pela violência, o poder estabelecido, enquanto que 150 militantes da União eram mandados para uma outra pequena mina do Estado, nos Balcãs perto de Triavna, onde foram guar-

dados à vista durante três meses pela polícia e pelo exército. Ao mesmo tempo, os agentes dos socialistas de direita anunciaram que organizavam uma união «livre» dos mineiros, com a qual o governo ia iniciar no futuro conversações para solucionar a sua situação nas minas «Pernik». Mas, dentro em breve, a burguesia estaria amargamente desiludida. A massa dos mineiros manteve-se fiel à sua união e, graças a uma nova greve geral, conseguiu fazer com que libertassem os seus dirigentes presos, com que os seus camaradas com residência proibida regressassem e restabelecer o contrato colectivo.

Paralelamente à luta económica sem tréguas, os sindicatos revolucionários participaram activamente, juntamente com o Partido Comunista, nas lutas políticas gerais e efectuaram, através da sua imprensa (quase todos os sindicatos tinham o seu órgão de informação), de reuniões, conferências, serões, etc., um considerável trabalho educativo e cultural.

Nos fins de 1922 e princípios de 1923, a influência dos sindicatos revolucionários também aumentou consideravelmente entre os funcionários.

A iniciativa tomada pelo sindicato revolucionário dos funcionários, que propôs a criação de comités de acção comum na luta pelo aumento dos salários e pelo melhoramento das condições gerais de trabalho, teve muito eco entre as massas. O êxito desta campanha em comum provou que a unidade de todo o movimento sindical é possível, e que é indispensável quando se tem como finalidade criar uma única Federação do trabalho, comum às organizações profissionais dos operários industriais, artesanais e dos transportes e aos funcionários. Apesar da resistência desesperada dos obchtodeltsi e da burguesia, a campanha empreendida pela União Geral Operária pela unidade de todo o movimento sindical ganhou cada vez mais terreno entre as massas operárias e dos empregados e prometia ser coroada de êxito num futuro próximo.

O GOLPE DE ESTADO DE JUNHO

A burguesia búlgara cuja avidez não tinha limites, não queria contentar-se em explorar os operários e os camponeses. Tinha cobiçado, durante muitos anos, as ricas regiões limítro-

fes da Macedónia e da Trácia que, até 1912, estavam sob o domínio da Turquia, esperando atingir deste modo a hegemonia nos Balcãs.

Sob a bandeira desta política de rapina, apresentada como «política da união nacional da nação búlgara» e de libertação dos «irmãos búlgaros escravizados da Macedónia e da Trácia», a burguesia búlgara dirigida pelo czar Fernando implantava no país o militarismo e preparava-se activamente para a guerra contra a Turquia.

De facto, em 1912, a Bulgária, aliada à Sérvia e à Grécia, sob a protecção da Rússia czarista, declarou a Guerra balcânica à Turquia. O exército turco foi rapidamente esmagado. A Macedónia e a Trácia foram libertadas dos exércitos turcos. Os exércitos búlgaros chegaram até Tchataldja (às portas de Constantinopla). Embriagados pela vitória, o czar Fernando e a burguesia búlgara pensaram que tinha chegado o momento de estabelecer a hegemonia dos búlgaros nos Balcãs. O problema da divisão do espólio entre os aliados (Bulgária, Sérvia e Grécia) foi entregue à boa vontade do imperador russo Nicolau, chamado para servir de árbitro. Como não esperavam obter grandes resultados, Fernando e o seu governo tentaram com um ataque-surpresa contra os exércitos sérvios, no dia 16 de Junho de 1913, expulsá-los pela força das armas da Macedónia e apoderarem-se desta, bem como da sua capital — Salónica. Esta aventura custou ao povo búlgaro dezenas de milhares de novas vítimas e terminou com a derrota total do exército búlgaro e com uma terrível catástrofe para todo o país.

Dois anos mais tarde (Setembro de 1915) a Bulgária foi arrastada para a Grande Guerra ao lado das potências centrais.

Enquanto os camponeses e os operários búlgaros vertiam o seu sangue nas frentes durante três anos a fio, a burguesia rapace entregava-se no interior do país à mais vergonhosa especulação e espoliava o povo.

O descontentamento no país atingiu o seu paroxismo e alastrou rapidamente ao exército. No dia 10 de Setembro de 1918, os exércitos búlgaros revoltaram-se em Dobro-Pole, abandonaram as trincheiras e dirigiram-se, de armas na mão, para Sófia, para pedir contas aos responsáveis pela guerra.

Graças à artilharia alemã que se encontrava na Bulgária, os exércitos búlgaros que avançavam sobre Sófia foram derrotados. A burguesia conseguiu conservar o poder. Foi apenas obrigada a sacrificar o seu czar Fernando que teve que abdicar a favor do seu filho Boris.

A política de aventuras e de conquista da burguesia búlgara sofria pela segunda vez uma derrota total. Segundo o tratado de paz de Neuilly, o seu território foi diminuído, o seu exército regular dissolvido e o número das suas forças armadas limitado. Além disso, foram-lhe infligidas pesadas indemnizações.

A burguesia que considerava o povo e os seus Partidos de massas — a União Agrária e o Partido Comunista — responsáveis pela falência da sua política aventurosa, foi tomada de um ódio e de um desejo de vingança infinitos em relação aos operários e aos camponeses búlgaros. Mas, no momento em que a revolução russa festejava a sua vitória e em que uma onda geral revolucionária atravessava a Europa e os Balcãs, em que o povo búlgaro clamava pela vingança das calamidades sofridas, a burguesia foi obrigada a conter o seu ódio e até mesmo a fazer certas concessões.

Teve que se resignar, rangendo os dentes, à chegada ao poder, nos fins de 1919, do governo agrário de Stamboliiski, esperando que este, tal como os sociais-democratas na Alemanha e noutros países, a salvasse do perigo da revolução, e esperando retomar o poder no momento oportuno para ajustar contas com os camponeses e os operários pelas «ofensas» sofridas.

Entretanto, as massas trabalhadoras uniam-se rapidamente — os operários e uma parte dos camponeses pobres nas fileiras do Partido Comunista e dos sindicatos revolucionários, e as grandes massas nos da União Agrária. Os Partidos burgueses ficaram completamente isolados.

No entanto, o governo agrário de Stamboliiski, apesar da sua política inconsequente de meias-medidas, prejudicou sensivelmente os interesses vitais da burguesia, lançando, não sem hesitação, as consequências desastrosas da guerra, do marasmo económico e da crise sobretudo para cima da burguesia. Estabeleceu o imposto sobre os lucros de guerra, sobre os lucros das sociedades anónimas e sobres os juros do capital. Estabeleceu o monopólio sobre os cereais e, deste modo, privou o capital especulativo dos grandes lucros que anteriormente obtinha. Limitou as possibilidades do capital especulativo utilizar os créditos do Estado; adoptou a lei sobre a expropriação dos bens imobiliários por razões de utilidade pública, criando deste modo uma ameaça para os proprietários; adoptou a lei sobre a propriedade fundiária, concedendo esta àqueles que a trabalham, e preparava-se para atingir as grandes propriedades.

O governo agrário também votou uma lei que chamava a tribunal os governos burgueses das guerras balcânica e europeia responsáveis pelas desgraças do povo. Os membros destes gabinetes, que também eram chefes de todos os Partidos burgueses, foram presos e inculpados. Esta lei previa um referendo sobre o problema de levar a julgamento os ministros dos dois gabinetes burgueses, e os resultados foram 700 000 votos (do Partido Agrário e do Partido Comunista) a favor e 200 000 votos (pertencentes a todos os Partidos burgueses e aos sociais-democratas) contra.

Durante as eleições legislativas de 28 de Março de 1920, os Partidos burgueses, incluindo o Partido Social-Democrata, obtiveram 300 000 votos num eleitorado de 1 000 000, *mas a 22 de Abril de 1922, obtiveram 272 000,* enquanto a União Agrária via o número dos seus votos passar de 347 000 para 557 000, e o Partido Comunista, de 182 000 para 220 000. Enquanto o número dos votos expressos pelos Partidos burgueses e pelos sociais-democratas baixava de 38 por cento para 26 por cento, o dos votos a favor dos agrários e dos comunistas subia de 62 por cento para 74 por cento.

O furor da burguesia atingiu o seu paroxismo. Uma vez que tinha perdido a esperança de retomar o poder pela via legal, através das eleições, dedicou toda a sua atenção e todas as suas forças à preparação das condições que lhe permitiam desfazer-se do governo agrário e do movimento organizado dos operários e das massas camponesas no país, através de meios não-parlamentares, através da violência.

Para este efeito, mobilizou, com o auxílio do Palácio, oficiais reformados ou licenciados em consequência das restrições impostas ao exército. Utilizou os russos de Wrangel (10 000), que se encontravam no país, atraiu para o seu lado

a organização macedónia armada, assegurou-se do apoio da Inglaterra e da Itália, ambas muito descontentes com a política de Stamboliiski devido à sua aproximação com a Jugoslávia — agente da França nos Balcãs. A Inglaterra, para quem os Balcãs eram indispensáveis à consolidação da sua influência na Ásia Menor e à criação de uma base sólida para a sua luta contra a U. R. S. S., via um sério obstáculo no governo de Stamboliiski e no Partido Comunista de massa na Bulgária e, portanto, apoiou prontamente os planos conspirativos da burguesia búlgara.

Assim, preparada tanto no interior do país, como no exterior, a burguesia búlgara só esperava o momento de passar à acção. Foi auxiliada pelo enfraquecimento da vaga revolucionária na Europa. O perigo imediato de uma revolução proletária foi afastado. Os planos da burguesia búlgara também eram facilitados pela política antioperária do governo de Stamboliiski que conduzia progressivamente à desunião da classe operária e das massas camponesas. Considerando que, depois das eleições de Abril de 1923, os Partidos burgueses estavam definitivamente enfraquecidos, Stamboliiski, receando o movimento a favor do estabelecimento de um poder dos Sovietes, começou a actuar cada vez mais energicamente contra o Partido Comunista e, enfraquecendo inconscientemente as posições do poder camponês, facilitou a tarefa da burguesia. Mais ainda, o governo de Stamboliiski, como não tinha confiança na classe operária e nas massas camponesas pobres, deixou o exército e as forças armadas nas mãos dos antigos oficiais, fiéis à burguesia.

No dia 9 de Junho de 1923 um bando de banqueiros e de especuladores ávidos, de generais falidos durante a guerra e de professores animados pela ambição de fazer uma carreira política fácil, apoiando-se na Liga militar conspiradora e com o auxílio dos wrangelistas e da Organização macedónia que se encontravam na Bulgária, derrubou com um golpe de Estado militar o governo parlamentar agrário de Stamboliiski, apoderou-se, de noite, como o fariam os salteadores, do poder, massacrando uma parte dos ministros, dos deputados e das outras personalidades agrárias, enchendo as prisões de milhares de camponeses e de operários que tinham resistido ao golpe de força e submetendo o povo búlgaro à sua ditadura militar.

O lugar do governo agrário foi ocupado pelo governo de Tzankov, formado então por todos os Partidos burgueses, incluindo o Partido Social-Democrata, e representado no parlamento apenas por 30 deputados num total de 245. A imensa maioria do povo búlgaro estava absolutamente contra o golpe de Estado e acolheu com evidente animosidade o governo que lhe foi imposto pela força. O erro fatal do Partido Comunista, que se manteve passivo perante o golpe de Estado, contribuiu indirectamente para o êxito do golpe de Estado burguês.

A PROVOCAÇÃO DE SETEMBRO

Ora, se a burguesia conseguiu retomar o poder por meios criminosos com tanta facilidade, era-lhe menos fácil conservá-lo nas condições criadas no país e tendo em conta a relação das forças sociais em questão. Era impossível obrigar por meios legais as massas a resignarem-se à ditadura burguesa. Por isso, o governo burguês-socialista de Tzankov não tinha outra saída que não fosse enveredar pela via do terror branco e da ditadura militar para submeter as massas populares.

Ao mesmo tempo, depois do golpe de Estado de Junho, a influência do Partido Comunista e dos sindicatos revolucionários alargou-se ainda mais. As massas camponesas, amargamente desiludidas pela política de vistas curtas de Stamboliiski e que conduziu ao golpe de Estado de 9 de Junho, viravam-se para o Partido Comunista na esperança de se libertarem do bando capitalista e da clique popular então no poder. Por seu lado, os operários, compreendendo que tinha sido precisamente graças à desunião entre o proletariado e o campesinato que a burguesia tinha conseguido estabelecer a sua ditadura militar e que a salvação estava apenas na aliança entre as massas operárias e camponesas, começaram a trabalhar energicamente na consolidação dessa união.

Para o governo de Tzankov, era perfeitamente claro que não podia fazer eleições legislativas e sancionar o golpe de Estado, e que não podia manter-se no poder, se o Partido Comunista, os sindicatos e as outras organizações operárias continuassem a sua actividade revolucionária no país. Os capi-

talistas também sentiram que tinham as mãos atadas enquanto os sindicatos revolucionários, esse «Estado no Estado», existissem e actuassem livremente.

Foi então que o conselho de guerra dos capitalistas, dos banqueiros e dos especuladores organizou a bem conhecida provocação de Setembro, para decapitar o movimento operário, isto é, para esmagar o Partido Comunista que contava 40 000 membros e que tinha obtido por ocasião das eleições parlamentares 220 000 votos, os sindicatos operários que reuniam 40 000 membros, a União cooperativa «Osvobojdénie» e os seus 70 000 membros, as organizações de mulheres e da juventude, de esmagar também a imprensa operária cuja tiragem ultrapassava duas vezes a do conjunto de todos os jornais da burguesia e dos «obchtodeltsi».

Três meses depois do golpe de Estado de Junho, no dia 12 de Setembro de 1923, o governo de Tzankov sob o pretexto de que os operários e os camponeses fomentavam uma insurreição para estabelecer o poder dos Sovietes na Bulgária, prendeu mais de 2000 militantes do movimento operário (deputados, conselheiros distritais e municipais, presidentes de câmaras, jornalistas, secretários do Partido e dos sindicatos, redactores, etc.), fechou os clubes dos operários e transformou-os em postos de polícia, confiscou os bens, as tipografias, os fundos e os arquivos das organizações do Partido e dos sindicatos operários, proibiu os seus jornais e toda a actividade futura empreendendo ao mesmo tempo uma vasta operação de repressão contra os trabalhadores em todo o país.

As massas levantaram-se para a defesa dos seus direitos e das suas liberdades ultrajadas. Mas, com o auxílio dos wrangelistas, da Organização macedónia e das suas forças armadas, concentradas nas cidades, o governo de Tzankov conseguiu impedir os operários das cidades de se levantarem ao mesmo tempo que o campesinato e de se juntarem a este. Deste modo, a insurreição foi sufocada. Mas a clique dos banqueiros e dos generais no poder utilizou-a largamente. Quase todas as pessoas presas a partir de 12 de Setembro, isto é, antes da insurreição, e milhares de outros militantes operários e camponeses, caídos nas mãos dos carrascos desenfreados, foram assassinados. As prisões estavam a abarrotar; mais de 15 000 operários e camponeses presos foram submetidos a interrogatório, e uma grande parte deles foi, depois, chamada a tribunal. Dois mil outros militantes operários e camponeses emigraram para salvar a sua vida.

Mas, apesar de tudo isto, o governo não conseguiu pacificar o país. Pelo contrário, o descontentamento e o rancor depois da carnificina de Setembro aumentaram ainda mais. As massas operárias e camponesas, depois de terem aprendido a lição da amarga experiência, compreenderam que a razão da sua derrota estava na sua desunião e, portanto, continuaram a reforçar a frente única de luta contra os carrascos.

As sangrentas eleições parlamentares, que se realizaram em Novembro de 1923 e durante as quais as listas comuns dos candidatos operários-camponeses obtiveram mais de 300 000 votos (participaram nestas eleições 900 000 eleitores), mostraram ao governo de Tzankov que o movimento revolucionário não estava de modo algum esmagado e que crescia com uma nova força, procurando incessantemente destruir a ditadura fascista e militar imposta às massas populares.

Então o governo do Tzankov adoptou a lei draconiana de «defesa do Estado». Com a continuação, modificou e agravou as sanções previstas por essa lei. Foi precisamente em virtude dela que foram formalmente dissolvidas todas as organizações operárias, incluindo a União cooperativa operária «Osvobojdénie». Uma sentença especial do Supremo Tribunal ilegalizava a União Sindical Operária e acusava os seus membros de criminosos. Embora esta sentença não dissesse formalmente respeito aos diversos sindicatos, o governo interpretou-a num sentido mais lato, proibindo pura e simplesmente todas as organizações profissionais, à excepção das dos «obchtodeltsi» que gozavam de especial benevolência por parte do poder.

É evidente que nem o Partido Comunista, nem os sindicatos operários quiseram admitir a sua dissolução e empreender a sua própria liquidação para maior benefício dos banqueiros e dos generais. O Partido Comunista passou à clandestinidade, continuando a dirigir activamente a luta de massas. Por seu lado, os sindicatos revolucionários continuavam a defender a sua existência legal por todos os meios possíveis. Mas as suas reuniões estavam proibidas pela força. Os iniciadores e os participantes eram presos e torturados. Os secre-

tários e militantes dos sindicatos, bem como os redactores dos seus jornais, eram presos ou mandados com residência fixa para as regiões afastadas do país. Os assassínios dos deputados operários ao parlamento tornaram-se um acontecimento corrente. Qualquer greve e qualquer protesto aberto eram abafados pela força das armas.

Tomaram-se medidas excepcionais, nomeadamente contra o sindicato dos mineiros. Além de prenderem ou porem de residência fixa os seus dirigentes, foram despedidos mais de 2000 operários das minas de «Pernik». Esses mineiros especializados e experientes foram substituídos por wrangelistas cujo número atingiu progressivamente 4000 num total de 7000 operários. É evidente que a produção baixou de 40 a 50 por cento. Mas, para o bando no poder, era mais importante destruir o sindicato dos mineiros do que manter a produção das minas no seu nível anterior. A Casa do Mineiro, que era anteriormente um foco de cultura e de ensino para os mineiros, transformou-se, de há um ano para cá, em posto da polícia, onde os membros do sindicato dos mineiros e os seus simpatizantes que ainda continuam nas minas, são selvaticamente torturados.

Também foram despedidos dos caminhos de ferro e dos correios dois mil membros do sindicato dos operários dos transportes. 2000 professores, membros da organização dos professores primários, bem como 1000 membros do sindicato da função pública, tiveram a mesma sorte.

Nesta brutal e repugnante campanha de destruição dos sindicatos revolucionários, os mencheviques búlgaros estiveram sempre muito activos. Incitavam o governo às mais diversas arbitrariedades. Esforçando-se por todos os meios por facilitar a tarefa que tinha como objecto a destruição do movimento operário, denunciavam, entregavam listas de «bolcheviques» não desmascarados pelo governo, para que fossem despedidos. Além disso, continuavam a dirigir-se aos operários e aos empregados «transviados» pelos comunistas, exortando-os a que aderissem aos sindicatos dos «obchtodeltsi» para evitar as perseguições.

O terror selvagem do governo de Tzankov criou uma nova categoria de cidadãos no país, os «clandestinos». Milhares de operários, camponeses e de intelectuais foram obrigados

a viver na clandestinidade, para escapar às exacções do poder. Todos os meios eram bons para lutar contra os clandestinos. O governo pô-los na situação de fora da lei, como «malfeitores» que o poder tem o direito não só de prender, como também de matar, seja onde for que os descubra. Àqueles que refugiavam os clandestinos estava reservada a mesma sorte que aos próprios clandestinos. Os bandos de Tzankov não hesitaram em incendiar as casas onde se escondiam clandestinos.

As pessoas presas eram submetidas a torturas tão desumanas que a maior parte delas se suicidava. Muitas dessas pessoas recorreram ao veneno, à corda, ou atiraram-se dos andares superiores da antiga Casa do Povo de Sófia, transformada em local da polícia.

Os militantes operários e camponeses, levados a tribunal, não podiam esperar por nenhuma defesa jurídica, porque os advogados também eram ameaçados de morte se se decidissem a defender perante o tribunal os agentes «bolchevistas». Houve atentados à bomba nas residências de muitos advogados burgueses honestos que tinham tido a coragem de, apesar de tudo, assumir a defesa dos operários e dos camponeses acusados (Bourgas, Varna, Plevene, etc.).

Por isso, o terror contra as massas operárias e camponesas tomou uma amplitude sem igual em todo o último período da história.

SOB O REGIME DO TERROR BRANCO

Ao suspender todos os direitos políticos e todas as liberdades das massas trabalhadoras, ao destruir e ao decapitar o seu movimento pela maciça destruição física da sua vanguarda, a burguesia também destruía todas as conquistas económicas do pós-guerra. Em primeiro lugar anulou a reforma agrária e devolveu aos grandes proprietários as terras que lhes tinham sido retiradas para serem destribuídas pelos camponeses; a seguir foi a lei sobre a expropriação dos imóveis por motivos de utilidade pública que foi revogada; a lei sobre a habitação foi modificada a favor dos proprietários; os impostos

sobre o grande capital foram levantados, os impostos indirectos e os outros impostos pagos pelos trabalhadores foram aumentados.

Em vez do antigo monopólio sobre os cereais, realizado com o auxílio de um consórcio cooperativo, foi dada inteira liberdade ao comércio e à especulação com os artigos de primeira necessidade. Os especuladores no poder exportaram as farinhas de melhor qualidade com o que obtiveram grandes lucros e, em seguida, para alimentarem a população, importaram uma farinha americana amarga, voltando a ganhar. A carestia da vida assumiu proporções nunca vistas. O índice do aumento dos preços passou de 3000 para 5000. A balança comercial que, em 1922, se tinha encerrado com um resultado positivo de mais de 292 milhões de leva, deu em 1923 um défice de 1 600 000 000 de leva. Em Junho de 1923, o dólar estava cotado em 92 leva e em meados de 1925 em 140 leva. O volume das notas do banco em circulação aumentou, de 3800 milhões de leva em Junho de 1923 para 4500 milhões em fins de 1924.

O orçamento do Estado que em 1922-1923 era, em números redondos, de 5 mil milhões, subiu em 1923-1924 para 6,2 mil milhões e em 1924-1925 para 7 mil milhões de leva. Só para créditos para o exército, para a polícia, para os comandos fascistas, para as prisões, etc., foram previstos 1 500 000 000 de leva.

Os impostos indirectos aumentaram de 2 para 3 mil milhões. O imposto sobre o tabaco atingiu os 365 milhões de leva e o imposto fundiário que atingia os pequenos proprietários também aumentou para atingir os 340 milhões de leva. Ao mesmo tempo as sociedades por acções só pagam 3 milhões de impostos, em vez dos 30 milhões que pagavam anteriormente.

A crise económica e o marasmo atingiram proporções aterradoras. A sangrenta anarquia e a insegurança que reinavam no país paralisam o comércio e a indústria. Várias empresas industriais reduziram a sua produção por terem perdido os seus operários mais especializados. A indústria média arruína-se rapidamente. A agricultura, a que faltam milhares de braços — assassinados, presos, proscritos, emigrados, refugiados no «maquis» — está em grande declínio. Enquanto em 1922 foram semeados 13 milhões de hectares, em 1923 esta cifra baixou para 11 milhões, e em 1924 para 9 milhões.

O comércio externo também sofre grandes dificuldades devido à situação instável do país. O representante comercial do governo búlgaro em Viena caracteriza da seguinte maneira a situação do comércio externo:

> «As operações de crédito, mesmo com os mais honestos e íntegros comerciantes búlgaros, foram suspensas, e o envio de mercadorias com destino à Bulgária deixou de se fazer. As transacções com os comerciantes búlgaros que, na sua maior parte, eram feitas em Viena, tornaram-se actualmente impossíveis. Isto não só se aplica ao comércio búlgaro com a Áustria, como também com o comércio com os outros países. Os leitores que têm conhecimento da estatística do comércio externo búlgaro podem facilmente compreender os enormes prejuízos que a nossa economia nacional sofre.»

Mas o regime fascista teve repercussões desastrosas sobretudo na condição da classe operária. Apesar do aumento do custo de vida, os salários baixaram 30 por cento em relação aos salários de 1922. O dia de trabalho legal de 8 horas é substituído por um dia de trabalho de 10, 11 e 12 horas. A legislação do trabalho não é respeitada na prática em nenhum sítio. A inspecção nas fábricas foi totalmente abandonada. O desemprego aumenta incessantemente. Milhares de operários e de empregados são postos na rua e substituídos por wrangelistas e refugiados da Macedónia, da Trácia e da Dobrudja. Os operários são privados do direito de organização, de reunião, da liberdade de imprensa e do direito à greve e não têm possibilidade de reagir de maneira organizada contra o avanço furioso do capital.

Sob este regime de terror desenfreado, os banqueiros, os especuladores e os altos funcionários do exército e da administração acumulam riquezas incalculáveis, enquanto as massas operárias caem numa miséria indescritível.

NOVA VAGA DE REACÇÃO

No início deste ano, o descontentamento e a indignação das massas operárias e camponesas encurraladas no desespero começaram a manifestar-se sob formas extremamente violentas.

A luta para derrubar o regime de Tzankov recomeçou com mais força. O descontentamento também já ganhou toda a pequena-burguesia, uma grande parte da «intelligentsia» e até mesmo uma parte do corpo dos oficiais outrora absolutamente fiéis a Tzankov. O governo de Tzankov sente que o fim do seu domínio está próximo. Mas os banqueiros e os generais agarram-se com todas as forças ao poder. Decidem voltar a provocar os operários e os camponeses a agir, para repetirem o massacre de Setembro de 1923 e decapitar definitivamente o movimento operário e camponês, destruindo os seus militantes poupados por ocasião do primeiro massacre. Foi lançada uma terrível ofensiva contra os clandestinos. Intensificaram-se os assassínios políticos. Os dois últimos deputados operários foram assassinados nas ruas de Sófia. Os últimos jornais operários e camponeses foram proibidos. Os antigos deputados comunistas, mesmo depois de terem renegado o Partido Comunista, foram expulsos do Parlamento. Voltaram a fazer-se prisões maciças de militantes operários e agrários. Foram feitas as listas das pessoas que deviam ser massacradas durante essas verdadeiras noites de S. Bartolomeu que estavam em preparação. Para este efeito, foi organizado um forte exército de 10 000 assassinos — wrangelistas, macedónios, oficiais de reserva e fascistas.

Ao mesmo tempo, o governo propagava incessantemente durante todo o dia o rumor do crescente «perigo comunista», de conspirações supostamente apoiadas por Moscovo. Publicou documentos falsos, escritos em folhas com o cabeçalho do «Komintern» e fabricadas pelo russo branco Drujelovski que, depois, foi preso. Segundo esses documentos, o Komintern ordenava, pressupostamente, aos comunistas e aos agrários búlgaros da Frente única que declarassem, no dia 15 de Abril, a insurreição armada na Bulgária para estabelecer o poder dos Sovietes. Depois de se ter preparado deste modo para um novo ajuste de contas sangrento com as massas operárias e

camponesas e com todos os outros elementos perigosos da oposição, o governo de Tzankov provocava-os obstinadamente a agir e escolhia o momento oportuno para realizar o seu plano infernal.

Foi precisamente nestas condições que ocorreu o deplorável atentado da catedral de Sófia. Este atentado foi um acto de desespero e de autodefesa de clandestinos selvaticamente encurralados e perseguidos. Embora fosse evidente que nem o Partido Comunista, nem os sindicatos revolucionários ou as associações agrárias, eram responsáveis por este atentado, o governo de Tzankov apressou-se a servir-se dele para justificar a sangrenta repressão que já há muito tempo preparava. Segundo um plano e listas previamente estabelecidas, foram presos e assassinados mais de 2000 militantes operários e agrários, estudantes, intelectuais e oficiais da oposição, e até mesmo antigos comunistas que, depois do golpe de Estado, se tinham comprometido publicamente a não voltar a participar na vida política do país. Portanto, entre as vítimas, estavam todos os dirigentes, secretários, redactores e militantes dos sindicatos revolucionários. Foram presos e submetidos a torturas dignas da Inquisição medieval cerca de 20 000 operários sindicalizados, camponeses e simpatizantes ou suspeitos de simpatizar com o movimento popular. Os tribunais militares reúnem-se continuamente para distribuir as penas de morte. Depois das forcas para os «culpados» do atentado da catedral, erguem-se agora outros patíbulos. Também se condenam à morte aqueles que deram asilo aos clandestinos, e entre estes «receptadores» há um grande número de mulheres. Muitas das pessoas presas continuam a ser executadas sem julgamento e sem inquérito, a maior parte das vezes por «tentativa de evasão».

Mas o bando enraivecido de Tzankov não se contenta com estes horrores inauditos. Quer «irradiar», como o escreve a imprensa governamental, «o perigo bolchevista» e, ao mesmo tempo, o movimento sindical revolucionário. Todos os serviços governamentais, distritais e municipais receberam ordens severas para despedir imediatamente os membros dos sindicatos revolucionários. Os chefes dos serviços administrativos e os directores das empresas que respondem pessoalmente pela execução da ordem, são obrigados a assinalar a presença desses

operários e empregados, caso contrário, responderão perante o tribunal militar por «não-denúncia». São postos na rua e lançados à fome 10 000 empregados, professores, operários e outros funcionários.

Mais ainda: o governo deu ordem às empresas e serviços privados para que fizessem o mesmo. Em virtude desta ordem, os proprietários das empresas industriais e outras também devem: primeiro, ser moral e materialmente fiadores dos seus operários e empregados; segundo, empregar, para cada 20 operários, um oficial de reserva, membro da organização dos oficiais, que devia controlar o «lealismo» dos operários e será assalariado da empresa. Esta medida pareceu inútil até mesmo aos capitalistas. Um grande número de fábricas declararam que nessas condições elas não poderiam continuar a subsistir.

A imprensa americana recebeu em Nova Iorque o seguinte telegrama de Sófia:

> «O director da filial búlgara da Standard Oil Company (financiada por Rockefeller) foi convidado pela polícia búlgara a abandonar o país num prazo de 24 horas, se não concordasse em declarar por escrito que, entre os empregados do seu escritório, não há comunistas.»

É evidente que o dirigente dos escritórios da Standard Oil Company não simpatiza com os comunistas, mas declara que não podia tomar a responsabilidade dos actos e das opiniões dos seus empregados fora da empresa, e muito menos ainda dos seus pensamentos secretos. Como resposta, a polícia pediu-lhe que abandonasse o país dentro de 24 horas.

Estes factos caracterizam o selvagem e vergonhoso regime de terror que reina actualmente na Bulgária.

OS SOCIALISTAS DE DIREITA E OS SINDICATOS AMARELOS

Expulsos do seio da classe operária e do seu movimento sindical já antes da guerra, os socialistas de direita concentraram os seus esforços nos professores e nos funcionários. As

suas tentativas de criar, depois da guerra, por intermédio da «União dos Sindicatos Livres» (uma organização puramente política), as suas organizações sindicais nos sectores da produção privada, para contrabalançar a influência dos sindicatos revolucionários, não tiveram nenhum êxito. Só algumas dezenas de tipógrafos da Imprensa Nacional e um número insignificante de operários artesanais que dependiam dos seus patrões, membros do Partido dos «obchtodeltsi», continuaram na «União dos Sindicatos Livres».

Em contrapartida, os socialistas da direita, com os radicais e os democratas, instalaram-se no sindicato dos professores e noutras organizações neutras dos funcionários. A «neutralidade» destas organizações consistia no facto de não seguirem uma política proletária e, em troca de pequenas vantagens concedidas aos seus dirigentes, prestarem serviços a um ou outro dos Partidos pequeno-burgueses ou burgueses. Podemos julgar até que ponto os sindicatos «neutros» se limitavam a uma posição burguesa, pelo facto de até se declararem contra a Internacional de Amsterdão, porque esta última (embora apenas em palavras) prega a luta de classes... Estas organizações são verdadeiros sindicatos amarelos, agentes do governo, que têm como fim impedir os funcionários de se reunirem ao proletariado e ao movimento sindical revolucionário, de adoptar as ideias da luta de classe e de realizar uma política independente para a defesa dos seus interesses e direitos em relação ao poder e à burguesia.

Uma vez que os socialistas de direita, os radicais e os democratas participaram no golpe de Estado de Junho e no governo que daí proveio, é natural que o socialista de direita Kazassov se tornasse ministro dos Correios e das Comunicações, e que os sindicatos «livres» e as uniões «neutras» dos funcionários fossem postas ao serviço do governo. Uma parte dos seus dirigentes foram eleitos deputados ao parlamento nas listas da coligação governamental.

Saudaram calorosamente o golpe de Estado e as perseguições feitas pelo governo de Tzankov contra o movimento sindical revolucionário, porque o movimento que se tinha esboçado entre os funcionários antes do golpe de Estado e que procurava reunir-se ao restante proletariado e criar uma federação geral única do trabalho na Bulgária, baseada na

luta de classe, podia deste modo ser entravada. Os chefes dos socialistas de direita e dos sindicatos amarelos viam na destruição dos sindicatos revolucionários um meio de reforçar as suas precárias posições e esperavam obter deste modo o monopólio absoluto no domínio do movimento sindical no país. Por isso foram os mais vis e encarniçados adversários dos sindicatos revolucionários. Insistiram publicamente para que estes fossem ilegalizados como organizações «perigosas para a ordem no Estado». Nem uma só vez ergueram a voz contra as cruéis perseguições e os assassínios dos militantes operários, e, cinicamente, até se regozijavam com eles. Quando milhares de militantes operários e camponeses e de membros dos sindicatos revolucionários eram massacrados e torturados pelos carrascos de Sófia, quando as prisões estavam a abarrotar de operários, de camponeses e de trabalhadores intelectuais, quando mais de 10 000 operários e empregados eram despedidos por serem membros ou simpatizantes dos sindicatos revolucionários, a imprensa dos «obchtodeltsi» considerava tudo isso como perfeitamente normal, pedindo humildemente ao governo que prestasse atenção para que, por acaso, não fossem atingidos membros das uniões «neutras». A imprensa dos «obchtodeltsi» estava cheia de insinuações abjectas e de calúnias contra os combatentes operários caídos como mártires heróicos. Os dirigentes e os militantes dos sindicatos revolucionários assassinados ou presos são adjectivados pelos socialistas de direita de «bandidos», de «monstros» e de «facínoras». Os documentos, evidentemente falsos, que o governo de Tzankov utilizou para fomentar a provocação de Setembro e o sangrento massacre que se seguiu, foram apresentados como a pura verdade pela imprensa dos «obchtodeltsi» que deles se serviu como de uma arma contra o movimento sindical revolucionário.

O veredicto tendencioso, vergonhoso devido à falta de provas, no caso do atentado de Sófia, foi proclamado pelos socialistas de direita «acto de justiça, dando razão à consciência pública indignada» contra os «autores do atentado» e «agentes de Moscovo».

No momento em que o proletariado búlgaro é privado de todos os direitos e de todas as liberdades políticas, quando o seu movimento sindical é esmagado, a sua imprensa amordaçada, os seus dirigentes e os seus militantes selvaticamente assassinados, quando a repressão sangrenta contra as massas operárias e camponesas prosseguia, quando os operários eram votados à miséria, explorados até ao extremo, quando todos os direitos para se organizarem, para entrarem em greve, toda a defesa legal lhes era recusada, o secretário da «União dos Sindicatos Livres» dos «obchtodeltsi» e o ministro do Comércio e da Indústria nos trabalhos da Conferência Internacional do Trabalho em Génova, que se apresentaram como representantes dos «operários búlgaros», escolheram ambos esse momento para declarar aos olhos de todo o mundo que, no domínio da legislação social, a Bulgária ultrapassou em muito a França...

Não é portanto de admirar que os sindicatos dos «obchtodeltsi» e os sindicatos amarelos, apesar da enorme protecção que lhes era concedida pelo poder fascista, não só não tivessem conseguido consolidar as suas posições sob o regime de Tzankov, como até tenham perdido a importância que anteriormente tinham. Este desprezível instrumento da clique dos banqueiros e dos generais só mereceu o ódio impossível de conter do proletariado búlgaro.

Até o mais antigo chefe socialista de direita, Ianko Sakazov, escreve sobre estes sindicatos, no órgão dos «obchtodeltsi» *Narod*:

> «O mais triste é ver que os homens do trabalho estão completamente desorganizados. Os sindicatos são tão fracos e insignificantes que nem sequer nos damos conta deles.»

AS PERSPECTIVAS DO MOVIMENTO SINDICAL BÚLGARO

Os sindicatos revolucionários, e com eles todo o movimento operário revolucionário na Bulgária, encontram-se esmagados, esgotados, decapitados.

Os seus quadros dirigentes estão aniquilados. Os militantes poupados apodrecem na prisão, refugiam-se nas florestas ou no estrangeiro. O proletariado está entre as tenazes do desen-

freado terror branco. Para os capitalistas rapaces não há obstáculos para a exploração monstruosa, para a miséria, para a arbitrariedade total e para as humilhações com que os oprimem.

A burguesia búlgara rejubila. Pensa que se desembaraçou do seu inimigo de classe. «O Estado no Estado» já não existe. Já não há sindicatos revolucionários, nem greves, nem contratos colectivos, nem imprensa operária, nenhuma restrição à exploração do trabalho. O capitalista, o explorador, o especulador têm as mãos livres. Agora que o «perigo bolchevista» foi extirpado, já se pode pensar em substituir o carrasco Tzankov, salpicado dos pés à cabeça do sangue operário e camponês, tornado incómodo aos olhos do mundo «civilizado», mas com a condição de que a ditadura militar se mantenha a todo o custo. E Tzankov retira-se depois de ter concluído brilhantemente a sua sangrenta tarefa.

Mas a burguesia proclama demasiado cedo a vitória. Porque corta o ramo em que se apoia e, deste modo, aproxima-se da sua ruína. O golpe de Estado de 9 de Junho, o massacre de Setembro, a sangrenta repressão de Abril deste ano, os horrores indiscritíveis, as crueldades e a selvajaria medieval do regime fascista, as grandes quantidades de sangue operário e camponês, tudo isso criou um abismo insuperável entre os trabalhadores e a burguesia. Tornou-se para sempre impossível qualquer reconciliação entre eles. Mas todos sabem que a burguesia não pode manter-se no poder sem ter a seu lado uma parte das massas populares. Na Alemanha, na França, na Inglaterra e nos outros países, a social-democracia ou os outros Partidos pequeno-burgueses ainda têm uma certa influência entre os trabalhadores e deste modo mantêm o poder da burguesia. Na Bulgária, não há nada de semelhante, as massas operárias e camponesas sentem em relação aos sociais-democratas e aos radicais o mesmo ódio que em relação a Tzankov.

Os sindicatos revolucionários estão destruídos. Mas o proletariado está vivo. Está na produção. As massas camponesas também estão vivas e têm nas suas mãos a agricultura. A união dos operários e camponeses foi feita e calada pelo sangue. Viverá e consolidar-se-á. As feridas do proletariado sararão. Este empreenderá com uma energia renovada a reedificação do seu movimento sindical. Sairão das fileiras operárias novos dirigentes e militantes. Serão menos qualificados do que os quadros dirigentes assassinados, mas continuarão a luta com uma dedicação, uma abnegação e uma pertinácia tanto maiores. A reacção será vencida. E o apoio recebido pela burguesia do exterior também será abalado. O proletariado revolucionário na Inglaterra, na França, na Itália, ao realizar a sua obra de libertação, auxiliará os seus irmãos búlgaros. No fim de contas o movimento operário revolucionário búlgaro acabará por se recompor e, mobilizando todas as suas forças, obterá a vitória final.

Krasnii International Profsoiuzov
N.º 5-6, 1925.
Assinado: J. Dimitrov.

Traduzido do texto de:
J. Dimitrov, *Obras*, t. VIII.
Edições do P. C. B.
1953, pp. 95-125.

A LIÇÃO BÚLGARA

O pequeno país que é a Bulgária continua a estar, simultaneamente com a China ([1]) e o Marrocos ([2]), no centro da atenção internacional. E isto não é, evidentemente, produto do acaso. O grande atentado da catedral de Sófia e o terror que em consequência deste ensanguentou o país, tiveram um duplo eco no estrangeiro. Enquanto os governos reaccionários europeus, com os conservadores britânicos à cabeça, utilizaram à larga o atentado perpetrado na catedral de Sófia para reforçarem a sua campanha contra a U. R. S. S. e o suposto perigo comunista, os operários e camponeses revolucionários de todos os países protestavam energicamente contra o regime tirânico dos carrascos de Sófia e tomavam a defesa do povo búlgaro trabalhador.

O interesse que a situação na Bulgária e as causas reais dos acontecimentos que aí ocorrem despertam, aumenta consideravelmente. Mas poucos têm uma ideia clara do carácter e do sentido dos acontecimentos na Bulgária. Estes acontecimentos são, no mais alto grau, instrutivos para as massas trabalhadoras e especialmente para os camponeses dos outros países. A lição búlgara é de uma importância internacional. Esta lição deve ser exaustivamente utilizada precisamente no momento em que, por toda a parte, se estimula com relativa rapidez um processo de esclarecimento das massas camponesas, enquanto estas se esforçam cada vez mais por se subtrair à dependência económica e política da burguesia e, encontrando um aliado seguro na classe operária, começam a enveredar, ainda às apalpadelas, pela via correcta da libertação

da exploração e da opressão dos capitalistas, dos grandes proprietários fundiários e dos especuladores.

1. *CARÁCTER DO TERROR BRANCO NA BULGÁRIA*

Já há dois anos que os camponeses e operários búlgaros suportam os golpes terríveis do regime de terror que, pela sua ferocidade e crueldade, não tem igual em nenhum outro país. Embora o terror branco na Bulgária reflita a ofensiva geral da reacção burguesa em todo o mundo capitalista, diferencia-se sensivelmente do terror nos outros países balcânicos, do fascismo italiano, do regime de Horthy na Hungria, da reacção desenfreada na Polónia, etc. Pode-se afirmar, sem exagerar, que em nenhum outro sítio — mesmo depois do esmagamento da república soviética na Hungria, na Baviera e na Finlândia — a burguesia atacou com tão cega crueldade e de um modo tão sanguinário as massas populares e o seu movimento de libertação, como sucedeu precisamente na Bulgária de Tzankov.

O traço mais característico do terror búlgaro consiste antes de mais no massacre planificado e organizado da vanguarda da classe operária e das massas camponesas, da sua «intelligentsia», dos seus elementos mais conscientes e mais activos. Já não se trata, neste caso, de privar as massas populares dos seus direitos e liberdades políticas elementares; trata-se de criar dificuldades e obstáculos ao desenvolvimento da actividade e da luta das organizações operárias e camponesas. Neste caso, já não temos *simples actos* de violência e de repressão contra o movimento operário e camponês no país — o que ainda não seria tão terrível. Não, na Bulgária todo o aparelho de Estado — polícia, corpo de gendarmes, exército, justiça, parlamento e milícia armada, composta por assassinos cuidadosamente escolhidos — é movimentado para *decapitar* e *sangrar* a classe operária e as massas camponesas, para deste modo as tornar, senão definitivamente pelo menos por muito tempo, incapazes de lutar para derrubar a ditadura burguesa e estabelecer o seu próprio poder. A burguesia búlgara armada leva a cabo uma guerra organizada e metódica (utilizando para isso todos os meios de que o Estado dispõe) contra o povo trabalhador *privado de armas.* As forças da contra-revolução

desencadearam-se quando ainda não havia no país uma verdadeira revolução operária e camponesa. E nesta guerra da burguesia contra o povo, iniciada depois do golpe de Estado de 9 de Junho de 1923, caíram até hoje mais de 20 000 operários, camponeses e intelectuais — a elite do povo búlgaro. A grande maioria dessas vítimas do sangrento terror branco não caíram em lutas declaradas da guerra civil, mas foram selvática, cobardemente assassinadas nas prisões, nas suas próprias casas, na rua ou por ocasião de hipotéticas tentativas de fuga, depois da sua detenção pelo poder «legal».

É segundo um plano cuidadosamente estabelecido e especificado que a «intelligentsia» trabalhadora do país é destruída — *o que de melhor, de mais puro e de mais desinteressado* o povo trabalhador conseguiu criar, educar e elevar às primeiras fileiras durante os quarenta anos da sua existência independente.

Mais de trinta mil operários, camponeses e militantes do movimento operário e camponês, bem como os homens, as mulheres e os jovens que simpatizavam com este movimento, foram submetidos às mais cruéis torturas, a terríveis sofrimentos físicos e morais e às mais baixas atrocidades. Ainda hoje, mais de 5000 pessoas definham nas prisões búlgaras onde os selvagens carrascos de Tzankov as mantêm.

Os tribunais de excepção e os tribunais militares funcionam febrilmente e condenam à morte ou a pesadas penas de prisão os militantes operários e camponeses ainda vivos. Em todas as cidades se erguem novos patíbulos para os verdadeiros filhos fiéis do povo búlgaro. Ao mesmo tempo do que os militantes activos do povo, são condenados um grande número de simpatizantes que tiveram a coragem de exprimir a sua simpatia pela luta contra o regime tirânico. São condenadas pessoas pertencentes à burguesia intelectual — oficiais, engenheiros, jornalistas, pintores, médicos e um grande número de mulheres — apenas por terem refugiado em sua casa combatentes perseguidos pelos bandos de Tzankov. Até mesmo menores, jovens de ambos os sexos, estudantes liceais, universitários são perseguidos apenas por serem membros das Juventudes Comunistas ou Agrárias, dos círculos culturais ou, finalmente, por terem divulgado ou simplesmente conservado em seu poder literatura clandestina, panfletos, etc.

A repressão, sem precedentes pela sua crueldade, rebenta nos meios simpatizantes da burguesia intelectual e da juventude das escolas, para que, tal como cinicamente o declara a imprensa burguesa, «deixem de uma vez por todas de se deixarem seduzir pelas atraentes ideias dos destruidores da ordem estabelecida».

Simultaneamente despedem-se todos os operários e empregados com «ideias subversivas», e todo o auxílio às pessoas presas e às suas famílias ameaçadas pela fome é objecto de severas perseguições.

Sob a capa deste regime obscurantista e bárbaro, o bando dos capitalistas, dos banqueiros e dos especuladores que governa, espolia desavergonhadamente os camponeses e os operários. Sucedem-se com frequência as fraudes na exportação dos cereais e do tabaco, com os artigos de primeira necessidade para as massas populares, com diversos fornecimentos ao Estado, etc. A especulação não conhece limites. O melhor frumento búlgaro é exortado para que em seguida se possa importar da América, a preços exorbitantes, uma farinha de má qualidade, amarga, que serve para alimentar a população búlgara. Depois das restrições impostas à actividade das cooperativas agrícolas e da proibição da cooperativa operária *Osvobojdénie,* as massas trabalhadoras caíram inteiramente sob a alçada do capital ladrão, insaciável e especulativo. Os preços das mercadorias são arbitrariamente ditados pelos capitalistas monopolistas e pelos banqueiros que compram por atacado com o auxílio das autoridades, os produtos de primeira necessidade e detêm o monopólio das importações. O custo de vida aumenta sem cessar, enquanto os salários e os rendimentos da população rural e os dos artesãos baixam. A usura nas aldeias atingiu uma extensão monstruosa, enquanto o crédito de Estado e social pouco oneroso está inteiramente ao serviço dos bancos privados, dos capitalistas e dos especuladores. Os camponeses são obrigados a pagar aos usurários 50 a 70 por cento e mesmo 100 por cento de juros. Os impostos indirectos que passaram de um para três mil milhões por ano, oprimem as massas trabalhadoras, enquanto o grande capital está isento dos impostos estabelecidos no tempo de Stamboliiski. As terras distribuídas aos camponeses nos termos da reforma agrária foram-lhes recuperadas. Os bens das pessoas que foram para o estrangeiro para escapar às selvagens perseguições do governo e os dos camponeses condenados foram confiscados. Os produtos agrícolas são comprados a baixo preço. O trabalho dos operários é submetido a uma exploração sem limites. Os pequenos artesãos e comerciantes são arruinados em benefício dos capitalistas e dos especuladores. Não existe nenhuma segurança pessoal, nenhuma garantia para a vida, os bens e o trabalho das massas populares. *A Bulgária está transformada numa imensa e sinistra prisão, num verdadeiro túmulo do povo trabalhador,* entregue à opressão dos conspiradores e dos aventureiros militares, que agem no interesse do grande capital búlgaro e sob a protecção dos rapaces e reaccionários imperialistas europeus.

Há menos de dois anos — antes do golpe de Estado de 9 de Junho de 1923 — *estava estabelecido na Bulgária um poder camponês.* A União Agrária era para os camponeses búlgaros uma organização de massas já antiga, fundada em 1900, que, devido ao seu número e influência, era o Partido político mais forte do país. O Partido Comunista que data de 1892, contava nas suas fileiras 40 000 combatentes operários e camponeses cheios de abnegação e 220 000 eleitores (em 1 000 000 de votantes). Os sindicatos revolucionários também contavam com cerca de 40 000 operárias e operários organizados e detinha a direcção incontestada do movimento sindical búlgaro. A cooperativa agrícola e a cooperativa operária «Osvobojdénie» que se estendia por todo o país e contava 70 000 membros, dominavam completamente o movimento cooperativo. As uniões das Juventudes Comunistas e Agrárias reuniam nas suas fileiras toda a juventude activa operária, camponesa e intelectual. Por ocasião das eleições parlamentares de 22 de Abril de 1923 (um mês e meio antes do golpe de Estado) os dois Partidos populares de massas obtiveram 777 000 votos (a União Agrária — 557 000 e o Partido Comunista — 220 000), enquanto o conjunto de todos os Partidos burgueses, incluindo os sociais-democratas, só obtiveram 270 000 sufrágios. Em relação às eleições de Março de 1920, a percentagem de votos obtidos pelos Partidos burgueses e pelos sociais-democratas baixou de 38 por cento para 26 por cento, enquanto a percentagem de votos expressos a favor

da União Agrária e do Partido Comunista subiu de 62 por cento para 74 por cento.

Como é possível que, atendendo à relação das forças e à existência destes dois poderosos Partidos populares de massas, a burguesia búlgara, comprometida aos olhos do povo trabalhador, muito especialmente durante as duas guerras catastróficas, e em plena falência política, tenha conseguido derrubar o governo agrário de Stamboliiski, estabelecer a sua ditadura militar, privar as massas populares de todos os seus direitos e liberdades políticas e submeter a uma destruição maciça a vanguarda e as forças activas do movimento operário e camponês no país?

Na explicação deste facto político significativo e à primeira vista estranho, está a chave que permite compreender correctamente o sentido dos acontecimentos na Bulgária; é nisso também que consiste a lição búlgara.

2. *COMO É QUE O PODER CAMPONÊS APARECEU NA BULGÁRIA*

Ao contrário da burguesia na maior parte dos países europeus e nomeadamente na Inglaterra, França, e Itália, onde conseguiu estabelecer o seu domínio após uma longa luta e revolução contra o feudalismo e o absolutismo, apoiando-se nesse período nas vastas massas populares, a burguesia búlgara tornou-se a classe dirigente do país sem ter levado a cabo esse longo combate. A burguesia foi o inimigo e um traidor do movimento de libertação nacional revolucionário organizado contra o regime otomano, dirigido pela «intelligentsia» popular e que se apoiava nas vastas massas populares. Preferia desempenhar o papel de intermediário e de cúmplice dos sultões e dos paxás turcos na exploração e na opressão da população camponesa, a que então chamavam com desprezo «raia» (rebanho). A burguesia búlgara limitou-se a obter o poder e a sua posição dirigente como um presente da Rússia czarista depois da guerra russo-turca de 1877-1878. Nunca realizou a mais pequena luta revolucionária, nunca teve tradições revolucionárias e não só se encontrava afastada das massas populares, como se comportou sempre para com estas

com desconfiança, desprezo e hostilidade. Para ela, o povo búlgaro não passava de um objecto de exploração e de pilhagem, um instrumento na prossecução dos seus fins egoístas e uma moeda de troca nas suas relações, primeiro com as autoridades turcas e, mais tarde, depois da criação de um Estado búlgaro independente, com os Estados imperialistas. Além disso a burguesia búlgara conseguiu um desafogo material não por iniciativas mais ou menos importantes no campo da indústria, nem contribuindo para o desenvolvimento das forças produtivas do país, como o fez em certa medida a burguesia exploradora ocidental e americana, mas apenas espoliando desavergonhadamente as massas trabalhadoras e, sobretudo, a população camponesa, com o imutável apoio do poder e servindo-se directamente do Tesouro público. A principal fonte do seu enriquecimento foram os pesados impostos que oprimem as massas populares, o comércio e a especulação com os produtos agrícolas, os empréstimos de Estado e os lucros retirados sob a forma de comissões por ocasião das operações que puseram a Bulgária sob a dependência das grandes potências que realizavam os seus fins imperialistas nos Balcãs.

Durante o reinado de 25 anos de Fernando, esse agente coroado do imperialismo austro-alemão, a burguesia búlgara ladra até à medula e incapaz de uma actividade industriosa independente passou a cobiçar as ricas regiões balcânicas — a Macedónia e a Trácia —, procurando estabelecer a sua hegemonia nos Balcãs. Isso correspondia totalmente à sede de domínio do rei Fernando e às aspirações de conquista dos seus «patrões» em Viena e em Berlim.

É precisamente ao serviço desta política de conquista, sempre apresentada ao povo búlgaro como uma política «de união nacional do povo búlgaro» e de «libertação dos irmãos búlgaros escravizados da Macedónia e da Trácia», que a burguesia búlgara sob a direcção de Fernando criou um aparelho militar absolutamente exagerado e preparava a guerra contra a Turquia que, na ocasião, possuía estas regiões.

Com efeito, em 1912, aliado à Sérvia e à Grécia, sob o patronato da Rússia czarista, foi declarada a guerra dos Balcãs contra a Turquia. O exército turco, recebido como inimigo pela população local, foi rapidamente esmagado. A Ma-

cedónia e a Trácia foram libertadas dos exércitos turcos. As forças búlgaras atingiram Tchataldja, mesmo às portas de Constantinopla. Embriagados pela vitória, o rei Fernando e a burguesia búlgara julgaram que tinha chegado o momento de estabelecer a hegemonia dos búlgaros nos Balcãs. Tinham mesmo chegado a preparar em Andrinopla uma carruagem real deslumbrante para a entrada triunfal de Fernando em Constantinopla... Mas entrou em cena o problema de divisão dos despojos entre os aliados (Bulgária, Sérvia e Grécia). Segundo o acordo concluído entre estes, a solução das questões litigiosas seria entregue ao imperador russo Nicolau na qualidade *de árbitro*. Sabendo que a Rússia czarista não concordaria em alargar muito a Bulgária de Fernando (isto é austro-alemã), este e o seu governo quiseram, a 16 de Junho de 1913, com um ataque-surpresa lançado contra os exércitos sérvios, expulsá-los pela força das armas do território da Macedónia e apoderar-se desta, com a sua capital Salónica. Os resultados desta aventura que custou ao povo búlgaro dezenas de milhares de novas vítimas, foi uma catástrofe completa para o país. As forças armadas conjuntas da Sérvia e da Grécia, auxiliadas pelo exército romeno, dirigiram-se para Sófia, infligiram uma derrota total ao exército búlgaro e obrigaram a Bulgária a concluir uma paz com condições muito duras.

Ora, dois anos mais tarde, a Bulgária era de novo arrastada (em Setembro de 1915) para a Grande Guerra ao lado das potências centrais. O rápido esmagamento da Sérvia e a ocupação da Macedónia até Salónica fizeram com que Fernando e a burguesia búlgara, embriagados com o espólio, voltassem a perder a cabeça. Os sonhos de conquista de regiões estrangeiras, de «grande Bulgária» e de hegemonia nos Balcãs renasciam. A Sérvia devia ser dividida entre a Áustria-Hungria e a Bulgária que, depois de se ter apoderado de metade da Sérvia e de toda a a Macedónia, se preparava para também fazer valer as suas pretensões sobre a Albânia. As autoridades de ocupação búlgaras na Sérvia e na Macedónia empreenderam a destruição maciça da «intelligentsia» sérvia e das camadas mais progressistas da população sérvia, para deste modo facilitar a destruição da Sérvia como Estado independente nos Balcãs. Entretanto, enquanto os camponeses e os operários búlgaros vertiam o seu sangue nas frentes

durante três anos a fio, a burguesia rapace entregou-se no país à mais desenfreada especulação e à vergonhosa pilhagem do povo, privando as famílias do «bravo guerreiro búlgaro» de pão e oprimindo a população com as mais diversas humilhações. O capital concentrava-se. Formaram-se um grande número de sociedades por acções. A guerra era uma empresa muito lucrativa para a burguesia.

O descontentamento provocado pela continuação da guerra atingiu no país os seus limites extremos. Atingiu rapidamente o exército na frente, onde ainda aumentou mais devido ao comportamento cruel para com os soldados e às frequentes execuções sumárias. No dia 10 de Setembro de 1918, os exércitos búlgaros revoltaram-se em Dobro-Pole, abandonaram as suas trincheiras e marcharam sobre Sófia para aí pedirem contas aos responsáveis da guerra. Graças à artilharia alemã que se encontrava na Bulgária, os exércitos insurrectos foram esmagados perto de Sófia. A burguesia, nessa ocasião, conseguiu conservar o poder; só foi obrigada a sacrificar o rei Fernando que foi obrigado a abdicar no seu filho Boris e a abandonar o país.

Deste modo, a política nacionalista e de conquista da burguesia búlgara sofreu pela segunda vez uma derrota total. Em vez da anexação pela Bulgária da Macedónia, da Trácia e até mesmo da Albânia, em vez da hegemonia nos Balcãs, a burguesia obteve o duro tratado de Neuilly. Os distritos de Tsaribrod e de Bossilegrad e uma parte da Trácia foram separados do país, o seu exército regular foi licenciado, o número das suas forças armadas foi limitado, foi-lhe estipulado um elevado montante de indemnizações nas condições de uma falência financeira absoluta, que se exprimia sobretudo no facto de a dívida pública se elevar quase a metade da riqueza nacional.

Tudo isso afastou definitivamente da burguesia as massas operárias e camponesas que se reuniram rapidamente em torno da União Agrária e do Partido Comunista. As massas não tinham nenhuma confiança e odiavam abertamente os Partidos burgueses, responsáveis pelas duas guerras catastróficas e pelas desgraças do povo. O Partido Social-Democrata que, mesmo antes da guerra, tinha pouca influência entre as massas operárias e camponesas devido à sua política de com-

promisso com a burguesia búlgara ladra e parasita, era agora igualmente detestado pelas massas, por ter apoiado a guerra.

Ao mesmo tempo, depois da vitória da Revolução russa de Outubro, a onda revolucionária avançava na Europa e nos Balcãs. O povo búlgaro estava sedento de vingança por causa dos horrores, das desgraças e das privações sofridas durante a guerra. A burguesia, cujo poder estava muito abalado, sentiu o perigo que ameaçava o seu domínio de classe. O espectro da revolução operária e camponesa pelo estabelecimento do poder dos sovietes não lhe dava um momento de sossego. Apesar do seu ódio sem limites às massas populares, foi obrigada a fazer concessões temporárias, para conservar o seu poder durante a tempestade que se anunciava.

Em condições análogas, a burguesia recorreu, na Alemanha e na Áustria, aos serviços da social-democracia para salvar o poder. E a social-democracia, cuja influência sobre o proletariado era muito grande, desempenhou brilhantemente o seu papel de traidora. Os governos sociais-democratas na Alemanha e na Áustria conseguiram afastar o proletariado da via da revolução proletária e salvar o domínio da burguesia. Ebert ([3]) abriu o caminho a Hindenburg ([4]) na Alemanha, e o doutor Renner ([5]) a Seipel ([6]) na Áustria.

A burguesia búlgara, em contrapartida, não podia contar com o seu Partido Social-Democrata fraco, comprometido e detestado pelas massas. O único Partido pequeno-burguês de massa que podia, na Bulgária, país sobretudo agrário, manter-se no poder sem tentar modificar radicalmente o sistema social estabelecido, era a União Agrária de Stamboliiski, que beneficiava de uma larga influência entre as massas camponesas. E a burguesia búlgara, cerrando raivosamente os punhos e rangendo os dentes, aceitou partilhar o poder com a União Agrária, resignando-se, nos fins de 1919, à formação do gabinete de Stamboliiski em que participavam dois ministros burgueses, «homens de Estado experientes e de confiança» do governo agrário, esperando, depois de passado o temporal, conseguir recuperar todo o poder e ajustar as suas contas com o movimento operário e camponês.

Ora, depois de ter tomado o poder, a União Agrária, sob a pressão das massas camponesas que a seguiam e sob a influência do Partido Comunista, rompeu rapidamente a coligação governamental com a burguesia e estabeleceu sem o partilhar o seu poder camponês no país, obrigando a burguesia a ceder sem combate.

3. *A ATITUDE DO PODER AGRÁRIO PARA COM A BURGUESIA*

A União Agrária nasceu e desenvolveu-se na luta contra a burguesia e os seus Partidos. Devido à sua ideologia e à sua política, era uma organização puramente corporativa, camponesa, anticapitalista. Isso impunha muito naturalmente que o governo camponês que ela viesse a formar tivesse uma política intransigente em relação à burguesia.

Ora, apoiando-se no sistema burguês e sem prejudicar os seus fundamentos, o governo agrário de Stamboliiski distinguiu-se, em todas as suas medidas no campo da política interna e económica, por uma política de compromisso inaudita. A sua luta contra a burguesia consistia sobretudo no enfraquecimento dos Partidos burgueses e na sua desorganização, a ponto de estes não serem mais capazes de retomar o poder pela via parlamentar. Apesar dos discursos ruidosos e muitas vezes muito radicais de Stamboliiski, Daskalov e outros chefes da União Agrária, os bancos, as sociedades por acções e as grandes empresas capitalistas — principais forças económicas e de apoio da burguesia — não foram atingidas. O governo agrário instituiu um imposto sobre o capital e os rendimentos, imposto que rilhava os bens da burguesia, mas não recorreu à nacionalização dos bancos e das sociedades anónimas, nem mesmo à confiscação dos lucros acumulados durante a guerra. Instituiu uma lei de expropriação a baixo preço por motivos de utilidade pública, mas serviu-se dela sobretudo como medida de pressão política sobre os adeptos em destaque dos Partidos burgueses e não como uma reforma social e económica a valer, não indo até ao ponto de nacionalizar as terras e os grandes imóveis. Criou um consórcio cooperativo para a exportação e o comércio de cereais e deste modo prejudicou gravemente os grandes exportadores de cereais, mas simultaneamente deixou-lhes livre a exportação e o comércio privado do tabaco e não estabeleceu o monopólio sobre o comércio

externo no seu conjunto. Limitou a possibilidade do capital especulativo que se encontrava directamente nas mãos dos grupos financeiros burgueses, de beneficiar de créditos de Estado, mas não inquietou a própria especulação, autorizando os seus partidários enriquecidos, com a cumplicidade tácita dos antigos especuladores burgueses, a utilizar esse crédito para fins especulativos. Adoptou uma lei sobre a propriedade fundiária adquirida pelo trabalho, prejudicou alguns dos maiores proprietários fundiários, mas deixou a terra nas mãos da burguesia rural, dando a uma parte dos camponeses terras que a maior parte das vezes pertenciam às comunas e ao Estado e não pensando naturalmente recorrer à nacionalização geral das terras.

O governo agrário não empreendeu nenhuma reorganização notável do aparelho administrativo e militar do Estado, não se declarou contra a monarquia que veio a cobrir com a sua asa protectora a preparação e a realização do golpe de Estado. Neste aspecto, continuou a seguir a rotina dos governos burgueses. Limitou-se a substituir determinados altos funcionários da polícia, do corpo de gendarmes e do exército, conservando a sua antiga estrutura burguesa. Não criou um verdadeiro exército popular enquadrado por um comando fiel ao povo, que defendesse o poder camponês de um possível ataque por parte da burguesia. Nem sequer depurou o exército dos antigos oficiais burgueses e não se decidiu a substituí-los por sub-oficiais de origem camponesa, fiéis ao poder agrário. Não armou as massas trabalhadoras, para poder opô-las a qualquer tentativa de golpe de Estado burguês. A «Guarda Laranja», criada por Daskalov, composta por militantes agrários de choque, representava sobretudo uma guarda de parada, não armada e que, por ocasião do golpe de Estado de 9 de Junho, estava indefesa contra as forças armadas da burguesia. O governo de Stamboliiski, nomeadamente durante os dois últimos anos do seu regime, assentava o seu poder sobretudo na máquina parlamentar e na violência que o aparelho administrativo utilizava, e não na organização, no armamento e na iniciativa das massas populares. Submetendo-se ao desejo unânime do povo trabalhador, expresso por ocasião do referendo de 1922, em que 700 000 votos pediram que os ministros dos gabinetes burgueses do tempo da guerra dos Balcãs e da Grande Guerra fossem julgados e só 200 000 votaram contra, o governo agrário fez votar uma lei estipulando o julgamento dos responsáveis da guerra e das catástrofes, mas não se decidiu a instituir um verdadeiro tribunal popular com processo rápido e, embora se mantivesse no poder três anos, esse grande processo político não se realizou.

No domínio da política externa, o governo de Stamboliiski manteve-se inteiramente dependente da Entente, sobretudo da França. Por sugestão da França, não só recusou estabelecer relações entre a Bulgária e a Rússia Soviética, como tolerou vários actos hostis para com esta última. Recebeu no país uma parte do exército branco do general Wrangel (10 000 homens), que tinha a sua própria organização militar, as suas escolas militares e tribunais no território búlgaro, que conspirava contra a Rússia Soviética, se preparava para participar na intervenção contra-revolucionária e foi, mais tarde, largamente utilizado pela burguesia por ocasião do golpe de Estado contra o próprio governo de Stamboliiski. Em vez de uma sã política balcânica, de acordo com todos os povos balcânicos, com base na sua união numa federação pan-balcânica, Stamboliiski procurava o acordo com os imperialistas sérvios, sacrificando os principais interesses vitais do movimento de libertação do povo macedónio e agitando a velha palavra de ordem nacionalista burguesa de um acesso da Bulgária ao Mar Egeu que deterioraria as relações da Bulgária com a Grécia. A política externa do governo agrário correspondia inteiramente aos interesses e às concepções da burguesia búlgara «ententophila» e tinha portanto o seu apoio.

Durante o último período do seu poder, o governo agrário achou-se cada vez mais sob a influência de camponeses enriquecidos e dos seus partidários que se entregavam, com os antigos especuladores burgueses, a tráficos financeiros e comerciais especulativos. De facto, foram estabelecidos pontos de contacto e um elo entre os círculos dirigentes da União Agrária e determinadas esferas burguesas. Uma parte dos chefes agrários, com Turlakov, Tomov e Manolov à cabeça, que não acreditavam na solidez do poder camponês independente, era resolutamente favorável à reconciliação com a burguesia e até mesmo a uma coligação governamental da União Agrária com os Partidos burgueses. O governo de

Stamboliiski, que continuava a ter uma atitude negativa para com os Partidos burgueses que considerava politicamente batidos e desorganizados, procurava, em contrapartida, de um modo sistemático, atrair os grupos financeiros e industriais da burguesia por meio de uma série de concessões económicas, da colaboração nos bancos, nas sociedades anónimas e nas empresas capitalistas ligadas à agricultura, não perdendo nenhuma ocasião para demonstrar que não desejava ser um governo agrário estreitamente corporativo e que era perfeitamente capaz de também defender os interesses das «camadas produtoras» da própria burguesia. Deste modo, afastava-se cada vez mais das massas trabalhadoras e da imensa maioria dos camponeses pobres, organizados na União Agrária, minando inconsciente e progressivamente as próprias bases do seu poder camponês e contribuindo para a realização dos planos burgueses de golpe de Estado.

4. *O PODER AGRÁRIO E O PROLETARIADO*

A luta resoluta do proletariado contra a burguesia, sob a direcção do Partido Comunista, contribuiu incontestavelmente e em grande medida para a passagem do poder para as mãos da União Agrária. Depois da formação do governo agrário, essa luta, paralelamente à propaganda e à crítica comunistas, que enfraqueciam a burguesia e a isolavam cada vez mais das massas populares, era capaz de contribuir para a consolidação das posições do poder agrário contra os ataques da burguesia.

Esta própria circunstância demonstrava já claramente que, no que diz respeito à burguesia, o proletariado e as massas camponesas tinham interesses comuns, que deviam avançar juntos e actuar unindo os seus esforços, e que a União Agrária não podia ter outro aliado fiel que não fosse o proletariado e a sua organização política — o Partido Comunista. Ora, os chefes da União Agrária, partindo apenas do simples facto de os camponeses representarem a grande maioria da população do país, estavam persuadidos de que o poder agrário se podia e devia afirmar absolutamente independente. Pensavam que o poder agrário era igualmente ameaçado pela

burguesia e pelo proletariado. Mais ainda, paralelamente ao enfraquecimento e à desorganização dos Partidos burgueses, o Partido Comunista aumentava incessantemente e estendia rapidamente a sua influência entre as massas trabalhadoras; e o governo de Stamboliiski receava muito mais o proletariado que lutava pela reorganização da sociedade, pelo estabelecimento do poder soviético no país, do que a burguesia que só procurava recuperar o poder perdido. Stamboliiski, Daskalov e outros chefes da União Agrária não tiraram nenhuma lição da história dos movimentos camponeses, não desejavam tirar proveito das preciosas lições da revolução russa de Outubro, que mostrou que a burguesia pode ser definitivamente derrotada e impedida de causar prejuízos apenas pela aliança entre operários e camponeses e que as massas camponesas não podem deter sozinhas o poder sem a direcção do proletariado, cuja união é forjada na própria produção, concentrado sobretudo nas cidades, melhor organizado, mais consciente e activo. Durante toda a existência do poder agrário na Bulgária, a sua política não adoptou a linha da aproximação entre o proletariado e o campesinato contra o seu inimigo comum — a burguesia e o capitalismo —, mas, muito pelo contrário a linha da desunião cada vez maior, do afastamento e da oposição.

O primeiro grande conflito entre o governo agrário e o proletariado deflagrou durante a greve geral dos ferroviários (7). Nesta ocasião, participavam no governo de Stamboliiski três ministros burgueses que o incitaram a combater encarniçadamente os ferroviários firmemente apoiados por todo o proletariado e por todos os outros trabalhadores das cidades e dos campos organizados no Partido Comunista. O governo agrário recusou entrar em conversações com as organizações sindicais dos ferroviários sobre as suas modestas reivindicações, facto que teria podido evitar a própria greve. Quando a greve rebentou, o governo perseguiu em massa os ferroviários em luta. Para preservar o «prestígio do Estado», mobilizou os grevistas e quis à força, tal como a soldados mobilizados, fazê-los retomar o trabalho. Quando os ferroviários mobilizados recusaram apesar de tudo e unanimemente submeter-se, o governo tentou manter o tráfico ferroviário com

o auxílio de fura-greves recrutados entre os partidários da União Agrária. As famílias dos grevistas foram expulsas em pleno Inverno, das suas habitações que pertenciam ao Estado. Os partidários desenfreados de Stamboliiski riam-se das mulheres e dos seus filhos e houve mesmo casos de estupro. Os organizadores da greve foram presos, torturados e julgados em tribunal militar. A manifestação do proletariado de Sófia por altura da declaração de greve foi provocada pela polícia e pelos agentes da polícia secreta sob a direcção do próprio prefeito, que lançaram várias bombas e, em seguida, acusaram os manifestantes desta acção. Os agentes do governo fizeram ir pelos ares pontes ferroviárias para em seguida acusarem os grevistas de terem cometido atentados e destruições, e justificar as medidas coercitivas contra os grevistas. A grande greve política de solidariedade com os ferroviários em luta foi abafada pelas forças armadas. E quando, depois de 50 dias de luta heróica, a greve dos ferroviários terminou com a sua capitulação, o governo agrário registou este resultado no seu grande activo, enquanto a burguesia rejubilava.

Tendo enveredado por esta via, o governo de Stamboliiski continuou a aprofundar o abismo que separava o poder camponês da classe operária. Não ligava nada à legislação do trabalho que protegia o trabalho operário. Para não irritar os industriais, não fez nada de sério para aplicar as próprias leis existentes e recusou-se a fixar a data das eleições dos inspectores do trabalho, previstas pela lei.

A sua atitude para com os sindicatos operários também era hostil, muito especialmente para com as uniões dos operários e funcionários de Estado e nomeadamente para com a União dos Mineiros onde estavam organizadas as massas operárias das grandes minas de Estado «Pernik». A administração destas procurava criar, com o apoio do governo, sindicatos separatistas e opunha-os aos sindicatos operários existentes.

Para desferir um golpe no movimento operário em Sófia, capital da Bulgária, os agentes do governo de Stamboliiski, com a participação directa da polícia, atacaram, saquearam e incendiaram, no dia 24 de Maio de 1921, a Casa do Povo, onde se encontrava a sede dos sindicatos operários, da cooperativa operária «Osvobojdénie» e do Partido Comunista e a sua tipografia, os seus depósitos de papel e os seus armazéns.

O governo criou todos os obstáculos possíveis e imagináríos à cooperativa «Osvobojdénie» cuja actividade frutuosa crescia em todo o país, e que os comerciantes privados e os especuladores não podiam suportar. Recusou à cooperativa «Osvobojdénie» as concessões e os privilégios por ele próprio concedidos às cooperativas agrícolas e, por altura do termo do seu poder, preparou a sua liquidação e a expropriação do imponente edifício da Casa do Povo, construído no mesmo local da antiga Casa do Povo incendiada.

Mas a inimizade do poder agrário em relação ao proletariado manifestou-se do modo mais insensato por ocasião da luta pelos conselhos municipais. Desde 1919, que o proletariado urbano, conduzindo pelo Partido Comunista, se tinha empenhado numa dura luta sem tréguas contra a burguesia pela conquista dos conselhos comunais. Por ocasião das eleições, as municipalidades passaram umas após outras para as mãos do Partido Comunista. Nos fins de 1921, quase todas as municipalidades do país, à excepção de Sófia, tinham sido arrancadas às mãos da burguesia e eram postas ao serviço do proletariado e das outras camadas trabalhadoras das cidades. Os conselhos municipais comunistas empreenderam modificações radicais na política económica, fiscal e social das comunas. Lançavam todo o peso dos encargos municipais sobre os proprietários e os ricos. Abriam armazéns comunais, criavam empresas municipais para contrabalançar a especulação do capital privado. Melhoravam as condições sanitárias, a iluminação, os transportes públicos e o abastecimento de água dos bairros operários. Desenvolviam o ensino público e criavam cantinas e colónias de férias gratuitas para a juventude escolar das massas trabalhadoras. Velavam pela protecção do trabalho, criavam farmácias e hospitais municipais, melhoravam a situação dos empregados municipais, etc.

As municipalidades comunistas tornaram-se organizações para a defesa dos interesses das massas trabalhadoras e para a elevação da sua cultura e do seu bem-estar e representavam posições sólidas na luta contra a burguesia, a exploração e a especulação capitalistas. É evidente que a burguesia se sen-

tia gravemente atingida. Estava muito descontente, e o seu ódio ao proletariado e pelo Partido Comunista não tinha limites.

Ora, o governo agrário também se revelou descontente com a existência e a consolidação dos conselhos municipais proletários, quando era por demais evidente que a tomada da gestão municipal pelo proletariado era um êxito particularmente importante e uma condição imensamente favorável à consolidação da força e do poder do povo trabalhador. O governo de Stamboliiski empreendeu uma campanha sistemática contra as municipalidades que se encontravam nas mãos do proletariado. O Ministério do Interior recusava homologar os orçamentos dos conselhos municipais comunistas. Truncava e paralisava os seus projectos económicos e as suas medidas sociais. Isentava a burguesia dos impostos que a atingiam. A sua polícia inquietava incessantemente e perseguia os presidentes da Câmara comunistas e os seus adjuntos, e, finalmente, o governo suspendeu uma após outra e mandou dispersar pela polícia as municipalidades comunistas e confiou a sua gestão a comissões provisórias governamentais, compostas por partidários da União Agrária e por representantes dos Partidos burgueses. Dentro em breve, em consequência desta política insensata do governo agrário, a burguesia voltou a tornar-se, de facto, a senhora incontestada das municipalidades, com o auxílio das quais não só podia preservar os seus interesses em prejuízo dos das massas trabalhadoras, como também conspirar contra o poder agrário.

Na sua cegueira e sob a influência dos camponeses desafogados e dos elementos burgueses e especuladores que se tinham introduzido nas fileiras da União Agrária, o governo de Stamboliiski, alguns meses antes do golpe de Estado, reforçou ainda mais a sua campanha contra o proletariado e o Partido Comunista. Por ocasião da campanha eleitoral de Abril de 1923, Stamboliiski apresentou-se com um plano original de destruição do comunismo na Bulgária. Publicou um «projecto de lei especial das comunas» que devia ser adoptado pelo parlamento recentemente eleito e segundo o qual as terras, o inventário agrícola e todos os bens dos membros do Partido Comunista deviam ser confiscados, enquanto que os comunistas iam ser deportados para determinadas regiões do país para aí «organizarem comunas» segundo «os ensinamentos do comunismo», para citar textualmente o projecto de lei. Na véspera das próprias eleições, sob a ordem do governo, a polícia e os presidentes das câmaras das aldeias faziam as listas dos membros e dos simpatizantes do Partido Comunista abrangidos pelo projecto de lei apresentado às massas camponesas pelos agentes do governo como já tendo entrado em vigor...

Facto particularmente característico, tudo isto sucedia precisamente no momento em que a burguesia ideológica e politicamente derrotada, uma vez perdida toda a esperança de recuperar o poder pela via parlamentar, preparava febrilmente um golpe de Estado militar para derrubar o governo agrário. Tudo isto era feito pelo governo no momento em que o Partido Comunista tinha começado a dar o alarme, alertando publicamente o governo e as massas sobre as intenções conspirativas da burguesia e, por duas vezes (no Outono de 1922 e no início de 1923), conseguiu, com as suas revelações e as suas acções de massas, evitar o golpe de Estado em preparação. Isso sucedeu precisamente quando o Partido Comunista insistia na necessidade de uma luta comum dos operários e camponeses, de um trabalho em comum da União Agrária e do Partido Comunista e de todo o movimento operário contra as conspirações das cliques militares e burguesas. Como se tivessem perdido todo o senso comum, Stamboliiski e os outros chefes da União Agrária e os governantes agrários, à medida que se aproximava a ruína que a burguesia lhes preparava, entregavam-se com um cada vez maior ardor à sua hostilidade em relação ao proletariado.

Com a sua conduta, suscitaram a hostilidade das massas contra o poder agrário, hostilidade que em grande medida contribuiu para o erro histórico, fatal e irreparável que o Partido Comunista viria a cometer quando adoptou, por ocasião do golpe de Estado de 9 de Junho de 1923, *uma posição de neutralidade* (absolutamente ao contrário da sua atitude de Novembro de 1922 e de Janeiro de 1923), em vez de utilizar as suas forças consideráveis e a sua influência tão grande sobre as massas para as levar a oporem-se, firmemente e pelas armas, ao golpe de Estado burguês.

5. *A UNIÃO AGRÁRIA E O MOVIMENTO MACEDÓNIO*

Um dos maiores problemas dos Balcãs, de uma importância decisiva para toda a política interna e externa dos Estados balcânicos, é *a questão nacional*. Durante decénios, esta questão foi para a Bulgária, nomeadamente a *questão macedónia*. O movimento macedónio esteve estreitamente ligado à Bulgária e ao povo búlgaro desde os primeiros dias do seu aparecimento, por um lado, devido ao facto de haver na Bulgária uma emigração macedónia que se elevava a várias centenas de milhares de pessoas, que sonhavam com a liberdade nacional e a independência para a Macedónia, e, por outro, devido às ligações da burguesia búlgara com os dirigentes do movimento macedónio e a sua utilização para os fins da sua política nacionalista.

Se, durante muito tempo, até mesmo o Partido Comunista teve uma atitude errónea em relação ao movimento macedónio cuja importância subestimou (o que explica o atraso com que nele começou a participar, para o auxiliar a libertar-se da nefasta influência da burguesia búlgara), a União Agrária não só subestimou a sua importância, como adoptou uma posição abertamente hostil. Por causa de Todor Alexandrov e de outros inspiradores burgueses da própria Organização macedónia, da emigração macedónia e de todo o movimento macedónio que ela representava como estando na origem das grandes desgraças do povo búlgaro no passado. Cegos pelas árvores, os chefes da União Agrária não conseguiram ver a floresta. Esqueceram que as massas trabalhadoras e o governo saído do povo não podem ser estranhos na Bulgária ao destino do povo macedónio que luta contra a opressão nacional, não se podem desinteressar da questão macedónia, uma vez que a liberdade e a independência do próprio povo e dos outros povos balcânicos dependem em grande parte da sua solução.

Através do seu ministro do Interior, Alexandre Dimitrov, o governo agrário declarou guerra à Organização macedónia. Empreendeu perseguições sistemáticas contra os militantes macedónios, restringiu a actividade da Organização macedónia e ameaçou abertamente destruí-la.

Ao mesmo tempo, o governo de Stamboliiski esforçava-se por melhorar as relações entre a Bulgária e a Jugoslávia, precisamente à custa dos interesses do movimento macedónio. Concluiu com o governo de Belgrado um acordo segundo o qual se comprometia a não autorizar nenhuma actividade da organização macedónia em território búlgaro e até mesmo na parte búlgara da Macedónia (no distrito de Petritch) e de perseguir e destruir os grupos insurrectos, perseguidos pelos exércitos jugoslavos e que passassem da Macedónia sérvia para a Macedónia búlgara.

Com a sua política sobre a questão macedónia, o governo agrário separou-se da imensa maioria da emigração macedónia na Bulgária e facilitou a vida a Todor Alexandrov que ergueu contra o governo agrário toda a Organização macedónia de que foi vítima, ainda enquanto Stamboliiski estava no poder, o ministro do Interior, morto por ordem dos dirigentes da Organização macedónia.

A burguesia utilizou habilmente este conflito entre o governo agrário e a Organização macedónia. Conseguiu convencer os militantes macedónios de que derrubar o governo de Stamboliiski era uma condição «sine qua non» do desenvolvimento livre do próprio movimento macedónio e da preparação da luta armada pela libertação da Macedónia. Deste modo a burguesia ligou a si ainda mais estreitamente a Organização macedónia, conquistou-a completamente para a causa do golpe de Estado em preparação e serviu-se das suas forças bem armadas para realizar o golpe de Estado, bem como para aterrorizar as massas populares e decapitar o seu movimento depois do golpe de Estado.

6. *O GOLPE DE ESTADO DA BURGUESIA E A SUA DITADURA MILITAR*

Nos fins de 1919 a burguesia consentiu de boa vontade em partilhar o poder com a União Agrária, em seguida cedeu sem luta todo o poder a Stamboliiski, porque se achava sob a ameaça directa das massas populares arruinadas e da revolução operária e camponesa. Ora, no final de 1922 e no início de 1923, quando esse perigo já estava passado, já não podia

e já não queria tolerar o poder camponês. Agora já não se podia contentar com as concessões económicas que o governo de Stamboliiski lhe fazia. Além disso, sabia que a desagregação do poder camponês e o crescente descontentamento das massas, provocado pela sua política de meias-medidas, faziam aumentar cada vez mais a influência do Partido Comunista e reforçavam o desejo das massas trabalhadoras de ver realizar-se a total expropriação económica e política da burguesia, o seu esmagamento definitivo.

Foi por isso que a burguesia, que também não tinha poder no Parlamento, concentrou a sua atenção e os seus esforços na preparação das condições que lhe iam permitir, usando a violência, derrubar o governo agrário e destruir o movimento organizado das massas operárias e camponesas no país. Para este efeito, mobilizou, com a protecção do Palácio, os oficiais do exército regular e um grande número de oficiais de reserva, reformados em consequência da redução do exército. Serviu-se dos russos de Wrangel (10 000 homens) que se encontravam no país. Conquistou totalmente para a sua causa a Organização macedónia armada. Assegurou-se do apoio da Inglaterra e da Itália, descontente com a política de Stamboliiski devido à sua aproximação da Jugoslávia — agente da França nos Balcãs. A Inglaterra, que tinha necessidade dos Balcãs para consolidar a sua influência na Ásia Menor contra a Turquia renascente e para construir uma base sólida na sua luta contra a U. R. S. S., via um obstáculo no governo de Stamboliiski e no Partido Comunista de massas na Bulgária e deu o seu total apoio à conspiração que a burguesia búlgara fomentava.

Depois de assim se ter preparado, tanto no interior como no exterior, a burguesia búlgara só esperava o momento de passar à acção. Além disso, a política antiproletária e antimacedónia de Stamboliiski criava rapidamente uma atmosfera psicológica favorável a um golpe contra o governo agrário. As ilusões e o apaziguamento enganador que se apoderaram dos chefes da União Agrária e dos ministros agrários depois da sua vitória sobre os Partidos burgueses nas eleições de Abril de 1923, a sua certeza de que as posições do seu poder eram doravante inabaláveis, forneceram a oportunidade para um golpe de Estado militar inesperado contra o governo

agrário. Para isso também contribuiu o facto de Stamboliiski, ao lutar contra o proletariado e o Partido Comunista e ao não confiar nenhuma arma às massas operárias e camponesas, se ter permitido o enorme disparate de deixar, de facto, o exército e as forças armadas do país nas mãos dos antigos oficiais, fiéis à burguesia. É assim que, no dia 9 de Junho, um bando de banqueiros e de especuladores cúpidos, de generais que tinham falido durante a guerra e de professores sedentos de uma carreira política fácil, apoiando-se na liga militar que conspirava, nos wrangelistas e na Organização macedónia na Bulgária, derrubou por um golpe de Estado militar o governo agrário parlamentar de Stamboliiski, apoderando-se numa noite, à maneira dos facínoras, do poder, assassinando Stamboliiski e um determinado número de deputados e de dirigentes agrários, enchendo as prisões com milhares de operários e de camponeses que se tinham oposto ao golpe de Estado e submetendo o povo búlgaro à ditadura militar. O lugar do governo agrário foi ocupado pelo governo de Tzankov, formado nessa ocasião por todos os Partidos burgueses, incluindo o Partido Social-Democrata, e representados no parlamento por apenas 30 deputados num total de 245. A grande maioria do povo búlgaro estava resolutamente contra o golpe de Estado perpetrado, mas as massas que se tinham levantado estavam desarmadas, desorganizadas, sem dirigentes e foram rapidamente esmagadas.

Sabendo perfeitamente que o novo governo não podia contar com nenhum apoio do povo, que, de facto, a sua base social só se estendia à restrita camada da burguesia financeira, industrial e especulativa, definitivamente comprometida aos olhos das massas populares e execrada por causa das duas guerras catastróficas (a guerra dos Balcãs de 1912-1913 e a Grande Guerra de 1914-1918), o governo de Tzankov empreendeu a consolidação do seu poder pela *destruição física* de todas as forças populares organizadas, entregando o país à acção da sua organização militar conspirativa e do seu organismo central, chamado a «pequena convenção», órgão central de organização e perpetração de assassínios de adversários activos do governo.

Considerando que ao decapitar a União Agrária por ocasião do golpe de Estado, a organização de massas dos camponeses

búlgaros estava esmagada, o bando de banqueiros, de generais e de professores passou à preparação das condições indispensáveis ao esmagamento do movimento operário — o Partido Comunista, os sindicatos operários, a cooperativa operária «Osvobojdénie», a organização da juventude, bem como a imprensa operária largamente difundida, e que tinha *uma tiragem duas vezes maior* do que a de todos os jornais burgueses e sociais-democratas juntos.

Deste modo, três meses apenas depois do golpe de Estado de Junho — a 12 de Setembro de 1923 — o governo de Tzankov, sob o falso pretexto de que o Partido Comunista tinha fixado para essa data uma insurreição armada com o fim de estabelecer o poder soviético na Bulgária, prendeu mais de 2000 militantes do movimento operário (deputados, conselheiros distritais e comunais, presidentes de câmaras, jornalistas, secretários do Partido e dos sindicatos, etc.), fechou os clubes operários e transformou-os em postos da polícia, confiscou os bens, a tipografia, os fundos e os arquivos das organizações do Partido e dos sindicatos operários, proibiu os seus jornais, bem como toda a actividade no futuro, empreendendo ao mesmo tempo uma repressão maciça contra milhares dos seus membros e dos seus partidários em todo o país.

Deste modo, *o governo de Tzankov provocou em 1923 a Insurreição de Setembro dos operários e dos camponeses búlgaros que se ergueram para a defesa dos seus direitos e das suas liberdades deliberadamente espezinhadas, para a defesa da sua existência legal.*

Depois de ter esmagado a insurreição popular com o auxílio dos wrangelistas e dos bandos armados da Organização macedónia, o governo de Tzankov massacrou vários milhares de militantes operários, de camponeses e de intelectuais anteriormente presos, expulsando milhares de outros para o estrangeiro.

Com a continuação, a própria Organização macedónia, de que a burguesia tanto se tinha servido na sua guerra contra o povo trabalhador búlgaro por ocasião do golpe de Estado e no período que se seguiu, começou a tomar consciência dos seus erros e a orientar-se para uma política independente nacional revolucionária, barrando assim a via ao

desejo de Tzankov de se assegurar o apoio da Jugoslávia — o governo de Tzankov, sentindo que já dispunha de suficientes forças armadas próprias, atacou-a sem escolher os meios. Em Setembro de 1924, foi o instigador do assassínio, de Todor Alexandrov e serviu-se disso para acusar os militantes macedónios de esquerda, para destruir em massa a elite da Organização macedónia, para a privar da sua base no distrito de Petritch, para a esmagar e, deste modo desferir um golpe terrível em todo o movimento macedónio.

Mas, depois de tudo isso, o regime não conseguiu pacificar o país e governar tranquilamente. Pelo contrário, o descontentamento e o rancor do povo contra o regime terrorista aumentava sempre. As massas operárias e camponesas, que tinham tirado uma salutar lição da sua amarga experiência, compreendendo que a causa da sua derrota estava na sua desunião, continuavam, ao unirem as suas forças, a luta contra os carrascos e pela conquista dos seus direitos e das suas liberdades roubadas.

A esta luta legítima de autodefesa, o governo de Tzankov respondeu durante vinte meses com violências e crueldades impossíveis de descrever, com assassínios políticos sem fim e com provocações de uma impertinência sem limites. Depois do atentado perpetrado na catedral de Sófia, a vingança da burguesia abateu-se uma vez mais sobre a classe operária e as massas camponesas, de novo desencadeada sob a forma de um massacre de operários e das massas camponesas do país, cujos horrores ainda hoje continuam.

Foi precisamente deste modo que a burguesia búlgara conseguiu destruir o poder camponês, impor ao povo a sua ditadura militar e, ao esmagar consecutiva e separadamente os movimentos camponês, operário e macedónio nacional, prolongar por mais um tempo o seu sangrento domínio.

7. *CONCLUSÃO*

O que atrás expusemos torna as lições a tirar da experiência do poder camponês e dos sangrentos acontecimentos na Bulgária perfeitamente claras. Essas lições resumem-se sobretudo ao seguinte:

1. *Os camponeses, seja qual for a sua organização, não são, só por si, capazes de conservar por muito tempo o poder.* As massas camponesas, dispersas por milhares de aldeias, isoladas dos centros urbanos, não têm influência directa sobre a indústria e o transporte, e o seu poder isolado, por não dispor do apoio real indispensável e por se encontrar de facto como que num enclave inimigo, não pode solucionar os complexos problemas do governo e continua a ser incapaz de organizar a sua defesa contra a burguesia. Só na aliança com o proletariado e sob a sua direcção consciente, enérgica e determinada é que as massas camponesas poderão libertar-se da opressão da burguesia e tornar-se realmente um factor dominante no país, livre e completamente senhora do seu destino, tal como o mostra o exemplo da U. R. S. S.

2. *Não se pode afastar a burguesia do poder com meias-medidas, conservando a base do sistema burguês.* Ao manter o seu poder económico, esta encontrará forças suficientes para recuperar o poder que, em determinadas circunstâncias difíceis, se viu temporariamente forçada a abandonar. *Só a total expropriação económica e política da burguesia permitiria torná-la definitivamente inofensiva para as massas populares.*

3. *A burguesia* num determinado país, mesmo depois de ter falido completamente, ideológica e politicamente, mesmo depois de completamente isolada das massas populares, absolutamente fraca, tanto politicamente como no Parlamento, *pode impor a sua ditadura ao povo trabalhador, se as forças deste estiverem desunidas, se existir uma desconfiança e hostilidade recíprocas entre as massas camponesas, o proletariado e as nacionalidades oprimidas.* Irremediavelmente comprometida aos olhos do povo trabalhador, ideológica e politicamente derrotada, afastada do poder durante três anos, a burguesia búlgara serviu-se habilmente do isolamento do poder camponês, da sua atitude hostil para com o proletariado e o movimento macedónio, da ausência de uma aliança fraterna entre os camponeses e os operários e conseguiu recuperar o poder, esmagar sucessivamente as massas camponesas, o

proletariado e o movimento macedónio e afogar o povo em sangue.

4. *A vitória sobre a burguesia e o estabelecimento de um poder operário e camponês só são possíveis pela aliança inabalável do proletariado e do campesinato.*

Os operários búlgaros, os camponeses e os macedónios oprimidos pagaram caro esta sangrenta lição da história. Mas aprenderam muito, e a sua frente única contra a burguesia foi selada para sempre pelo sangue vertido em borbotões. O povo trabalhador búlgaro só vê hoje a sua salvação contra o brutal terror fascista nessa indestrutível frente única, é apenas nela que põe a esperança da sua libertação definitiva do jugo do capital.

Os camponeses, os operários e as nacionalidades oprimidas dos Balcãs e de *todos* os outros *países* tirarão das cruéis provações sofridas pelo povo trabalhador búlgaro, do falhanço da experiência da Bulgária, dos erros fatais da União Agrária e do Partido Comunista, resumindo *da lição búlgara, preciosos ensinamentos sobre a única via justa a seguir na sua própria luta de libertação.*

Krestianski International
N.° 6-9, 1925.
Assinado: J. Dimitrov.

Traduzido do texto de:
J. Dimitrov, *Obras*, t. VIII.
Edições do P. C. B.
1953, pp. 126-160.

O PROCESSO CONTRA O COMITÉ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA BÚLGARO

O gabinete de Tzankov dava a maior importância ao processo contra os antigos membros do Comité Central do Partido Comunista Búlgaro. Este processo devia mostrar a todo o mundo que o levantamento de Setembro, provocado em 1923 pelo governo de Tzankov, era obra do Comité Central do Partido Comunista Búlgaro, que o tinha, supostamente, preparado há já muito tempo e proclamado «por ordem de Moscovo».

Com este processo o governo também queria demonstrar que tinha todos os motivos para ilegalizar o Partido Comunista Búlgaro, as organizações operárias e camponesas dos jovens, os sindicatos e a cooperativa operária «Osvobojdénie».

Finalmente, com este processo, o governo esforçava-se por provar que não era a burguesia, com o seu golpe de Estado militar de 9 de Junho de 1923 e o terror exercido sobre as camadas populares, mas sim o Partido Comunista Búlgaro quem era culpado da guerra civil e da anarquia em que o país mergulhava, porque, «desde o momento da sua adesão à Internacional Comunista e da adopção do programa e da táctica desta (1919), tinha decidido a insurreição armada, tinha iniciado a sua preparação e formado organizações secretas para perpetrar atentados e assassínios na pessoa dos representantes da burguesia».

Tzankov esforçava-se por apresentar o Partido Comunista Búlgaro como um «grupo de conspiradores» que organizava conspirações, atentados e assassínios, para justificar, sob o pretexto de legítima «defesa do Estado», os actos arbitrários,

a feroz repressão, os assassínios de operários e de camponeses a que se entregavam os seus bandos.

Durante um ano e meio, os juízes inquiridores tzankovistas revistaram os arquivos confiscados ao Comité Central e à organização do Partido Comunista Búlgaro para neles encontrarem os materiais e documentos indispensáveis que pudessem confirmar a acusação formulada. Como resultado deste longo trabalho, tinha sido estabelecido um enorme acto de acusação contra o Partido Comunista, que encerrava um grande número de citações deformadas do programa e das resoluções dos congressos do Partido, mas sem provas.

A data do processo do Comité Central do Partido Comunista Búlgaro foi finalmente fixada. O tribunal civil de Sófia tinha sido encarregado deste, visto os actos atribuídos ao Comité Central se referirem a uma época em que nem o estado de sítio, nem o regime de excepção da «Lei para a defesa do Estado» tinham sido proclamados no país.

Apesar dos desejos e das expectativas de Tzankov e dos seus acólitos, a instrução judiciária teve que desmentir integralmente a acusação tendenciosa, totalmente forjada contra o Partido Comunista Búlgaro. Não restava nada das provas escritas «irrefutáveis que o general Russev então apresentava com grande algazarra e que «deviam provar a responsabilidade do Partido Comunista Búlgaro no levantamento de Setembro», estabelecendo a pressuposta existência de uma «ordem de Moscovo» e «denunciando», de um modo geral, «o carácter conspirativo do Partido». Só uma testemunha apoiava a acusação perante o tribunal — o inquiridor tzankovista que tinha interrogado os membros do Partido Comunista presos...

Além disso, as próprias testemunhas burguesas, como Boian Smilov, do Partido Nacional-Liberal, ex-membro do gabinete tzankovista, e Kosturkov, chefe do Partido Radical eram obrigadas a reconhecer perante o tribunal que em Setembro de 1923, as massas tinham sido forçadas ao levantamento em consequência das medidas arbitrárias do governo e que era sobre este que recaía a responsabilidade dos acontecimentos de Setembro.

Na sua defesa, que, aliás, foi uma brilhante defesa do Partido Comunista, do Komintern e do comunismo e uma

esmagadora acusação contra o regime terrorista de Tzankov e a sanguinária burguesia búlgara, o camarada Kabaktchiev demonstrou, com factos e argumentos irrefutáveis como prova, que o governo de Tzankov tinha chegado ao poder por um golpe de Estado militar, contra a vontade da grande maioria do povo búlgaro; que tinha procurado conscientemente destruir o Partido Comunista — Partido das massas. A insurreição de Setembro de 1923, que tinha rebentado em resposta a essa provocação, não era de modo algum o fruto de uma conspiração — tal como o era o golpe de Estado militar de 9 de Junho — mas *um movimento das massas populares.* A sua proclamação não podia ser atribuída a este ou àquele comunista, como também não o podia ser a todo o Partido Comunista, porque o movimento popular nunca é um acto arbitrário de indivíduos ou de Partidos. O Partido Comunista Búlgaro só tinha cumprido o seu dever tomando lugar ao lado das massas, revoltadas contra os tiranos. *Não queria que se repetisse o erro fatal de 9 de Junho em que se tinha esquecido de se declarar activamente contra o golpe de Estado militar dos inimigos do povo. O Partido Comunista Búlgaro tinha actuado muito justamente ao participar no levantamento de Setembro, dedicando-se a imprimir-lhe um carácter organizado e tomando a sua direcção.*

O processo contra o Partido Comunista Búlgaro tornou-se, de facto, um processo contra o regime de Tzankov. Isto era de tal modo evidente que os órgãos da assim chamada oposição legal *(Narod, Epokha, Radical, Zname, Nezavissimost),* que não tinham parado até então a sua repugnante campanha contra o Partido Comunista Búlgaro, achavam muito pouco cómodo comunicar informações, fossem estas quais fossem, sobre o processo e, de um modo geral, preferiam calar-se, enquanto a imprensa governamental se limitava a breves notícias confusas e obscuras. Pelos mesmos motivos, o governo tinha recusado a entrada na sala de audiências aos juristas alemães, ingleses, franceses, suíços e checoslovacos, que tinham manifestado o desejo de assumir a defesa dos acusados membros do Comité Central do Partido Comunista Búlgaro.

Contudo, nada disso impediu o procurador de exigir, com a arrogância própria dos carrascos de Sófia, a pena capital

para os membros do Secretariado Político (os camaradas Kabaktchiev, Kolarov, Lukanov, Dimitrov), e muitos anos de prisão para os outros membros do Comité Central (os camaradas Penev, Ivanov, Kirkova). Tudo isto também não impediu o tribunal de considerar como estabelecido que a «ordem» de levantamento tinha sido dada pelo Secretariado Político, de condenar os seus membros a 12 anos de prisão maior e de absolver «generosamente» os outros três membros do Comité Central, entregando-os às mãos dos bandidos tzankovistas que suprimiram, sem nenhuma forma de processo, os adversários perigosos para Tzankov...

O tribunal de Sófia não podia, claro está, não reconhecer formalmente o Partido Comunista Búlgaro como responsável pela insurreição de Setembro. Uma absolvição, neste processo do Comité Central do Partido Comunista Búlgaro, significaria uma confissão oficial da responsabilidade do governo de Tzankov no que diz respeito aos numerosos crimes por ele perpetrados sobre as massas trabalhadoras búlgaras. E Tzankov não o podia admitir. O tribunal tinha encontrado a saída da estúpida situação em que tinha sido colocado por esse processo grosseiramente tendencioso, pronunciando uma sentença «generosa», embora para «semelhantes crimes» a lei o autorizasse a infligir aos acusados penas de prisão perpétua...

O processo contra o Comité Central do Partido Comunista Búlgaro, nesta primeira instância que inclui o recurso e a cassação, veio desmascarar uma vez mais e de modo ainda mais flagrante esse governo da arbitrariedade, dos aventureiros e dos falsificadores búlgaros.

Pravda
N.º 153,
de 8 de Julho de 1925.
Assinado: J. Dimitrov.

Traduzido do texto de:
J. Dimitrov, *Obras*, t. VIII.
Edições do P. C. B.
1953, pp. 165-169.

A SITUAÇÃO NA BULGÁRIA

A situação política na Bulgária acha-se actualmente sob o signo dos preparativos feitos com o objectivo de derrubar o governo de Tzankov. Isto revela-se inevitável tanto por razões de ordem interna como em consequência de uma pressão externa. O terror desenfreado exercido contra as massas, os numerosos assassínios de militantes operários e agrários, estão longe de terem conseguido pacificar o país. Esta linha de sangrenta vingança só aumentou o desespero das massas operárias e camponesas bem como a anarquia e a insegurança na Bulgária. Apesar da guerra sem tréguas que o exército, o corpo de gendarmes e a milícia levam a cabo contra o movimento insurreccional, apesar das leis draconianas contra aqueles que escondem e auxiliam os revolucionários perseguidos, os grupos insurreccionais políticos, segundo os próprios dados da imprensa governamental, continuam a operar nas diferentes regiões do país. Formam-se novos grupos insurreccionais para substituir os grupos desfeitos.

Os meios burgueses já estão esgotados e desiludidos. Reconhecem que a sua sangrenta vitória sobre as massas não passa de uma triste vitória à maneira de Pirrus. O poder terrorista não justificou as esperanças que nele se punham. Os jornais burgueses vêem-se obrigados a reconhecer que mesmo os actos de violência mais horríveis e mais cruéis não tinham sido capazes de quebrar a Frente Única das massas operárias e camponesas. É precisamente por isso que a decom-

posição no campo da «União Democrática» — Partido governamental, aumenta cada vez mais. A «União» desune-se cada vez mais e as suas partes constituintes não conseguiram formar um Partido. As contradições e as inimizades que dividem o campo governamental também se manifestaram no Parlamento. Essas divergências dividiram mesmo a única força real do governo: o corpo de oficiais. Uma parte dos oficiais coloca-se do lado do Partido Nacional-Liberal na oposição, enquanto uma outra, mais pequena, se orienta para os Partidos burgueses de esquerda. O próprio Partido Nacional-Liberal, que se apoia em determinadas camadas da grande burguesia, decompõe-se. Os antigos partidários de Stambolov e do doutor Guenadiev que foi morto, afastam-se para formar um outro partido, o Partido Liberal. É claro que contam constituir dentro em breve um factor importante nas combinações governamentais. A maior força do novo Partido Liberal consiste no facto de no seu campo se encontrar o general Lazarov, chefe da guarnição de Sófia, um dos principais organizadores do golpe de Estado de 9 de Junho, dirigente da facção dos oficiais descontentes com o governo de Tzankov e, sobretudo, do general Russev (actual ministro do Interior).

Os Partidos ditos de esquerda (os democratas chefiados por Malinov, os radicais e os sociais-democratas) são muito fracos, porque não têm o apoio das massas, hostis a seu respeito, sabendo que participaram no golpe de Estado de 9 de Junho e em numerosos assassínios cometidos em Setembro de 1923, que apoiaram Tzankov por ocasião da última campanha de sangrenta vingança desencadeada contra o movimento comunista e camponês. Sentindo a sua fraqueza, os Partidos de esquerda receiam a saída da actual situação pelas eleições. Receiam que as eleições levem a uma derrota para a União Democrática e para eles próprios e dêem a possibilidade às massas operárias e camponesas de manifestar no campo político e legal a força da sua Frente Única. Por estes mesmos motivos, os Partidos de esquerda não se conseguem decidir a formar um bloco capaz de tomar o poder.

Por outro lado, a diplomacia inglesa que até agora apoiava Tzankov e o seu regime acerrimamente terrorista e que conhece detalhadamente a situação real do país, também se deu conta de que a manutenção deste regime apenas reforça

o «perigo bolchevista» na Bulgária e nos Balcãs, que este corre o risco de levar a perigosas surpresas. Segundo a opinião da diplomacia inglesa, só a substituição do governo de Tzankov por um regime mais moderado poderia evitar o perigo, de outro modo inevitável, da cólera do povo, e já intercede energicamente por semelhante modificação.

O próximo gabinete desenha-se com uma nitidez cada vez maior. Na actual situação, a modificação só pode ser realizada por um novo agrupamento das forças militares, combinadas com as principais partes da União Democrática actualmente no governo. Sejam quais forem as circunstâncias, a burguesia não poderia decidir-se a confiar a sua sorte a Partidos de esquerda fracos que não têm nenhuma influência sobre as massas para nelas se poderem apoiar e que também não podem contar com as forças militares do país. Por isso lançam os seus olhares para Liaptchev (chefe da maioria parlamentar) e para o general Valkov (actualmente ministro da Guerra, organizador e alma da Liga Militar).

Provavelmente formar-se-á uma concentração burguesa de direita em torno de Liaptchev e de Valkov. O Partido Liberal recentemente criado e a ala direita da União Agrária também serão atraídos para esta. Embora continuando a apoiar-se nas forças militares, esta concentração poderia atenuar um pouco, pelo menos exteriormente, o actual regime terrorista. A combinação encarada é a mais provável modificação nas actuais condições. Permite seguir consequentemente a orientação inglesa na política externa da Bulgária, até agora praticada pelo governo de Tzankov, realizar até ao fim a aproximação baseada na iniciativa inglesa com a Jugoslávia e facilitar deste modo a Frente Antibolchevista dos Estados Balcânicos, sonhada pela diplomacia inglesa.

Entre os preparativos da próxima modificação, que deve sobretudo pôr fim à situação excepcional bem como aos assassínios nas ruas de militantes políticos comunistas e agrários conhecidos, é atribuído um grande papel à liquidação de numerosos processos intentados contra os «filiados da Frente Única» (comunistas e agrários) e à exterminação dos militantes políticos operários e agrários «perigosos» ainda vivos. Deste modo, seis comunistas e agrários presos foram há pouco tempo mortos na prisão de Samokov. O sexage-

nário Nicolas Gabrovski, antigo deputado comunista, um dos fundadores do velho Partido Social-Democrata na Bulgária, também foi morto, mas na sua residência. Está destinado o mesmo fim a toda uma série de outros militantes. Os tribunais militares funcionam febrilmente. Para além das sentenças de morte e de prisão perpétua já conhecidas, foram tornados públicos veredictos análogos nas cidades de Slivene, Haskovo, Berkovitza, Svichtov, etc. Presentemente, em Chumene, está aberto um grande processo contra 500 comunistas e agrários. O procurador pede a pena capital para 130 inculpados, a prisão perpétua para 100 e para todos os outros 10 a 15 anos de prisão. Em Sófia é intentado um processo à «organização militar» do Partido Comunista Búlgaro; exige-se a pena de morte para os 22 inculpados. Ao mesmo tempo, prepara-se um processo idêntico contra outros 20 acusados. O governo também insiste para que seja instruído o processo intentado contra 500 filiados da União Agrária, acusados de, sob o governo de Stamboliiski, terem entravado a união da oposição burguesa em Tirnovo, em Setembro de 1922. Nessa ocasião, partidários exaltados de Stamboliiski cortaram as barbas a determinados chefes da oposição, para os ridicularizarem. Pede-se para todos esses 500 agrários a pena capital ou longos anos de detenção.

Deste modo, Tzankov apressa-se a terminar a sua obra sangrenta e a limpar o caminho ao regime «mais moderado e civilizado» desejado por Londres.

Contudo, só os cegos não vêem que em presença das cruéis atrocidades de que todo o povo trabalhador búlgaro é objecto, semelhantes modificações não poderão enganar e acalmar nenhum operário ou camponês. Neste infortunado país só reinará uma calma real e uma vida normal quando o terror exercido sobre as massas cessar definitivamente, seja qual for a forma adoptada para esse efeito, quando os direitos políticos e as liberdades das massas forem completamente restituídas, quando os condenados e as pessoas submetidas às perseguições judiciais forem amnistiadas, quando o Partido Comunista e a União Agrária, os sindicatos operários e as cooperativas forem legalizadas, quando as massas trabalhadoras tiverem a possibilidade de decidirem sozinhas a sua sorte, quando essas mesmas massas forem totalmente indemnizadas dos numerosos sacrifícios e perdas de vidas humanas, dos indescritíveis sofrimentos suportados sob o sangrento poder de Tzankov.

International Presse-Korrespondenze.
N.º 119, 1925.
Assinado: J. Dimitrov.

Traduzido do texto de:
J. Dimitrov, *Obras*, t. VIII.
Edições do P. C. B.
1953, pp. 223-228.

A LUTA PELA UNIDADE SINDICAL NA BULGÁRIA

I

A história do movimento sindical búlgaro está indissoluvelmente ligada à do Partido Social-Democrata. A luta encarniçada que travavam, nas suas fileiras, as duas correntes — socialista-revolucionária (socialistas de esquerda) e oportunistas (socialistas de direita) — e que, por fim, levou à formação de dois Partidos socialistas, tornava inevitável a cisão do movimento sindical, facto que sucedeu em 1904, um ano ano depois de cisão do Partido.

Durante todo o período subsequente à cisão do movimento sindical búlgaro, os sindicatos de classe, dirigidos pelo Partido Comunista, apesar da preponderância numérica adquirida por estes nesses últimos anos (35 000 membros contra 1000 a 1500 dos sindicatos dos socialistas de direita na ocasião do golpe de Estado de 1923), não deixaram de trabalhar pelo restabelecimento da unidade sindical. Consideravam que, por muito pequeno que fosse o número dos membros dos sindicatos dos socialistas de direita, a sua existância à parte era prejudicial à luta unitária do proletariado e só beneficiava os adversários dos operários.

Depois da destruição do Partido Comunista pelo governo de Tzankov, com a participação do ministro socialista de direita Kazassov e o apoio moral e político do Partido dos socialistas de direita, estes iniciaram uma campanha de incitação à dissolução dos sindicatos de classe. Esperavam que as massas operárias, privadas das suas organizações sindicais,

viessem a entrar, sob a pressão do terror, nos sindicatos dos socialistas de direita e se colocassem sob a bandeira do Partido dos socialistas de direita. Por isso tomaram uma parte activa no desmantelamento dos sindicatos comunistas. Mas as suas esperanças foram vãs: não só as massas não afluíram às fileiras dos socialistas de direita, como, pelo contrário, a sua hostilidade para com o Partido contra-revolucionário dos socialistas de direita e a Internacional de Amsterdão que as apoiava na sua política traidora e cisionista, aumentou.

Os membros dos sindicatos dissolvidos aproveitavam a mais pequena oportunidade que se oferecesse para fundar novos sindicatos de classe. Foi assim que surgiram os sindicatos independentes e, alguns meses mais tarde, apesar de todos os obstáculos e perseguições do poder terrorista, o número dos seus membros já atingia quase o quíntuplo do das organizações sindicais dos socialistas de direita, que, no entanto, gozavam de uma liberdade total. Desde o seu aparecimento que os sindicatos independentes empreenderam uma campanha pela unidade sindical e apresentaram propostas concretas aos sindicatos dos socialistas de direita, bem como aos sindicatos autónomos dos assalariados do Estado, para realizar a unidade sindical nas condições de igualdade de direitos das organizações participantes e na base da luta de classe. Esta iniciativa a favor da unidade sindical foi muito favoravelmente acolhida pelas massas devido à extrema degradação da situação económica da classe operária e o selvagem assalto do capital, depois da dissolução dos sindicatos comunistas. Nunca até então a ideia da unidade sindical tinha sido tão cara ao coração dos proletários búlgaros, nunca até então ela tinha gozado de tal popularidade, nunca antes tinha estado tão viva nas suas fileiras. A sua influência também atingiu as fileiras dos sindicatos socialistas de direita e das organizações sindicais autónomas. No entanto, os dirigentes dos sindicatos de acção comum rejeitavam a união proposta. Aproveitando-se da situação priveligiada que o regime terrorista lhes criava, declaravam que todos aqueles que eram a favor da união só tinham que entrar nos sindicatos «livres», que através da «grande Internacional de Amsterdão», mantêm um estreito contacto com os milhões de membros do proletariado internacional. Entretanto os dirigentes dos sindicatos de acção

comum, sentindo que a sua posição não podia resistir a uma crítica séria das massas operárias que tendiam sinceramente para a unidade sindical, voltaram-se para a Internacional de Amsterdão para implorar o seu auxílio contra o crescente movimento de unidade. A central sindical de Amsterdão respondeu ao seu pedido convocando uma conferência balcânica, que se realizou em Abril do mesmo ano em Sófia. A finalidade desta conferência da Internacional de Amsterdão era persuadir os operários búlgaros (e dos outros países balcânicos também) a unir os sindicatos de acção comum para realizar a «unidade» sindical no âmbito e sob a bandeira da Internacional de Amsterdão. O pedido dos sindicatos independentes da Bulgária e da Jugoslávia, e dos sindicatos unificados da Roménia, para serem admitidos a essa conferência balcânica, uma vez que a maior parte dos operários profissionalmente organizados desses países se encontravam nas suas fileiras, bem como a proposta de pôr na ordem do dia da conferência a questão da unidade, foram rejeitadas pela Internacional de Amsterdão, porque contrárias às suas intenções cisionistas e ameaçavam fazer ruir os seus planos.

Apesar disto, a vasta campanha dos sindicatos independentes búlgaros a favor da unidade sindical, que encontrava o mais vivo no seio das massas operárias, obrigava a conferência de Amsterdão a ocupar-se da questão da unidade. Deste modo, viu-se obrigada a propor aos sindicatos de acção comum que iniciassem conversações para a união dos sindicatos independentes, renunciando às suas pretensões anteriores de ver passar os sindicatos independentes para as suas fileiras. Os planos cisionistas dos socialistas de direita e da Internacional de Amsterdão sofreram uma derrota total. A ideia da unidade sindical, tão poderosamente apoiada pelas vastas massas operárias, registava deste modo uma séria vitória. A celebração do 1.° de Maio com os sindicatos independentes, partidários da acção comum, apesar dos esforços do Partido dos socialistas de direita, primeiro, para o eliminar, e em seguida, para o utilizar, depois de se ter tornado inevitável, para se reabilitarem perante as massas, mostra claramente que, sob a pressão dos operários dos dois campos, a solução concreta da questão da unidade sindical se tinha tornado um imperativo inevitável. Os chefes dos sindicatos de acção

comum eram obrigados a iniciar as conversações com vistas à união. A decomposição ocorrida no Partido Social-Democrata e a sua cisão de facto enfraqueceram muito a sua influência entre os operários no seio dos sindicatos de acção comum e contribuíram ainda mais para a realização da unidade sindical. As conversações assim iniciadas e prosseguidas, sob a pressão e o controle das massas operárias, levaram à elaboração de uma plataforma comum de união, acompanhada de uma declaração explicativa, adoptadas por unanimidade, ao som da Internacional por uma assembleia operária de vários milhares de assistentes — adeptos das duas tendências, no dia 21 de Julho de 1926, em Sófia. Este acto solene proclamava a união dos sindicatos cindidos que se tinham confrontado numa luta encarniçada durante 20 anos.

São os seguintes os postos essenciais da plataforma de união operária e da declaração:

1. Os sindicatos unidos são independentes dos partidos políticos do ponto de vista organizacional. No entanto, reconhecem que a organização política do proletariado é indispensável e mantêm-se firmemente nas suas posições de luta de classe.

2. Os sindicatos unidos consideram como sua tarefa essencial a defesa dos interesses da classe operária pela luta e pela supressão da escravatura da mão-de-obra explorada.

3. Até ao congresso de unificação que deve realizar-se nos próximos seis meses, os órgãos dirigentes dos sindicatos unidos serão compostos por um igual número de representantes das duas partes, independentemente da diferença no número dos membros das suas organizações (*).

4. Os sindicatos unidos lutarão pela solidariedade internacional dos operários e apoiarão todas as iniciativas, e em primeiro lugar a do comité anglo-russo, para a realização da unidade internacional dos sindicatos. Manterão sem compro-

(*) Esta atitude táctica (o acordo para a composição paritária da comissão provisória de organização) baseava-se no facto de os camaradas búlgaros considerarem que este acordo tornava difícil a sabotagem dos chefes reformistas desmascarando-os e facilitando ao Partido o exercício da sua influência sobre a fracção dos operários organizados nos sindicatos que avançavam, até então, com os reformistas.

misso um contacto informativo com a Internacional de Amsterdão. A questão da filiação internacional (a filiação ou não filiação na Internacional de Amsterdão) será decidida pelo próximo congresso.

Em virtude deste acordo, a questão mais contestada entre os sindicatos de acção comum e os independentes quanto à filiação é resolvida por um compromisso. Os sindicatos de acção comum comprometem-se a abandonar a Internacional de Amsterdão, na qual estão filiados, e a apoiar o comité anglo-russo. Os sindicatos independentes, que não pertencem formalmente a nenhuma organização internacional, consentem em que os sindicatos unidos mantenham um contacto de informação com a Internacional de Amsterdão.

Não se pode deixar de reconhecer que este compromisso pressupõe uma certa consagração moral da Internacional de Amsterdão, uma certa reconciliação com uma organização que prossegue incansavelmente uma política cisionista e rejeita, de facto, a luta de classes — a única base possível de verdadeira unidade do movimento sindical. Esta concepção é tanto mais verdadeira se se considerar — tal como o fazem alguns dos seus adeptos e certos elementos liquidatários dos sindicatos independentes — o contacto temporário, de informação com a Internacional de Amsterdão nomeadamente como uma etapa na via da união, sob o aspecto da organização, dos sindicatos unidos em Amsterdão, etapa que deve ser vencida no congresso comum.

Contudo, este compromisso contradiz o espírito que presidiu à proclamação da união. E as massas dão-se conta disso, porque consideram que a união se realiza não na base de um acordo com Amsterdão, mas no plano da luta efectiva de classe contra o capitalismo. Apesar deste erro, que, no entanto, foi em larga medida rectificado pela campanha de denúncia agora realizada contra a política traidora e cisionista da Internacional de Amsterdão, a unidade proclamada é um grande acontecimento, um passo importante na via da unidade sindical na Bulgária, a vitória da ideia da unidade da classe operária contra a política cisionista do Partido dos socialistas de direita e da Internacional de Amsterdão.

II

A importância histórica da união proclamada consiste, evidentemente, não no facto de aos 5000 membros dos sindicatos independentes se virem agora juntar 1000 ou 1500 membros dos sindicatos de acção comum, mas no facto de, deste modo, se abrirem grandes perspectivas para a filiação das massas do proletariado búlgaro nos sindicatos unidos de classe, para a consolidação e o reforço da luta das massas contra o capital e a reacção, para um poderoso desenvolvimento do movimento operário na Bulgária, depois das pesadas derrotas sofridas durante os últimos anos.

O enorme alcance deste passo em frente na via da unidade sindical também é confirmado pela atitude da burguesia búlgara e do Partido de acção comum. A imprensa governamental acolheu com hostilidade e com a maior ansiedade o acordo entre os sindicatos independentes e os de acção comum. O facto da filiação *imediata* dos sindicatos unidos à Internacional de Amsterdão não ter sido decidida é comentada como uma vitória dos sindicatos independentes, vitória do comunismo, vitória de Moscovo, e essa imprensa convida o governo a vigiar de perto a actividade dos sindicatos e a tomar medidas preventivas para evitar a passagem do movimento sindical búlgaro para vias revolucionárias. A imprensa burguesa de oposição duvida que os socialistas de direita venham a conseguir «domesticar», com o auxílio desta união, o proletariado comunista, a levá-lo para Amsterdão, e acreditam antes noutra coisa, nomeadamente que os trabalhadores socialistas de direita se colocarão definitivamente sob a bandeira de Moscovo. É muito evidente, tanto para o governo como para a oposição burguesa, que neste caso se trata da união de forças dispersas da classe operária búlgara numa base proletária, no plano da luta decisiva contra o capitalismo e a reacção, contra o regime burguês. Vêem, com razão, na união proclamada, o regresso à vida do seu inimigo de classe cruelmente perseguido, torturado, sangrado. Compreendem que a unidade é a via que leva à reedificação e ao desenvolvimento do movimento de libertação da classe operária búlgara.

O Partido dos socialistas de direita está, é evidente, muito descontente. Inicia no seu órgão *Narod* uma raivosa campanha contra a plataforma unitária e lança, contra os dirigentes dos sindicatos de acção comum, a não dissimulada acusação de o seu consentimento em abandonar a Internacional de Amsterdão não passar de uma vergonhosa capitulação perante os comunistas. Qualquer união sindical fora de Amsterdão é, na sua opinião, criminosa. Não acredita que, atendendo ao actual estado de espírito das largas massas operárias, hostil a Amsterdão, o congresso unitário possa tomar uma decisão de filiação em Amsterdão. Depois desta furiosa campanha de imprensa contra a união assim proclamada, o Partido dos socialistas de direita empreende um trabalho de sapa desta união. Com a colaboração do secretário da central sindical da acção comum que estava ausente do país na altura da adopção da plataforma unitária, o Partido dos socialistas de direita organiza uma conferência especial dos sindicatos «livres», para tomar uma decisão legal sobre a questão da união. A maioria dos delegados a esta conferência — empregados das cooperativas de acção comum *Narod* cujo mandato de delegados não provém de modo algum de qualquer espécie de eleições, proclama a união realizada *ilegal* e propõe a revisão da plataforma unanimemente adoptada pelos sindicatos de acção comum, no seguinte sentido: *a*) filiação imediata dos sindicatos unidos à Internacional de Amsterdão; *b*) convocação do congresso unitário não num prazo de 6 meses, mas apenas de 2 meses, ao qual as duas partes em conversações deverão enviar um número igual de delegados (embora a relação numérica dos membros dos sindicatos de acção comum face aos independentes seja de 1:5!; *c*) o Comité Central dos sindicatos, a eleger pelo congresso, deverá ser composto de igual número de representantes das duas partes em causa. A fracção operária dos participantes na conferência, composta por representantes efectivamente eleitos dos sindicatos de acção comum, protesta enérgica e quase unanimemente contra esta decisão da conferência, declarando que condições tão inadmissíveis só destruirão pura e simplesmente a união já proclamada pelos sindicatos independentes e «livres». Os delegados operários também declaram que, apesar

desta decisão da «maioria» que no fundo não tem nada a ver com o movimento sindical, se mantêm fiéis à plataforma unitária adoptada e não podem, para se tornarem agradáveis ao Partido dos socialistas de direita e a Amsterdão, aceitar com calma a tentativa de prejudicar a unidade sindical, tão indispensável para o proletariado búlgaro. «Podemos facilmente passar sem Amsterdão, mas sem unidade sindical não podemos dar um único passo em frente» — é o seu principal argumento.

Os adversários da unidade no campo reformista aproveitam-se largamente da carta de Sassenbach (secretário da Internacional de Amsterdão), dirigida à central sindical de acção comum, onde exprime, em nome de Amsterdão, as suas «dúvidas» e os seus «receios» sobre a união proclamada e aconselha indirectamente que ela seja rejeitada como não conforme aos princípios da Internacional de Amsterdão. Torna-se, no entanto, evidente que os operários dos sindicatos de acção comum já não podem ser influenciados por argumentos desta natureza. Vêem claramente que o Partido dos socialistas de direita e a Internacional de Amsterdão são o maior obstáculo à unidade sindical, enquanto os comunistas, tão injuriados, trabalham séria e sinceramente para a realização definitiva da união sindical. Por isso as organizações sindicais de acção comum, na maior parte das cidades, se pronunciam contra a decisão da «conferência» pela realização da plataforma unitária e pela convocação do congresso unitário. A união dos operários tipógrafos, que também não está de acordo com a decisão da conferência, convoca o seu congresso, para se declarar a favor da união.

A frente única do Partido dos socialistas de direita, do governo terrorista burguês e da Internacional de Amsterdão contra a unidade de classe do proletariado búlgaro só contribui para a consolidação do movimento de unidade sindical no seio do proletariado búlgaro e é indubitável que esta unidade será por fim efectivamente realizada, embora à custa de uma dura luta.

Os acontecimentos da Bulgária vêm confirmar inteiramente, e uma vez mais, a justeza da posição do Komintern sobre a questão da unidade sindical e servir de aviso no que

diz respeito às tendências para a capitulação perante a Internacional de Amsterdão que aparecem em determinados Partidos Comunistas.

L'Internacional Communiste
N.º 2,
Setembro de 1926.

Traduzido do texto de:
J. Dimitrov, *Obras*, t. VIII.
Edições do P. C. B.
1953, pp. 247-257.

A REVOLUÇÃO DE OUTUBRO E OS BALCÃS

A repercussão da Revolução de Outubro foi particularmente grande nos Balcãs. Tal como um farol, quebrou as trevas da guerra nas frentes balcânicas. Tal como uma estrela mostrando o caminho a seguir, designou aos povos balcânicos e às massas de milhões de operários e de camponeses a via que leva à paz e à liberdade. A proximidade da Rússia Soviética, o carácter agrário dos Balcãs e a sua estrutura económica e social semelhante à da Rússia tornaram a Revolução de Outubro muito próxima das massas balcânicas e facilitaram a sua total compreensão. O entusiasmo suscitado pela vitória do proletariado russo e pela criação do primeiro Estado operário e camponês soviético não tinha limites.

Criou-se, tanto entre a população dos países balcânicos como entre as massas de soldados nas frentes balcânicas, um poderoso movimento contra a guerra e por uma paz imediata, sem anexações e contributos de guerra. As palavras de ordem da Revolução de Outubro uniam diariamente as massas cada vez mais numerosas de operários e camponeses nos campos de batalha, nas cidades e nos campos. Sucediam-se as manifestações de mulheres, os operários empregados nas empresas protestavam cada vez mais audaciosamente contra o prosseguimento da guerra. Na frente de Dobrudja, a confraternização entre os soldados russos, alemães e búlgaros tornou-se um fenómeno permanente, apesar das mais rigorosas perseguições da parte das autoridades militares. Na frente de Salónica, um poderoso movimento pelo cessar-fogo imediato apoderou-se

dos soldados búlgaros, foi desencadeada uma grande propaganda a favor da paz, distribuíram-se panfletos revolucionários e criaram-se núcleos e comités secretos de soldados. Apesar das prisões em massa, apesar da execução de milhares de soldados, o movimento ganhava cada vez mais terreno e encontrou a sua maior e mais eloquente expressão nas insurreições de soldados de Setembro de 1918 em *Dobro-Pole* e às *portas de Sófia*. E são precisamente estas insurreições de soldados que foram um dos factores que levaram a apressar o fim da guerra nas frentes balcânicas.

A Revolução de Outubro encorajou as massas operárias e camponesas dos Balcãs na sua luta contra a monarquia, a burguesia e os iniciadores da sangrenta e catastrófica guerra.

O movimento operário e camponês nos Balcãs experimentou um impulso poderoso e sem precedentes. Sob a influência da Revolução de Outubro, as populações oprimidas (macedónios, dobrudjanos, trácios e albaneses) enveredaram pela via da justa luta nacional revolucionária, que trouxe a libertação a numerosos povos oprimidos na Rússia czarista. A influência do bolchevismo entre os operários, os camponeses, a pequena burguesia e as nacionalidades oprimidas era enorme.

A organização dos operários em sindicatos de classe e das massas camponesas em Partidos camponeses orientados à esquerda, prosseguiu a uma cadência acelerada. O movimento cooperativo operário e camponês assumia uma envergadura desconhecida antes da guerra. Os Partidos sociais-democratas, revolucionários na Bulgária, Jugoslávia, Roménia e Grécia declararam-se a favor do bolchevismo, transformaram-se em Partidos comunistas e desenvolveram-se como Partidos de massa. O Partido Comunista *Búlgaro* reuniu um quarto de todos os sufrágios e apoderou-se da administração municipal em quase todas as cidades e em muitas vilas. Por ocasião das eleições, o Partido Comunista *Jugoslavo* recebeu 200 000 votos. E tudo isto foi conseguido com palavras de ordem revolucionárias, bolchevistas. Os Partidos Comunistas na *Roménia* e na *Grécia* também fizeram grandes progressos. Os Balcãs eram abalados por greves e manifestações de massa. As massas operárias e camponesas passavam resolutamente à ofensiva contra o regime burguês e monárquico.

Graças às profundas repercussões económicas, sociais e políticas da guerra e sob a poderosa influência da Revolução de Outubro, as posições da monarquia e da burguesia foram muitíssimo abaladas. Na Bulgária, o velho rei Fernando foi obrigado a abdicar. O rei *Constantino* da Grécia foi afastado do trono. Apesar da «saída vitoriosa» da guerra, as dinastias de Belgrado e de Bucareste encontravam-se abaladas, em estado de insegurança. A vaga crescente da revolução mundial enfraqueceu consideravelmente a influência e a pressão do imperialismo nos Balcãs. A monarquia e a burguesia dos Balcãs já não podia contar com o apoio dos seus antigos auxílios estrangeiros (a Rússia czarista e a velha monarquia austro-húngara tinham desaparecido e os próprios Estados imperialistas vitoriosos estavam ameaçados pelo perigo revolucionário).

Impotente e aterrorizada, a burguesia dos Balcãs fez determinadas concessões às massas, para conservar o seu domínio de classe. O dia de trabalho de oito horas foi proclamado em quase toda a parte. A legislação do trabalho foi solenemente prometida. Na Roménia e na Jugoslávia, a reforma agrária já estava empreendida. O impulso das massas camponesas era tão poderoso que, sobretudo na Bulgária, levou a um governo camponês de três anos.

A situação revolucionária imediata era um facto incontestável. Os Balcãs estavam nas vésperas de uma revolução operária e camponesa. E esta revolução teria decerto rebentado e teria levado à vitória se a social-democracia internacional não tivesse realizado a sua segunda traição (a primeira datava de 4 de Agosto de 1914) ([8]), se não tivesse impedido a revolução na Alemanha e na Áustria de se transformar numa verdadeira revolução proletária ([9]), se não tivesse abandonado a insurreição operária italiana e a ocupação das fábricas ([10]) e se não tivesse facilitado a queda das repúblicas soviéticas na Baviera ([11]) e na Hungria ([12]). Ora, uma revolução balcânica vitoriosa na situação de então não só teria criado uma Federação Balcânica soviética, como também teria facilitado a revolução proletária na Europa Central, assegurado em grande medida uma parte da retaguarda da Rússia Soviética e estimulado a revolução no Próximo Oriente.

Tal como os seus irmãos da Europa Ocidental, os sociais-

-democratas dos Balcãs estavam do lado da burguesia, contra o movimento revolucionário do proletariado, do campesinato e das nações oprimidas, contra a revolução operária e camponesa nos Balcãs.

Como consequência desta traição por parte da social-democracia, a burguesia internacional pode recuperar forças, recuperar o moral, consolidar em certo sentido as suas posições, encontrar a via de uma relativa estabilização do capitalismo e, finalmente, passar a ataques sistemáticos contra o proletariado revolucionário e o campesinato.

Os massacres de Noske na Alemanha, a vitória de Horthy na Hungria, a vitória do fascismo na Itália — assim começou a contínua escalada da reacção burguesa internacional e a sua difusão progressiva. A vitória da contra-revolução na Europa central concedeu às potências imperialistas a possibilidade de se apoderarem de novo dos Balcãs. À custa da independência económica e política dos Balcãs, a monarquia e a burguesia balcânica asseguraram-se do poderoso apoio do imperialismo inglês, francês e italiano, e empreenderam uma ofensiva brutal e sangrenta contra o movimento revolucionário nos Balcãs. A sangrenta repressão da greve geral na Roménia, em Dezembro de 1920, serviu de início. As leis de excepção contra o movimento revolucionário na Jugoslávia em 1921 («Obznana») marcaram o segundo passo dado nessa direcção ([13]). Na Bulgária, o golpe de Estado militar e fascista de Junho de 1923 foi o terceiro acto histórico da reacção balcânica que, apoiada pelo imperialismo estrangeiro, causa desde então a desordem e progride nos Balcãs. Na Albânia, o derrube do governo popular de *Fan Noli* em 1924 por Ahmed Zogu, com o auxílio directo da Itália e da Jugoslávia e o poderoso apoio da Inglaterra, constituía mais um grande passo da reacção balcânica.

Na Bulgária, a Insurreição de Setembro de 1923 contra a ditadura militar e fascista e por um governo operário e camponês foi a última tentativa heróica do proletariado para vencer a reacção durante este período, para manter as posições proletárias conquistadas e para abrir a via à vitória da revolução balcânica. A Insurreição de Setembro dos operários e dos camponeses búlgaros estava imbuída de espírito bolchevista e era orientada sob a bandeira da revolução de Outubro. Apesar da derrota, a insurreição continua a ser,

para o proletariado búlgaro, e para o dos Balcãs, um ponto de referência luminoso na via da luta revolucionária para a vitória final.

Durante anos, reina o mais terrível terror branco nos países balcânicos, e o fascismo continua a alastrar. As perdas e os sacrifícios são incalculáveis. A burguesia consegue destruir as organizações do proletariado e do campesinato, proibir os Partidos Comunistas na Bulgária, na Jugoslávia e na Roménia enquanto organizações legais, e empreende a sua perseguição do modo mais severo possível. Consegue massacrar ou lançar na prisão os mais activos quadros proletários, suprimir completamente os direitos políticos das massas operárias e camponesas, proceder a uma exploração ilimitada do trabalho dos operários e dos camponeses. Durante um certo tempo, a burguesia repeliu o movimento revolucionário e afastou o proletariado enquanto factor político importante.

Mas a burguesia dos Balcãs não conseguia destruir as ideias da Revolução de Outubro, o espírito do bolchevismo; não podia extirpar o comunismo das massas, suprimir o amor sem limites das massas balcânicas pela Rússia Soviética.

Muito pelo contrário, o processo de bolchevização do proletariado *progride cada vez mais,* à custa de imensos sacrifícios e de sofrimentos indescritíveis. As massas proletárias e uma parte considerável do campesinato pobre mantiveram-se fiéis ao comunismo.

Apesar de tudo, não há *grupos proletários que se tenham orientado para a social-democracia* (essa rede política de agentes da burguesia e da contra-revolução).

Terrivelmente perseguidos, os Partidos Comunistas dos Balcãs conseguiram, no entanto, restabelecer-se embora na ilegalidade (à excepção da Grécia, onde o Partido ainda é legal) e começam a consolidar-se e a reforçar-se, lenta mas seguramente.

Graças à luta interna e a bolchevização, os Partidos Comunistas dos Balcãs procuram ensinamentos dos seus próprios erros e dos desvios sociais-democratas sobre a questão nacional e camponesa, sobre a questão da hegemonia e do papel dirigente do proletariado, com vistas a corrigir os seus erros, a afastar as confusões ideológicas e a elaborar métodos justos

de influência ideológica e política e a larga reorganização das massas proletárias e camponesas.

Empenhados na via da bolchevização, os Partidos comunistas afastaram do seu seio os intelectuais pequeno-burgueses liquidatários e os restos sociais-democratas (o grupo *Sakarov-Manov* na Bulgária, o grupo Miloikovitch na Jugoslávia, Critescu na Roménia e Puliopolos na Grécia). O facto de todos os Partidos Comunistas dos Balcãs se manterem firmemente do lado do Partido Comunista da União Soviética, contra a oposição trotskista, contra a oposição menchevique e a actividade dissidente do grupo Trotski-Zinoviev, e de este grupo não ter adeptos nos Partidos balcânicos, constitui uma prova da bolchevização crescente destes Partidos, cuja importância não deve ser subestimada. Actualmente os Partidos Comunistas dos Balcãs trabalham sobretudo para a sua consolidação e para o reforço das suas ligações com as massas. O movimento sindical de classe reúne as suas forças para poder voltar a apresentar-se como organização de massa do proletariado contra a ofensiva do capital.

A retirada do proletariado e do campesinato balcânico, iniciada em 1923, parou finalmente. O proletariado balcânico edifica a sua aliança com o campesinato, leva a cabo uma luta defensiva activa e volta a aproximar-se da hora da ofensiva contra a reacção burguesa e fascista nos Balcãs.

O capitalismo nos Balcãs experimenta uma estabilização relativa e passageira. Mas esta estabilização é muito mais relativa e incerta do que no resto da Europa. Apoia-se mais no imperialismo estrangeiro e na reacção mundial do que nas próprias forças interiores do capitalismo balcânico. As velhas contradições não estão de modo algum afastadas nos Balcãs. Muito pelo contrário: há novas contradições.

Ao mesmo tempo acentuam-se as contradições de classe, as massas camponesas orientam-se à esquerda, a aliança entre operários e camponeses reforça-se cada vez mais, o movimento nacional-revolucionário intensifica-se, a frente revolucionária comum dos operários, dos camponeses e das nacionalidades oprimidas nos Balcãs revela-se cada vez mais apta para a resistência.

Enquanto, sob a direcção das potências imperialistas (a Inglaterra em primeiro lugar) a burguesia dos Balcãs se esforça por ultrapassar as contradições antigas e recentes e por criar um bloco balcânico contra-revolucionário contra a União Soviética, as massas operárias e camponesas, sob a direcção dos Partidos comunistas e da Federação comunista balcânica, mantêm-se resoluta e inteiramente ao lado da União Soviética, considerando o primeiro Estado operário como a sua própria e verdadeira pátria. As classes dominantes nos Balcãs estão subordinadas às ordens da Sociedade imperialista das Nações, mas os povos balcânicos pronunciam-se eles próprios a favor da Rússia Soviética — foco da libertação mundial e inimigo mortal do imperialismo. Pode-se afirmar com segurança que uma guerra nos Balcãs contra a União Soviética degenerada inevitavelmente em guerra civil e atiçaria a revolução contra a burguesia e a monarquia em todos os países balcânicos, que as massas de soldados (operários e camponeses mobilizados) passariam com as suas armas para o lado do Exército Vermelho e apontariam as suas espingardas contra a burguesia e o imperialismo balcânicos.

Enquanto federação de todos os povos da antiga Rússia czarista, a União Soviética constitui *um exemplo radioso* para os povos balcânicos. Nos Balcãs, tal como na Rússia, só com a criação de uma *federação* dos povos balcânicos libertos do capitalismo será possível resolver o problema nacional tão complicado, suprimir os diferendos territoriais, ultrapassar a pressão imperialista e assegurar uma paz real entre os povos balcânicos. É por isso que o proletariado balcânico, de acordo com o campesinato e as populações nacionais oprimidas, prossegue uma luta por uma federação balcânica, por uma união das repúblicas operárias-camponesas balcânicas. Uma vez que esta federação balcânica só é possível pela eliminação do regime monárquico, burguês e fascista nos Balcãs e por uma luta resoluta contra o imperialismo, a única via que leva a esse fim é e continua a ser a do bolchevismo, a via da Revolução de Outubro, da revolução operária e camponesa sob a direcção proletária.

Internationale Presse-Korrespondenz
N.º 114,
de 18 de Novembro
de 1927.

Traduzido do texto de:
J. Dimitrov, *Obras*, t. VIII.
Edições do P. C. B.
1953, pp. 287-295.

DIMITRE BLAGOEV

Dimitre Blagoev (1855-1924), fundador e chefe do Partido Comunista Búlgaro. Nascido na Macedónia na época do Despertar nacional do povo búlgaro, Blagoev foi, desde a sua juventude, impregnado de espírito revolucionário que manteve até ao fim da sua vida. Sedento de saber, Blagoev fugiu da sapataria onde tinha sido colocado em Constantinopla e tornou-se o aluno do escritor Slaveikov, professor primário. Ora, como não tinha nenhum meio de subsistência, Blagoev foi obrigado a deixar o seu mestre e a ir de cidade em cidade para se encontrar finalmente, em 1878, em Odessa onde conseguiu terminar os seus estudos num liceu de ciclo moderno. No Outono de 1880, Blagoev já é estudante na Universidade de São Petersburgo e abraça imediatamente o movimento revolucionário. Empreende o estudo do primeiro tomo de *O Capital*, das obras de Lassalle e, mais tarde, da brochura de Plékhanov *O Socialismo e a Luta Política*. No Outono de 1883, Blagoev é já um marxista convicto e realiza uma propaganda activa a favor do marxismo. Em 1884, funda *o primeiro grupo social-democrata na Rússia*, conhecido sob o nome de grupo de Blagoev, que empreende a propaganda das ideias sociais-democratas entre os estudantes e os operários. O programa do grupo, apesar das suas insuficiências (elementos de populismo e de lassallismo), foi o primeiro programa social-democrata nascido em solo *russo*. em 1885, o grupo começa a publicar o seu jornal *Rabotchii*, a primeira folha social-democrata operária russa. O grupo de Blagoev une-se ao grupo «Libertação do Trabalho», e no n.° 2 de *Rabotchii* foram publicados artigos de G. Plékhanov e de P. Axelrod. A 1 de Março de 1885, Blagoev é preso e, depois

de três meses de cadeia, é expulso da Rússia como emigrado estrangeiro.

De regresso à Bulgária, Blagoev começa a difundir as ideias sociais-democratas, forte da experiência adquirida no domínio da propaganda e da organização revolucionária. Blagoev manteve-se fiel, durante toda a sua vida, à luta dos povos balcânicos escravizados pela liberdade e pela independência, interessando-se vivamente e muito especialmente pela questão macedónia. Blagoev também transmite aos socialistas búlgaros o seu ódio pelo absolutismo czarista e o seu profundo interesse e o seu amor pelo movimento revolucionário russo. Os seus estudos da vida económica nos Balcãs fazem dele o primeiro economista búlgaro. Blagoev predisse, apresentando elementos comprovativos, o desenvolvimento inevitável do capitalismo na Bulgária e o aparecimento do proletariado chamado a realizar as suas ideias do socialismo.

Em 1891 Blagoev publicou a primeira brochura socialista: *O que é o Socialismo e acaso encontra um terreno propício entre nós?* Esta brochura teve para a Bulgária a mesma importância que *As nossas divergências* de Plékhanov teve na Rússia. O jovem autor encontrou na obscurantista realidade pequeno-burguesa búlgara um número suficiente de factos para provar que o capitalismo se desenvolve na Bulgária e que com ele também nascerá inevitavelmente o movimento operário. Continuando a prática de São Petersburgo, Blagoev fundou grupos e círculos (no início com estudantes) para o estudo e a difusão das ideias socialistas. O mais importante desses grupos, o de Tirnovo, dirigido por Blagoev, que tem a sua tipografia e edita o seu jornal *Rabotnik*, torna-se o centro do Partido Social-Democrata. Mesmo no início da sua actividade na Bulgária, Blagoev teve uma luta encarniçada e coroada de êxito contra as tendências oportunistas e pequeno-burguesas no Partido. Trabalhou para a criação de um Partido Social-Democrata de classe, por uma luta política independente do proletariado búlgaro. Depois da cisão do Partido Social-Democrata em «largos» (ala direita) e «estreitos» (ala esquerda), Blagoev tomou a chefia da ala revolucionária dos socialistas de esquerda que, mais tarde, se tornou o Partido Comunista Búlgaro, e fez muito pela consolidação organizacional e ideológica dessa ala.

Durante a guerra imperialista, Blagoev foi um dos raros chefes políticos que se pronunciaram resolutamente contra a guerra; conduziu o seu Partido contra o imperialismo búlgaro e os partidários do compromisso no plano social. Além disso, Blagoev seguiu atentamente o desenvolvimento do movimento internacional operário.

Soube com alegria da convocação da conferência de Zimmerwald, vendo nisso, com razão, a possibilidade de restabelecer os elos internacionais entre os Partidos socialistas, rompidos durante a guerra, e tomou uma parte activa (chefiando os socialistas de esquerda) nos trabalhos dessa conferência. Mas quando, depois da revolução de Fevereiro, na Conferência de Estocolmo (chamada «Terceira Conferência de Zimmerwald»), se tornou evidente o falhanço da iniciativa de Zimmerwald, e quando, depois da Revolução de Outubro, apareceu a possibilidade da criação de uma nova Internacional revolucionária, Blagoev saudou com um entusiasmo juvenil essa iniciativa e tornou-se um dos fundadores da Internacional Comunista.

Blagoev deixou um rico legado literário. Desde 1885, depois do seu regresso da Rússia, que Blagoev fundou com Vera Jivkova (a futura companheira da sua vida) a revista *Savremenen Pokazatel*, de que só apareceram alguns números. Mais tarde Blagoev tomou parte na redacção das revistas *Den* e *Delo* e dos jornais *Rabotnik*, *Socialiste* e *Rabotnitcheski vestnik*. Blagoev seria, durante 22 anos, o redactor do órgão teórico do Partido *Novo Vreme* que só deixou de aparecer depois da derrota do Partido, a 12 de Setembro de 1923. Blagoev também escreveu um grande número de livros e de brochuras: *O que é o Socialismo e acaso encontra um terreno propício entre nós?*, *O Socialismo e as Tarefas do Partido Operário na Bulgária*, *O Desenvolvimento Económico da Bulgária*, *Problemas Sociais e Literários*, *Contributo para a História do Socialismo na Bulgária*, *Sobre a História da Revolução Russa*, etc. Além disso traduziu para o búlgaro o primeiro volume de *O Capital* de Marx.

Bolchaia Sovetskaia Encyclopédia,
T. VI, 1927.
Assinado: J. Dimitrov.

Traduzido do texto de:
J. Dimitrov, *Obras*, t. VIII.
Edições do P. C. B.
1953, pp. 336-339.

SOBRE AS MEDIDAS DE LUTA CONTRA O FASCISMO E OS SINDICATOS AMARELOS

INTERVENÇÃO NO IV CONGRESSO DA INTERNACIONAL SINDICAL VERMELHA

Devemos saber de maneira absolutamente clara que o fascismo não é um fenómeno *local, passageiro* ou *transitório*. Representa um *sistema* de domínio de classe da burguesia capitalista e da sua ditadura na época do imperialismo e da revolução social. Depois da guerra imperialista, depois da vitoriosa Revolução de Outubro, depois da existência decenal da União Soviética e da enorme influência revolucionária destes factores sobre o proletariado, as massas camponesas, as nacionalidades oprimidas e os povos coloniais, a burguesia não pode conter por muito tempo as massas populares sob a sua hegemonia de classe e fazer face aos problemas da estabilização e da racionalização capitalistas com o auxílio dos antigos métodos e fórmulas da democracia parlamentar. Sob este aspecto, a única saída para a burguesia consiste na *submissão* das massas por intermédio do fascismo. *O fascismo é a última fase do domínio de classe da burguesia.* Todos os países burgueses passam sucessivamente pelo fascismo, mais tarde ou mais cedo — por golpe de Estado ou por via «pacífica», sob uma forma mais brutal ou «mais delicada» — os métodos de transição não são essenciais e dependem das particularidades do ambiente, da estrutura social e da relação das forças políticas e de classe num determinado país.

O *perigo* do fascismo para o proletariado e para o movimento sindical de classe é absolutamente *permanente* e *crescente*. A eliminação definitiva deste perigo só é possível pelo derrube do próprio domínio da burguesia, substituindo a ditadura burguesa pela ditadura do proletariado aliado aos camponeses trabalhadores. Considerar o fascismo como um fenó-

meno passageiro e transitório que, no quadro do capitalismo, poderia ser substituído pela restauração do antigo regime democrático burguês, e negar o perigo da instauração do fascismo nos grandes países capitalistas não passam de vãs ilusões que podem enfraquecer a vigilância e a resistência do proletariado, servir o fascismo e contribuir para o reforço passageiro da ditadura fascista. *Essas ilusões devem ser rejeitadas do modo mais decisivo, os adeptos da Internacional sindical vermelha têm a obrigação de lutar contra elas por todos os meios.*

Tudo isso é tanto mais verdadeiro no que diz respeito à Europa de Sudeste (os países balcânicos, a Hungria, etc.), onde toda uma série de razões históricas, económicas e políticas particulares arrastam inevitavelmente a burguesia para a via do fascismo. As principais razões são as seguintes:

1. Ainda não houve revolução burguesa democrática realizada nos Balcãs e na Hungria. A burguesia não realizou as tarefas revolucionárias que a teriam podido determinar como dirigente das massas populares contra o feudalismo e o absolutismo no passado e a teriam unido fortemente às massas do ponto de vista ideológico e político. Os camponeses não receberam terras em consequência de uma revolução democrática da burguesia. Muito pelo contrário, apenas foram o objecto da mais desavergonhada exploração e de uma espoliação com vistas à acumulação primitiva de capitais. O feudalismo não está definitivamente destruído. A questão nacional não está resolvida. Na maior parte destes países, o proletariado provém directamente do meio das massas camponesas; está ligado a elas e está imbuído desde a sua formação não só do seu espírito de oposição como dos seus sentimentos anticapitalistas.

Os países balcânicos e a Hungria encontram-se no estado de semicolónias do imperialismo. São essencialmente países agrícolas e com uma indústria relativamente fraca, posta à prova pela rude concorrência do capitalismo poderosamente desenvolvido dos Estados imperialistas. Encontram-se num estado de guerra intestina económica larvar, de incessantes conflitos territoriais e nacionais, atiçados e utilizados pelos Estados imperialistas. O seu mercado interno é extremamente

limitado em consequência da capacidade de compra extremamente baixa das largas massas populares, e os mercados externos estão-lhe cada vez mais vedados. Às suas próprias possibilidades de estabilização do capitalismo e de racionalização da produção são muitos limitadas. Os estragos da guerra imperialista, o fardo das indemnizações para alguns deles e o pesado encargo das dívidas de guerra para todos agravam ainda mais a sua crise económica.

A guerra imperialista e as suas consequências comprometeram muito a burguesia aos olhos das massas. O abismo entre a burguesia dominante e as massas exploradas que lhes estavam subordinadas torna-se ainda mais profundo. Para se proteger contra a concorrência estrangeira, a burguesia explorava sempre e sem limites o proletariado nesses países, continuando a espoliar impunemente as massas camponesas. Depois da guerra imperialista, tudo isso é praticado ainda em maior escala. Os operários só asseguram as suas conquistas, mesmo as mais insignificantes, à custa de lutas penosas e prolongadas. Daqui provém a intransigência do proletariado para com a burguesia, o espírito revolucionário relativamente elevado das massas. Também é daqui que provém a fraqueza da aristocracia operária e do reformismo comparados aos dos países imperialistas, onde a burguesia, graças aos seus superlucros provenientes das colónias, pode criar camadas privilegiadas do proletariado para as corromper concedendo-lhes uma esmola e as transformar em seus servidores directos ou indirectos. Na Europa de Sudeste a burguesia não tem possibilidades, sobretudo agora, de fazer sérias concessões económicas seja de que natureza for aos operários e às massas trabalhadoras, para lançar uma ponte sobre o profundo abismo escancarado que delas a separa.

Devido à grande semelhança entre a estrutura social da antiga Rússia e a estrutura social da Europa de Sudeste, a influência da Revolução de Outubro foi aqui muito grande; também o é agora, tal como a simpatia das massas pela União Soviética.

Perante isto é absolutamente evidente que a ditadura da burguesia não podia ser assegurada pelos meios da democracia parlamentar, e muito menos agora, quando *se tornou inevitável e necessário* à burguesia recorrer a *medidas exclusivas*

para estabilizar o capitalismo à custa da classe operária e das massas camponesas.

Só com o auxílio da ditadura fascista a burguesia pode alimentar a esperança de manter passageiramente o seu domínio, de quebrar a resistência das massas e de realizar uma estabilização e uma racionalização máximas à custa dessas massas.

A burguesia dos Balcãs e a burguesia de toda a Europa de Sudeste seguirá inevitavelmente esta via em consequência da pressão do imperialismo, sobretudo no que se refere à participação dos Balcãs e dos outros países do Sudeste na preparação de uma guerra imperialista e anti-soviética, cuja condição decisiva seria abafar, desorganizar e enfraquecer o movimento revolucionário do proletariado, do campesinato e das nacionalidades oprimidas.

Mas estas condições próprias dos países de Sudeste conferem ao fascismo um cunho particular. Esta originalidade consiste antes de mais no facto de nesses países, contrariamente ao fascismo na Itália, o fascismo porvir sobretudo não *de baixo*, em consequência de um movimento de massa, mas *de cima*, até que se estabelece como *forma de governo de Estado*. Apoiando-se no poder de Estado usurpado, nas forças armadas da burguesia e no poder financeiro do capital bancário, o fascismo esforça-se por penetrar as massas e por nelas criar um apoio ideológico, político e de organização. Na Bulgária, isso sucedeu em consequência do golpe de Estado militar e fascista de 9 de Junho. Na Jugoslávia, foi o *bloco* do monarquismo, do militarismo e do capital bancário que é o inspirador e o organizador do fascismo. Sucede o mesmo, com pequenas diferenças, na Roménia e na Grécia. A Hungria com Horthy e Bethlen à cabeça, não é excepção à regra. Na Áustria, e de um modo um pouco mais dissimulado na Checoslováquia, o fascismo organiza-se, arma-se e prepara-se activamente com vistas a um ataque decisivo sob os auspícios e com o máximo apoio dos próprios governos «republicanos».

Neste movimento do fascismo *de cima* (com os meios do aparelho de Estado) *para baixo* para as massas, os seus mais preciosos promotores são os reformistas que, destruindo todos os restos da luta de classe, proclamando e aplicando a política de «paz industrial» de arbitragem obrigatória, lutando

sem tréguas contra o movimento operário revolucionário, alinham abertamente nas *posições fascistas*.

Apoderar-se dos sindicatos, destruir o movimento sindical de classe — tudo isto constitui para o fascismo ascendente uma *necessidade essencial*. Assim como a ditadura do proletariado é impensável sem os sindicatos de classe, assim também a existência durável da ditadura fascista da burguesia é impossível sem a *subordinação* do proletariado e dos camponeses (de uma ou de outra forma) e, antes de mais, sem a destruição do *movimento sindical da classe*.

Sem renunciar de modo algum às palavras de ordem demagógicas, aos meios de demagogia e de corrupção, o fascismo balcânico e do Sudeste é obrigado a contar sobretudo com a mais feroz violência e terror contra o proletariado consciente da sua classe, levando a massacres em massa de centenas e de milhares de operários revolucionários, como é o caso na Bulgária e na Hungria.

Os principais esforços do fascismo visam apoderar-se do movimento dos *ferroviários*, dos *mineiros* e dos *operários* dos *outros ramos mais importantes* da indústria, bem como do movimento dos empregados que asseguram directamente o serviço do aparelho de Estado. Ao criar toda a espécie de obstáculos à existência e à consolidação das organizações de classe dos ferroviários, dos carteiros, dos empregados de Estado, dos mineiros, etc., o fascismo apodera-se das organizações amarelas e reformistas nestes domínios beneficiando do auxílio activo dos reformistas e dos próprios dirigentes amarelos. Em todos os países balcânicos, o fascismo tem doravante uma influência preponderante nas direcções das actuais organizações dos ferroviários, dos carteiros e dos empregados de Estado, e paralisa entre os mineiros qualquer tentativa de organização legal. O fascismo também despende grandes esforços para consolidar a sua influência no meio dos operários agrícolas, aproveitando-se do estado muito atrasado da sua cultura, bem como no meio das massas de desempregados reduzidos à fome. O fascismo também presta uma não menor atenção à juventude operária camponesa, que se esforça por apanhar nas suas malhas por meio das diversas organizações desportivas ou outras organizações «culturais», contando com

a maneabilidade de uma parte dessa juventude que não viveu *directamente* os horrores da guerra imperialista.

Do ponto de vista ideológico, o fascismo utiliza sobretudo as ideias do *nacionalismo* e do *chauvinismo*, esforçando-se por opor os operários indígenas aos que vêm de outros países, por enganar sobretudo os desempregados e por afastar a atenção das massas dos *problemas internos para os problemas externos* — incitando as massas contra os outros povos, atiçando as paixões nacionais-chauvinistas e fazendo brilhar perspectivas de melhoramento da situação da classe operária pela conquista de regiões e de territórios limítrofes.

O fascismo faz sobressair em primeiro plano a teoria da colaboração entre os capitalistas e os operários no domínio da estabilização do capitalismo e da racionalização da produção; a teoria da harmonia entre as classes, da comunhão dos seus interesses, da liquidação de toda a espécie de luta de classe e da substituição das greves por uma arbitragem obrigatória, da transformação dos sindicatos em órgãos do poder de Estado burguês.

Também neste caso a direcção reformista das organizações sindicais se acha em total unidade ideológica e política com o fascismo. Na sua imprensa, fazem propaganda a favor dessas mesmas ideias, dessa mesma política. Os dirigentes reformistas dos ferroviários e dos empregados dos Correios na Bulgária são mesmo membros directos da organização fascista «Kubrate» e colaboram na revista fascista *Zvenov*, cuja finalidade é influenciar ideologicamente o proletariado e a pequena-burguesia e sobretudo o movimento sindical. Também fazem causa comum com o fascismo para perseguir os sindicatos de classe; os seus adeptos nas administrações e nas empresas não passam de espiões que denunciam os elementos revolucionários, etc. Tudo isto é já um fenómeno comum a todos os países balcânicos e à Hungria.

Ao mesmo tempo, utilizando os dirigentes de certas profissões, os fascistas fazem esforços extraordinários para criarem *os seus próprios* agrupamentos sindicais, que poderiam servir-lhes, por ocasião da destruição forçada dos sindicatos de classe, como apoio de organização com vistas à subordinação de todo o movimento sindical.

Em todas as empresas de maior importância são nomeados

oficiais de reserva fascistas e toda a espécie de elementos deslocados que, sob a capa de vigilantes, de guardas, etc., representam grupos armados que aterrorizam os operários e os empregados e se esforçam por os desorganizar e por os desmoralizar, enquanto expurgam as empresas dos melhores elementos proletários revolucionários e deste modo decapitam as massas nas empresas.

Sem admitir por princípio organizações sindicais legais de classe de mineiros, de ferroviários, de estivadores e de operários nos outros ramos importantes da indústria, bem como de empregados de Estado, o fascismo esforça-se por limitar o quadro e os apoios de organização do movimento sindical de classe *à pequena produção artesanal e aos outros ramos da indústria que não têm uma importância decisiva para* a luta de classe.

Ao mesmo tempo, o fascismo esforça-se ao máximo por travar a centralização dos sindicatos de classe em *uniões nacionais* gerais, esforçando-se por as dividir em sociedades sindicais locais, para as tornar incapazes de qualquer espécie de luta.

O fascismo aproveita-se das escolas técnicas para preparar *um novo pessoal técnico qualificado, que se encontra sob a influência fascista* e que pode substituir os quadros proletários revolucionários nos transportes e nos domínios mais importantes da indústria.

A política do fascismo em relação ao movimento sindical pode ser resumida pela palavra de ordem: «Dividir para reinar.» O fascismo propõe-se dividir e opor uma às outras as diversas categorias do proletariado, os desempregados contra os trabalhadores, os operários indígenas contra os operários estrangeiros, semear a cisão no seio das organizações sindicais, para poder erguer organizações fascistas sobre as ruínas da organização do movimento sindical de classe. O fascismo é um adversário encarniçado da restauração da unidade do movimento sindical e nos casos em que as organizações sindicais ainda não estão desunidas, como por exemplo na Grécia e na Hungria, trabalha obstinadamente, de acordo com os reformistas, para a sua cisão. *O domínio do fascismo no movimento sindical significa desunião do movimento sindical, destruição dos sindicatos de classe, destruição do movimento sindical independente do proletariado.*

O fascismo é o inimigo mortal do proletariado e dos sindicatos de classe. É preciso lutar contra o fascismo até ao fim, de modo irredutível e sem piedade. Não pode haver tréguas entre o movimento sindical de classe e o fascismo. Não pode haver um único caso, um único lugar onde os partidários da Internacional Vermelha tenham avançado *em conjunto* ou *paralelamente* ao fascismo. E nos casos em que os fascistas ainda não chegaram a um acordo decisivo e a uma compreensão mútua com os dirigentes reformistas dos sindicatos (como por exemplo a União dos Professores na Bulgária) e continuam a fazer-se uma concorrência mútua, os partidários da Internacional Sindical Vermelha, em luta com os reformistas, não podem ter nada em comum com os fascistas. Os erros cometidos neste campo pelos partidários da Internacional Sindical Vermelha na Bulgária, no que diz respeito às organizações dos ferroviários e dos professores, devem ser cuidadosamente evitados no futuro. A luta contra o reformismo deve ser sempre *uma luta contra o fascismo e vice-versa.*

É necessário levar a cabo uma luta sistemática, persistente, sem piedade e contínua — *em todas as linhas e por toda a parte* — contra o fascismo no movimento sindical e sobretudo contra os sindicatos fascistas. O fascismo deve ser batido em todos os casos em que se manifesta — nas empresas, nas administrações, nas organizações, entre os desempregados, etc. — de modo concreto e activo, do ponto de vista da luta de classe libertadora do proletariado e em estreita relação com os interesses imediatos dos operários e dos empregados e com as tarefas especiais das próprias organizações sindicais.

Esta luta contra o fascismo deve ser simultaneamente levada a cabo no plano ideológico, político e de organização do movimento sindical, nas principais direcções que a seguir enumeramos:

Primeiro: Opor resolutamente a ideologia revolucionária de classe do proletariado à ideologia fascista. Desmascarar e estigmatizar o nacionalismo e o chauvinismo, bem como as ideias de «paz industrial» e de «harmonia das classes» e as ideias da liquidação da luta de classes; desmascarar todas as formas de reformismo. Desmascarar o fascismo como destruidor do movimento sindical. Desmascarar o fascismo como

ideologia do capital bancário e do imperialismo. Desmascarar o fascismo como portador do perigo de guerra, e muito especialmente de guerra contra a grande União das Repúblicas Soviéticas. Popularizar infatigavelmente entre as massas o programa e a táctica da Internacional Sindical Vermelha — Internacional do movimento sindical de classe.

Segundo: Consolidação da organização dos sindicatos de classe e apelo às massas de operários não organizadas para entrar nas suas fileiras. Nos casos em que a existência de sindicatos de classe legais se tornou impossível (entre os mineiros e outros), é necessário proceder à criação de grupos sindicais *ilegais,* encarregados de manter o contacto com as largas massas trabalhadoras e de dirigir a sua luta. Consolidação da ala de classe dos sindicatos reformistas, nacionalistas, autónomos e outros, e das suas relações com os sindicatos de classe com vistas a uma acção e a uma luta em comum. Desenvolver e reforçar a rede de comités gerais de operários nas empresas e nas administrações como órgãos locais das próprias massas e unir o seu trabalho ao movimento sindical de classe. Organizar o movimento dos desempregados e coordená-lo com as campanhas das organizações sindicais de classe. Organizar o proletariado agrícola. Atrair para as fileiras dos sindicatos de classe a grande massa de juventude operária e de mulheres trabalhadoras. Organizar e defender sob todos os aspectos os operários estrangeiros.

Terceiro: As campanhas e as greves de massa pelo aumento dos salários, pela diminuição do dia de trabalho, pela segurança do trabalho, pela liberdade de organização e pelo direito à greve, são particularmente importantes. Opor deste modo (durante a própria luta pelos interesses e reivindicações imediatas dos operários) *as massas* ao fascismo (e ao seu primeiro ajudante — o reformismo) e desmascarar de um modo evidente a sua natureza burguesa e traidora. Isolar, deste modo, o fascismo e os sindicatos fascistas das massas proletárias.

Quarto: Assegurar aos operários em luta (por ocasião de greves, etc.) o *apoio* moral e material activo das outras massas de trabalhadores urbanos e rurais: instauração de uma frente única dos operários e dos camponeses trabalhadores, cooperação estreita entre empresas industriais (indústria do

tabaco, do açúcar, etc.) e pequenos produtores de matérias-primas para as empresas (cultivadores de tabaco, de beterraba, etc.) na sua luta comum contra o respectivo capital industrial para deste modo isolar o fascismo dessas camadas trabalhadoras durante a própria luta.

Quinto: Organizar a autodefesa contra os agressores fascistas nas empresas (protecção das organizações, das reuniões, das greves, dos militantes sindicais, etc.). Campanhas para a expulsão das empresas dos agentes fascistas: vigilantes, espiões, provocadores, etc.

Sexto: Contra a política dissidente do fascismo (e do reformismo) reforçar as campanhas *na base* no seio das massas, durante a própria luta pela *unidade de classe* do movimento sindical, sem admitir qualquer espécie de concessão à Internacional de Amsterdão e aos sindicatos fascistas, realizar uma luta intransigente contra estes.

A luta contra o fascismo no movimento sindical e contra os sindicatos fascistas deve prosseguir a uma *escala internacional* — com os esforços conjugados do proletariado consciente da sua classe de todos os países. As campanhas à escala internacional pela defesa dos sindicatos de classe nos países onde já está instaurada uma ditadura fascista (Itália, Bulgária, etc.) são particularmente indispensáveis. O enfraquecimento das posições do fascismo nos países em que este ocupa uma situação dominante facilitará sem dúvida alguma a luta contra a ofensiva do fascismo no movimento sindical dos países onde ainda não há ditadura fascista.

Não é necessário sublinhar que o êxito de toda a luta contra o fascismo no movimento sindical dependerá antes de mais do trabalho activo dos partidários da Internacional Sindical Vermelha, da aplicação de uma judiciosa linha de conduta da sua parte, da confiança das massas que saberão conquistar e da direcção de facto da luta das massas contra a ofensiva do capital e o perigo de guerra.

Sem isso é impossível conservar o movimento sindical de classe.

O IV Congresso
da Internacional Sindical
Vermelha
Moscovo, 1928.

Traduzido do texto de:
J. Dimitrov, *Obras,* t. VIII.
Edições do P. C. B.
1953, pp. 340-352.

AS PRINCIPAIS TAREFAS DOS PARTIDOS COMUNISTAS BALCÂNICOS

OITAVA SESSÃO DO IV CONGRESSO MUNDIAL DA INTERNACIONAL COMUNISTA. SEGUIDA DOS DEBATES SOBRE A EXPOSIÇÃO DO RELATÓRIO DA ACTIVIDADE DO COMITÉ EXECUTIVO DA INTERNACIONAL COMUNISTA

Devido à sua situação geográfica particular, os Balcãs representam uma base militar estratégica extremamente importante na preparação febril da agressão actualmente levada a cabo contra a União Soviética. Além disso, os Balcãs são uma das mais consideráveis fontes de matérias-primas para os grandes países industriais e um mercado para o escoamento dos seus produtos.

É absolutamente compreensível que a luta dos Estados imperialistas pelo domínio dos Balcãs atinja agora o seu ponto culminante. Paralelamente à Inglaterra, à França e à Itália que se fazem mutuamente concorrência, volta actualmente a aparecer nos Balcãs o imperialismo alemão renascente. Os poderosos Estados Unidos também começam a imiscuir-se cada vez mais energicamente nos negócios e na política balcânica. Esta ingerência contínua das potências imperialistas nos Balcãs e a sua contínua concorrência mútua, que naturalmente não as impede de maneira nenhuma de seguir uma linha contra-revolucionária em relação à União Soviética e ao movimento revolucionário nos países balcânicos, aprofunda e atiça cada vez mais as contradições antigas e novas e os conflitos entre os países balcânicos ameaçando a cada instante provocar complicações militares com repercussões internacionais.

Os países balcânicos não seguem uma política nacional independente. Com o apoio das classes burguesas e das dinastias, que na sua luta contra o movimento revolucionário do

proletariado, do campesinato e das nacionalidades oprimidas procuram o apoio do imperialismo, os países balcânicos tornaram-se semicolónias das potências imperialistas. A profunda crise interna económica e política agrava-se, alarga-se e intensifica-se ainda mais devido à pressão imperialista, às intrigas imperialistas e à política geral dos Estados imperialistas que mantêm o caos nos Balcãs e procuram travar nestes o desenvolvimento das forças produtivas. A formação do governo de Venizelos na Grécia e os sintomas de novos conflitos militares internos que o acompanham, o assassínio no Parlamento jugoslavo, o desencadeamento das lutas nacionais na Jugoslávia e o extremo agravamento das contradições servo-croatas, o poderoso movimento camponês contra o regime de Bratianu na Roménia, provisoriamente em período de acalmia, o processo de desagregação no seio do Demokratitcheski zgovor, o assassínio do general Protoguerov, as novas e sangrentas divergências na Organização nacionalista macedónia (VMRO) e a própria evidência de novos golpes militares na Bulgária, a virtual proclamação de Akmed Zogu, rei da Albânia, e a nova tensão nas relações com a Jugoslávia, o crescente terror branco e a ofensiva fascista nos Balcãs, todos estes processos e acontecimentos importantes da época actual são a manifestação de uma profunda crise nos países balcânicos, crise que a burguesia não poderá travar por muito tempo nem anular indefinidamente. Além disso, a terrível miséria e os imensos sofrimentos das massas trabalhadoras, a desavergonhada exploração dos operários, as condições agrárias feudais e a espoliação dos camponeses, a opressão nacional e a política de desnacionalização e de colonização forçadas levam a um novo impulso do movimento operário, camponês e nacional-revolucionário nos Balcãs.

Ao mesmo tempo, os sintomas das revoluções camponesas e nacionais aparecem cada vez mais claramente nos Balcãs na Jugoslávia, na Roménia, na Albânia e na Grécia. Mas, nas actuais condições dos Balcãs, na presente situação internacional, uma revolução camponesa ou nacional só pode triunfar aliada à revolução proletária, através de um bloco revolucionário do proletariado, dos camponeses pobres e das nacionalidades balcânicas oprimidas, sob a direcção do proletariado e da sua vanguarda comunista.

Pode-se afirmar tranquilamente que a estabilização do capitalismo não está em parte alguma em situação tão precária e que as contradições que se desenvolvem a partir desta estabilização não são em nenhum outro sítio tão consideráveis e agudas como nos Balcãs. Os Balcãs são um barril de pólvora permanente. São, incontestavelmente, um dos pontos mais fracos e mais vulneráveis do domínio mundial da burguesia e do imperialismo. Precisamente hoje, quando o imperialismo se esforça por consolidar esta parcela da sua frente, quando pretende fazer dos Balcãs uma base segura da contra-revolução internacional, criar um bloco anti-soviético dos países balcânicos, o nosso dever supremo é construir nos Balcãs posições sólidas para a revolução internacional proletária. Mas para atingir este fim, é indispensável, além dos crescentes esforços para constituir Partidos bolchevistas de massa, que a Internacional Comunista preste uma atenção muito particular à situação e à luta nos Balcãs.

Camaradas, em consequência dos golpes aplicados pelo fascismo e pelo terror branco, bem como em consequência de determinados erros graves cometidos pela sua direcção, o movimento comunista sofreu nestes últimos anos vários e pesados reveses e atravessou um período de crises internas. Ora, com o auxílio da Internacional Comunista, os Partidos Comunistas nos Balcãs, recorrendo à rica experiência dos seus erros e dos seus reveses, saíram do período de crise interna, corrigem a sua linha política e teórica, recuperam das derrotas sofridas e enveredam com mais coragem ainda e sistematicamente na via da sua bolchevização e da sua transformação em verdadeiros Partidos de massa do proletariado revolucionário, apesar das enormes dificuldades que existem neste aspecto. Os três momentos que se seguem são característicos deste processo de desenvolvimento e de transformação dos antigos Partidos Socialistas Revolucionários nos Balcãs em verdadeiros Partidos bolcheviques:

1. Os Partidos Comunistas expulsaram definitivamente das suas fileiras os elementos sociais-democratas e pseudo-sociais-democratas que lhe eram estranhos, como por exemplo o grupo Jivot-Miloikovitch e outros na Jugoslávia, Codatos-Dimitraros e Maximos-Poliupolos na Grécia, Cristescu e outros na Roménia, Sakarov-Manov e Lukanov-Popov na Bulgária.

Estes pequenos grupos estranhos ao movimento comunista e liquidatários não conseguiram atrair nenhum elemento do proletariado. O proletariado revolucionário isolou-os e rejeitou-os completamente.

2. Um considerável número dos antigos dirigentes dos Partidos Comunistas revelaram-se inaptos para dirigir um Partido Comunista nas novas condições, por isso foi necessário substituí-los por novos funcionários do Partido, pertencentes ao proletariado e dotados de um espírito e de virtudes bolchevistas. Esta modificação iminente, ocorrida no Partido jugoslavo, foi consideravelmente entravada por uma luta fraccionária, encorajada e instigada pelos antigos chefes, mas já em vias de ser liquidada pela intervenção activa das massas do Partido e graças ao apoio enérgico por parte da Internacional Comunista. O problema da educação de dirigentes bolchevistas enérgicos e quadros do Partido nos Partidos Comunistas dos países balcânicos continua a ser um dos problemas essenciais do movimento comunista nos Balcãs.

3. A bolchevização dos Partidos Comunistas nos países balcânicos prossegue nas condições de uma luta decisiva e incessante contra as tendências de direita e os capituladores que, em pleno terror branco, se apoiavam nas camadas privilegiadas do proletariado. Estas tendências são actualmente o principal perigo para o movimento comunista nos Balcãs. Além disso, a bolchevização prossegue igualmente, ultrapassando os estados de espírito ultra-esquerdistas e sectários que se manifestam por localidades.

Camaradas, os Partidos Comunistas dos países balcânicos têm uma influência incontestável sobre o proletariado, mas esta influência ainda está longe de estar assegurada do ponto de vista de organização.

Contrariamente ao que sucede nos grandes países capitalistas, a social-democracia não tem nenhuma influência nos Balcãs sobre as massas operárias e encontra-se em contínuo declínio. Isso explica-se sobretudo pelo facto de as camadas privilegiadas do proletariado nas quais a social-democracia se apoia de um modo geral, são absolutamente insignificantes

nos Balcãs devido às condições históricas, económicas, sociais e políticas particulares. Além disso, isso explica também a luta de classes contínua, incessante e aguda nos países balcânicos decorrente das circunstâncias atrás enumeradas.

Mas o facto de a social-democracia nos Balcãs não ter influência nas massas, não significa de modo algum que não seja perigosa para o movimento revolucionário. Pelo contrário, pelo seu papel de agente da burguesia e de promotora do social-fascismo entre os funcionários e a pequena-burguesia, causa graves prejuízos, e a luta contra ela deve ser levada a cabo sem desfalecimentos.

O trotskismo não encontrou adeptos no seio dos Partidos comunistas balcânicos e do proletariado. Os seus defensores nos Balcãs foram os sociais-fascistas e os renegados sem escrúpulos do movimento comunista.

Camaradas, as principais tarefas dos Partidos Comunistas dos países balcânicos são, na opinião da delegação búlgara, as seguintes:

O reforço da organização do Partido no seio do proletariado e a sua consolidação bolchevista.

Assegurar e alargar o contacto com as massas enquanto sua vanguarda e seu guia de facto.

A formação de quadros bolchevistas em número suficiente.

A criação de uma aliança entre o proletariado e o campesinato pobre, bem como de um bloco revolucionário entre o proletariado, o campesinato e as nações oprimidas na luta contra a ofensiva do capital e do fascismo, contra o regime de excepção do terror branco, contra a opressão nacional e as sequelas feudais, contra a pressão imperialista, contra o perigo de uma nova guerra imperialista e o de uma agressão contra a União Soviética. Esta luta deve ser ligada aos interesses imediatos das massas operárias e camponesas e orientada sob a palavra de ordem: «Por um poder operário e camponês!» e «Por uma federação balcânica das repúblicas operárias e camponesas!».

Uma parte considerável das tarefas dos Partidos Comunistas balcânicos interessam todos os Balcãs e podem ser realizadas graças exclusivamente a uma cooperação constante e em resultado de esforços comuns de todos os Partidos balcânicos. A luta contra o perigo de uma guerra imperialista

e pela defesa da União Soviética, a luta contra o fascismo nos Balcãs e contra o imperialismo, a luta por uma federação balcânica das repúblicas operárias e camponesas deve ser organizada e dirigida tanto em cada país como no âmbito do conjunto dos Balcãs. A luta contra a opressão nacional e pela libertação nacional das nacionalidades balcânicas oprimidas também é uma tarefa que pela sua importância diz respeito a todos os Balcãs. A criação de um bloco balcânico revolucionário do proletariado, do campesinato e das nacionalidades oprimidas, o estabelecimento de contacto entre a revolução camponesa e nacional, por um lado, e a revolução proletária, por outro, sob a direcção do proletariado revolucionário, é uma tarefa que incumbe a todos os Partidos revolucionários nos Balcãs. A luta contra a ofensiva imperialista nos Balcãs só pode ser levada a cabo com êxito nas condições da mais estreita cooperação do proletariado e das suas organizações sindicais em todos os países balcânicos. Finalmente, a campanha fora das fronteiras contra o terror branco e o fascismo nos Balcãs é uma tarefa comum aos Partidos Comunistas balcânicos.

Os países balcânicos estão tão estreitamente ligados entre si que o êxito da revolução proletária em cada um dos países balcânicos depende directamente da situação nos países balcânicos vizinhos, do estado e da força do seu movimento revolucionário.

Tendo em conta todas estas circunstâncias e a crise balcânica cada vez mais agudas e o perigo crescente de guerra, é mais do que nunca indispensável reforçar e desenvolver a Federação Comunista Balcânica, criada a partir de 1910 (anteriormente: Federação Socialista Balcânica).

A Federação Comunista Balcânica, que não é um organismo intermediário entre a Internacional Comunista e os diferentes Partidos Comunistas nos Balcãs, mantendo um contacto directo com o Comité Executivo da Internacional Comunista, só tem como tarefa auxiliá-los a atingir em conjunto e com êxito os seus objectivos revolucionários no que diz respeito a todos os Balcãs. É uma necessidade política vital importante para o movimento comunista nos Balcãs, e os Partidos Comunistas balcânicos devem fazer tudo para a reforçar e a levar a realizar uma actividade crescente; também devem

pedir à Internacional Comunista o seu apoio total à Federação. Qualquer hesitação a este respeito, qualquer atraso causará o maior prejuízo.

O único país balcânico em que, até ao presente, não há Partido Comunista, é a pequena Albânia. Mas os elementos indispensáveis à criação de um Partido Comunista albanês já estão maduros.

A delegação búlgara está firmemente convencida de que o proletariado nos Balcãs e a sua vanguarda, sob a direcção da Internacional Comunista e com o seu auxílio constante, avançando sem desvios na via da bolchevização, será capaz de cumprir o seu dever durante os acontecimentos futuros e os duros combates nos Balcãs contra o imperialismo, pela União Soviética e pela causa da revolução proletária e do comunismo.

International Presse-Korrespondenz
n.° 79, de 4 de Agosto de 1928.

Traduzido do texto de:
J. Dimitrov, *Obras*, t. VIII.
Edições do P. C. B.
1953, pp. 362-369.

UMA INFAME MENTIRA DO «ARBEITER ZEITUNG» VIENENSE SOBRE OS COMUNISTAS ROMENOS

O PROGRAMA DE COMBATE DO BLOCO OPERÁRIO E CAMPONÊS ROMENO

Sob o título sensacionalista «Comunistas, votem pela burguesia! — Uma ordem da Rádio de Moscovo aos comunistas romenos», o *Arbeiter Zeitung* de Viena de 2 de Dezembro de 1928 publica um «Telegrama de Bucareste» segundo o qual os jornais sociais-democratas romenos anunciavam que

> «cerca da meia-noite, se podia captar na Roménia uma emissão da Rádio de Moscovo dirigida à imprensa, na qual os comunistas romenos eram convidados, por ocasião das próximas eleições, e em todos os locais onde não tivessem a sua própria lista, a votarem pelos liberais, mas em caso algum na lista comum do Partido Nacional Camponês e dos sociais-democratas».

O Secretariado da Federação Balcânica Comunista pode declarar categoricamente que esta notícia sensacionalista é uma cobarde invenção social-democrata. Como todos sabem, o Partido Comunista na Roménia levou sempre a cabo, como guia do proletariado romeno, uma luta de classes persistente e consequente contra a burguesia romena e o governo liberal, suportando nesse combate inúmeros sacrifícios, enquanto os sociais-democratas desempenharam o papel dos mais miseráveis lacaios da burguesia contra o movimento comunista.

Na actual luta eleitoral, o Partido Comunista Romeno, de pleno acordo com a Internacional Comunista, avança sozinho à cabeça do proletariado romeno e segue uma linha

proletária absolutamente independente, a linha da mobilização das massas trabalhadoras das cidades e do campo em torno do bloco operário e camponês contra a burguesia financeira (o Partido Liberal) e contra o governo nacional-czarista, que é um governo burguês-kulak e um instrumento nas mãos dos imperialistas para a preparação da guerra contra a União Soviética.

E, de facto, o proletariado romeno e o campesinato pobre unem-se sob a bandeira do bloco operário e camponês que, numa conferência recentemente realizada, adoptou um programa de acção sob as seguintes palavras de ordem:

Revogação da legislação liberal, bem como de todas as leis hostis aos operários, aos camponeses e às minorias.

Restabelecimento, garantia e extensão dos direitos e das liberdades das massas trabalhadoras e das minorias.

Levantamento do estado de sítio e da censura em todo o território da Roménia.

Amnistia geral política, militar e agrária.

Expropriação sem indemnização de toda a terra, bem como do inventário, e sua distribuição gratuita no interesse e sob o controle dos operários.

Anulação de todos os impostos que oprimem os operários, o médio campesinato, o campesinato pobre e os pequenos comerciantes.

Direito à autodeterminação nacional, incluindo a separação.

Anulação de todas as obrigações tomadas durante a guerra e a favor desta.

Política de paz com os povos vizinhos.

Suspensão das despesas de armamento e encerramento de todas as fábricas que servem para a produção de material de guerra.

Substituição do exército regular burguês por uma milícia do povo trabalhador.

Reconhecimento da União Soviética, restabelecimento das relações diplomáticas e das relações económicas com esta.

Por um governo operário e camponês.

Por uma federação balcânica das repúblicas operárias e camponesas, etc.

Na luta por este programa de classe sob a direcção do Partido Comunista, é claro que o proletariado romeno tem

contra ele toda a burguesia, os grandes proprietários fundiários e os kulaks com os seus lacaios — os sociais-democratas. Está absolutamente excluído todo e qualquer apoio directo ou indirecto aos liberais por parte do proletariado e da sua vanguarda, o Partido Comunista.

A Internacional Comunista e o Partido Comunista Romeno, que são firmemente pelo fim da revolução burgueso-democrática na Roménia e pelo seu desenvolvimento ulterior até à vitória da revolução proletária, são ao mesmo tempo os mais resolutos adversários dos liberais, da grande finança romena e da grande burguesia, bem como da burguesia dita «progressista», actualmente representada pelo governo nacional-czarista. Também combatem contra a social-democracia — apoio da ditadura burguesa e que abre o caminho ao fascismo. Finalmente, também combatem contra todos os desvios de direita no seio do movimento operário e nas próprias fileiras comunistas, desvios que impedem e enfraquecem a luta revolucionária do proletariado e dos seus aliados — os camponeses pobres.

A mentira social-democrata, da imprensa social-democrata romena, que com tanto prazer foi retomada e tão cobardemente foi comentada pelo *Arbeiter Zeitung* de Viena só pode ter como finalidade uma manobra dolosa para esconder o papel traidor dos sociais-democratas romenos. A estúpida história «da ordem pela rádio do posto emissor russo para a imprensa» é uma nova prova de que os sociais-democratas são agentes cegos e zelosos dos imperialistas e da sua política belicosa e provocadora contra a União Soviética, o único Estado dos operários e dos camponeses.

International Presse-Korrespondenz
N.° 137, de 7 de Dezembro de 1928.
Assinado: J. Dimitrov.

Traduzido do texto de:
J. Dimitrov, *Obras*, t. VIII.
Edições do P. C. B.
1953, pp. 393-396.

O FASCISMO NOS BALCÃS

Os países balcânicos caem uns após outros sob a ditadura fascista. Além da Bulgária, da Jugoslávia e da Albânia onde esta ditadura já está estabelecida sob formas diversas, a Grécia e a Roménia também caminham progressivamente para a ditadura fascista.

Para além das razões gerais que levam as classes dirigentes de todos os países a abandonar cada vez mais as posições da democracia burguesa e a enveredarem pela aplicação dos métodos e do sistema do fascismo, também existem nos Balcãs razões particulares, históricas, políticas e económicas, que arrastam esses países nessa direcção.

Sabemos que revolução burguesa democrática que teria podido unir no plano político e ideológico as largas massas populares e a burguesia, não pode ser realizada nos países balcânicos. A burguesia destes países, no próprio início do seu domínio, ligou-se estreitamente ao capital internacional. Tornou-se o seu agente e, com isso, uma classe contra-revolucionária. Os camponeses, que representam a imensa maioria da população dos Balcãs, não obtiveram terras pela revolução democrática, sob a direcção da burguesia contra os feudais, como sucedeu em França e nos outros países ocidentais. Ao contrário, a burguesia só viu nos camponeses um objecto de exploração ilimitada, da sua sede de acumular, sem obstáculos, um capital nos países balcânicos. O feudalismo ainda não desapareceu completamente; e ainda hoje, a grande maioria das massas trabalhadoras sofrem o seu domínio. Isto cria um

abismo profundo entre as classes dirigentes e as massas camponesas.

O problema nacional também não foi definitivamente solucionado nos Balcãs. Massas constituídas por milhões de seres gemem sob o jugo nacional. A burguesia tenta ultrapassar as grandes dificuldades surgidas sobretudo em consequência do sistema colonialista imposto nas regiões conquistadas e da desnacionalização da população levada ao seu limite extremo e representando problemas em suspenso. Este sistema exacerba o problema nacional. É por isso que os povos oprimidos são arrastados para uma luta intransigente contra o poder burguês.

Predominantemente agrários e francamente industrializados, os países balcânicos acham-se na situação de semicolónias do capital internacional. A sua dependência deste último cresce de dia para dia. Estes países levam a cabo entre si lutas económicas contínuas e, por causa das grandes potências imperialistas que perpetuam os seus interesses pela conquista dos Balcãs, acham-se constantemente perante conflitos insolúveis. Em consequência do empobrecimento das massas, os mercados internos no país estão em muito mau estado, enquanto os mercados externos lhes estão na maior parte dos casos fechados. Além disso, as possibilidades de estabilização e de racionalização capitalista são muito restritas. Os estragos causados pela guerra mundial imperialista, as dívidas de guerra e as indemnizações que devem pagar agudizam ainda mais a crise económica e financeira nestes países. Os empréstimos externos a que a burguesia recorre e que considera como a principal saída para esta situação, oprimem as massas populares com impostos ainda mais pesados e aumentam o seu descontentamento contra a burguesia.

A burguesia dos países balcânicos choca com a concorrência dos países ocidentais muito desenvolvidos do ponto de vista industrial. Vê-se reduzida a procurar uma saída na exploração desmedida das massas camponesas e operárias. Não pode, como a burguesia dos grandes países imperialistas, fazer pequenas concessões para atrair uma parte das camadas trabalhadoras. A mais insignificante conquista económica das massas é-lhes arrancada com muita luta. Isso cava ainda mais o abismo entre a burguesia e o proletariado. Isso explica

em parte o espírito revolucionário das massas trabalhadoras e a sua vontade inabalável de luta contra a burguesia. Isso também explica a fraqueza da aristocracia operária e da social-democracia nos países balcânicos, ao contrário do que se passa nos grandes países imperialistas. A Revolução vitoriosa de Outubro que libertou o proletariado oprimido, os camponeses e os povos oprimidos no grande Império russo, causou uma profunda impressão nas massas trabalhadoras dos Balcãs onde existem muitos traços comuns com a estrutura económica da Rússia czarista. Este desenvolvimento continuou a aprofundar-se e a alargar-se incessantemente durante os onze anos de existência da U. R. S. S. devido à política revolucionária, e da sua edificação socialista devido à sua luta decisiva contra o imperialismo e pela paz mundial.

É por isso que a burguesia nos Balcãs não é capaz de conservar o seu poder pelos métodos da democracia burguesa e do parlamentarismo. O imperialismo ocidental também é incapaz de deitar definitivamente a mão aos Balcãs por esses métodos. Estes são hoje um obstáculo tanto maior quanto se trata agora de arrastar os Balcãs e os povos balcânicos para uma guerra em preparação contra a União Soviética, quando as massas populares a isso se opõem abertamente. Por conseguinte, só resta à burguesia balcânica e ao imperialismo internacional recorrer aos métodos da ditadura fascista e ao seu estabelecimento.

As características mencionadas, históricas, económicas e políticas, nos países balcânicos, conferem ao fascismo um carácter muito particular. Essa particularidade do fascismo nos Balcãs consiste sobretudo no facto de, ao contrário de tudo o que vemos na Itália e na Polónia, esse fascismo não vir de baixo, como um movimento de massa, para se apoderar do poder, mas pelo contrário — vir do alto — do aparelho de Estado, apoiado pela força militar da burguesia e unido sob as ordens do capital financeiro, bem como de todas as forças contra-revolucionárias da burguesia, dos grandes proprietários fundiários, dos camponeses ricos, das camadas dirigentes da pequena-burguesia — a burocracia — contra o proletariado, as massas operárias e camponeses e as minorias nacionais que combatem pela sua libertação.

Uma arma particularmente eficaz do fascismo balcânico é, sem dúvida alguma, a do nacionalismo burguês; as paixões nacionalistas e chauvinistas são atiçados por sonhos da grande Bulgária, da grande Sérvia (Jugoslávia), da grande Grécia, da grande Roménia. Ao especular com esta ideologia nacionalista o fascismo nos países balcânicos procura, embora sem demasiadas insistências, a aliança das camadas pouco consistentes da pequena burguesia, dos camponeses e dos operários, para alargar a base social da sua ditadura e tornar a sua política contra-revolucionária burguesa (de colonização e de desnacionalização) mais suportável. Para a ditadura fascista, o movimento revolucionário das organizações balcânicas nacionais revolucionárias dos macedónios, dos habitantes da Dobrudja, dos albaneses, etc., representa um obstáculo muito sério. Por isso o fascismo nos Balcãs emprega em relação a essas organizações e contra o movimento revolucionário do proletariado e dos camponeses uma política de terror inaudita. Serve-se em grande escala das organizações nacionais fascistas para estabelecer e manter a sua ditadura e para abater as forças revolucionárias do proletariado, dos operários, dos camponeses e do movimento nacional-revolucionário. Esses esforços neste domínio, com as organizações macedónias de Alexandrov-Protoguerov e com a organização fascista da Dobrudja, já se tornaram clássicos. A ditadura militar-fascista jugoslava enveredou pela mesma via e serve-se, como de um instrumento, dos colonos sérvios e dos seus bandos na Macedónia, esforçando-se por fazer também o mesmo com os movimentos albanês, montenegrino, etc.

Devido precisamente ao seu carácter, o fascismo está muito estreitamente ligado ao poder da burguesia capitalista e do capital internacional. Não se trata de um facto momentâneo, episódico. A sua liquidação definitiva só é possível se se derrubar a própria burguesia. É por isso que a luta levada a cabo contra esta será um combate revolucionário, perseverante. Nem um único grupo de burgueses, dos grandes proprietários fundiários, dos camponeses ricos está interessado nessa luta contra o fascismo; pelo contrário, estão todos directamente interessados na ulterior existência dessa ditadura. Têm a necessidade da ditadura fascista como de um trampolim contra o movimento de libertação nacional das massas trabalhadoras e das nacionalidades oprimidas. Essa luta só pode ser a luta das massas trabalhadoras das cidades e dos campos, dirigida pela classe que está melhor organizada e é mais aguerrida no espírito revolucionário, o proletariado, aliado às massas nacionais oprimidas. Só o bloco revolucionário das massas populares nos Balcãs será capaz de levar a cabo a luta contra o fascismo e a sua ditadura até à vitória final.

As organizações nacionais-revolucionárias nos Balcãs, para quem o fascismo é um inimigo mortal, consideram com razão a luta contra o fascismo e a ditadura fascista como o seu próprio combate, como parte integrante e inseparável do grande combate contra a opressão nacional e pela libertação.

A Federação Balcânica
N.º 112, de 15 de Março de 1929.
Assinado: J. Dimitrov.

Traduzido do texto de:
J. Dimitrov, *Obras*, t. VIII.
Edições do P. C. B.
1953, pp. 397-402.

O IMPERIALISMO NOS BALCÃS

Em virtude da sua situação geográfica, militar, estratégica e económica, os Balcãs constituem um dos mais importantes objectivos do imperialismo internacional. Para as potências imperialistas e em primeiro lugar para a Grã-Bretanha, para a França e para a Itália, os Balcãs representam uma base indispensável à manutenção e à consolidação das suas posições na bacia mediterrânea e para o controle das vias que unem a Europa à Ásia, à África e às Índias, através dos Balcãs e do Mediterrâneo. Ao mesmo tempo, os Balcãs, devido à sua economia atrasada e à sua população avaliada em 42 milhões, também representam um importante escoadouro para os produtos industriais das grandes potências capitalistas muito desenvolvidas; por outro lado, por ser eminentemente agrícola, a península dos Balcãs também constitui uma fonte preciosa de matérias-primas e de produtos semifabricados para a indústria dessas potências. E, finalmente, os Balcãs também são importantes como base militar estratégica e como fornecedores de massas de milhões de soldados para a guerra imperialista na bacia mediterrânica e nas regiões costeiras da África e da Ásia, guerra para a qual serão inevitavelmente arrastados os próprios Balcãs, sobretudo se se considerar a actual situação mundial de uma ameaça de guerra contra a grande União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

Tudo isso explica completamente o facto de toda a nova história política dos Balcãs, bem como a das relações entre os Estados balcânicos no século XIX, ser actualmente deter-

minada pelo avanço e pela penetração do imperialismo nos Balcãs e pela sua tenaz aspiração de os pôr inteiramente sob a sua autoridade e de os tornar uma colónia.

A guerra imperialista e a Revolução russa de Outubro determinaram toda uma série de mudanças na relação de forças nos Balcãs, sobretudo em consequência da liquidação do imperialismo dos czares russos e a desagregação da monarquia austro-húngara. Mas a dependência dos Balcãs em relação ao imperialismo internacional mantém-se e reforçou-se mesmo. O lugar da monarquia austro-húngara foi em grande parte ocupado pela Itália fascista, quando a queda do imperialismo russo abria a via à conquista mais activa dos Balcãs pelo imperialismo inglês e francês que actuam nesta região sob a forma de um bloco anglo-francês.

É claro que os interesses concretos e os fins imediatos das diversas potências imperialistas nos Balcãs não coincidem. Muito pelo contrário, encerram contradições e oposições. As contradições e as oposições entre a França e a Itália são particularmente agudas e sérias. Isso influencia as relações mútuas entre os próprios Estados balcânicos e ocasiona conflitos frequentes. É assim que, por outro lado, é possível explicar o facto de a Jugoslávia ser totalmente entregue à influência do imperialismo francês, enquanto a Albânia é completamente colocada sob a do imperialismo italiano. A Grécia e a Roménia vogam nas águas do bloco imperialista anglo-francês, e a Bulgária, que se inclina mais para este, é objecto de uma luta desesperada por parte do imperialismo italiano que utiliza as relações que criou no passado. Contudo, seria errado dar demasiada importância a estas contradições «intestinas» no campo imperialista, que também se complicam por se sobreporem a determinadas tendências e planos do imperialismo alemão renascente. Atendendo às contradições de facto, seria um erro perigoso não apreender e apreciar pelo seu justo valor a linha geral, no seu conjunto, do imperialismo internacional nos Balcãs e que comanda as contradições atrás mencionadas. Esta linha geral consiste em subordinar os Balcãs aos grandes interesses e às finalidades do imperialismo, em entravar o seu desenvolvimento económico e político independente, em impedir a unificação dos povos balcânicos numa comunidade económica e política, em manter a situação colonial ou semicolonial dos Balcãs por um controle militar e financeiro através de empréstimos e de concessões que subjugam e pela conquista dos pontos-chave económicos e estratégicos dos Balcãs.

Fortes devido a uma harmonia de princípios total, as potências imperialistas mantêm a artificial e insuportável divisão territorial dos Balcãs. Opõem-se resolutamente à libertação nacional dos povos balcânicos oprimidos. São adversários irredutíveis da união dos povos balcânicos numa federação balcânica, sabendo além do mais que em presença da actual situação internacional e dos Balcãs, essa federação balcânica mais não seria do que uma federação anti-imperialista, anticapitalista, e antimonárquica das massas populares balcânicas. A Inglaterra e a França trabalham para uma certa solução das contradições entre os Estados balcânicos para deste modo facilitar a criação de um bloco anti-soviético para a preparação de uma guerra contra a União Soviética, mas apenas como meio de mais fácil e completamente utilizar os Balcãs como base e força militar para essa guerra.

É precisamente por isso que o imperialismo internacional apoia sem reservas o fascismo e o regime de violência nos Balcãs e que é inimigo irredutível do movimento revolucionário comum dos operários e dos camponeses balcânicos e, em especial, do movimento revolucionário de libertação nacional dos macedónios, dos croatas, dos albaneses, dos montenegrinos, dos dobrudjanos, dos bessarabianos, dos trácios, etc. Subordinar completamente os Balcãs aos interesses e às finalidades do imperialismo internacional, atrelar os povos balcânicos ao carro de combate do imperialismo contra a União Soviética, é impossível sem a repressão prévia do movimento revolucionário do proletariado, dos camponeses, das massas populares e das minorias nacionais oprimidas nos Balcãs.

Mas o imperialismo internacional não conseguiria realizar os seus planos de guerra e os seus fins de rapina em relação aos Balcãs e aos seus povos sem o auxílio activo da burguesia balcânica, sem o chamado imperialismo balcânico. Este último desempenha o papel de instrumento do imperialismo internacional. O quadro das suas manifestações independentes é extremamente estreito e acha-se determinado apenas pelos interes-

ses do imperialismo internacional, o único válido na ocorrência. Mas é precisamente para poder conservar as regiões conquistadas (a Macedónia, a Trácia, a Dobrudja, a Bessarábia, a Bucovina, a Croácia, etc.) e utilizá-las como colónias que o imperialismo da alta burguesia romena, sérvia e grega solicita o apoio do imperialismo internacional entregando-lhe os seus próprios países para uma exploração comum e facilitando-lhe deste modo o caminho para a completa subordinação dos Balcãs. A burguesia também tem o seu imperialismo. Mas não se pode manifestar abertamente devido à actual situação particularmente desfavorável nos Balcãs e mantém-se por assim dizer em estado potencial.

Para os povos balcânicos, o imperialismo nos Balcãs representa um duplo jugo — sujeição ao imperialismo balcânico e sujeição ao imperialismo internacional. Também significa uma sujeição económica, social e nacional. Finalmente, significa o perigo crescente de lançar os povos balcânicos numa guerra imperialista, sobretudo numa guerra imperialista febrilmente preparada contra a União Soviética.

A luta contra o imperialismo «próprio» dos Balcãs e o imperialismo internacional é uma questão de vida e de morte para as massas populares trabalhadoras dos Balcãs. As forças activas desta luta revolucionária são: *a*) o proletariado; *b*) os camponeses trabalhadores; *c*) a pequena burguesia urbana (pequenos artesãos, pequenos comerciantes, etc.) e *d*) as massas populares oprimidas do ponto de vista nacional. Nesta luta, a burguesia capitalista está de um modo geral, do outro lado da barricada. Só determinados grupos da chamada média burguesia no seio das minorias nacionais oprimidas podem ser conquistados para esta luta, enquanto outros grupos só poderão ser neutralizados.

A luta do proletariado contra a marcha do capital e a racionalização capitalista; a luta dos camponeses trabalhadores pela terra e contra a pilhagem por parte do capital bancário e usurário; a luta contra a opressão nacional das minorias subjugadas, contra a desnacionalização e a colonização — a sua luta contra o fascismo e o perigo de uma guerra imperialista — todas estas lutas estão estreita e organicamente ligadas à luta contra o imperialismo, à luta de libertação nacional e por uma federação balcânica das repúblicas operárias e camponesas. Os esforços do proletariado pela revolução proletária, dos camponeses trabalhadores por uma revolução agrária e das nacionalidades oprimidas (macedónios, croatas, albaneses, montenegrinos, eslovénios, dobrudjanos, bessarabianos, trácios, etc.) por uma revolução nacional devem ser remidos sob uma poderosa palavra de ordem contra o imperialismo, contra a exploração e a pilhagem capitalistas, contra a ditadura e a tirania fascista, contra a subjugação nacional. A luta contra o imperialismo nos Balcãs está indissoluvelmente ligada à luta diária pelo pão, pela terra e pela liberdade. Deve conduzir à queda do domínio do imperialismo e da burguesia balcânica, ao desmoronamento das muralhas artificialmente erguidas e dos postos fronteiriços colocados entre os povos balcânicos, à sua união revolucionária numa federação balcânica.

Para que esta gloriosa luta histórica possa ser coroada de êxito, é indispensável que se crie uma dupla frente do proletariado, dos camponeses e das massas populares nacionais oprimidas, sob a direcção do proletariado revolucionário — a mais consequente, consciente e tenaz vanguarda na luta contra o imperialismo.

A liga anti-imperialista internacional ([14]), que actualmente organiza o seu segundo congresso, foi criada como uma organização de luta contra o imperialismo, sobretudo contra o existente nas grandes colónias ou semicolónias. Com a participação das organizações nacionais revolucionárias dos Balcãs e da Federação Comunista Balcânica no Congresso da Liga Anti-imperialista actualmente reunida, esta também engloba os Balcãs — esse importante objectivo do imperialismo internacional — e comunicará um novo impulso à luta dos povos balcânicos contra o imperialismo, alargando a frente comum desde a península dos Balcãs até à China e às Índias, à América Latina, à Síria, ao Marrocos, ao Egipto, ao Afeganistão, ao Irão, etc., numa frente anti-imperialista mundial.

A Federação Balcânica
N.° 120, de 15 de Julho de 1929.
Assinado: J. Dimitrov.

Traduzido do texto de:
J. Dimitrov, *Obras*, t. IX.
Edições do P. C. B.
1953, pp. 408-414.

MANDADO DE CAPTURA

O tipógrafo e publicista Jorge Dimitrov aliás Rudolf Hediger ou Schaffman), que ultimamente habitou em Berlim — Steglitz, Kingsortrasse 96, em casa de Mansfeld, nascido a 18 de Junho de 1882 em Radomir, Bulgária, casado, súbdito búlgaro, preso desde o dia 9 de Março de 1933 na prisão da Prefeitura da polícia de Berlim, deve ser transferido sob regime de detenção preventiva sob forte suspeita de, em Berlim, numa data que não cobre o prazo de prescrição, e nomeadamente no dia 27 de Fevereiro de 1933, juntamente com o pedreiro Van der Lubbe, ter:

a) Tentado modificar a estrutura do Estado da Alemanha pela violência;

b) Incendiado premeditadamente o edifício do Reichstag que serve de habitação a cidadãos, ateando o incêndio com a intenção de dele se servirem para desencadear uma revolta — crime punido pelos §§ 81 n.° 2, 82, 306 n.° 2, 47, 73 do Código Penal, atendendo aos motivos para recear uma tentativa de fuga e as dificuldades que esta poderia criar à instauração.

Pode recorrer do presente mandado de captura segundo o processo legal.

Berlim, 31 de Março de 1933

O Juiz de instrução no Tribunal do Império
(s) *Vogt,* conselheiro no Tribunal do Império

DECLARAÇÃO PERANTE AS AUTORIDADES DE INQUÉRITO POLICIAL [15]

Em relação com a minha prisão declaro o seguinte:

1.º — Eu, Jorge Dimitrov, antigo deputado búlgaro, antigo secretário da União Geral dos Sindicatos Operários da Bulgária e membro do Comité Central do Partido Comunista Búlgaro desde 1910, sou emigrado político desde Outubro de 1923, condenado por contumácia na Bulgária em relação com os acontecimentos de Junho a Setembro de 1923. Ameaçado de assassínio até mesmo no estrangeiro pelos meus adversários políticos, não podia viver na Europa sob o meu próprio nome e era obrigado a servir-me de outros nomes, como o de Dr. Rudolf Hediger, que usava quando fui detido.

2.º — Na Primavera de 1932, quando voltou a ser tratado na Bulgária o problema da amnistia do resto das pessoas condenadas em consequência dos acontecimentos de 1923 e este problema deu origem a uma dura luta política, resolvi abandonar a União Soviética, onde me encontrava nessa altura, e regressar à Europa, para poder participar directamente do estrangeiro na campanha por uma total amnistia política. Em fins de Junho de 1932, vim para Berlim e daqui fiz viagens a Viena, a Praga, a Amsterdão, a Paris e a Bruxelas, onde me esforcei por interessar notáveis personalidades como Zweig e outros na Áustria, o professor Needli e outros na Checoslováquia, Barbusse, Romain Rolland e outros em França, redacções de diversos jornais e revistas, diversas organizações — culturais, científicas e outras, e assegurar o seu apoio moral e político ao pedido de amnistia. Para isso, redigi memorandos

sobre o problema da amnistia, publiquei cartas dirigidas a personalidades eminentes, a organizações e a redacções, e escrevi toda uma série de artigos sobre a situação económica e política da Bulgária, sobre a sua política interna e externa, destinados à imprensa estrangeira, bem como à revista *International Presse-Korrespondenz* (*) publicada em francês, em Paris, em inglês, em Londres e em alemão, em Berlim. Para isso acompanhava a imprensa e a literatura búlgaras, o que se escrevia sobre a Bulgária na imprensa estrangeira, recolhia materiais estatísticos e outros, na biblioteca prussiana e noutros estabelecimentos, como se pode constatar pela presença de jornais búlgaros e outros, de revistas, de livros, de recortes de jornais e de outras publicações encontrados no meu domicílio.

3.° — Cobria as minhas despesas de existência e as despesas ocasionadas pelas minhas viagens com os honorários que recebia pelos artigos e traduções do russo e do alemão. A soma que encontraram em meu poder na ocasião da minha detenção — 350 marcos e 10 dólares — constituiu toda a minha fortuna depois da minha longa emigração de dez anos.

4.° — Durante a minha permanência na Alemanha, não me imiscuí nos negócios internos alemães. Não tomei parte nas lutas políticas deste país, nem directa, nem indirectamente. Dediquei-me inteiramente à minha tarefa que, para mim, enquanto político búlgaro, constitui uma «Le bensfrage» (**): Contribuir na medida dos meus meios para obter mais rapidamente uma total amnistia política na Bulgária, para poder regressar livremente ao meu país depois de 10 anos de emigração e aí servir o meu povo de acordo com as minhas convicções e com o meu ideal. Os documentos encontrados em minha casa: o apelo da Internacional Comunista por uma frente única e o apelo para a convocação de um congresso antifascista internacional só tinham para mim um valor de informação. São publicados em toda a imprensa comunista mundial e não constituem documentos ilegais. Em suma, não redigi, nem distribuí na Alemanha documentos referentes à situação da Alemanha e aos problemas que lhe dizem respeito.

(*) *Correspondência da Imprensa Internacional.*

(**) Problema vital.

5.° — Soube da notícia do incêndio do Reichstag pelos jornais na manhã de 28 de Fevereiro, no comboio de Munique para Berlim, tal como sucedeu com os outros viajantes desse comboio. Vi pela primeira vez o nome e a fotografia do «incendiário», nos jornais alemães, depois da sua publicação. Quanto a ele, nunca o vi ou encontrei. Como comunista, oponho-me por princípio ao terrorismo individual, a todos os incêndios insensatos, porque estes actos são incompatíveis com os princípios e os métodos comunistas de trabalho de massa e também porque são de natureza a apenas prejudicarem o movimento libertador do proletariado, a causa do comunismo. Os programas e os estatutos de todos os Partidos Comunistas e da Internacional Comunista proíbem o terrorismo individual, sob pena de expulsão do Partido Comunista de todos os membros que se sirvam do método do terrorismo individual. Todos os actos de terrorismo perpetrados na Bulgária, incluindo o atentado na catedral de Sófia em Abril de 1925, foram condenados publicamente e da maneira mais absoluta, tanto por mim pessoalmente e pelo Partido a que pertenço como pela Internacional Comunista. Somos comunistas e não anarquistas. Estou profundamente convencido de que o incêndio do Reichstag só pode ser obra de pessoas insensatas ou dos mais ferozes inimigos do comunismo que com este acto, quiseram criar uma atmosfera favorável à destruição do movimento operário e do Partido Comunista na Alemanha. Mas não sou nem insensato, nem inimigo do comunismo.

6.° — Além disso, por ocasião do incêndio do Reichstag nem sequer estava em Berlim, mas sim em Munique, onde tinha chegado na manhã do dia 26 de Fevereiro e donde voltei a partir para Berlim na noite de 27 de Fevereiro no rápido, na carruagem-cama de III classe (D. Zug. Schlafwagen, III. Klasse).

7.° — Rejeito com a maior indignação qualquer suspeita a propósito de qualquer participação, quer directa quer indirecta, neste acto anticomunista, neste crime condenável seja de que ponto de vista for, e protesto resolutamente contra a inaudita injustiça cometida para comigo pela minha detenção a propósito deste crime.

A minha única infracção às leis da Alemanha consiste no facto de, emigrado ameaçado de assassínio, ter vivido clandestinamente na Alemanha.

8.° — Também protesto contra o facto de ser colocado na situação de prisioneiro de guerra, a quem não foi deixado um único centavo dos seus próprios meios para as mais elementares necessidades, e de ser mesmo privado da mais elementar «Rechtsilfe» (*).

Berlim, 20 de Março de 1933.

J. Dimitrov

P. S. — Quanto aos papéis encontrados na minha residência, só reconheço como sendo incontestavelmente meus aqueles que foram constatados na minha presença na ocasião da busca. A busca à minha residência foi feita na minha ausência.

Traduzido do texto de:
J. Dimitrov, *Obras,* t. IX.
Edições do P. C. B.
1960, p. 18.

(*) Defesa jurídica.

SENHOR JUIZ DE INSTRUÇÃO

4 de Maio de 1933

Excelentíssimo
Senhor Conselheiro do Tribunal do Império!

É evidente que não necessito agradecer-lhe o seu comunicado em que recusa o meu pedido de restituição do dinheiro que me foi confiscado.

No entanto, com isso, poupou-me uma ilusão. Julguei por momentos que pelo menos sob esse aspecto para comigo, como para com um político, inocente do incêndio do Reichstag e que só sofre por ter cumprido o seu dever de comunista, não se teriam comportado pior do que para com um bandido ou um assassino, e que poderia dispor de alguns marcos do meu próprio dinheiro para comprar jornais e um manual da língua alemã, bem como para portes de correio.

Vejo agora que isso não passou de uma ilusão. Sou privado de dispor do meu próprio dinheiro. Não tenho direito a visitas e, além disso, tenho que estar algemado noite e dia.

Tanto quanto sei, nem mesmo os acusados de assassínio se encontram em semelhante situação.

E é a si que digo tudo isto!

Sim, é justo e consequente. Estou nas mãos do inimigo de classe, que até tenta utilizar a justiça como instrumento para desenraizar o comunismo, ou seja, na prática, para liquidar os seus militantes convictos, consequentes e inabaláveis.

Respeitosamente
J. Dimitrov

Traduzido do texto de:
J. Dimitrov, *Obras,* t. IX.
Edições do P. C. B.
1960, pp. 15-16.

SENHOR DOUTOR PAUL TEICHERT

Advogado, Leipzig

1 de Agosto de 1933

Excelentíssimo Senhor Doutor!

Recebi hoje a sua carta de 27 de Julho, e tomei conhecimento da decisão do Tribunal do Império acerca da sua nomeação como meu advogado.

Comunico-lhe que no dia 20 de Julho confiei a minha defesa ao advogado búlgaro Stephane Detchev (actualmente em Paris, no hotel «Palace») e que, além disso, por intermédio da minha irmã e a meu pedido, os advogados franceses Srs. Moro-Giafferi, Campinchi e Torrés estão convidados para serem os meus defensores. É muito provável que entrem em contacto consigo.

Quanto ao que diz respeito ao meu processo, estou muito surpreendido por ser acusado pelo Tribunal do Império em relação com o incêndio do Reichstag. Segundo todos os dados, a instrução prévia teria forçosamente chegado à conclusão de que não tinha absolutamente nada a ver com esse crime insensato e provocador. Mas, como se vê, decidiram preencher os lugares dos verdadeiros culpados, não encontrados, apoderando-se de três emigrados búlgaros. É precisamente nos processos políticos que mais claramente nos apercebemos da maneira de utilizar a justiça como instrumento da política.

Nas minhas *declarações escritas* de 20 de Março e de 30 de Maio, entregues ao conselheiro Vogt, juiz de instrução junto do Tribunal do Império, já disse o essencial no que respeita ao meu processo. Peço-lhe que tome conhecimento desses documentos.

Tenho curiosidade em saber como é que o Ministério Público se vai arranjar para fundamentar uma acusação de alta traição em relação com o incêndio do edifício do Reichstag contra um militante político que, de facto, não tem absolutamente nada a ver com isso.

Só depois de ter recebido o texto do acto da acusação que, se realmente contém uma acusação relativa ao incêndio do Reichstag, deverá ser considerado como uma verdadeira «Kunstwerk» (obra-prima) da justiça alemã, é que me será possível formular propostas, sejam estas quais forem, relacionadas com as provas.

Respeitosamente
J. Dimitrov

Traduzido do texto de:
J. Dimitrov, *Obras*, t. IX.
Edições do P. C. B.
1960, pp. 52-53.

SENHOR PRESIDENTE DA IV SECÇÃO PENAL DO TRIBUNAL DO IMPÉRIO, DR. BUENGER:

28 de Agosto de 1933

Excelentíssimo Senhor Presidente!

Desde o dia 4 de Abril que estou dia e noite algemado. Os meus reiterados pedidos para que esta medida seja anulada ficaram sem resultado.

No dia 26 de Julho voltei a pedir ao Senhor Juiz de instrução junto do Tribunal Imperial que as algemas me fossem postas apenas durante a noite, como habitualmente sucede com os prisioneiros condenados à morte, se era impossível mandar-mas tirar de uma vez por todas. Foi-me respondido: «De momento não pode haver nenhuma alteração no que respeita às algemas.»

No dia 18 de Agosto dirigi ao doutor Teichert, advogado nomeado para a minha defesa, o pedido de proceder às formalidades necessárias para conseguir que me tirem as algemas.

Como até agora não recebi resposta e este acorrentamento prejudicial à saúde e extremamente penoso continua, decidi dirigir-me a si para uma solução legal deste problema.

No código de instrução criminal (§ 116) leio o que se segue:

> «Um detido só pode ser acorrentado no caso de, em consequência de perigo particular causado pela sua pessoa, isso se revelar *indispensável para a segurança dos outros* ou ainda se empreendeu ou *preparou alguma tentativa de suicídio ou de evasão*. Durante o processo as algemas devem ser retiradas.»

Conclui-se que no que me diz respeito, o recurso às algemas não tem nenhuma justificação legal.

Respeitosamente
J. Dimitrov

Traduzido do texto de:
J. Dimitrov, *Obras*, t. IX.
Edições do P. C. B.
1960, pp. 87-89.

SENHOR DOUTOR PAUL TEICHERT

Advogado, Leipzig

6 de Setembro de 1933

Excelentíssimo Senhor Doutor!

Agradeço-lhe a sua carta de 2 de Setembro e fico satisfeito por saber que também é uma natureza combativa.

Mas a questão não é saber *qual* de nós melhor poderia julgar *como é que* é necessário conduzir a defesa; consiste ainda menos no extremo nervosismo, mas no facto de eu dar uma grande importância à participação directa ou indirecta, na minha defesa, de um compatriota que me conhece pessoalmente, a mim e à minha actividade política, e que, por esse motivo, está cem por cento convencido da minha inocência. É escusado dizê-lo. Uma vez que me tem declarado sempre que tem a intenção de assegurar a minha defesa com a maior seriedade e que nada o impede disso, não devia ter nada contra isso; muito pelo contrário, por si só devia aplaudir essa participação comum na defesa.

O Tribunal do Império concedeu ao Sr. Detchev uma certa participação *indirecta* na minha defesa (por seu intermédio). Mas é claro que, se não tivesse a possibilidade de tomar conhecimento dos motivos *concretos* das acusações levantadas contra mim no acto de acusação, em nada poderia contribuir para a minha defesa. Tal como mo escreveu, é precisamente uma informação em relação com os motivos concretos da acusação (e não dos nomes das testemunhas ou outros «segredos» do acto de acusação) que não conseguiu receber da sua parte.

Desculpe, mas considero este facto lamentável e até mesmo contraditório com o espírito da decisão do Tribunal do Império.

Como não posso renunciar à participação de um advogado búlgaro na minha defesa, voltei a dirigir-me ao Tribunal para lhe pedir que admitisse, com vistas a uma defesa em conjunto consigo, o advogado búlgaro *Potre Grigorov*, que actualmente se encontra na Suíça e *que conhece a língua alemã.*

Peço-lhe, na sua qualidade de defensor alemão que dê ao Tribunal o seu acordo que, segundo a lei, é indispensável.

Respeitosamente
J. Dimitrov

P. S. — Embora não seja jurista, creio contudo conseguir compreender que o defensor designado não é obrigado a conformar-se com as imposições do acusado. E, muito naturalmente, nunca tive essa intenção. Mas, por outro lado, o defensor designado não é o superior do acusado e não pode, no caso presente, agir segundo o «Führerprinzip» (princípio de conduta). Na ocorrência, uma harmonia comum entre defensor e cliente é absolutamente indispensável. No caso contrário, o acusado pode tranquilamente renunciar aos benefícios de semelhante defesa e preparar a autodefesa embora possa ser muito insuficiente.

Traduzido do texto de:
J. Dimitrov, *Obras*, t. IX.
Edições do P. C. B.
1960, pp. 95-96.

NOTAS PARA A PRIMEIRA DEFESA PERANTE O TRIBUNAL (16)

Nascido a 18 de Junho de 1822 em Radomir, perto de Sófia.

Abandonou o liceu no segundo ano. Trabalhou até 1904 como tipógrafo.

Filho da classe operária búlgara.

Cresceu e formou-se nas fileiras do movimento operário revolucionário (tomei uma parte activa no movimento desde os 15 anos).

Há 30 anos membro do Partido Comunista Búlgaro (anteriormente Partido dos «Tesni» — Socialistas de esquerda).

Há 23 anos membro do Comité Central do Partido Comunista Búlgaro.

De 1904 a 1923 — secretário da União Geral dos Sindicatos dos Operários.

De 1913 a 1923 — deputado comunista por Sófia ao Parlamento búlgaro — também representante do Partido Comunista no Conselho Municipal e Cantonal de Sófia. Ao mesmo tempo, actuava como *propagandista e publicista* do Partido.

9 de Junho de 1923 — Golpe de Estado militar. Queda do governo de Stamboliiski. Oficiais e terroristas macedónicos; patronato do próprio rei; a social-democracia; auxílio do estrangeiro.

Milhares e milhares de camponeses, operários e intelectuais assassinados; assassínio de Stamboliiski.

Dissolução dos Partidos mais importantes — a União Agrária e o Partido Comunista.

Abolição de todos os direitos e liberdades das massas populares.

Introdução de um regime militar fascista.

Indignação sem limites — inevitável insurreição das massas populares.

23 Setembro. Insurreição dos operários e dos camponeses sob a orientação do Partido Comunista contra os carrascos do povo e os usurpadores, por um governo operário e camponês.

Delegado do Partido, participei activamente e *como dirigente,* nessa insurreição.

Depois de sete dias de luta armada, a insurreição foi esmagada. Na companhia de cerca de 1000 combatentes, atingimos, lutando palmo a palmo, *o território jugoslavo.*

Aí, fomos primeiro tratados como *prisioneiros* políticos, e depois como *exilados* políticos.

A partir de então — há precisamente 10 anos — vivo no estrangeiro como exilado político e como escritor político, sem residência fixa e sob um nome falso, porque até mesmo no estrangeiro os meus adversários me ameaçam de morte.

Alguns meses depois da Insurreição de Setembro, tal como a imprensa da época o noticiou, fui *condenado à morte* por contumácia. Nunca vi essa sentença.

Orgulho-me dessa insurreição heróica.

Apenas lamento que tanto eu como o meu Partido, não fôssemos ainda *verdadeiros bolchevistas.* Foi por isso que *não soubemos organizar e dirigir vitoriosamente* essa insurreição *histórica* com o *proletariado* à cabeça.

A nossa organização, a nossa política, a nossa táctica insuficientemente bolchevista, a nossa falta de experiência revolucionária e sobretudo a nossa atitude oportunista, pressupostamente neutra, no dia 9 de Junho por ocasião do golpe de Estado militar fascista, todos estes factores auxiliaram muito os assassinos, os carrascos do povo búlgaro e os usurpadores a esmagar esse levantamento de massas.

Mas o Partido aprendeu e aproveitou a sangrenta lição, e a luta libertadora dos operários e camponeses búlgaros, reforçada pela grande experiência da Insurreição de Setembro, avança firmemente, sob a orientação do Partido, para a vitória definitiva.

Para extirpar o comunismo, os bandos fascistas do governo assassinaram, logo após a insurreição, e em seguida durante 10 anos, mais de 20 000 operários, camponeses e intelectuais. E, apesar de tudo, o comunismo tem actualmente, na Bulgária, raízes incomparavelmente mais profundas e sólidas do que em 1923. — Trata-se, na verdade, de um salutar aviso para todos aqueles que noutros países utilizam o seu zelo para exterminar o comunismo, para todos os Dom Quixotes modernos.

Em Outubro de 1923, parti para Viena.

Apoio para *os meus infelizes camaradas de combate na Jugoslávia.* Campanha a favor dos meus irmãos de classe búlgaros que eram perseguidos e abatidos como gado na Bulgária.

Em Viena, redigi e editei durante três meses o órgão clandestino do Partido *Rabotnitcheski vestnik (Jornal operário).*

Publiquei em búlgaro, em alemão e inglês duas brochuras contra o sangrento terror branco na Bulgária.

Na Primavera de 1924 cheguei a Moscovo onde permaneci até aos fins de 1926, como exilado político, como escritor político.

Em 1927, a perspectiva da amnistia fez-me regressar a Viena; lá permaneci até ao Outono de 1929. Não fui amnistiado.

Edição da revista do Partido *Komunisticheski znamé (Bandeira comunista).* Relações com alguns jornais do Partido.

A partir de Outubro de 1929, fixei-me em Berlim. Um número muito menor de emigrantes búlgaros, logo incógnito mais seguro.

Duas interrupções bastante longas: de Novembro de 1929 a Maio de 1930 e de Dezembro de 1931 a Junho de 1932 na União Soviética.

Por ocasião do último *projecto de amnistia,* no Verão de 1932, regressei a Berlim de propósito para organizar pessoalmente a campanha a favor dessa amnistia.

Viagens a Viena, Amsterdão, Paris.

Não me imiscuí na *política alemã.* Não tenho nenhuma ligação com o Partido Comunista Alemão. Não era útil para o meu trabalho.

Mas digo-vos francamente que se o meu trabalho o tivesse exigido, teria contactado o Partido Comunista Alemão.

Relações com a *Correspondência da Imprensa Internacional* por causa dos meus artigos.

É verdade que sou um bolchevista, um revolucionário proletário. Devo sublinhar: revolucionário *proletário,* porque no nosso mundo às avessas, o Kronprinz faz questão em se proclamar revolucionário e há «revolucionários» tão loucos como, por exemplo, Van der Lubbe.

Também é verdade que, como membro do Comité Central do Partido Comunista Búlgaro e do Exército da Internacional Comunista, sou *comunista dirigente e responsável.*

E estou absolutamente disposto a responder *por todos os actos, decisões e documentos do meu Partido búlgaro e da Internacional Comunista. Mas é precisamente por isso que não sou um aventureiro terrorista, um conspirador, um incendiário.*

Por outro lado é absolutamente verdade que sou a favor da *revolução proletária* e da *ditadura do proletariado.* Estou firmemente convencido de que é a única saída, o único meio de salvação contra *a crise económica* e a *catástrofe militar do capitalismo.*

E a luta pela ditadura do proletariado, pela vitória do comunismo, é sem dúvida alguma o conteúdo da minha vida. Ainda queria viver pelo menos 20 anos para o comunismo e depois morrer sossegado. *É precisamente por isso que sou um adversário decidido do terror individual e da conspiração.*

E isto não por motivos sentimentais e humanitários. De acordo com a doutrina leninista, as decisões e a disciplina da Internacional Comunista, que são para mim e para todo o verdadeiro comunista a lei suprema, sou do ponto de vista da *oportunidade revolucionária,* no interesse da revolução proletária e do comunismo, contra *o terror individual,* contra as aventuras putschistas.

Sou realmente *um partidário, um admirador entusiasta do Partido Comunista da U. R. S. S. (bolchevique),* porque esse Partido dirige o maior país do mundo — um sexto do globo — e constrói tão heroicamente, tão vitoriosamente o socialismo.

Mas nunca fui um representante do Partido Comunista da U. R. S. S. (bolchevique) na Alemanha, como o quer fazer crer o acto de acusação.

A minha única infracção à lei na Alemanha, é de cá ter vivido sem me registar e sob um nome falso.

Mas, infelizmente, não podia viver de outro modo.

Não tenho absolutamente nada a ver, nem directa, nem indirectamente, *com o incêndio do Reichstag.* Quanto ao incendiário Van der Lubbe, é nesta sala que o vejo pela primeira vez. Quando na manhã do dia 28 de Fevereiro no comboio Munique-Berlim, li nos jornais a notícia do incêndio, considerava que os seus autores ou eram *ignóbeis provocadores,* ou homens *intelectual* e politicamente loucos, de qualquer modo criminosos em relação ao proletariado alemão e ao comunismo.

Agora estou em crer que o incêndio do Reichstag — este empreendimento anticomunista — nasceu de uma aliança entre a provocação e a loucura política.

Acusar-me de ter tomado parte neste crime contra o povo e o comunismo — era impossível fazer um ataque mais grave contra a minha honra pessoal de político e de revolucionário.

O que ainda agora me consola é que os meus companheiros de luta búlgaros, os meus irmãos de classe no estrangeiro, os proletários revolucionários da Alemanha e todos os que me conhecem um pouco, não duvidaram, por um instante que fosse, da minha inocência. Posso afirmar tranquilamente que estou tão implicado no incêndio do Reichstag como, por exemplo, os correspondentes estrangeiros aqui presentes ou como os próprios juízes.

Quero sublinhar com toda a minha energia que não tive absolutamente nada a ver, nem fortuita, nem longinquamente, com este crime.

Durante a instrução prévia, entreguei, nomeadamente nos dias 20 de Março e 30 de Maio, duas declarações escritas onde expunha os factos essenciais da minha defesa.

Não assinei os processos verbais dos interrogatórios porque estão incompletos e são tendenciosos.

Toda a instrução prévia levada a cabo com premeditação e com a intenção de me tornar a todo o custo e apesar de tudo, aos olhos do Tribunal do Império, o incendiário do

Reichstag. E isto depois de uma investigação de vários meses ter sido incapaz — é agora tão claro para mim — de descobrir os verdadeiros culpados.

25-IX-1933.

Traduzido do texto de:
J. Dimitrov, *Obras*, t. IX.
Edições do P. C. B.
1960, pp. 111-117.

PROVA ESTENOGRAFADA DA SESSÃO DO TRIBUNAL (17)

de 26 de Setembro de 1933

FRAGMENTOS DO INTERROGATÓRIO DO ACUSADO VAN DER LUBBE

Dimitrov: Queria protestar contra a alteração de que as minhas palavras foram objecto ao serem reproduzidas pela imprensa fascista.

O Presidente: Interrompo-o. Não tem a palavra. Sou eu que decido a ocasião das declarações.

Dimitrov: Queria declarar que no sábado...

O Presidente: Não autorizo agora nenhuma declaração.

Dimitrov: Constato que sou privado da possibilidade...

O Presidente: Silêncio! Aqui não pode constatar nada. Dirija-se ao seu defensor!

Dimitrov: Assumo a minha própria defesa!

O Presidente (dirige-se a Van der Lubbe depois de lhe ter recordado os processos-verbais referentes à instrução que narram o pressuposto desenrolar dos três incêndios de menor importância, mas ou não obtém nenhuma resposta ou apenas respostas muito breves): Porque é que provocou três incêndios?

Van der Lubbe (depois de um longo silêncio responde por intermédio do seu intérprete): Por razões pessoais.

O Presidente: O que é que pretende dizer com isso?

Van der Lubbe: Na altura nem eu próprio o sabia (*).

O Presidente: Esse acto não devia exprimir um protesto público contra o capitalismo? (Van der Lubbe mantém-se silencioso.)

Dimitrov: É inexplicável que Van der Lubbe tenha podido

(*) Contudo, diz-se nos processos-verbais relativos à instrução: «Van der Lubbe afirma que com este acto queria incitar os operários a que se devia fazer uma revolução enquanto não fosse demasiado tarde, que se regozijava por poder pronunciar um discurso inflamado», etc.

fazer perante o juiz de instrução deposições tão detalhadas, quando agora, na audiência pública do Tribunal, se cala e não dá nenhuma resposta. Se fosse na verdade um homem normal, como os professores da especialidade o afirmam, apenas nos restava uma única hipótese...

O Procurador Supremo e o Presidente (interrompendo-o): Aqui não tem que construir nenhuma hipótese. Só pode fazer perguntas que estejam em estreita relação com os incêndios que estamos neste momento a examinar.

Dimitrov: É o que farei de seguida. De qualquer modo, devia exprimir, pelo menos uma vez, a minha concepção. Van der Lubbe foi um rapaz bom e simples. Como pedreiro, viajou, peregrinou e mais tarde cometeu este crime. Neste caso, só pode haver uma hipótese. Ou Van der Lubbe é um alienado, ou é um homem normal. Se é um homem normal e se cala, cala-se por causa do monstruoso alcance do crime cometido contra os operários. Faço a Van der Lubbe a seguinte pergunta: *Acaso ouviu, pelo menos uma vez na vida, pronunciar o meu nome?*

O Presidente: Não autorizo essa pergunta. É inoportuna neste momento.

Dimitrov (dirigindo-se em voz alta a Van der Lubbe): Tem que dizer a verdade!

O Presidente: Não tem o direito de fazer perguntas, é a mim que me compete fazê-las (Van der Lubbe cala-se).

Dimitrov: Volto a fazer essa pergunta a Van der Lubbe.

O Presidente: Qual?

Dimitrov: Porque é que se comporta deste modo? Porque é que de umas vezes diz «sim», e doutras «não», à terceira diz «sim» e «não» e à quarta vez não diz nada? Compreende isso ou não? É de facto, magnífico! Ridículo!

O Presidente: Ouça-me bem, não tem o direito de participar nas deliberações. Exprime-se como se participasse nos debates. Recuso a sua pergunta.

Dimitrov: Terceira pergunta: Van der Lubbe falou a alguém a respeito destes incêndios?

O Presidente: Porque é que faz essa pergunta?

Dimitrov: Para saber se estava combinado com mais alguém a esse respeito.

O Presidente: Essa pergunta é recusada.

Dimitrov: Uma última pergunta: porque é que cometeu este crime monstruoso contra a classe operária alemã e *com que outra pessoa* é que o perpetrou?

O Presidente: Assim, recuso as suas perguntas. Já ouvimos tudo. Cometeu o crime sozinho, e no que diz respeito aos motivos, respondeu em parte, e em parte, não respondeu. Acabemos com esta maneira de fazer perguntas (o Tribunal retira-se para uma breve deliberação).

O Presidente: O acusado Dimitrov deixa de ser autorizado a fazer perguntas, não só porque abusou desse direito, como porque com as suas perguntas só faz propaganda comunista. (Apesar de tudo, Dimitrov quer continuar a falar. Os polícias obrigam-no a sentar-se no seu banco.)

O Presidente: Basta Dimitrov!

Dimitrov: Protesto contra isso.

Alguns dias depois, a 4 de Outubro, Dimitrov fez determinadas perguntas a Van der Lubbe, durante o interrogatório de Torgler.

Dimitrov: Porque é que não conseguiu incendiar o pequeno estabelecimento de caridade, mas sim o grande edifício de pedra do Reichstag, e isto num quarto de hora?

Dr. Stack: Eis que agora Dimitrov tenta interrogar Van der Lubbe como técnico.

O Presidente: É claro que se pode fazer uma pergunta como esta. Qual é a sua resposta, Van der Lubbe? (Este mantém-se calado.)

Dimitrov: A Internacional Comunista quer que o problema do incêndio do Reichstag seja totalmente esclarecido. Milhões de homens esperam a resposta.

O Presidente: Quem é aqui o Presidente? Cale-se!

Dimitrov: Milhões de homens esperam uma resposta clara!

O Presidente: Não tolerarei mais isto! Deve calar-se quando lho ordeno; de outro modo, darei ordem para que o retirem da sala.

Traduzido do texto de:
J. Dimitrov, *Obras*, t. IX.
Edições do P. C. B.
1960, pp. 119-122.

SENHOR PRESIDENTE DA IV SECÇÃO PENAL DO TRIBUNAL DO IMPÉRIO, DR. BUENGER:

Leipzig, 28 de Setembro de 1933

Excelentíssimo Senhor Presidente.

Lamento que as minhas intervenções perante o Tribunal tenham provocado alterações e atritos indesejáveis. Vejo-me contudo obrigado a rejeitar categoricamente a interpretação segundo a qual teria cometido um pressuposto abuso do direito de fazer perguntas, por ter querido fazer propaganda. Enquanto a acusação pedir a minha cabeça e uma vez que eu próprio sou acusado de modo totalmente injustificado, considero que tenho um direito natural e legal de me defender por todos os meios ao meu alcance.

Reconheço ter feito determinadas perguntas de um modo nem sempre conforme às exigências das formas jurídicas. O facto de não conhecer o direito alemão é a única explicação para este facto. Além disso, é a primeira vez que participo num processo judicial deste tipo. Se dispusesse de *um defensor da minha escolha,* poderia de certo evitar semelhantes incidentes tão desfavoráveis à minha própria defesa.

Recordo-lhe que todas as candidaturas por mim propostas (as de Detchev, de Moro-Giafferi, de Campinchi, de Torrés, de Grigorov, de Leo Gallaher da América, e do Dr. Lehmann de Sarrebruck) foram, sob diversos pretextos, rejeitadas umas após outras pelo Tribunal do Império, e que ao Sr. Detchev, tal como se constatou, chegarem mesmo a recusar o visto de entrada.

Não tenho em relação ao Dr. Paul Teichert enquanto advogado e indivíduo nenhum sentimento de desconfiança. Mas atendendo ao estado de coisas actualmente existentes na

Alemanha, não posso ter a confiança indispensável em Teichert como defensor de ofício. É por isso que me esforço por me defender a mim mesmo, ao fazê-lo, realizo decerto e com certa frequência actos incorrectos do ponto de vista jurídico.

No interesse da minha própria defesa perante o Tribunal, bem como no do desenrolar normal do processo, dirijo, uma vez mais e pela última vez, ao Tribunal supremo, o meu pedido para que autorize o advogado *Marcel Willard*, que recebeu da minha irmã um mandato para esse efeito, a participar na minha defesa.

No caso desta minha proposta, com grande pena minha, também ser rejeitada, apenas me resta defender-me a mim mesmo dentro do limite dos meus meios e como o entender.

Respeitosamente
J. Dimitrov

Traduzido do texto de:
J. Dimitrov, *Obras*, t. IX.
Edições do P. C. B.
1960, pp. 123-124.

PROVA ESTENOGRAFADA DA SESSÃO DO TRIBUNAL

de 11 de Outubro de 1933

FRAGMENTOS

O Presidente: Está previsto para amanhã às oito horas um inquérito «in loco», no Reichstag, mas isso não deve tomar demasiado tempo.

Dimitrov: Em relação a este inquérito no local, queria fazer uma pergunta.

O Presidente: Não, Dimitrov, isso não lhe será de nenhuma utilidade. Já lhe disse por várias vezes: fazer perguntas e fornecer explicações, não está previsto no Código de Processo e não me pode pedir autorização para isso, sobretudo o senhor que, diga-se em termos moderados, tem tentado várias vezes iludir com as suas perguntas, explicações, intervenções, etc., aquilo a que não tem direito segundo o Código de Processo. Portanto renuncie a isso!

Dimitrov: Senhor Presidente...

O Presidente: Não, não quero ouvir nada! Não diga nada! Isso não o ajudará em nada, sente-se!

Dimitrov: Queria pedir-lhe que me autorizasse a fazer notar...

O Presidente: Já não tem a palavra...

Dimitrov: Não sou apenas o acusado Dimitrov...

O Presidente: Cale-se!

Dimitrov: ... Mas também o defensor Dimitrov.

O Presidente ergue-se e o Tribunal retira-se para deliberar.

O Presidente: Devo anunciar a seguinte decisão: Tendo por várias vezes manifestado desobediência às ordens do Pre-

sidente e sobretudo à ordem que o priva da palavra, o acusado Dimitrov deve ser afastado da sala de audiência até nova instrução. Deve ser conduzido à prisão.

Dimitrov: É uma privação arbitrária do direito à defesa, Senhor Presidente. (Dimitrov entrega ao seu defensor de ofício um papel em que lhe diz: «Pretendia fazer as seguintes perguntas, faça-as o senhor!» Retiram Dimitrov da sala.)

Traduzido do texto de:
J. Dimitrov, *Obras*, t. IX.
Edições do P. C. B.
1960, pp. 131-132.

SENHOR PRESIDENTE DA IV SECÇÃO PENAL DO TRIBUNAL DO IMPÉRIO, DR. BUENGER (18)

Berlim, 12 de Outubro de 1933

Excelentíssimo Senhor Presidente.

Depois do Tribunal do Império ter rejeitado os oito defensores de minha escolha que tinha proposto, só me resta defender-me a mim mesmo como acho que o devo fazer e dentro do limite dos meus meios. Vi-me deste modo obrigado a apresentar-me perante o Tribunal do Império no duplo papel que se segue: primeiro, como o acusado Dimitrov e segundo, como o defensor Dimitrov.

Admito que seja inoportuno e desagradável para os meus acusadores e para os seus superiores tanto como acusado como defensor. Mas não tenho culpa disso. As autoridades judiciárias depois de terem cometido a imprudência de me apresentarem, a mim que estou inocente, no banco dos réus do Tribunal do Império, como o incendiário «ersatz», são agora obrigadas a pagar a sua imprudência. Prepararam um cozinhado que são agora obrigados a comer. Que este seja ou não do seu gosto é facto que não me diz respeito; que não me interessa.

Considero que me devo comportar perante o Tribunal do Império como acusado político e não como um soldado na caserna, nem como um prisioneiro de guerra num campo de concentração.

Estou profundamente convencido de que Van der Lubbe não passa neste processo daquilo que poderíamos chamar *o Fausto do incêndio do Reichstag* e, não há dúvidas de que por detrás dele esteve *o Mefistófeles do incêndio do Reichstag*.

Uma vez que o Mefistófeles desapareceu, o pobre Fausto ficou sozinho perante o Tribunal do Império.

Como inocente e acusado por acaso e sobretudo como comunista e membro da Internacional Comunista, estou profundamente interessado em que o processo sobre o incêndio do Reichstag proporcione um total esclarecimento e que ao mesmo tempo seja encontrado o Mefistófeles do incêndio presentemente considerado como desaparecido.

Todas as perguntas que faço perante o Tribunal têm este fim e não obedecem a outros motivos sejam eles quais forem. Não procuro fazer propaganda perante o Tribunal. Tanto mais que a melhor propaganda a favor do comunismo já foi feita, e não por mim, mas sim graças ao simples facto de comunistas inocentes serem perseguidos pela justiça como incendiários do Reichstag, bem como graças ao acto de acusação «clássico» do Senhor Dr. Parrisius.

Defender-me e participar activamente no processo na minha dupla qualidade de acusado e de autodefensor não passa para mim de um direito natural. É evidente que nenhuma expulsão das sessões do Tribunal é de natureza a intimidar-me. Essas expulsões que coincidem precisamente com as audiências e as sessões mais importantes do Tribunal acarretam a espoliação do meu direito à defesa e não deixarão de provar a todo o mundo que, no processo, os meus acusadores não se sentem muito seguros de si próprios. Finalmente, estes processos, ao forçarem muitas pessoas crédulas a abrir os olhos, vão alimentar de novo a propaganda comunista.

Devo declarar abertamente que caso este intolerável comportamento para comigo continue, me verei obrigado a reexaminar, sem ter em conta as eventuais consequências, o problema de saber se terá para mim sentido assistir às sessões do Tribunal.

Respeitosamente
J. Dimitrov

Traduzido do texto de:
J. Dimitrov, *Obras,* t. IX.
Edições do P. C. B.
1960, pp. 133-135.

PROVA ESTENOGRAFADA DA SESSÃO DO TRIBUNAL

de 23 de Outubro de 1933

FRAGMENTOS DO INTERROGATÓRIO DO ESPECIALISTA JOSSE

O Professor Josse (especialista em termologia na Escola Técnica Superior de Berlim): A sala dos plenários cujo volume ultrapassa 10 000 m³ não poderia ser incendiada apenas com uma tocha. Para este fim devem-se ter utilizado combustíveis líquidos (*). É de excluir a hipótese de que Van der Lubbe possa ter provocado o incêndio sozinho. Os preparativos com vistas ao incêndio deviam ter exigido bastante tempo e a participação de várias pessoas. A principal finalidade dos pequenos incêndios no restaurante e nos corredores em torno da sala dos plenários (que devem ser imputados a Van der Lubbe) deve ter sido chamar a atenção das pessoas que vinham apagar o incêndio e de as impedir de penetrar na sala dos plenários. É possível que Van der Lubbe tenha conseguido provocar o incêndio sozinho, mas não teria sido capaz de o preparar sozinho. Os preparativos teriam exigido a participação de, pelo menos, mais *uma* pessoa.

São indispensáveis, pelo menos 20 kg de combustível líquido (provavelmente petróleo ou benzol) ou talvez mesmo 40 kg. Provavelmente utilizaram-se trapos, películas de filme ou rastilhos inflamáveis para poder ligar os diversos focos do incêndio.

(*) Aqui Josse faz recordar as deposições do director-geral dos Sapadores-Bombeiros Gémpp, sobre os traços de combustível líquido encontrados na sala Bismarck.

O Presidente: Van der Lubbe falou de um farrapo de cortinado que agitava enquanto corria na sala. Que importância pôde isto ter tido?

O Professor Josse: Absolutamente nenhuma.

O Supremo Procurador Werner: Uma tentativa de chamar a atenção incendiando o restaurante não parece racional.

O Professor Josse: Também a mim as intenções do autor do incêndio me parecem enigmáticas, porque se eu quisesse provocar um incêndio, não teria que me mostrar no terraço com uma tocha na mão, nem correr junto às janelas com a tocha inflamada, resumindo, não teria adoptado um comportamento tão suspeito.

Teichert: Quanto tempo foi necessário para efectuar os preparativos do incêndio na sala dos plenários?

O Professor Josse: Isso depende no número de participantes. 10 a 15 minutos seriam suficientes se o material inflamável estivesse preparado com antecedência.

O Supremo Procurador Werner: Torgler saiu às 8 horas e 45 minutos (Torgler protesta: Já tinha abandonado o Reichstag cerca das 8 horas e 20 minutos). Cerca das 8 h e 20 vi Sholz, o empregado encarregado da iluminação. Acaso foi possível efectuar os preparativos neste espaço de tempo?

O Professor Josse: Sim.

Dimitrov: Alegra-me ver que os especialistas não acreditam que Van der Lubbe tenha actuado sozinho. É o único ponto do acto de acusação com o qual estou inteiramente de acordo. Vou mais longe. Na minha opinião, Van der Lubbe representa no processo aquilo a que poderíamos chamar o Fausto do incêndio do Reichstag. Esse miserável Fausto acha-se perante o Tribunal, mas o Mefistófeles do incêndio não está cá...

O Presidente: Ainda não chegámos às defesas...

Dimitrov: Acaso pode Van der Lubbe fazer num quarto de hora o trajecto desde o local do incêndio para ir pôr fogo na sala dos plenários?

O Professor Josse: No momento em que foi preso, Van der Lubbe, estava alagado em suor e tinha uma respiração muito acelerada. Se tivermos em consideração a sua agilidade bem conhecida das pessoas da sua intimidade, é muito possível que num tal espaço de tempo tivesse posto fogo sozinho num foco já *anteriormente preparado.*

Dimitrov: Se compreendi bem o especialista pressupõe a presença de pelo menos dois homens?

O Professor Josse: Sim (Van der Lubbe adianta-se e o intérprete faz-lhe um breve resumo do depoimento do professor Josse).

O Presidente: Levante a cabeça Van der Lubbe! Compreendeu o que acabam de lhe dizer? O especialista, que é um professor inteligente, afirma que não teria podido incendiar o Reichstag sozinho. Portanto, quem é que preparou o incêndio? Responda! (Van der Lubbe teima em manter-se calado.)

Dimitrov (dirigindo-se a Van der Lubbe que passa a seu lado quando o conduzem para o seu lugar): Este miserável Fausto devia dizer o nome do seu Mefistófeles, Senhor Presidente!

O Presidente: Dimitrov, não devia passar todo o tempo a falar. Só posso autorizar uma única pergunta.

Dimitrov: Peço-lhe que me autorize a fazer a Van der Lubbe uma única e última pergunta. Tal como já o afirmaram, ele não esteve sozinho. O seu comportamento, o seu silêncio dão a possibilidade de acusar juntamente com ele pessoas inocentes. Se o seu acto tivesse sido um acto revolucionário, não faria perguntas a Van der Lubbe sobre os seus cúmplices. Mas, este acto é contra-revolucionário...

O Presidente: Basta! Faça só uma pergunta!

Dimitrov: É ou não verdade que no momento do incêndio Van der Lubbe tinha feito o trajecto indicado?

O Presidente: Já o disse cem vezes.

Dimitrov: Van der Lubbe incendiou sozinho a sala dos plenários?

O Presidente: Já disse isso. É a última pergunta que autorizo, Dimitrov. Aqui, afirmou que correu na sala transportando uma matéria inflamável, é assim? (O Presidente diz ao intérprete para traduzir a pergunta a Ven der Lubbe.)

Van der Lubbe: Não posso afirmá-lo com exactidão.

Traduzido do texto de:
J. Dimitrov, *Obras*, t. IX.
Edições do P. C. B.
1960, pp. 141-144.

PROVA ESTENOGRAFADA DA SESSÃO DO TRIBUNAL

de 31 de Outubro de 1933

FRAGMENTOS DO INTERROGATÓRIO DA TESTEMUNHA LIEBERMANN

Dimitrov: Queria fazer uma pergunta.

O Presidente: Tem agora o direito de fazer uma pergunta.

Dimitrov: Queria saber, porque isso é importante para o processo, quem é que convocou esta testemunha? Não é uma testemunha do representante da acusação?

O Presidente: Já tinha dito que esta testemunha tinha enviado, no dia 13 de Outubro, uma nota à direcção da prisão e tinha, em seguida, sido interrogada pelo procurador. Mas já o tinha dito.

Dimitrov: Ouvi isso.

O Presidente: Propôs-se em seguida que fosse convocado como testemunha.

Dimitrov: Por quem?

O Presidente: Pelo Ministério Público do Império. Quero, no entanto, acrescentar que se lança em críticas absolutamente supérfluas. Não poderá impedir o Ministério Público do Império, nem o Tribunal de convocar uma testemunha, no caso de esta ter feito uma comunicação.

Dimitrov: Mas não era isso que eu pretendia.

O Presidente: Por conseguinte, é absolutamente inútil que faça deduções, sejam elas quais forem, neste sentido.

Dimitrov: Não tenho essa intenção. Senhor Presidente, Senhores Juízes, queria, no entanto, fazer notar que esta testemunha, completa o círculo das testemunhas (das principais testemunhas) do representante da acusação contra nós,

os acusados comunistas. Começaram com deputados do Partido Nacional-Socialista ao Reicstag, com jornalistas nacionais-socialistas e terminam com um ladrão.

O Supremo Procurador, Dr. Werner: Isso é uma pergunta?

O Presidente: Tudo isso foi anotado.

Dimitrov: O círculo...

O Presidente: Dimitrov! Já disse por várias vezes que depois da audição das testemunhas poderia fazer perguntas e não forçar-nos a ouvir defesas parciais. Estas deviam ser feitas noutra ocasião. Agora só autorizo que faça perguntas. Quais são as perguntas que quer fazer? Mas às testemunhas e não ao Ministério Público do Império.

Dimitrov: Uma pergunta à testemunha do Dr. Parrisius (*).

O Presidente: Não! Qual é a pergunta que quer fazer à testemunha?

Dimitrov: Pergunto o que se segue, Senhor Presidente!

O Presidente: Portanto não tem perguntas a fazer.

Dimitrov: Tenho a seguinte pergunta.

O Presidente: Mas faça a sua pergunta!

Dimitrov: Como se constatou, no dia 13 de Outubro, fez um requerimento por escrito, depois de ter lido nos jornais artigos sobre o processo do incêndio do Reichstag. Aliás, ele próprio o afirmou. Está preso, não é um homem livre. Passou actualmente à terceira categoria. E agora espera a sua libertação em consequência das mentiras que aqui disse. Pergunto: Por instigação de quem é que ele fez essas cobardes, infames...

O Presidente (interrompendo-o): Silêncio. Não insulte as testemunhas... (Dirigindo-se a Liebermann.) Agiu sob a instigação de alguém?

Liebermann: Ninguém me influenciou.

O Presidente: Respondeu-se à pergunta.

Dimitrov: Felicito-o, Senhor Procurador, acerca desta testemunha!

Traduzido do texto de:
J. Dimitrov, *Obras*, t. IX.
Edições do P. C. B.
1960, pp. 153-155.

(*) A testemunha Liebermann foi convocada por proposta do Dr. Parrisius.

PROVA ESTENOGRAFADA DA SESSÃO DO TRIBUNAL

de 4 de Novembro de 1933

FRAGMENTO DA AUDIÇÃO DA TESTEMUNHA GOERING

Dimitrov: O Conde Helldorf [19] testemunhou aqui que no dia 27 de Fevereiro cerca das 11 horas da noite, tinha por sua própria iniciativa dado ordem para que os chefes e os funcionários comunistas e sociais-democratas fossem presos. Pergunto agora ao Senhor Presidente do Conselho: acaso o Conde Helldorf falou ou não nessa ocasião ao Senhor Goering desta medida?

Goering: Para falar claramente, já se respondeu a essa pergunta. Quando o Conde Helldorf ouviu falar do incêndio, pareceu-lhe evidente, tal como a todos nós, que este devia ser obra do Partido Comunista. Já tinha dado instruções aos seus mais próximos colaboradores. Mas sublinho uma vez mais que, evidentemente, o chamei e lhe disse que nessa ocasião me via obrigado a pedir-lhe que também pusesse à nossa disposição os seus S. A. [20], respondeu que em certa medida, já tinha dado instruções nesse sentido. Assim, assumi a responsabilidade das instruções que ele tinha dado, mas que ainda não tinham entrado em vigor, e apoiei-o mais uma vez com a autoridade do Estado.

Dimitrov: Queria apenas saber se entre as 11 horas e a meia-noite teve lugar uma entrevista pessoal entre o Conde Helldorf e o Presidente do Conselho Goering.

Goering: Acaba de o ouvir: estava em minha casa (*).

(*) No seu testemunho prestado sob juramento perante o Tribunal, Helldorf negava este encontro com Goering.

Dimitrov: Os deputados do Partido Nacional-Socialista no Reichstag, Senhores Karwahne e Frey, testemunharam aqui que, cerca das 11 horas, se tinham dirigido ao Ministério do Interior da Prússia, onde tinham anunciado que ambos e o nacional-socialista austríaco Kroyer tinham visto Torgler com Van der Lubbe no dia do incêndio. Acaso estes deputados ao Reichstag falaram nessa altura com o Senhor Presidente do Conselho Goering?

Goering: Não.

Dimitrov: Acaso o Senhor Presidente do Conselho sabia que os Senhores Karwahne e Frey tinham feito essa comunicação?

Goering: No dia a seguir ao incêndio soube que eles tinham comunicado isso.

Dimitrov: De manhã ou durante a noite?

Goering: Antes do meio-dia ou talvez durante a tarde.

Dimitrov: Afinal, antes do meio-dia ou durante a tarde?

Goering: A ocasião em que esses testemunhos me foram comunicados pode ser estabelecida pela audição do conselheiro ministerial Dichls (**).

Dimitrov: Gostaria que estabelecessem isso com exactidão, porque em resposta a uma pergunta minha Karwahne declarou categoricamente que tinha feito a sua comunicação depois da meia-noite, imediatamente a seguir ao incêndio.

Goering: Qualquer dos três fez as suas declarações ao Ministério perante empregados, e não na minha presença. Posso nem sequer saber disso. Isso pode ter ocorrido durante a noite ou antes do meio-dia. Não me recordo de quando é que mo comunicaram.

Dimitrov: No dia 28 de Fevereiro, o Presidente do Conselho Goering deu uma entrevista sobre o incêndio do Reichstag na qual se diz: Quando da detenção do «comunista holandês» Van der Lubbe, foi apreendido, além do passaporte, o seu cartão de membro do Partido. Como é que, portanto, o Senhor Presidente do Conselho Goering sabia que Van der Lubbe tinha com ele um cartão de membro do Partido?

Goering: Devo dizer que até agora não me interessava

(**) Nessa ocasião chefe da Gestapo.

assim muito por este processo, isto é, não li todos os relatórios. Por vezes só ouvia dizer que você (dirigindo-se a Dimitrov) era um homem muito manhoso. Por isso supunha que a pergunta que fez já há muito tempo se lhe apresentava clara, a saber que de modo algum me ocupo do inquérito sobre este caso. Não ando por um lado e por outro e não revisto os bolsos das pessoas. Se você (dirigindo-se a Dimitrov) não sabia digo-lhe: a polícia procede à sua investigação acerca de todos os grandes criminosos e comunica-me os seus resultados.

Dimitrov: Os três funcionários da polícia judiciária que prenderam foram os primeiros a interrogar Van der Lubbe declararam unanimemente que não tinham encontrado em casa deste nenhum cartão de membro do Partido. Queria portanto saber de onde provém a comunicação que diz respeito ao cartão.

Goering: Posso dizê-lo com toda a precisão. Essa comunicação foi-me feita oficialmente. Se durante esta primeira noite se comunicavam coisas que não podiam ser imediatamente verificadas, se entre determinados funcionários havia, talvez sob a fé das deposições, a opinião de que Lubbe era portador de um cartão de membro do Partido e isso não podia ser verificado, provavelmente consideram isso como um facto estabelecido e, claro está comunicavam-mo. Transmiti essa comunicação no dia seguinte antes do meio-dia; o interrogatório definitivo ainda não estava, nessa altura, terminado. Este facto, em si, não tem importância, pois parece que aqui, no processo, foi estabelecido que Van der Lubbe não tinha carta de membro do Partido.

Dimitrov: A testemunha é Presidente do Conselho, Ministro do Interior e Presidente do Reichstag, o ministro é responsável pela sua polícia?

Goering: Claro!

Dimitrov: Pergunto: O que é que fez Senhor Ministro do Interior nos dias 28 e 29 de Fevereiro ou nos dias seguintes para que o inquérito policial investigasse o caminho seguido por Van der Lubbe de Berlim a Hennigsdorf, a sua estada no asilo em Hennigsdorf, o facto de ele aí ter conhecido duas outras personagens, e para que deste modo se pudesse descobrir os seus verdadeiros cúmplices. O que é que a sua polícia fez?

Goering: Na minha qualidade de ministro, é claro que não segui as pistas à maneira de um detective, é para isso que tenho a minha polícia.

Dimitrov: Depois de o Senhor na qualidade de Presidente do Conselho e de Ministro do Interior, ter declarado que os incendiários seriam comunistas, que o Partido Comunista Alemão teria feito isso com auxílio de Van der Lubbe como comunista estrangeiro, essa declaração feita por si não terá servido para orientar a investigação da polícia e, mais tarde, a instrução judiciária num determinado sentido e para, deste modo, excluir a possibilidade de *procurar outras vias* para descobrir os verdadeiros incendiários do Reichstag?

Goering: Em primeiro lugar a lei prescreve que a polícia judiciária realize, para todos os crimes a sua investigação em todas as direcções, independentemente do resultado a que estas poderiam levar, por todo o lado onde se vislumbram pistas. Contudo, não sou um funcionário da polícia judiciária, mas um ministro responsável; por isso, para mim não era assim tão importante estabelecer o criminoso de pequena envergadura, mas o Partido, a concepção do mundo que era responsável pelo crime. Esteja sossegado que a polícia judiciária seguirá todas as pistas. Quanto a mim, devia apenas estabelecer: Teria este crime sido perpetrado fora da esfera política ou era um crime político? Quanto a mim, estávamos na presença de um crime político e também estava convencido de que era necessário procurar os criminosos no seu (dirigindo-se a Dimitrov) Partido. (Ameaçando Dimitrov com o punho e vociferando): O seu Partido é um Partido de criminosos que deve ser suprimido! E se a instrução judiciária se orientou para esta via, limitou-se a seguir a pista correcta.

Dimitrov: O Senhor Presidente do Conselho tem conhecimento do facto de que esse Partido, que «deve ser suprimido», estende o seu poder sobre um sexto do globo, a saber a União Soviética, e que essa mesma União Soviética mantém relações diplomáticas, políticas e económicas com a Alemanha e que as suas encomendas de equipamento são de um interesse vital para as centenas de milhares de operários alemães?

O Presidente (dirigindo-se a Dimitrov): Proíbo-o de fazer aqui propaganda comunista.

Dimitrov: Mas o Senhor Goering aproveita para fazer aqui propaganda nacional-socialista! (Dirigindo-se, em seguida, a Goering): As ideias do comunismo impuseram-se na União Soviética, o maior e melhor país do mundo, e até mesmo aqui, na Alemanha, elas têm milhões de adeptos, na pessoa de milhares de filhos do povo alemão. Sabia-o...

Goering (vociferando ainda mais): Vou dizer-lhe aquilo que o povo alemão sabe. O povo alemão sabe que você se comporta aqui de uma maneira insolente e que veio cá para incendiar o Reichstag. Mas eu não vim aqui para permitir que me submetesse a um interrogatório como se fosse um juiz e que me repreendesse! Na minha opinião, não passa de um malfeitor que deve ser enforcado, bem alto e depressa.

Dimitrov: Estou muito contente com a resposta do Senhor Presidente do Conselho.

O Presidente: Que esteja satisfeito ou não, é-me indiferente. Agora retiro-lhe a palavra.

Dimitrov: Ainda queria fazer uma pergunta que está relacionada com o processo.

O Presidente (ainda mais cortante): Retiro-lhe a palavra.

Goering (vociferando): Fora, celerado!

O Presidente (dirigindo-se aos polícias): Levem-no!

Dimitrov (que os polícias já tinham agarrado): Provavelmente tem medo das minhas perguntas, Senhor Presidente do Conselho?

Goering (gritando a Dimitrov que é levado): Preste atenção, tenha cuidado, vou ajustar contas consigo logo que tenha saído da sala de audiências! Celerado!

Traduzido do texto de:
J. Dimitrov, *Obras*, t. IX.
Edições do P. C. B.
1960, pp. 161-166.

FRAGMENTO DA PROVA ESTENOGRAFADA DA SESSÃO DO TRIBUNAL

de 8 de Novembro de 1933

PERGUNTAS FEITAS A GOEBBELS

Dimitrov: Senhor Presidente!

O Presidente: Portanto, Dimitrov, está bem claro que é a mim que deve dirigir todas as suas perguntas. Compreendeu?

Dimitrov: À pergunta feita pelo Procurador-Geral, a testemunha respondeu que o incêndio do Reichstag, segundo a convicção unânime do Gabinete, devia servir de sinal à insurreição armada lançado pelo Partido Comunista Alemão. Queria saber se no dia 26 ou 27 de Fevereiro, ou num dos dias que se seguiram ao incêndio do Reichstag, o Gabinete tomou a decisão de utilizar o conjunto das forças armadas da Alemanha e da Prússia para enfrentar a insurreição armada do proletariado alemão e do Partido Comunista Alemão. Tomou-se ou não semelhante decisão? Existe ou não a este propósito alguma documentação autêntica?

O Presidente: Dimitrov! Acalme-se e, se quer que o autorizem a fazer perguntas, limite-se a fazê-las sobre o fundo da questão. Nada mais!

Dimitrov: Não é uma pergunta sobre o fundo da questão?

O Presidente: Senhor Ministro do Reich, pode informar-nos sobre este assunto?

Goebbels: Devo, neste caso, prestar um esclarecimento: Não faz, de modo algum, parte das atribuições do Gabinete, ocupar-se do perigo comunista. É uma tarefa do ministro da Polícia. Num gabinete nacional-socialista, não é costume que um ministro encarregado de uma determinada tarefa se entrincheire por detrás da maioria do Gabinete. O ministro da Polícia tem como tarefa prevenir e conjurar toda e qualquer

ameaça séria e toda e qualquer infracção à ordem pública. Se se impõe uma acção, então o ministro da Polícia faz actuar as suas forças de polícia. Os detalhes desta operação não interessam o Gabinete, mas o ministro deve comunicar ao Gabinete as medidas que tiver tomado.

O Presidente: Ouviu a resposta.

Dimitrov: Acaso a testemunha, o Senhor Ministro Goebbels, sabe se nessa altura tinha sido dada ordem, no Ministério da Polícia em Berlim, na Direcção-Geral da Polícia e no Ministério da Guerra, para pôr de prevenção as forças armadas para enfrentarem a insurreição?

Goebbels: Parece que o Sr. Dimitrov me confunde com o ministro da Guerra e o ministro da Polícia. Muito bem, eu sou ministro da Propaganda e não tenho nada a ver com este caso. Admito que o ministro da Polícia deve ter tomado as medidas que se impunham para esmagar uma eventual ameaça, mas o ministro da Guerra decerto que não, porque, em primeiro lugar, não há ministro da Guerra, mas sim um ministro da Defesa, e, em segundo lugar, não faz parte das atribuições do ministro da Defesa conjurar o perigo comunista. Parece que o Sr. Dimitrov considera o perigo comunista maior e mais sério do que ele na realidade é, visto que admite que é necessário utilizar a força armada contra esse perigo. Os efectivos dos S. A., dos S. S. e da polícia são largamente suficientes para o esmagar num abrir e fechar de olhos.

O Presidente: Ouviu a resposta. Estamos totalmente de acordo com a testemunha que não é, de modo algum, obrigada a fornecer informações sobre problemas que não dependam da sua competência.

Dimitrov: A propósito disto, Senhor Presidente, apresentar-lhe-ei mais tarde uma petição para admissão de provas. Acaso a testemunha, na sua qualidade de dirigente da propaganda do Partido Nacional-Socialista e de ministro da Propaganda do Reich, sabe se é verdade que o incêndio do Reichstag foi imediatamente utilizado pelo governo e especialmente pelo ministério da Propaganda como pretexto para sufocar a campanha eleitoral do Partido Comunista, do Partido Social-Democrata e dos outros Partidos da oposição?

Goebbels: Senhor Presidente, não compreendi muito bem esta pergunta.

Dimitrov: O incêndio do Reichstag foi imediatamente utilizado para fins de propaganda dirigida contra o Partido Comunista, o Partido Social-Democrata e os outros Partidos da oposição?

Goebbels: Devo esclarecer o seguinte: Foram tomadas pela polícia todas as medidas necessárias. Não tínhamos, de modo algum, necessidade de utilizar os meios de propaganda, porque de facto o incêndio do Reichstag apenas constituía uma confirmação da luta que até ao presente levamos a cabo contra o Partido Comunista, porque o incêndio do Reichstag não passava de mais uma prova a acrescentar às provas já suficientes, recolhidas contra o Partido Comunista, sem que houvesse necessidade de empreender uma campanha de propaganda propositadamente para este efeito.

Dimitrov: Não pronunciou ele próprio um discurso na rádio dirigido contra o Partido Comunista e o Partido Social-Democrata, pretensos autores deste incêndio do Reichstag? E não só contra o Partido Comunista, como também contra o Partido Social-Democrata?

O Presidente: Pronunciou um discurso nesse sentido, Senhor Ministro?

Goebbels: Nessa ocasião não pronunciei nenhum discurso na rádio; limitava-me a preparar os relatórios preliminares para as reuniões levadas a cabo pelo Führer. Mas é muito possível que tenha dito isso, pois estava profundamente convencido, e ainda estou, de que o Partido Comunista é o autor do incêndio do Reichstag.

Dimitrov: Não foi afirmado nesse discurso e nas circulares do ministério da Propaganda, bem como nas exposições de Goering e dos outros ministros, que não só o Partido Comunista, como também o Partido Social-Democrata, estavam implicados no incêndio do Reichstag?

O Presidente: Mas vejamos, quer dizer-nos que relação é que tudo isso tem com o problema de saber quem incendiou o Reichstag?

Dimitrov: Tudo isto está relacionado, Senhor Presidente, está estreitamente relacionado!

Goebbels: Senhor Presidente, é com o maior prazer que me declaro pronto a responder a esta pergunta. Mas antes queria fazer uma observação. Tenho a impressão de que o

acusado Dimitrov quer fazer aqui, perante o Tribunal, propaganda a favor do Partido Comunista e do Partido Social-Democrata. A isto posso responder-lhe: Sei o que é propaganda e não tem necessidade de tentar fazer-me perder a paciência fazendo-me semelhantes perguntas, porque não o conseguirá.

Quando acusamos o Partido Comunista de ser o instigador do incêndio do Reichstag, a linha ininterrupta que unia o Partido Comunista ao Partido Social-Democrata estava claramente traçada; porque não partilhávamos o ponto de vista da burguesia, segundo o qual existe uma diferença fundamental entre o Partido Social-Democrata e o Partido Comunista, facto que foi confirmado pela polícia alemã nos últimos catorze anos. Para nós, a única diferença que existe entre estes dois Partidos, reside na táctica, na cadência e não nos princípios, nas posições fundamentais. Assim, quando denunciamos o marxismo em geral e a sua forma mais aguda — o comunismo, como sendo os instigadores espirituais e, talvez, os efectivos autores do incêndio do Reichstag, é evidente que tínhamos portanto como tarefa nacional esmagar, eliminar da face do mundo o Partido Comunista e o Partido Social-Democrata.

Dimitrov: Durante o Outono de 1932, quando Paken, e depois dele Schleicher ([21]) eram chanceleres do Reich foi cometida toda uma série de ataques e atentados à bomba. Ouve processos, foram pronunciadas contra determinados nacionais-socialistas condenações à morte. Pergunto-lhe: Esses actos terroristas em 1932 não foram cometidos pelos nacionais-socialistas?

O Procurador Supremo Dr. Werner: Isto não tem nada a ver com o processo.

Goebbels: Estou preparado para responder a essa pergunta.

O Presidente: Está preparado?

Goebbels: Claro! A essa pergunta respondo: É possível que tenham sido enviados, por meios estranhos ao N.S.D.A.P. ([22]), para o seio do Partido provocadores com o fim de cometerem esses atentados.

O Presidente: Tem outras perguntas a fazer?

Dimitrov: Senhor Presidente, ainda não acabei as minhas perguntas. A minha última pergunta não se reporta a elementos provocadores, mas sim a esses nacionais-socialistas que tinham assassinado um dos seus adversários e por isso foram condenados à pena de morte. Com uma finalidade política, foram solene e ostensivamente felicitados pelo actual chanceler do Reich, Adolf Hitler.

O Presidente: Cinja-se aos factos. Que quer perguntar?

Dimitrov: Pergunto se isso é verdade.

O Presidente: O acusado Dimitrov pergunta se é verdade que os nacionais-socialistas que tinham sido condenados foram solenemente felicitados pelo Führer com um fim político.

Goebbels: O Führer considerava que esses homens que estavam pessoalmente convencidos de que agiam como deviam, dispostos a morrer no cadafalso, não deviam ser privados de apoio, por isso lhes enviou um telegrama de felicitação.

Dimitrov: É verdade que o governo Nacional-Socialista decretou uma amnistia para todos os actos de terrorismo cometidos para atingir os fins do movimento nacional-socialista?

Goebbels: O governo nacional-socialista não podia manter na prisão homens que, com o risco das suas vidas e da sua saúde, tinham lutado contra o perigo comunista.

O Presidente: Ouviu, Dimitrov?

Dimitrov: Ouvi perfeitamente! Tanto quanto sei, Senhor Presidente, ocorreram na Alemanha quatro ou cinco assassínios políticos importantes. Assassinaram os chefes comunistas Karl Liebknecht e Rosa Luxemburg...

O Presidente: Basta! (*Dimitrov*: Em seguida...) Este assunto está a ir demasiado longe. Devemos elucidar a questão: quem incendiou o Reichstag. Não podemos evocar aqui um passado tão longínquo.

Goebbels: Talvez seja mais oportuno começar por Adão e Eva. Na ocasião em que esses assassínios foram cometidos, o movimento nacional-socialista ainda não tinha aparecido.

Dimitrov: Acaso tem a testemunha conhecimento de que os assassinos políticos alemães Erzberger ([23]) e Rathenau ([24]) pertenciam aos meios de direita e não aos meios comunistas?

O Presidente (interrompendo-o): Quero esclarecer imediatamente esta pergunta, a não ser que o Senhor Ministro a ela queira responder.

Goebbels: Não pretendo evitar esta pergunta. O assassínio de Erzberger e de Rathenau não foi cometido por pessoas que

pertenciam aos meios nacionais-socialistas. Nessa ocasião esse movimento não passava de um grupo muito pequeno...

O Presidente: Dimitrov, já são duas perguntas que eu devia rejeitar. Lembra-se, sem dúvida, dos casos precedentes (*). Quero chamar-lhe a atenção para estes.

Dimitrov: Esses meios que tinham cometido esses assassínios políticos na Alemanha não são actualmente os aliados dos nacionais-socialistas?

Goebbels: Não percebi o sentido dessa pergunta.

O Presidente: Ele pergunta se aqueles, cujos meios estavam implicados nesses assassínios, são actualmente aliados do Partido Nacional-Socialista.

Goebbels: Não conheço em detalhe a identidade dos assassinos. Destes, uns refugiaram-se no estrangeiro, outros foram abatidos pela polícia prussiana, outros ainda suicidaram-se. A maior parte dessas pessoas já não existe e não me interesso absolutamente nada pela sua sorte.

O Procurador Supremo Dr. Werner: O Senhor Ministro respondeu a todas as perguntas e acho muito bem. (*O Presidente*: Sim, de facto). Mas considero que seria mais conforme à lei não responder a estas perguntas, porque estas só são feitas para realizar aqui propaganda com um determinado fim. Penso que se responder a todas as perguntas, o acusado Dimitrov encontrará sempre um pretexto para fazer novas perguntas que favoreceriam a sua propaganda.

Goebbels: Respondo às perguntas para tirar a Dimitrov, às pessoas que estão por detrás dele e à imprensa mundial todas as possibilidades de afirmar que evito responder ou que iludo as suas perguntas. Já lidei com muitas outras pessoas para recear as perguntas deste insignificante agitador político.

Dimitrov: Posso fazer notar, Senhor Presidente, que todas as minhas perguntas estão relacionadas com o acto de acusação. Todas estas perguntas estão ligadas a uma acusação política dirigida contra mim enquanto acusado. É precisamente por isso que faço estas perguntas. Entre outras coisas, sou

(*) O presidente refere-se à expulsão de Dimitrov da sala de audiências, por ter feito perguntas que denunciavam os incendiários fascistas do Reichstag.

acusado pelo Procurador de, ao organizar o incêndio do Reichstag, ter querido modificar pela violência a Constituição alemã. Pergunto qual era a Constituição que vigorava na Alemanha no dia 30 de Janeiro e no dia 27 de Fevereiro?

Goebbels: A Constituição então em vigor era a adoptada pelo Parlamento de Weimar. Pouco importa saber se era boa ou má. Era legal e reconhecemo-la. Não quisemos permitir que o Partido Comunista a modificasse, reservando-nos o direito de a modificar. Quanto a mim, considero que as alterações introduzidas na Constituição são insuficientes.

Dimitrov: Isso prova que não respeita a Constituição alemã.

O Presidente (dirigindo-se ao acusado Dimitrov): Acabe com essas considerações jurídicas.

Dimitrov: Senhor Presidente, pergunto à testemunha enquanto dirigente da propaganda do Estado, se tem conhecimento do facto da revista *Internationale Presse-Korrespondenz* se publicar na Alemanha em língua alemã, na França — em francês, na Espanha — em espanhol, na Inglaterra — em inglês e na Checoslováquia — em checo?

Goebbels: Posso responder com uma única palavra a esta longa pergunta: Não!

Dimitrov: Está a testemunha ao corrente de que essa revista era legalmente autorizada até aos fins do mês de Fevereiro?

O Presidente: A testemunha acaba de lhe responder: Não! Ignora tudo sobre essa revista. Com esta resposta a pergunta está esgotada. Tem outras perguntas?

Dimitrov: Tenho, Senhor Presidente.

O Presidente: Então, faça-as depressa.

Dimitrov: A testemunha tem conhecimento de que na Áustria e na Checoslováquia, aqueles que partilham as suas ideias, os nacionais-socialistas, também são actualmente obrigados a trabalhar na ilegalidade, a fazer propaganda ilegal e, por vezes, a utilizar passaportes falsos e que, na sua luta política, são por vezes obrigados a usar moradas falsas e uma correspondência em código?

Goebbels: Parece que quer ofender o movimento nacional-socialista. Respondo-lhe com as palavras de Schopenhauer ([25]): «Todo o homem merece que o olhem, mas não que se fale como ele.»

O Presidente: Eis uma terceira pergunta que considero inadmissível.

Dimitrov: Inadmissível? Formulo uma petição para admissão de provas. Formulo esta petição em relação com a tese do acto de acusação, segundo a qual o incêndio do Reichstag deve ser considerado como o sinal para uma insurreição armada comunista, bem como em relação com as declarações feitas pelo ministro do Interior da Prússia e Presidente do Conselho, e as do ministro da Propaganda do Reich, Senhor Dr. Goebbels.

O Presidente: Basta! Apresente a sua petição por escrito!

Dimitrov: Senhor Presidente...

O Presidente: Agora cale-se! Apresente a sua petição por escrito!

Dimitrov: Senhor Presidente, de acordo com as disposições do Código do Processo Penal, devo formular essa petição verbalmente.

O Presidente: Não!

Dimitrov: Sim! Sim! Isso é indispensável devido ao Código do Processo Penal. Essa petição para admissão de provas está relacionada com a afirmação de que o incêndio do Reichstag devia ser o sinal para uma insurreição armada comunista.

O Presidente: Já disse isso!

Dimitrov: Queria...

O Presidente: Basta! Proíbo-o de falar sobre o conteúdo da petição para admissão de provas. O Tribunal deliberará sobre o seu pedido apresentado por escrito.

Traduzido do texto de:
J. Dimitrov, *Obras*, t. IX.
Edições do P. C. B.
1960, pp. 169-178.

PROVA ESTENOGRAFADA DA SESSÃO

de 13 de Novembro de 1933

PERGUNTAS FEITAS A VAN DER LUBBE (*)

Dimitrov: Senhor Presidente, Van der Lubbe não compreendeu, portanto, que esta acusação do incêndio do Reichstag é na realidade uma acusação muito séria organizada contra o comunismo alemão e contra o comunismo mundial, tal como o afirma a imprensa alemã. Compreendeu isso ou não?

O Presidente: Sim, mas o que é que daí resulta? Suponho que o compreendeu, que relação é que tudo isso pode ter com o estabelecimento da culpabilidade?

Dimitrov: Se o compreendeu, queria apesar de tudo perguntar a Van der Lubbe, como a um homem, como a um operário que, tal como ele próprio afirma, actuou movido por intenções honestas, porque é que com o seu silêncio, a sua atitude tão singular, suporta, há já dois meses, nestas audiências, esta monstruosa campanha contra o comunismo?

O Presidente: Silêncio.

Dimitrov: O acto de acusação é utilizado para essa campanha contra o comunismo na Alemanha.

(*) No mesmo dia, 13 de Novembro de 1933, foram ouvidos como testemunhas dois vagabundos, Müller e Organistka, que Van der Lubbe teria pressupostamente encontrado um ano antes e a quem teria feito, segundo as declarações do Procurador Supremo, «afirmações revolucionárias»! Depois do interrogatório dos dois vagabundos, Dimitrov fez uma série de perguntas a Van der Lubbe, com o fim de impedir a manobra do representante do Ministério Público, desmascarando as suas testemunhas.

Ainda queria fazer mais algumas perguntas. Primeira: Van der Lubbe já anteriormente esteve na Alemanha sob um outro nome? Sob o nome de Van Bergen?

Van der Lubbe: Não!

Dimitrov: Quando da sua detenção e durante o seu primeiro interrogatório na Polícia, Van der Lubbe teria declarado que era membro do Partido Comunista dos Países-Baixos. Fez semelhante declaração?

Van der Lubbe: Nunca disse isso!

O Advogado Seuffert: Nunca ninguém afirmou semelhante coisa.

Dimitrov: No entanto assinou o processo verbal desse interrogatório.

O Presidente: Antes de mais temos que estabelecer se essa declaração consta realmente do processo verbal...

Dimitrov: Van der Lubbe declarou ser comunista?

O Presidente: Para isso devemos examinar o processo-verbal pessoalmente, de outro modo não passam de palavras no ar...

Dimitrov: Já declarei expressamente que eu pessoalmente, enquanto comunista e revolucionário, nunca teria pedido a Van der Lubbe para dar os nomes dos seus cúmplices, se o seu acto tivesse sido revolucionário. Mas uma vez que o seu acto é contra-revolucionário, exigi sempre e insisti para que denunciasse os seus cúmplices ou os seus instigadores que continuam nos bastidores. Nega qualquer cumplicidade e declara ter actuado sozinho. Contudo, há aqui quatro outros acusados, presumíveis culpados de cumplicidade no incêndio do Reichstag. Van der Lubbe também ouviu aquilo que o Presidente do Conselho Goering disse a meu respeito. Ouviu que o Senhor Presidente Goering me designou como o incendiário do Reichstag, que deve ser enforcado... Pergunto porque é que Van der Lubbe que, já há dois meses, se senta a nosso lado no banco dos acusados e assiste a todas as sessões do tribunal, não quis até ao presente dizer de modo absolutamente evidente e claro aquilo que é necessário para elucidar as circunstâncias reais e a situação de facto, para que, finalmente, se encerre este processo? Não era ele, Senhor Presidente, que se lamentava pelo facto de o processo se arrastar há oito meses?

O Presidente: Sim, sim, sabemos tudo isso.

Dimitrov: Mas então porquê?

Van der Lubbe: Porque esperava um processo normal, pensava num tal processo e desejava-o.

O Presidente: Não era muito claro. Mas são assuntos pessoais.

Dimitrov: Isso não é resposta!

O Presidente: Não! Não!

Dimitrov: Continua a não ser uma resposta!... Tenho ainda uma última pergunta para fazer. Não seria possível que o incêndio fosse ateado do seguinte modo: Van der Lubbe teria falado a alguém de um acto de protesto qualquer contra um sistema, uma ordem social ou qualquer coisa de semelhante? E esse acto deveria ser precisamente o incêndio do Reichstag. Assim Van der Lubbe penetra no Reichstag e ateia o incêndio. Mas ao mesmo tempo esse outro alguém introduz-se por sua vez nessa sala e ateia-o ele próprio. Se assim for, Van der Lubbe pode não conhecer pessoalmente as outras pessoas.

O Presidente: Já sabemos tudo isso.

Dimitrov: Pode muito bem não conhecer pessoalmente aquele com quem se combinou. Queria perguntar-lhe por seu intermédio, Senhor Presidente, se as coisas não se passaram de facto deste modo, se Van der Lubbe não teria de facto sido um instrumento de que se abusou.

Traduzido do texto de:
J. Dimitrov, *Obras*, t. IX.
Edições do P. C. B.
1960, pp. 183-185.

SENHOR DR. BUENGER, PRESIDENTE DA IV SECÇÃO PENAL DO TRIBUNAL DO IMPÉRIO

16 de Novembro de 1933

Excelentíssimo Senhor Presidente.

Em relação com o complexo político criado durante o processo do incêndio do Reichstag, proponho que seja ouvido como testemunha o presidente do Partido Comunista Alemão *Erns Thaelmann* ([26]). Este último devia antes de mais ser ouvido sobre o que se segue:

1. É verdade que o Partido Comunista Alemão, desde 1932, é vítima de toda a espécie de perseguições, de ataques e de restrições sistemáticas no prosseguimento da sua actividade e da sua luta?

2. É verdade que estas perseguições dirigidas contra o Partido Comunista Alemão são acompanhadas por toda uma série de ataques dirigidos contra as reuniões e manifestações comunistas, de golpes de mão contra chefes do Partido, e operários e militantes comunistas isolados, perpetrados por secções armadas pertencentes ao Partido Nacional-Socialista e que em consequência destes ataques os comunistas tiveram muitas vítimas, forçando deste modo o Partido Comunista a defender-se através da luta de massas?

3. É verdade que todas estas perseguições e estes ataques, executados pelos órgãos do Estado em cooperação com as secções nacionais-socialistas depois do dia 30 de Janeiro de 1933, degeneraram numa campanha de exterminação do Partido Comunista Alemão e das organizações operárias, com a utilização da omnipotência do Estado?

4. É verdade que no início de 1933 e por ocasião do incêndio do Reichstag, toda a actividade do Partido, em total

acordo com as decisões tomadas pela Internacional Comunista, era orientada para a mobilização política das massas, para o estabelecimento de uma frente única da luta do proletariado e da defesa do movimento e da sua vanguarda — o Partido Comunista Alemão, mas em caso algum para a luta armada pela tomada do poder?

5. É verdade que em relação a estas tarefas essenciais e a esta orientação política, o Partido levava a cabo com tôdas as suas forças uma luta implacável contra todos os desvios terroristas, contra toda a decadência terrorista, por um trabalho de massa tenaz e sistemático e de uma luta de massa de carácter puramente económico e político?

6. É verdade que, desde 1932, o Presidente se declarou resolutamente oposto a qualquer interpretação com tendências terroristas da palavra de ordem «Abaixo os fascistas!» e que, mais tarde, com o fim de evitar qualquer mal-entendido, tinha abolido esta palavra de ordem?

7. É verdade que o Partido, durante os muitos anos da sua evolução, realizou uma série de depurações sucessivas e expulsou das suas fileiras todos os elementos indisciplinados e todos os aventureiros (o grupo Ivan Katz, Ruth-Fischer-Maslov [27], os troskistas, etc.) e que uma grande parte destes elementos encontraram o seu lugar no seio do Partido Nacional-Socialista e nas suas secções S. A. e S. S.?

Respeitosamente
J. Dimitrov

Traduzido do texto de:
J. Dimitrov, *Obras*, t. IX.
Edições do P. C. B.
1960, pp. 196-197.

PROVA ESTENOGRAFADA DA ÚLTIMA DEFESA DE DIMITROV PERANTE O TRIBUNAL

PRONUNCIADA A 16 DE DEZEMBRO DE 1933

Dimitrov: Em virtude do parágrafo 258 do Código de Processo Penal, tenho o direito de falar como defensor e como acusado.

O Presidente: Tem direito à última palavra. Facto que lhe é concedido agora.

Dimitrov: Em virtude deste Código, tenho o direito de discutir com o Ministério Público e, em seguida, de fazer uma última declaração.

Senhores juízes, senhores acusadores, senhores défensores, já no início do processo, há três meses, dirigi, como acusado, uma carta ao Presidente do Tribunal. Nela lamentava o facto de que as minhas intervenções tivessem terminado em conflito com os juízes. Mas protestava resolutamente contra a interpretação da minha conduta como um abuso premeditado do meu direito de fazer perguntas e de fazer declarações com fins de propaganda. É normal que vendo-me acusado, embora inocente, procure, por todos os meios ao meu alcance, defender-me contra falsas acusações.

> «Reconheço, escrevia, ter feito determinadas perguntas de um modo nem sempre conforme às exigências das formas jurídicas. O facto de não conhecer o direito alemão é a única explicação para este facto. Além disso, é a primeira vez que participo num processo judicial deste tipo. Se dispusesse de um defensor da minha escolha, poderia decerto evitar semelhantes incidentes tão desfavoráveis à minha própria defesa.

Recordo-lhe que todas as candidaturas por mim propostas (as de Detchev de Moro-Giafferi, de Campinchi, de Torrés, de Grigorov, de Leo Gallaher, da América e do Dr. Lehmann, de Sarrebruck) foram, sob diversos pretextos, rejeitadas umas após outras pelo Tribunal do Império, e que ao Sr. Detchev, tal como se constatou, chegaram mesmo a recusar o visto de entrada.

Não tenho em relação ao Dr. Paul Teichert enquanto advogado e indivíduo nenhum sentimento de desconfiança. Mas atendendo ao estado de coisas actualmente existente na Alemanha, não posso ter a confiança indispensável em Teichert como defensor de ofício. É por isso que me esforço por me defender a mim mesmo e, ao fazê-lo, realizo decerto e com certa frequência actos incorrectos do ponto de vista jurídico.

No interesse da minha própria defesa perante o Tribunal, bem como no do desenrolar normal do processo, dirijo, uma vez mais e pela última vez, ao Supremo Tribunal o meu pedido para que autorize o advogado *Marcel Willard,* que recebeu da minha irmã um mandato para esse efeito, a participar na minha defesa.

No caso de a minha proposta, com grande pena minha, também ser rejeitada, apenas me resta defender-me a mim mesmo dentro do limite dos meus meios e como o entender.»

Uma vez que esta proposta também foi rejeitada, decidi assumir eu próprio a minha defesa. Não quero nem o mel nem o fel da eloquência do defensor que me foi imposto, e durante todo o tempo defendi-me sozinho, sem o auxílio do advogado.

É absolutamente claro que não me sinto de modo algum obrigado pelo discurso do Dr. Teichert. Aquilo que conta para a minha defesa, é aquilo que até agora declarei perante o Tribunal e aquilo que agora vou declarar. Não quero defender Torgler — na minha opinião, o seu defensor maltratou-o bastante — mas devo dizer abertamente que prefiro ser condenado à morte pelo Tribunal do Império do que ser absolvido graças a uma defesa como a do Dr. Sack a favor de Torgler.

O Presidente (interropendo Dimitrov): Não lhe cabe fazer aqui críticas.

Dimitrov: Admito que falo de um modo rude e vivo. Mas a minha vida e a luta que levei a cabo também o foram. No entanto, a minha maneira de falar é franca e sincera. Tenho o hábito de chamar as coisas pelos seus nomes. Não sou um advogado que tem a obrigação de defender o seu cliente.

Defendo-me enquanto acusado comunista; defendo a minha própria honra comunista revolucionária; defendo as minhas ideias, as minhas convicções comunistas; defendo o sentido e o conteúdo da minha vida.

É por isso que todas as palavras por mim pronunciadas perante o Tribunal são, por assim dizer, *sangue do meu sangue e carne da minha carne.* Todas as palavras são a expressão da minha mais profunda indignação pela acusação injusta, pelo facto de atribuírem a comunistas um crime anticomunista.

Censuraram-me muitas vezes por não levar a sério o Supremo Tribunal alemão. Isso é absolutamente injusto!

É verdade que *para mim, comunista, a lei suprema é o programa da Internacional Comunista, o Supremo Tribunal, a Comissão de revisão da Internacional Comunista.*

Mas para mim como acusado, o Tribunal do Império é uma instância que é conveniente considerar com a máxima seriedade e isto não só porque é composta por juízes com uma elevada qualificação jurídica, mas também porque o Tribunal é um organismo jurídico bastante importante do Estado alemão, da ordem social dominante, instância que pode definitivamente infligir a pena mais severa. Posso declarar, com a consciência tranquila, que perante o Tribunal e por conseguinte perante a opinião pública apenas disse a verdade sobre todos os assuntos. No que diz respeito ao meu Partido, que está condenado à ilegalidade, recusei fazer qualquer depoimento. Falei sempre com seriedade, com o sentimento da mais profunda convicção.

O Presidente: Não tolerarei que faça aqui, nesta sala, propaganda comunista. Passou todo o tempo a fazê-la. Se continuar nesse mesmo sentido, retiro-lhe a palavra.

Dimitrov: Tenho que rejeitar resolutamente a afirmação de que actuei com finalidade de propaganda. Pode-se considerar que a minha defesa perante o Tribunal tenha tido uma certa influência no sentido da propaganda. Também admito que o meu comportamento perante o Tribunal possa servir de exemplo a todos os comunistas acusados, mas não é essa a intenção da minha defesa. A minha intenção consistia em refutar a acusação que visava fazer crer que Dimitrov, Torgler, Popov e Tanev, que o Partido Comunista Alemão e a Internacional Comunista, tivessem qualquer espécie de relação com o incêndio do Reichstag.

Sei que, na Bulgária, ninguém acredita na nossa pressuposta cumplicidade no incêndio do Reichstag. Sei que no estrangeiro é pouco provável que se encontrem pessoas que acreditem nisso. Mas na Alemanha as condições são diferentes: aqui pode-se dar crédito a essas estranhas afirmações. Foi por isso que quis provar que o Partido Comunista não teve nem tem nada a ver com a participação nesse crime.

Se se falar de propaganda, muitas das intervenções que aqui foram feitas revestiram o carácter de propaganda. As declarações de Goebbels e de Goering também exerceram uma propaganda indirecta a favor do comunismo, mas ninguém os poderá responsabilizar pelo facto de as suas intervenções terem tido esse efeito de propaganda.

Não só a imprensa me difama de todas as maneiras — o que me é totalmente indiferente — como através da minha pessoa se qualificou o povo búlgaro de «selvagem» e de «bárbaro»; adjectivaram-se de «indivíduo balcânico suspeito» de «selvagem búlgaro», e não poderei deixar de falar disso.

É verdade que o *fascismo* búlgaro é selvagem e bárbaro. Mas a classe operária e o campesinato da Bulgária, os intelectuais saídos do povo não são nem bárbaros, nem selvagens. O nível da cultura material nos Balcãs é decerto menos elevado do que nos outros países da Europa; mas, do ponto de vista espiritual e político, é falso dizer que as nossas massas populares estão a um nível inferior ao das massas dos outros países europeus. A nossa luta política, as nossas aspirações políticas na Bulgária não são inferiores às dos outros países. Um povo que durante cinco séculos viveu sob o jugo estrangeiro, sem perder a sua língua e a sua nacionalidade, a nossa classe operária e os camponeses que lutaram e continuam a lutar contra o fascismo búlgaro — um povo assim não é bárbaro, nem salvagem. Os selvagens, na Bulgária, são apenas os fascistas.

Mas pergunto-lhe senhor Presidente: *Qual é o país onde os fascistas não são bárbaros e selvagens?*

O Presidente (interrompendo Dimitrov): Não está a fazer uma alusão à situação na Alemanha?

Dimitrov (com um sorriso irónico): É claro que não, senhor Presidente...

Na época em que o imperador da Alemanha Carlos V dizia que só falava alemão com os seus cavalos, e em que os nobres alemães e os homens cultos só escreviam em latim e tinham vergonha da língua materna, na Bulgária «bárbara» Cirilo e Mélodo tinham criado e divulgado a antiga escrita búlgara.

O povo búlgaro lutou com todas as suas forças e com toda a sua tenacidade contra o jugo estrangeiro. Por isso, protesto contra os ataques de que o povo búlgaro é objecto. Não me envergonho de ser búlgaro, orgulho-me de ser um filho da classe operária búlgara.

Antes de passar à questão essencial, devo fazer notar o seguinte: o doutor Teichert acusou-nos de nos termos colocado na situação de inculpados do incêndio do Reichstag. A isso devo responder que, desde o dia 9 de Março, dia da nossa prisão, até ao início do processo, se passou muito tempo; durante este período, podiam-se ter esclarecido muitos pontos que levantavam suspeitas. Durante a instrução prévia, falei com funcionários da comissão de inquérito sobre o incêndio do Reichstag; esses funcionários declararam-me que nós os búlgaros, não éramos culpados de cumplicidade neste crime. Só nos deviam imputar de termos vivido com passaporte falso, sob nomes falsos, sem nos termos registado, etc.

O Presidente: Aquilo de que está agora a falar não foi debatido no processo; por conseguinte, não tem o direito de falar disso aqui.

Dimitrov: Senhor Presidente, durante todo esse espaço de tempo deveriam ter verificado todos os dados para nos evitar esta acusação em tempo oportuno. Do acto de acusação consta que Dimitrov, Popov e Tanev, afirmam ser emigrados búlgaros. Contudo, devem considerar como provado que permaneciam na Alemanha com fins de acção política ilegal!

Foram, afirma-se no acto de acusação, «enviados por Moscovo para a Alemanha, encarregados de preparar uma insurreição armada».

A páginas 83 de acto de acusação, afirma-se: «Embora Dimitrov tenha declarado ter estado ausente em Berlim de 25 a 28 de Fevereiro, isso não modifica nada, isso não o livra a ele, Dimitrov, da acusação de participação no incêndio do Reichstag». Isto sobressai — afirma-se mais adiante no acto de acusação — não só dos depoimentos de Hellmer, como também de outros factos que mostram que...

O Presidente (interrompendo Dimitrov): Não deve ler aqui todo o acto de acusação, conhecemo-lo perfeitamente.

Dimitrov: Devo dizer que três quartos de tudo o que o Procurador e os defensores disseram no processo, já há muito é do conhecimento de todos e no entanto repetiram-no aqui. Hellmer testemunhou que Dimitrov e Van der Lubbe se encontravam no restaurante *Bayernhof*. Mais adiante leio no acto de acusação:

> «Se Dimitrov não foi apanhado no lugar do crime, não deixou por isso de participar na preparação do incêndio do Reichstag. Dirigiu-se a Munique para arranjar um alibi. As brochuras encontradas em casa de Dimitrov mostram que participava no movimento comunista da Alemanha.»

Eis a base desta acusação apressada, que se revelou um aborto.

O Presidente (interrompendo Dimitrov): Não deve utilizar essas expressões irreverentes ao falar da acusação.

Dimitrov: Procurarei encontrar outras expressões.

O Presidente: Mas não tão admissíveis.

Dimitrov: Volto aos métodos de acusação e ao acto de acusação, sob um outro ponto de vista.

O carácter deste processo tinha sido determinado pela tese de que o incêndio do Reichstag é obra do Partido Comunista Alemão, do próprio comunismo mundial. Este acto anticomunista — o incêndio do Reichstag — foi atribuído aos comunistas, como devendo dar o sinal da insurreição comunista, o sinal da modificação pela violência da actual Constituição alemã. Com o auxílio desta tese conferiu-se a todo este processo um carácter anticomunista. O acto de acusação declara:

> «... É por isso que a acusação considera que este atentado criminoso devia servir de sinal aos inimigos do Estado alemão para o destruir, e substituí-lo, graças à III Internacional, pela ditadura do proletariado, por um Estado soviético.»

Senhores Juízes! Não é a primeira vez que um atentado como este é atribuído aos comunistas. Não posso citar aqui todos os exemplos deste tipo. Recordo o atentado no caminho de ferro aqui, na Alemanha, perto de Juterborg, atentado cometido por um aventureiro anormal, um provocador. Nessa ocasião, acreditou-se, durante semanas, não só na Alemanha como também noutros países, no boato de que era obra do Partido Comunista Alemão, que era um acto de terrorismo dos comunistas. Mais tarde soube-se que tinha sido feito por um louco, o aventureiro Matuchka. Este foi preso e condenado.

Eis um outro exemplo, o assassínio do Presidente da República Francesa por Gorgulov. Também neste caso, se escreveu em todos os países que nisto se via a mão dos comunistas. Gorgulov era apresentado como um comunista, um agente soviético. Qual é a verdade? Descobriu-se que este atentado foi organizado pelos guardas brancos, e Gorgulov revelou-se um provocador que queria causar a ruptura das relações entre a União Soviética e a França.

Recordarei também o atentado que fez ir pelos ares a catedral de Sófia. Este atentado não tinha sido organizado pelo Partido Comunista Búlgaro, mas este não deixou de ser objecto de perseguições. Foram selvaticamente assassinados pelos bandos fascistas dois mil operários, camponeses e intelectuais, sob o pretexto de que os comunistas tinham feito a catedral ir pelos ares. Esta provocação, a explosão na catedral de Sófia, tinha sido organizada pela polícia búlgara. Já em 1920, o prefeito da polícia de Sófia, Prutkine, tinha organizado durante a greve dos ferroviários atentados com o auxílio de bombas, como meio de provocação contra os operários búlgaros.

O Presidente (interrompendo Dimitrov): Isso não tem nada a ver com o processo.

Dimitrov: O funcionário da polícia Meller falou aqui da propaganda comunista dos incêndios, etc. Perguntei-lhe se não conhecia casos em que os incêndios, ateados por proprietários de imóveis para receberem o montante do seguro, tivessem depois sido atribuídos aos comunistas. O *Voelkischer Beobachter* de 5 de Outubro escreveu que a polícia de Stettin...

O Presidente: Esse artigo não foi apresentado no processo.

Dimitrov (procura continuar).

O Presidente: Proíbo-o de falar disso aqui, uma vez que este facto não foi mencionado no processo.

Dimitrov: Toda uma série de incêndios...

O Presidente (volta a interromper Dimitrov).

Dimitrov: Falou-se disto na instrução, porque foi atribuída aos comunistas toda uma séria de incêndios. Veio-se depois a verificar que os empresários de imóveis os tinham ateado «para dar trabalho»! Também queria tratar por um momento a questão dos falsos documentos. Existe um grande número de falsos documentos que foram utilizados contra a classe operária. Estas casos são numerosos. Recordarei por exemplo a famosa «carta de Zinoviev». Era um documento falso. E esse documento falso foi utilizado pelos conservadores ingleses contra a classe operária. Recordarei uma série de documentos falsos que desempenharam um papel na política alemã...

O Presidente: Isso sai do âmbito da instrução judiciária.

Dimitrov: Afirmou-se aqui que o incêndio do Reichstag devia servir de sinal a uma insurreição armada. E procurou-se basear essa afirmação do seguinte modo:

Goering declarou aqui, no processo, que o Partido Comunista Alemão, no momento em que Hitler subiu ao poder, era obrigado a excitar a efervescência das massas e a empreender uma acção violenta fosse ela qual fosse. Afirmou: «Os comunistas eram obrigados a fazer qualquer coisa — agora ou nunca!» Afirmou que o Partido Comunista já há muitos anos tinha apelado para a luta contra o nacional-socialismo e que o Partido Comunista Alemão, no momento em que os nacionais-socialistas subiam ao poder, nada mais tinha a fazer do que desencadear a acção — agora ou nunca. O Procurador Supremo tentou aqui formular a mesma tese de maneira mais clara e «mais engenhosa».

O Presidente: Não permitirei que ofenda o Procurador Supremo.

Dimitrov: O Procurador Supremo desenvolveu aqui, aquilo que Goering afirmou na qualidade de acusador supremo. O Procurador Supremo, o doutor Werner, disse:

> «... Assim a situação era tal para o Partido Comunista que este ou cedia sem combater, ou aceitava o combate mesmo sem os preparativos estarem completamente feitos. Era a única oportunidade que as circunstâncias ainda lhe davam: ou abandonar sem combate o seu objectivo, ou um acto desesperado de qualquer espécie, uma última jogada que, em último caso, podia salvar a situação. Este jogo também podia dar maus resultados, mas nessa altura era impossível que a sua posição fosse pior do que no caso de ter abandonado a luta sem combater.»

A tese, assim formada e atribuída ao Partido Comunista, não é uma tese comunista. Esta hipótese mostra que os inimigos do Partido Comunista Alemão o conhecem mal. Quem quer combater bem o seu adversário deve conhecê-lo bem. Proibir o Partido, dissolver as organizações de massa, perder a legalidade, são evidentemente ataques sérios feitos ao movimento revolucionário. *Mas isso ainda não significa, falta muito ainda, que por isso tudo esteja perdido.*

Em Fevereiro de 1933, o Partido Comunista estava ameaçado de proibição. A imprensa comunista estava proibida, a proibição do Partido Comunista Alemão era iminente. O Partido Comunista Alemão esperava por isso. Falava-se disso nos panfletos, nos jornais. O Partido Comunista Alemão sabia perfeitamente que os Partidos comunistas são proibidos em muitos países, mas não deixavam por isso de continuar a trabalhar e a combater. Os Partidos comunistas estão proibidos na Polónia, na Bulgária, na Itália e em determinados outros países.

Farto da experiência do Partido Comunista Búlgaro, posso falar do assunto. Este tinha sido proibido devido à Insurreição

de 1923, mas continuava a trabalhar e, embora isso lhe tivesse custado muitas vítimas, tornou-se mais forte do que antes de 1923. Qualquer homem dotado de espírito crítico compreende a importância deste fenómeno.

O Partido Comunista Alemão mesmo ilegal pode, se a situação a isso se prestar, realizar a revolução. A experiência do Partido Comunista Russo prova-o. O Partido Comunista Russo era ilegal, suportava sangrentas perseguições, mas a classe operária, com o Partido Comunista a dirigi-la, conquistou o poder. Os dirigentes do Partido Comunista Alemão não podiam considerar que perante a proibição do seu Partido tudo estava perdido, e que a alternativa se punha desse modo: a insurreição ou o fim. A direcção do Partido Comunista não podia ter uma ideia tão estúpida. O Partido Comunista sabia, indubitavelmente, que o trabalho ilegal custaria pesados sacrifícios e exigiria abnegação e coragem, mas também sabia que as suas forças revolucionárias se consolidariam e que seria capaz de realizar as tarefas que lhe competiam. Por isso a hipótese de que o Partido Comunista Alemão tenha querido nesta ocasião jogar a sua última cartada, deve ser totalmente excluída. *Felizmente, os comunistas não têm vistas tão curtas como os seus adversários, e mantêm o seu sangue-frio mesmo nas situações mais difíceis.*

É conveniente acrescentar a isso que o Partido Comunista Alemão e os outros Partidos comunistas são secções da Internacional Comunista. O que é a Internacional Comunista? Permito-me citar uma passagem dos seus estatutos.

Cito aqui o primeiro parágrafo:

> «A Internacional Comunista, associação internacional dos trabalhadores, é a organização dos Partidos comunistas dos vários países — um Partido comunista único mundial. Guia e organizador do movimento revolucionário mundial do proletariado, defensora dos princípios e das finalidades do comunismo, a Internacional Comunista luta pela conquista da maioria da classe operária e das grandes camadas de camponeses pobres, pela instauração da ditadura mundial do proletariado, pela criação de uma Federação mundial das Repúblicas Socialistas Soviéticas, pela abolição total das classes e pela realização do socialismo, primeira etapa da sociedade comunista.»

Neste Partido mundial da Internacional Comunista, que conta milhões de trabalhadores, o Partido Comunista da União Soviética é o Partido mais forte. É o Partido dirigente da União Soviética, o maior Estado do mundo. A Internacional Comunista, este Partido comunista mundial, analisa a situação política de acordo com a direcção dos Partidos comunistas de todos os países.

A Internacional Comunista, perante a qual todas as secções são directamente responsáveis, não é uma organização de conspiradores, mas um Partido mundial. *Este Partido mundial não brinca aos levantamentos e à revolução.* Este Partido mundial não pode dizer oficialmente a milhões de membros *uma coisa,* e ao mesmo tempo *fazer secretamente o contrário.* Este Partido, meu caro doutor Sack, ignora a contabilidade por partidas dobradas!

Doutor Sack: Perfeito, continue a sua propaganda comunista.

Dimitrov: Este Partido, quando se dirige aos milhões de proletários, quando toma as suas decisões sobre a táctica e as tarefas imediatas, fá-lo seriamente, com plena consciência da sua responsabilidade. Citarei aqui a decisão do XII Plenário do Comité Executivo da Internacional Comunista. Como estas decisões foram mencionadas no processo, tenho o direito de as ler.

De acordo com estas decisões, a tarefa essencial do Partido Comunista Alemão consistia em:

> «Mobilizar os milhões de trabalhadores para a defesa dos seus interesses vitais, contra a feroz pilhagem pelo capital monopolista, contra o facismo, contra os decretos-lei de excepção, contra o nacionalismo e o chauvinismo, e ao lutar pelo internacionalismo proletário, ao desenvolver as greves económicas e políticas, as manifestações e ao levar as massas à greve política geral, ganhar as principais massas da social-democracia, liquidar resolutamente as fraquezas do movimento sindical. A principal palavra de ordem que o Partido Comunista

Alemã devia opor à da ditadura fascista (o Terceiro Reich), bem como à palavra de ordem do Partido Social-Democrata (a Segunda República), deve ser *A República operária e camponesa,* ou seja, uma Alemanha Socialista Soviética, que também assegure a possibilidade da união voluntária dos povos da Áustria e das outras regiões alemãs.»

Trabalho de massa, luta de massa, resistência de massa, frente única, nada de aventuras! Eis as bases da táctica comunista.

Encontraram em minha casa um apelo do Comité Executivo da Internacional Comunista. Considero que também o posso citar. Há dois pontos particularmente importantes neste apelo. Assim, fala-se nele nas demonstrações que se realizam nos vários países relacionados com os acontecimentos da Alemanha. Fala-se nele nas tarefas do Partido Comunista na sua luta contra o terror nacional-socialista, bem como pela defesa das organizações e da imprensa da classe operária. Afirma-se, entre outras coisas, nesse apelo:

> «O principal obstáculo na via da realização da frente única da luta dos operários comunistas e social-democratas, foi e continua a ser a política de colaboração com a burguesia, seguida pelos partidos sociais-democratas, que actualmente expuseram o proletariado internacional aos ataques do inimigo de classe. Esta política de colaboração com a burguesia, conhecida sob o nome de política chamada do «menor mal», tem, de facto, acarretado, na Alemanha, o triunfo da reacção fascista.
>
> A Internacional Comunista e os Partidos comunistas de todos os países afirmaram mais de uma vez a sua vontade de lutar em conjunto com os operários sociais-democratas contra a ofensiva do Capital, a reacção política e a ameaça de guerra. Os Partidos comunistas foram os organizadores da luta comum dos operários comunistas e dos operários sociais-democratas e sem Partido, contrariamente aos desejos dos dirigentes sociais-democratas que faziam sistematicamente malograr a frente única das massas operárias.

> Já no dia 20 de Julho do ano passado, o Partido Comunista Alemão, depois da queda do governo social-democrata prussiano, devido a Von Papen, dirigia ao Partido Social-Democrata e à União Sindical Alemã, a proposta de organizar uma greve comum contra o fascismo. Mas o Partido Social-Democrata e a União Sindical Alemã, com a aprovação de toda a II Internacional, qualificaram esta proposta de organizar a greve comum de provocação. O Partido Comunista Alemão renovou a sua proposta de acção comum na ocasião em que Hitler subiu ao poder, convidando o Comité Central do Partido Social-Democrata e a direcção da União Sindical Alemã a organizar em comum a resistência ao fascismo. Mas também desta vez, a sua proposta foi rejeitada. Mais ainda, quando em Novembro do ano passado os trabalhadores dos transportes berlinenses entraram unanimemente em greve contra a redução dos salários, a social-democracia torpedeou a frente única da luta. A prática do movimento operário internacional está cheia de exemplos análogos.
>
> Contudo, o apelo do Secretariado Internacional Operário Socialista de 19 de Fevereiro deste ano, contém a declaração dos Partidos sociais-democratas, filiados nesta Internacional, em que afirmam a sua vontade de estabelecer a frente única com os comunistas para a luta contra a reacção fascista na Alemanha. Esta declaração está em flagrante contradição com todos os actos da Internacional Socialista e dos Partidos sociais-democratas até ao presente. Toda a política e toda a actividade da Internacional Socialista até ao presente, dão à Internacional Comunista e aos Partidos comunistas o direito de não acreditar na sinceridade da declaração do Secretariado da Internacional Operária Socialista, o qual faz esta proposta no momento em que, em toda uma série de países, e antes de mais na Alemanha, a própria classe operária já está a tomar a organização da frente única de luta nas suas próprias mãos.
>
> Todavia, em presença do fascismo que ataca a classe operária da Alemanha e desencadeia todas as forças

da reacção mundial, o Comité Executivo da Internacional Comunista faz um apelo a todos os Partidos comunistas para que façam mais uma tentativa para estabelecer a frente única com as massas operárias sociais-democratas por intermédio dos Partidos sociais-democratas. O Comité Executivo da Internacional Comunista fez essa tentativa com a firme convicção de que a frente única da classe operária contra a burguesia repeliria a ofensiva do Capital e do fascismo e aceleraria muito o fim inevitável de toda a exploração capitalista.

Considerando as condições particulares de cada país e a diversidade das tarefas concretas da luta que se apresentam à classe operária, o acordo entre os Partidos comunistas e os Partidos sociais-democratas com o objectivo de determinadas acções contra a burguesia, pode ser realizada com o maior êxito no âmbito de cada país. Por isso o Comité Executivo da Internacional Comunista recomenda aos Partidos comunistas que façam propostas aos respectivos comités centrais dos Partidos sociais-democratas que aderem à Internacional Socialista, com vistas a uma acção comum contra o fascismo e contra a ofensiva do Capital. Estas conversações devem ter como base as condições elementares da luta comunista contra a ofensiva do Capital e do fascismo. Sem um programa de acção concreto contra a burguesia todos os acordos entre os Partidos seriam dirigidos contra os interesses da classe operária.

Perante o conjunto da classe operária internacional, o Comité Executivo da Internacional Comunista formula estas propostas e apela para todos os Partidos comunistas e, em primeiro lugar, para o Partido Comunista Alemão, para que, sem esperar o resultado das conversações e dos acordos sobre a luta comum com a social-democracia, procedam imediatamente à organização de comités de luta comuns, tanto com os operários sociais-democratas como com os operários de todas as outras tendências.

Os comunistas demonstraram pela sua luta de muitos

anos que estiveram e estarão sempre nas primeiras filas da luta pela frente única não em palavras, mas sim nas acções de classe contra a burguesia.

O Comité Executivo da Internacional Comunista está firmemente convencido de que os operários sociais-democratas e sem Partido, independentemente da atitude que os chefes da social-democracia tomam em relação à criação da frente única, ultrapassarão todos os obstáculos e realizarão, juntamente com os comunistas, a frente única não em palavras, mas em obras.

Sobretudo agora, que o fascismo alemão organizou, com o objectivo de esmagar o movimento operário da Alemanha, uma provocação inaudita (o incêndio do Reichstag, falso em relação à insurreição, etc.), todos os operários devem compreender o seu dever de classe na luta contra a ofensiva do Capital e da reacção fascista.»

Este apelo não diz nada acerca de uma luta imediata para a tomada do poder. Essa tarefa não foi apresentada nem pelo Partido Comunista Alemão, nem pela Internacional Comunista. Contudo, posso afirmar que o programa da Internacional Comunista não afasta a possibilidade de uma insurreição armada.

Daí o Tribunal concluiu erradamente que a partir do momento em que o Partido Comunista se atribui como finalidade uma insurreição armada, é porque essa insurreição estava de facto preparada e devia rebentar imediatamente. Isso é ilógico, inexacto, para não dizer mais. É claro que lutar pela ditadura do proletariado é a tarefa dos Partidos comunistas de todo o mundo. É o nosso princípio, é a nossa finalidade. Mas há um programa preciso, para a realização do qual são necessárias não só as forças da classe operária, como também das outras camadas de trabalhadores.

Que o Partido Comunista Alemão tenha sido a favor da revolução proletária, todos o sabem. Mas não é esse o problema que deve ser resolvido neste processo. A questão é saber se, em relação com o incêndio do Reichstag, estava realmente marcada uma insurreição para o dia 27 de Fevereiro para a tomada do poder.

O que é que a instrução judiciária constatou, senhores juízes? A lenda que pretendia fazer crer que o incêndio do Reichstag era obra dos comunistas, desmoronou-se completamente. Não vou, tal como o fizeram os outros defensores, citar os testemunhos apresentados. Mas esta questão pode ser considerada como totalmente elucidada para qualquer homem com um juízo normal. O incêndio do Reichstag não tem nenhuma ligação com a actividade do Partido Comunista — insurreição, demonstração, greve ou qualquer outra acção deste tipo. Isto foi perfeitamente provado. O incêndio do Reichstag — não me refiro às afirmações de malfeitores e de desequilibrados — não foi compreendido por ninguém como o sinal de insurreição. Ninguém notou, relacionado com o incêndio do Reichstag, nenhum acto, acção ou tentativa de insurreição. Ninguém tinha ouvido nada a esse respeito. Todos os boatos a este respeito estão relacionados com um período muito mais recente. A classe operária estava nessa altura em estado de alerta contra o ataque fascista. O Partido Comunista Alemão esforçava-se por organizar a resistência das massas, a sua defesa. Mas demonstrou-se que *o incêndio do Reichstag forneceu o pretexto, foi o prelúdio de uma campanha destruidora cuidadosamente preparada contra a classe operária e a sua vanguarda, o Partido Comunista Alemão.*

Ficou irrefutavelmente provado que, nos dias 27 a 28 de Fevereiro, os representantes responsáveis do governo nem sequer tinham pensado que a insurreição comunista estava iminente. Fiz a esse respeito numerosas perguntas às testemunhas aqui citadas. Interroguei em primeiro lugar Heller, o famoso Karwahne, Frey, o conde Helldorf, os funcionários da polícia. Apesar das diferentes variantes, todos me declararam que não tinham ouvido dizer que devia rebentar uma insurreição comunista. Isso significa que os meios dirigentes não tinham tomado absolutamente nenhuma medida contra a possibilidade de semelhante insurreição.

O Presidente: No entanto, o Tribunal recebeu sobre esse ponto uma comunicação do chefe do departamento ocidental da polícia.

Dimitrov: O chefe do departamento ocidental da polícia, na sua comunicação, refere que Goering o tinha chamado à sua presença e lhe tinha dado instruções verbais sobre a luta

contra o Partido Comunista, ou seja, contra as reuniões comunistas, greves, demonstrações, campanha eleitoral, etc. Mas, mesmo esta comunicação não diz que tinham sido tomadas medidas contra uma insurreição comunista iminente.

Ontem, o advogado Seuffert também falou disso. Chegou à conclusão de que ninguém nos meios dirigentes esperava uma insurreição naquele momento. Seuffert referia-se a Goebbels, indicando que a princípio este último não tinha dado crédito à notícia do incêndio do Reichstag. Foi assim que sucedeu? É um outro problema.

A este respeito, também foi fornecida uma prova pelo decreto-lei de excepção do governo alemão, na data de 28 de Fevereiro de 1933. Este decreto foi promulgado imediatamente a seguir ao incêndio. Leia-o! Que diz? Afirma-se que estes ou aqueles artigos da Constituição são suprimidos, a saber os artigos que dizem respeito à liberdade de organização, à liberdade da imprensa, à inviolabilidade da pessoa, à inviolabilidade do domicílio, etc. Eis o fundo do decreto-lei, do seu segundo parágrafo — ofensiva contra a classe operária...

O Presidente: Não contra os operários, mas sim contra os comunistas.

Dimitrov: Devo afirmar que em virtude deste decreto-lei não só se prenderam comunistas, como também operários sociais-democratas e cristãos, proibiram-se as suas organizações. Queria sublinhar que este decreto-lei não só era dirigido contra o Partido Comunista Alemão, — embora, claro está, acima de tudo, contra este, — mas também contra os outros Partidos e grupos de oposição. Esta lei era necessária para instaurar o regime de excepção, ela está directa, organicamente, ligada ao incêndio do Reichstag.

O Presidente: Se continuar a atacar o governo alemão, retiro-lhe a palavra.

Dimitrov: Neste processo, há uma questão que não foi de modo algum esclarecida.

O Presidente: Ao falar deve dirigir-se aos juízes, e não à sala, de outro modo o seu discurso pode ser considerado como propaganda.

Dimitrov: Há uma questão que não foi esclarecida, nem pelo Ministério público, nem pela defesa. Não me admira que não tenham considerado isso indispensável. Têm muito medo

dessa questão. É a questão de saber qual era a situação política na Alemanha em Fevereiro de 1933. Devo demorar-me neste ponto. Em fins de Fevereiro, a situação política era tal que se combatia no interior do campo da frente nacional...

O Presidente: Está a embrenhar-se num assunto que já lhe proibi mais de uma vez.

Dimitrov: Insisto em recordar a proposta que fiz ao Tribunal para citar testemunhas, como Schleicher, Bruening, Papen, Hugenberg, o vice-presidente do Capacete de Aço — Duesterberg, etc.

O Presidente: Mas o Tribunal recusou-se a fazer comparecer essas testemunhas. Por isso não se deve alongar no assunto.

Dimitrov: Sei isso e, ainda por cima, conheço o motivo.

O Presidente: É-me desagradável interrompê-lo constantemente durante a sua última intervenção, mas deve submeter-se às minhas imposições.

Dimitrov: Essa luta interna no campo nacional prosseguia, relacionada com a luta levada a cabo nos bastidores entre os meios da economia alemã. A luta continuava entre os meios de Thyssen e Krupp (indústria de guerra), que durante anos financiaram o movimento nacional-socialista, e os seus concorrentes que deviam ser rejeitados para segundo plano.

Thyssen e Krupp queriam estabelecer no país uma ditadura política, um domínio absoluto, sob a sua direcção, e baixar resolutamente o nível de vida da classe operária; para isso, era necessário esmagar o proletariado revolucionário. O Partido Comunista esforçava-se nessa ocasião por criar a frente única para reunir todas as forças para resistir às tentativas dos nacionais-socialistas para esmagar o movimento operário. Uma parte dos operários sociais-democratas sentia a necessidade da frente única da classe operária. Davam-se conta disso. Milhares de operários sociais-democratas reuniram-se às fileiras do Partido Comunista Alemão. Mas, em Fevereiro e Março, a tarefa que consistia em estabelecer a frente única não significava de modo algum a insurreição, nem a sua preparação, mas apenas a mobilização da classe operária contra a campanha espoliadora dos capitalistas e contra a violência dos nacionais-socialistas.

O Presidente (interrompendo Dimitrov): Sublinhou sempre

que só se interessava pela situação política na Bulgária; ora as suas exposições de há bocado provam que manifestou um grande interesse pelos problemas políticos da Alemanha.

Dimitrov: Senhor Presidente, está a fazer-me uma censura. A ela posso responder-lhe o seguinte: como revolucionário búlgaro interesso-me pelo movimento revolucionário de todos os países. Interesso-me, por exemplo, pelos problemas políticos sul-americanos, e conheço-os talvez tão bem como os problemas alemães, sem nunca ter estado na América. Aliás, isso não quer de modo algum dizer que se acaso na América do Sul viesse a arder o edifício de um Parlamento isso fosse por minha culpa. Durante a instrução judicial, aprendi muito e, graças ao meu sentido político, vi perfeitamente muitos detalhes.

A situação política deste período tinha dois factores essenciais: o primeiro, é o esforço dos nacionais-socialistas para assegurar o poder absoluto; o segundo — oposto ao primeiro — é a actividade do Partido Comunista visando a criação da frente única dos operários. Na minha opinião, isso também se revelou durante a instrução.

Os nacionais-socialistas tinham necessidade de uma manobra de diversão, para desviar a atenção das dificuldades que existem no interior do campo nacional e destruir a frente única dos operários. O «governo nacional» tinha necessidade de um pretexto válido para lançar o seu decreto-lei de 28 de Fevereiro que suprimia a liberdade da imprensa, a inviolabilidade da pessoa, e inaugurava um sistema de repressão policial, de campos de concentração e outras medidas de luta contra os comunistas.

O Presidente (interrompendo Dimitrov): O senhor ultrapassa todos os limites, faz alusões!

Dimitrov: Quero apenas esclarecer a situação política na Alemanha na véspera do incêndio do Reichstag, tal como a vejo.

O Presidente: Não há aqui lugar para alusões em relação ao governo e para afirmações há muito refutadas.

Dimitrov: A classe operária devia defender-se com todas as suas forças, e é por isso que o Partido Comunista tentou organizar a frente única, apesar da resistência de Wels e de Breitscheid, que agora, no estrangeiro, soltam gritos histéricos.

O Presidente: Deve passar à sua defesa, de outro modo não terá tempo suficiente para o fazer.

Dimitrov: Já declarei que estou de acordo com o acto de acusação num ponto. Agora, é preciso confirmar este acordo. Trata-se de saber se Van der Lubbe organizou o incêndio *sozinho* ou se tinha cúmplices. O representante da acusação Parrisius declarou aqui que da resposta ao problema de saber se Van der Lubbe tinha ou não cúmplices, dependia a sorte dos acusados. Respondo a isso: não, mil vezes não, esta conclusão do procurador é ilógica. *Considero que Van der Lubbe não foi o único a incendiar o Reichstag.* O parecer dos peritos e os dados da instrução prévia levam-me a concluir que o incêndio na sala dos plenários do Reichstag era de um tipo diferente do ateado no restaurante do rés-do-chão, etc. O fogo foi posto na sala dos plenários por outras pessoas e por um outro processo. O incêndio ateado por Van der Lubbe e o incêndio na sala dos plenários só coincidem no que diz respeito *ao tempo;* quanto ao resto são *completamente diferentes.* O mais provável é que Van der Lubbe tenha sido o instrumento inconsciente dessas pessoas, instrumento de que abusaram. Van der Lubbe não diz aqui toda a verdade. Ainda agora persiste no seu mutismo. Embora tenha tido cúmplices, esse facto não decide a sorte dos outros acusados. Van der Lubbe não esteve sozinho, é verdade, mas aqueles que estavam com ele não eram nem Torgler, nem Popov, nem Tanev, nem Dimitrov.

Van der Lubbe deve ter encontrado no dia 26 de Fevereiro em Hennigsdorf uma pessoa a quem comunicou as suas tentativas de incendiar a Câmara Municipal e o palácio. Esse homem deve ter-lhe dito que nem todos os incêndios são «brincadeiras de criança» e que um trabalho sério, seria o incêndio do Reichstag durante as eleições. Foi deste modo que da aliança secreta entre a demência política e a provocação política surgiu o incêndio do Reichstag. O aliado do lado da demência política está no banco dos réus. Quanto aos aliados do lado da provocação política, estão em liberdade. O estúpido Van der Lubbe não podia saber que enquanto realizava as suas desastradas tentativas para incendiar o restaurante, no corredor e no rés-do-chão, desconhecidos que se serviam

desse líquido inflamável secreto, de que falou o doutor Schartz, perpetravam o incêndio da sala dos plenários. (Van der Lubbe começa a rir. Todo o seu corpo estremece com um riso silencioso. A atenção de toda a sala, dos juízes e da acusação está neste momento concentrada em Van der Lubbe.)

Dimitrov (mostrando Lubbe): O provocador desconhecido encarregou-se de todos os preparativos do incêndio. Esse Mefistófeles soube desaparecer sem deixar traços. E eis que aqui se encontra o instrumento estúpido, o pobre Fausto, enquanto Mefistófeles desapareceu. O mais provável é que, em Hennigsdorf se tenha estabelecido uma ligação entre Van der Lubbe e os representantes da provocação política, os agentes dos inimigos da classe operária.

O Supremo Procurador Werner declarou aqui que Van der Lubbe era comunista; disse em seguida que mesmo que não fosse comunista, tinha realizado o seu trabalho no interesse do Partido Comunista, e em ligação com este último. Eis uma afirmação falsa.

Quem é Van der Lubbe? Um comunista? De modo algum! Um anarquista? Não! É um operário deslocado, é um destroço rebelde da sociedade, uma criatura de que abusaram, que utilizaram contra a classe operária. Não, não é comunista! Não é anarquista! Nem um único comunista no mundo, nem um único anarquista se comportaria perante o Tribunal, como Van der Lubbe o fez. Os anarquistas cometem muitas vezes actos insensatos, mas perante os juízes reivindicam sempre as suas responsabilidades e explicam as suas finalidades. Se um comunista fizesse qualquer coisa análoga, não se calaria perante o Tribunal, quando quatro inocentes estão no banco dos réus a seu lado. Não, Van der Lubbe não é um comunista, nem um anarquista, é um instrumento de que o fascismo abusou.

Decerto que este homem, este miserável instrumento de que abusaram, que utilizaram em prejuízo do comunismo, não pode ter nada a ver nem com o presidente da ala comunista no Reichstag, nem com os comunistas búlgaros!

Devo recordar aqui que no dia 28 de Fevereiro de manhã, Goering publicou um comunicado sobre o incêndio. Esse comunicado anunciava que Torgler e Koenen tinham fugido do local do Reichstag às 10 horas da noite. Esta notícia foi

divulgada por todo o país. O comunicado dizia que o incêndio tinha sido ateado por comunistas. Contudo, não se fez um inquérito aos movimentos de Van der Lubbe em Hennigsdorf. O homem que passou a noite com Van der Lubbe no asilo da polícia, não foi encontrado...

O Presidente (interrompendo Dimitrov): Quando é que tenciona terminar o seu discurso?

Dimitrov: Quero falar mais meia hora. Devo expor a minha maneira de ver este problema...

O Presidente: Mas não se pode falar sem limite.

Dimitrov: Durante os três meses que este processo durou, senhor presidente, obrigaram-me um inúmero incalculável de vezes, ao silêncio, prometendo-me que no final do processo poderia falar detalhadamente para me defender. Chegou esse final do processo. Mas contrariamente à sua promessa, volta a limitar o meu direito de palavra. A questão sobre o que se passou em Hennigsdorf é de importância. Waschinski, que passou a noite com Van der Lubbe, não foi encontrado. A minha proposta de o descobrir foi considerada inútil. A afirmação de que em Hennigsdorf Van der Lubbe se encontrou com comunistas é uma mentira criada pela testemunha nacional-socialista, o cabeleireiro Grawe. Se Van der Lubbe tivesse estado em Hennigsdorf com comunistas, o problema já há muito que teria sido esclarecido, senhor presidente. Mas ninguém se preocupou em descobrir Waschinski.

O homem que à civil se apresentou no comissariado da porta de Brandeburgo para trazer a notícia do incêndio do Reichstag, não foi procurado; continua até agora desconhecido. A instrução seguiu uma falsa pista. O doutor Albrecht, deputado nacional-socialista, que tinha abandonado o Reichstag logo após o incêndio, não foi interrogado. Não procuraram os incendiários onde eles estavam, mas sim onde eles não estavam. Procuraram-nos nas fileiras do Partido Comunista, e enganaram-se. Isso permitiu que os verdadeiros incendiários desaparecessem. Decidiu-se, portanto, uma vez que não se prendeu e que não se ousou prender os verdadeiros culpados do incêndio, que era necessário prender outros, por assim dizer «incendiários-ersatz» do Reichstag...

O Presidente: Proíbo-o de dizer isso, e dou-lhe mais dez minutos.

Dimitrov: Tenho o direito de apresentar e de motivar propostas que dizem respeito ao veredicto. O Supremo Procurador tratou todos os depoimentos dos comunistas como não sendo dignos de fé. Não adoptarei semelhante posição. Não afirmarei, por exemplo, que todas as testemunhas nacionais-socialistas são mentirosas. Penso que entre os milhares de nacionais-socialistas há também pessoas honestas...

O Presidente: Proíbo-lhe essas observações mal-intencionadas.

Dimitrov: Não é significativo que todas as principais testemunhas de acusação sejam deputados nacionais-socialistas, jornalistas e partidários do nacional-socialismo? O deputado nacional-socialista Karwahne não disse que tinha visto Torgler na companhia de Van der Lubbe no Reichstag? O deputado nacional-socialista Frey declarou ter visto Popov com Torgler no Reichstag. O criado de restaurante nacional-socialista Hellmer testemunhou que tinha visto Van der Lubbe com Dimitrov. O jornalista nacional-socialista Weberstedt teria visto Tanev com Van der Lubbe. Será uma coincidência? O doutor Droescher, que aqui interveio como testemunha e que é ao mesmo tempo colaborador do *Voelkischer Beobachter*, sob o nome de Zimmerman...

O Presidente (interrompendo Dimitrov): Não está provado...

Dimitrov: ...afirmou que Dimitrov era o organizador da explosão na catedral de Sófia, facto que foi desmentido, e que me tinha visto com Torgler no Reichstag. Declaro, com uma probabilidade de certeza de cem por cento, que Droescher e Zimmerman são uma mesma pessoa...

O Presidente: Nego-o, isso não foi provado.

Dimitrov: O funcionário da polícia Heller citou aqui um poema comunista, retirado de um livro editado em 1925, para demonstrar que os comunistas incendiaram o Reichstag em 1933.

Também me permitirei citar versos do maior poeta alemão, Goethe:

Aprende a ser mais inteligente.
A agulha da grande balança
Da felicidade nunca está parada;

Tu deves ao erguer-te
Ou descer;
Tu deves dominar e ganhar.

Ou então servir e perder.
Sofrer ou triunfar,
Ser a espuma ou o martelo.

Sim, todo aquele que não quiser ser a espuma, deve ser o martelo!

A classe operária alemã, *no seu todo,* não compreendeu esta verdade nem em 1918, nem em 1923, nem a 20 de Julho de 1932, nem em Janeiro de 1933. A culpa é dos chefes sociais-democratas, dos Wels, Severing, Braun, Leipart, Grasseman. É claro que agora os operários alemães poderão dar-se conta disso!

Falou-se aqui muito do direito e da legalidade alemãs e faço questão em também dizer a minha opinião a esse respeito. O julgamento de um Tribunal ressente-se sempre, incontestavelmente, das combinações políticas no momento e das tendências políticas dominantes.

O Ministro da Justiça Kerrl é sem dúvida alguma para o Tribunal, uma testemunha competente. Vou citá-lo:

> «A prevenção do direito liberal formal, declara ele, consiste em afirmar que a justiça deve ter o culto da *objectividade.* Agora chegámos *à fonte* de afastamento entre *o povo e a justiça* e a falta desse afastamento recai sempre no fim de contas sobre *a justiça.* O que é a objectividade no momento em que o povo luta pela sua existência? O soldado que combate, o exército vitorioso conhecem a objectividade? O soldado e o exército só sabem uma coisa, só conhecem um motivo, só conhecem uma pergunta: Como é que devo salvar a liberdade e a honra? Como salvar a nação?
>
> Assim, é claro que a *justiça* de um povo que combate *numa luta de vida ou de morte, não pode ter o culto de uma objectividade morta.* As disposições do Tribunal, do Ministério Público, dos advogados devem ser *exclusivamente* ditados *por este único motivo,* a saber:

> *O que é que importa para a vida da nação? O que é que salvará a nação?*
>
> Não é a objectividade inveterada que significa o marasmo e por isso mesmo, a petrificação, o afastamento em relação ao povo, não, todos os actos, todas as medidas tomadas pela colectividade no seu conjunto e por cada indivíduo devem ser subordinadas às necessidades imediatas do povo, da nação!»

Assim, o direito é uma noção relativa...

O Presidente: Isso não está relacionado com o assunto. Deve fazer as suas propostas.

Dimitrov: O Procurador Supremo propôs absolver os acusados búlgaros por falta de provas. Mas isso não pode de modo algum satisfazer-me. O problema está longe de ser assim tão simples. Isso não afastaria totalmente as suspeitas. Durante o processo, ficou demonstrado que não tínhamos nada a ver com o incêndio do Reichstag, e que por conseguinte não havia a mais pequena base para justificar suspeitas contra nós. Nós, os búlgaros, bem como Torgler, devemos ser absolvidos, não por falta de provas, mas porque nós, comunistas, não temos nada e não podíamos ter nada a ver com este acto anticomunista.

Proponho, portanto, que se pronuncie a seguinte sentença:

1. O Tribunal Supremo reconhece a nossa inocência neste caso e a acusação como injustificada, isto é verdade no meu caso, no de Torgler, Popov e Tanev.
2. Declara que Van der Lubbe foi utilizado como um instrumento em prejuízo da classe operária.
3. Que os culpados da acusação não fundamentada feita contra nós devem ser chamados a Tribunal.
4. E indemnizar-nos a expensas desses culpados do tempo perdido, da saúde abalada e dos sofrimentos suportados.

O Presidente: Aquilo a que chama as suas propostas, serão tidas em conta pelo Tribunal durante a deliberação sobre o veredicto a escolher.

Dimitrov: Um dia virá em que essas contas serão pagas com juros. É claro que será o Tribunal do povo da futura ditadura do proletariado que *se encarregará* de esclarecer com-

pletamente a questão do incêndio do Reichstag e dos verdadeiros incendiários.

No século XVII, o fundador da física científica *Galileu Galilei*, compareceu perante o severo Tribunal da Inquisição que o devia condenar, como herético, à morte. Ele exclamou com uma profunda convicção e resolução:

«E, contudo, a terra gira!»

E este princípio científico tornou-se mais tarde património de toda a humanidade.

(*O Presidente* interrompe Dimitrov brutalmente, levanta-se, reúne os seus papéis e prepara-se para sair.)

Dimitrov (continuando): *Nós, comunistas, podemos hoje proclamar com uma resolução em nada menor do que a do velho* Galileu:

«*E, contudo, ela gira*!»

A roda da história gira e avança para uma Europa soviética, para a União mundial das repúblicas soviéticas.

E a essa roda empurrada pelo proletariado, sob a direcção da Internacional Comunista, não conseguirão deter nem com medidas de exterminação, nem com condenações a trabalhos forçados, nem com execuções. Ela gira e continuará a girar até à vitória definitiva do comunismo!

(Os polícias agarraram Dimitrov e obrigaram-no a sentar-se no banco dos acusados. O presidente e o Tribunal retiram-se para deliberar sobre a questão de saber se Dimitrov pode continuar o seu discurso. Depois da deliberação, o Tribunal regressa e anuncia que foi definitivamente retirada a palavra a Dimitrov.)

Traduzido do texto de:
J. Dimitrov, *Obras*, t. IX.
Edições do P. C. B.
1960, pp. 256-287.

NOTAS SOBRE A SENTENÇA [28]

ESQUEMA DE UM DISCURSO PROJECTADO, MAS NÃO PRONUNCIADO PERANTE O TRIBUNAL

A tarefa do Tribunal é muito difícil: manter o cordeiro intacto enquanto ao mesmo tempo saceia o lobo. A sentença é uma tentativa mal sucedida para solucionar um problema insolúvel.

A descoberta e a condenação dos culpados e das pessoas que actuaram nos bastidores — o Mefistófeles — será a tarefa da futura ditadura do proletariado na Alemanha.

O Ministério Público, junto do Tribunal do Império, encontrava-se na situação de uma mãe que teve um aborto.

Porquê «aborto»?

Porque o reconhecimento formal da culpabilidade do comunismo equivaleria de facto, depois de todas as revelações feitas perante o Tribunal, a um reconhecimento indirecto da culpabilidade dos nacionais-socialistas!

Se Van der Lubbe teve cúmplices e se esses cúmplices não são nem Torgler, nem os outros acusados, então?

Resta então o problema de saber porque é que não se conseguiram descobrir os verdadeiros cúmplices durante uma instrução prévia de 5 meses e um processo de 2 meses?

E assim sucessivamente. Esses cúmplices deviam ser «pessoas do meio», ou seja pessoas que conheciam a disposição e a organização interiores do Reichstag. Caso contrário, Van der Lubbe não teria podido atear o incêndio; mas quem à excepção dos nacionais-socialistas, teria podido ser posto ao corrente destes actos?

Numa ocasião em que os comunistas se achavam sob

rigorosa vigilância e eram vítimas de perseguições, quem é que podia entrar e sair do Reichstag sem ser incomodado?

A seguir:

Hennigsdorf — o asilo nocturno? Outros asilos nocturnos? O homem em Spandau?

A pessoa desconhecida à civil?

O deputado nacional-socialista dr. Albrecht?

A lenda a propósito da conversa em Neukoelln?

O interrogatório de Van der Lubbe na polícia na ausência do interprete holandês?

Karwahne, Frey, Kroyer, Weberstedt, Droescher, Hellmer?

Kämpfer, Wunzack, Lebermann, Grothé?

Apelo? Sinal? Mas com que fim?

Com vista a uma revolução nacional, a um avanço destruidor contra o movimento operário e o Partido Comunista Alemão.

Com vistas à realização de um «Estado totalitário», de um «poder único» nacional-socialista!

«Alta traição»? Não! Traição do povo, isto é trair o povo alemão!

Ditadura fascista — ditadura dos capitais de Thyssen-Krupp!

23 de Dezembro de 1933.

Traduzido do texto de:
J. Dimitrov, *Obras*, t. IX.
Edições do P. C. B.
1960, pp. 291-292.

ENTREVISTA COM DIMITROV

«GOERING QUERIA A MINHA EXECUÇÃO»

Londres, 7 de Fevereiro de 1934. O Daily Express *publica uma entrevista com Dimitrov. A conversa teve lugar no gabinete do conselheiro Heller da polícia secreta de Estado, em Berlim.*

«Abre-se uma porta — escreve o correspondente — deixando passar Dimitrov, acompanhado por um guarda... Logo às primeiras palavras, compreendi que sofria.»

«Fisicamente estou bem», disse. «É verdade que fumo muito, mas o moral está bom. Cinco meses algemado, três meses perante o Tribunal e eis como estou. Não, não estou em boa forma... A prisão causa um mau efeito em homens como eu... Porque é que não me libertaram? Compreendo que Goering queria a minha execução, e eu também teria feito o mesmo se fosse membro do governo alemão, mas continuar a manter um homem preso depois da absolvição, eis uma coisa que não compreendo. Protesto contra este processo e creio que também vai protestar a meu favor.»

Por um momento — acrescenta o correspondente — vi em Dimitrov o homem que tinha resistido aos juízes, aos advogados, às testemunhas... o homem que luta pela sua vida.»

«Quando for libertado, continua Dimitrov, não irei para a Rússia. Todavia a Rússia é a pátria de todos os revolucionários. Apesar de tudo não perdi a minha nacionalidade búlgara e queria ir para o meu país. Escrevi uma carta ao primeiro-ministro búlgaro, Muchanov, mas não duvido que dará ordem para me prenderem na fronteira...»

À pergunta do jornalista se não iria para a América rodar filmes, Dimitrov respondeu sorrindo: «É claro que não. Conti-

nuarei a lutar pelos meus ideais comunistas. Sou comunista, um verdadeiro comunista e sê-lo-ei sempre.»

Traduzido do texto de:
J. Dimitrov, *Obras*, t. IX.
Edições do P. C. B.
1960, pp. 353-354

SENHOR DOUTOR FRICK, MINISTRO DO INTERIOR

Berlim, 7 de Fevereiro de 1934

Já passou um mês e meio sobre a publicação da sentença de absolvição que encerrou o processo do incêndio do Reichstag, mas nós, os três búlgaros absolvidos, continuamos na prisão, fechados nas celas subterrâneas insalubres, sem luz, quase hermeticamente isolados do mundo exterior. Dir-se-ia que nos enterraram vivos.

Proibiram-me, por exemplo, de receber não só os jornais estrangeiros, como também os jornais governamentais búlgaros, os jornais que se publicam no meu país.

A minha mãe e a minha irmã, durante a sua visita à prisão, não foram autorizadas a informar-me da situação e dos acontecimentos na Bulgária.

Até ao presente não tenho conhecimento da explicação oficial sobre as razões da minha prisão.

Os telegramas e as cartas que envio ficam sem resposta.

A julgar pelas alusões feitas por vários funcionários, há várias explicações possíveis, nomeadamente:

1. A nossa detenção continua porque as nossas pessoas representam um perigo político para o governo.
2. Continuam a manter-nos presos por motivos relacionados com a nossa segurança.
3. Ainda continuamos presos porque as necessárias conversações com os países estrangeiros sobre a nossa transferência ainda não teriam terminado.

A primeira explicação não pode ser tomada a sério. Um

governo que se sinta forte não correrá nenhum risco pelo facto de libertar e expulsar três emigrantes políticos búlgaros.

A segunda explicação não tem fundamento, porque não se pode admitir que um nacional-socialista seja capaz de cometer por vontade própria uma agressão contra um comunista estrangeiro inocente.

A terceira explicação é desmentida pelo simples facto de a Polónia, como já se constatou, estar disposta a conceder-nos um visto de trânsito, enquanto a União Soviética está disposta a receber-nos como emigrantes políticos.

Se, apesar de tudo, prolongarem a nossa detenção, achamos que isso só se pode explicar pelo facto de se pretenderem os seguintes resultados: reduzirem-nos progressivamente ao estado de inválidos do ponto de vista físico e moral ou liquidarem-nos no momento «oportuno», recorrendo a elementos «irresponsáveis».

Considero que esta solução não teria nenhum interesse político para o governo e, por esse motivo, todos os dias espero que se ponha fim ao nosso caso, transferindo-nos imediatamente para a União Soviética ou para outro país vizinho.

No caso de, por infelicidade, isso não suceder, resta-me recorrer ao único meio de defesa dos presos inocentes — a greve da fome. Declaro-o abertamente e não como ameaça, uma vez que esta opção me é imposta. A minha saúde e as minhas reservas de saúde estão muito próximas do esgotamento. Mais vale um fim terrível do que um terror sem fim!

Já há onze meses que estou nesta horrível prisão.

Respeitosamente
J. Dimitrov

Traduzido do texto de:
J. Dimitrov, *Obras,* t. IX.
Edições do P. C. B.
1960, pp. 355-357.

ENTREVISTA COM OS REPRESENTANTES DA IMPRENSA SOVIÉTICA E ESTRANGEIRA (29)

A entrevista concedida aos representantes da imprensa soviética e estrangeira por Dimitrov teve lugar no dia 27 de Fevereiro à noite perante uma assistência de 100 correspondentes de jornais e de agências soviéticas e estrangeiras.

O camarada Dimitrov contou como é que se deu a sua libertação. «Estamos um pouco descansados» — explicou. Hoje às cinco horas da manhã, funcionários da polícia secreta do Estado da Prússia acordaram-nos de repente ordenando-nos: «Levantem-se e façam os sacos!» Nenhuma explicação sobre os motivos. No último momento dizem-nos que nos expulsavam da Alemanha e que ainda hoje nos transportariam de avião até à fronteira russa.

O nosso pedido de que um representante da Legação soviética fosse convidado para assistir não obteve resultados. Segundo supomos, a nossa Legação, a Legação soviética não devia ter sido informada dessa expulsão no fundo muito jubilosa. As instruções provenientes de Berlim fizeram-me crer que a Legação soviética não tinha sido posta ao corrente pelo facto de ainda hoje nos fazerem transportar de avião de Berlim directamente a Moscovo.

As nossas primeiras palavras são para exprimir a nossa infinita gratidão para com o proletariado internacional, para com as numerosas camadas de trabalhadores de todos os países, para com os intelectuais honestos que lutaram pela nossa libertação. Naturalmente, a nossa gratidão vai antes de mais para o proletariado, para os operários e os camponeses da União Soviética, do nosso Estado socialista. Posso declarar com profunda convicção que não estaríamos hoje livres em Moscovo, se não existisse o campo, a mobilização internacional contra o fascismo alemão. Os fascistas quiseram

mesmo reter-nos no último momento, para se poderem vingar em nós, destruir-nos, física e moralmente sob vários pretextos. A grande derrota do processo do incêndio do Reichstag, devia ser compensada pela vingança sobre nós exercida.

Infelizmente, tanto eu como os meus camaradas só muito tarde soubemos dessa campanha no estrangeiro, em todo o mundo. Estávamos isolados, não recebíamos nenhuma informação dos nossos amigos, nem sequer dos nossos familiares que não nos podiam mandar nada. O nosso isolamento foi muito rigoroso. Só agora, depois de aqui estarmos há umas horas, é que as conversas com os camaradas nos revelaram muito do que se passou à nossa volta. Na minha profunda convicção, esta campanha constituía um meio para salvar centenas e milhares de operários revolucionários. Não só se salvaram os quatro acusados, nós, os três búlgaros, e Torgler, mas também centenas e milhares de camaradas com postos de responsabilidade que tinham sido indicados para serem destruídos, como o próprio Goering declarou publicamente durante o seu depoimento. Esta campanha tirou aos fascistas a possibilidade de organizar uma nova provocação, que teria sido utilizada para a exterminação dos quatro dirigentes do proletariado revolucionário alemão.

Creio que os camaradas e os nossos amigos no estrangeiro não são capazes de medir o exacto alcance da campanha internacional, tal como nós não pudemos apreciar a importância dessa campanha no que respeita à nossa libertação.

É necessário que vos diga em seguida aquilo que declarei muitas vezes como acusado e que hoje, 27 de Fevereiro, dia do aniversário do incêndio do Reichstag, deve ressoar em todo o mundo, a saber, que *o incêndio do Reichstag foi obra do fascismo alemão* que utilizou o infeliz Van der Lubbe como um simples instrumento. Os verdadeiros organizadores ocupam sem dúvida alguma lugares no governo alemão. Estes factos, esta verdade não se tornaram evidentes apenas no estrangeiro. Penso que na própria Alemanha, essa imensa prisão com aspectos múltiplos, a grande massa e mesmo aqueles que antes tinham acreditado que os comunistas tinham incendiado o Reichstag, já não acreditam nisso. Pelo contrário, e disponho de muitas indicações nesse sentido, um número apreciável de nacionais-socialistas sabem e estão mesmo con-

vencidos de que o incêndio do Reichstag foi obra dos dirigentes nacionais-socialistas e consideram este facto como a vergonha do Partido Nacional-Socialista.

O processo deveria ter constituído um meio de reabilitação para os verdadeiros incendiários do Reichstag. Como estes não podiam ser chamados a Tribunal, outras pessoas deviam substituí-los, pessoas presas ao acaso, «incendiários-ersatz». Foi Torgler e fomos nós, os comunistas búlgaros. Estou convencido de que, se os dirigentes da Alemanha tivessem sabido mais cedo que o processo teria semelhante desenlace, decerto não nos teriam metido a nós, búlgaros, neste caso. Prepararam um cozinhado cujo sabor se tornou desagradável. Foi o que disse uma vez ao meu acusador, Dr. Werner. Fomos absolvidos não por estarmos inocentes, mas sim porque, devido à campanha internacional, à mobilização das forças no estrangeiro, às denúncias feitas perante o próprio Tribunal, não podia ser de outro modo. O «Tribunal» fascista não pode condenar-nos. O próprio desenrolar do processo tinha feito com que se excluísse essa possibilidade.

Absolvidos, mas não libertados! Absolvidos, mas deixados na prisão. Fomos arrastados de prisão em prisão, tornando-se o regime penitenciário progressivamente mais duro. Nos primeiros dias de Fevereiro fomos transferidos para Berlim, para a prisão da polícia secreta do Estado da Prússia. Que prisão horrível! Desejo que os carrascos fascistas do proletariado alemão sejam encerrados nas células daquelas *catacumbas*... Trata-se da pequena secção dos casos especiais onde se praticava um regime excepcional em relação aos comunistas — presos políticos. Comparada com esta secção, até mesmo Moabit teria o aspecto de um sanatório, de um paraíso. As células são subterrâneas e o Sol não entra nelas. Verdadeiras cavidades, são muito húmidas. Estou convencido de que quem nelas fosse encerrado durante meses só dali sairia como cadáver vivo, inválido para o resto da vida.

O fim que se pretendia atingir, não era para nós um segredo. Se alguém de fraca constituição nelas fosse encerrado, passados alguns dias ou semanas, seria obrigado a capitular senão os fascistas liquidavam-no. É um local, e a nossa transferência de hoje provou-o, de onde se pode fazer sair os detidos para os levar para outro local ou, quando isso parecer

oportuno, para os «liquidar», sem que ninguém disso se aperceba.

Por vezes, mas muito raramente, recebíamos a visita de correspondentes estrangeiros. Pensava que isso era devido à retumbante campanha no estrangeiro. Os jornalistas informavam-se sobre a nossa saúde, perguntavam-nos como é que nos tratavam e, ultimamente, queriam saber se o regime que nos aplicavam era humano. «Foram torturados ou espancados»?, perguntou uma vez o correspondente da agência Reuter. É preciso que se diga a este propósito que, de modo geral, nos tratavam humanamente por causa da pressão exercida pela campanha internacional. Mas na prisão exercia-se *um refinado sistema de torturas morais.* Quero sublinhar que de um modo geral os funcionários da polícia e dos destacamentos de choque se comportavam para connosco humanamente, enquanto que especialmente os médicos da Gestapo na prisão eram os que se mostravam brutais e incorrectos para connosco. Nas duas últimas semanas, os médicos vinham uns atrás dos outros. Em primeiro lugar veio um médico com o uniforme dos destacamentos de choque e em seguida fomos visitados por dois outros dois médicos à civil. Mas nenhum deles nos quis examinar e isto mesmo quando Popov sofria de muitas dores no estômago. Um desses médicos disse que ia examinar Popov, mas também ele se foi embora sem fazer nada, sequer receitou medicamentos. Chamei a atenção de um dos médicos para o facto de esse comportamento ser inexplicável e incompreensível, tanto mais que éramos inocentes já absolvidos pela suprema jurisdição na Alemanha. Como única resposta o médico começou a rir-se maldosamente e foi-se embora. Por isso fomos privados de exames e de cuidados médicos.

Devo mencionar aqui a diferença que existia entre o regime em Moabit, onde se desenrolou a instrução, e o aplicado em Leipzig onde os médicos, devo sublinhar este facto, não eram brutais e descuidados e não se comportavam como inimigos. Os médicos do primeiro tipo trabalham nas prisões parecidas com a antiga prisão militar de Tempelhof onde foram encerradas centenas de comunistas e de outros presos políticos. Se esses médicos nos trataram daquela maneira, faço ideia de como teriam tratado os outros comunistas, os comunistas alemães, doentes e moribundos.

Estamos felizes por termos vindo para a nossa pátria. Saímos hoje de manhã da Alemanha, só odiamos o fascismo, em relação ao proletariado alemão, aos operários revolucionários alemães, aos comunistas alemães sentimos uma grande, uma profunda simpatia proletária. Por causa do nosso isolamento, não pudemos tomar conhecimento de como é que estes operários suportavam as perseguições, de como é que lutavam contra o fascismo. No entanto, sentimos, cem vezes, mil vezes, quer perante o Tribunal, quer fora deste e até mesmo na prisão, que o grande Partido Comunista Alemão apesar dos golpes muito duros sofridos, se mantinha unido no seu posto. Este facto tornava-se perceptível através dos comportamentos e dos depoimentos das testemunhas, que tinham passado oito ou dez meses num campo de concentração. Que fidelidade ao Partido, que abnegação pela causa do comunismo, pela causa do proletariado alemão e que comportamento digno perante o Tribunal! Não se diria o mesmo das testemunhas nacionais-socialistas, por exemplo do deputado nacional-socialista Karwahne, de Grothas e dos outros provocadores e ladrões. As testemunhas comunistas mostravam-se verdadeiros, poderosos combatentes proletários comportando-se como revolucionários. Tanto durante o processo, quando éramos acusados, como depois do processo, por toda a parte onde nos encontrávamos na prisão ou quando passávamos escoltados, chegavam até nós expressões de profunda simpatia. Mesmo entre os membros das organizações de base do Partido Nacional-Socialista, são muitos os que estão convencidos de que o incêndio foi provocado pelos dirigentes fascistas. No momento de abandonar a Alemanha, a nossa indignação e o nosso ódio eram acompanhados por uma profunda simpatia e gratidão para com o proletariado alemão que tinha lutado pela nossa libertação. Ainda estão encerradas nas prisões e nos campos de concentração na Alemanha, centenas e milhares de pessoas. Já se iniciaram centenas de processos, são pronunciadas penas capitais e seguem-se as execuções, enquanto uma série de outros processos estão prestes a serem iniciados.

A luta contra o fascismo alemão e a favor da libertação dos antifascistas encarcerados deve continuar, para que se

salvem centenas de milhares de operários revolucionários, de combatentes.

Vendido e traído pela maldita burocracia dos sociais-democratas e dos sindicatos, o proletariado alemão sente a cada passo a necessidade de um auxílio internacional para a sua luta.

Não creio ter cometido um erro quando, no momento das despedidas em Koenigsberg, respondi ao representante da polícia secreta que me pedia para ser objectivo quando estivesse no estrangeiro. (Uma voz: «Como se chamava esse funcionário?» Dimitrov: «O conselheiro da polícia criminal Heller». Uma voz: «Um antigo social-democrata?» Dimitrov: «Sim»)... Respondi: É claro que serei objectivo. Após o que acrescentei que esperava voltar à Alemanha, mas na qualidade de convidado do governo soviético alemão.

A pedido da assistência, Dimitrov que até aqui tinha falado em alemão, começou a fazê-lo em russo. Os representantes da Imprensa burguesa fizeram-lhe uma série de perguntas: «Que pensa de Goering?»

«Não creio, disse Dimitrov, que deva acrescentar seja o que for à opinião que já exprimi durante o nosso encontro no Tribunal.»

«O que é que vai fazer aqui?», perguntaram a Dimitrov que respondeu:

«O que é que vou fazer aqui? — mas é claríssimo! Sou um soldado da revolução proletária, um soldado da Internacional Comunista. Também o fui perante o Tribunal. Aqui apenas cumprirei as minhas obrigações de soldado da revolução proletária e isto até ao derradeiro minuto da minha vida.»

Tendo o representante do *New York Times* pedido a Dimitrov para expor resumidamente a sua opinião sobre o processo, Dimitrov respondeu: «O processo, tal como o incêndio do Reichstag, foi uma provocação. Com este processo, os fascistas quiseram esconder os verdadeiros incendiários, lançando para cima de outros a responsabilidade do incêndio. Mas, de acordo com as leis da dialéctica, com as leis da luta de classes, este processo desenrolou-se sob o seu aspecto oposto. De facto, o processo anticomunista transformou-se numa vergonhosa derrota do fascismo. Ao incendiarem o Reichstag, os fascistas quiseram fazer crer ao povo alemão que os incendiários tinham sido os comunistas. Contudo, o processo provou o contrário.»

Um representante da imprensa comunista alemã fez a Dimitrov a seguinte pergunta: «Quando estava preso, teve conhecimento de que o chefe do Partido Comunista Alemão tinha sido transferido para a prisão da polícia secreta do Estado?» Dimitrov: «Tive, mas sem detalhes.»

À pergunta, se tinha conseguido saber na prisão que os camaradas *Sheer, Schoenhaar* e muitos outros tinham sido mortos *Dimitrov* respondeu: «Infelizmente, só hoje soube. Anteriormente não sabíamos nada.»

A pergunta seguinte foi feita pelo representante da imprensa comunista alemã: «A imprensa burguesa publicou uma foto em que o mostra a si, a Tanev e a Popov numa cela da prisão da polícia secreta do Estado. Tem na mão um grande charuto. Essa foto foi divulgada com o fim de mostrar que os absolvidos do processo de Leipzig tinham uma vida deliciosa na prisão. Que sabe a respeito dessa foto? Conhece-a?»

É claro que conhecemos essa foto. Protestámos, por causa dessa história. Um correspondente americano, um suposto representante do *New York Times* veio visitar-nos. Digo «suposto» porque esse homem falava alemão muito bem e parecia um alemão. Disse-nos que queria tirar uma fotografia. Depois de a princípio termos hesitado, cometemos o erro de o autorizar a fazê-la. Consentimos por julgarmos que a foto e a nossa declaração, o nosso protesto contra a nossa detenção após a absolvição, em suma contra toda esta história inaudita, seriam publicadas ao mesmo tempo. É claro que foi um erro. Ao publicar a foto, o *Voelkischer Beobachter* escreveu que tinha mandado um correspondente americano tirar a fotografia, a qual serviria para provar que o nosso estado era satisfatório. Mas isso passou-se não na prisão da polícia secreta do Estado, mas sim em Leipzig. No mesmo dia o nosso suposto defensor oficial veio visitar-nos. «Interessava-se» por saber como é que passávamos. Perguntou-nos: «Têm comida?» «Sim.» «Jogam xadrez?» «Sim.»! De facto, tínhamos jogado xadrez há um ou dois dias. O nosso defensor oficial disse-nos em seguida que a Secretaria da informação alemã tinha declarado aos jornais alemães e estrangeiros que estávamos em perfeito estado de saúde e submetidos a um regime maravilhoso. Protestámos por causa da foto e contra esta fraude.

Determinados correspondentes burgueses perguntaram a Dimitrov: «Como é que Goering pode declarar que o destruiria e, no entanto, não fez nada?»

Dimitrov encolheu os ombros: «Nem tudo se passa de acordo com os nossos desejos. Goering exprimiu um dos mais secretos desejos das sumidades fascistas, sem no entanto ter tido em conta a existência do proletariado internacional, nem a de Moscovo. Acabámos por conhecer bem os nossos juízes. Como nem todos eram arianos puros no duplo ponto de vista político e racial, esses juízes deviam solucionar o problema do seguinte modo: manter o cordeiro intacto enquanto saceavam o lobo. Ora, nem mesmo o sábio Salomão conseguiu obter semelhante solução. Eis os motivos por que os nossos juízes redigiram a sua sentença de modo tão pouco satisfatória. Contudo, foram obrigados a absolver-nos. Aliás não podia ser de outro modo. A nossa condenação teria significado a condenação do fascismo. Os cordeiros ficaram intactos, mas por quanto tempo, compete aos médicos dizê-lo amanhã. No entanto, os lobos não ficaram saceados, porque foram obrigados a absolver-nos. Deste modo, sucede que, tal como Goering e Hitler, não estamos satisfeitos com o processo.»

Detendo-se uma vez mais no tema do processo, Dimitrov declarou que os acusados tinham sido privados de uma defesa jurídica efectiva. «Em virtude das leis alemãs, tínhamos o direito de escolher os nossos defensores. Ora, impuseram-nos defensores de ofício. Se tivesse confiado a minha defesa a semelhante defensor, estaria hoje politicamente morto. Um tal defensor ter-me-ia comprometido e destruído politicamente.»

A pedido dos correspondentes estrangeiros, Dimitrov descreveu detalhadamente *as condições* durante *a instrução.*

«Durante o processo, achávamo-nos isolados uns dos outros. Quase no fim do período da audição das testemunhas e dos peritos, insisti junto do presidente para nos fornecer uma explicação sobre o nosso isolamento. Disse-lhe que não consentia nessa medida e, presentemente, depois do encerramento da audição das testemunhas e dos peritos, insistia em encontrar os meus camaradas. Mesmo depois do processo, estivemos isolados. Só no dia 16 ou 17 nos juntaram numa mesma cela.

Depois da nossa transferência para Berlim, no início ainda estivemos isolados durante alguns dias. Apesar da nossa inocência, os fascistas tinham-nos metido neste processo e, mesmo depois da nossa absolvição, mantinham-nos encarcerados. *Antes do processo, durante cinco meses, estávamos algemados dia e noite.* Ninguém, a não ser que o tenha experimentado, pode fazer ideia do que isso significa. Durante cinco meses a fio, dia e noite, devíamos dormir assim; só nos libertavam as mãos durante um quarto de hora para podermos comer e vestir-nos. Durante cinco meses a fio, todas as noites as nossas mãos tinham aquelas malditas algemas. E depois de tudo isto, ousam afirmar que nos trataram humanamente, e que gozamos de perfeita saúde. Durante todo esse período não conseguimos dormir bem uma única noite. Acordava vinte, trinta, cinquenta vezes durante uma mesma noite, por causa das dores. E tudo isto dependia daquele funcionário da polícia. A cada contracção das algemas sentíamos dores enormes. Eu e os meus camaradas vimo-nos obrigados a escrever ao Tribunal bem como ao juiz de instrução, algemados. A propósito deste regime, queria expor o seguinte: O nosso camarada Tanev não sabia uma palavra de alemão. Encontrava-se, portanto numa situação muito mais difícil do que a nossa. Os seus nervos estavam em estado que tentou suicidar-se. Felizmente, não o conseguiu. Mas aquelas algemas, aquele terror moral durante meses a fio, podiam muito bem acarretar semelhantes consequências. Tanev também recebeu o acto de acusação, mas não compreendia uma única palavra. Decorreu uma semana assim. Pediu um tradutor. Este só foi nomeado pouco antes da abertura do processo. No entretanto, o tradutor só deu a conhecer a Tanev e a Popov determinadas partes do acto da acusação...»

A conversa animada foi interrompida devido a hora avançada e à fadiga de Dimitrov.

Traduzido do texto de:
J. Dimitrov, *Obras,* t. IX.
Edições do P. C. B.
1960, pp. 358-369.

VOLTAREMOS — A UMA ALEMANHA SOVIÉTICA!

DISCURSO PRONUNCIADO NA REUNIÃO SOLENE PARA CELEBRAR O 65.° ANIVERSÁRIO DA CAMARADA N. K. KRUPSKAIA ([30]) *NA ASSOCIAÇÃO DOS VELHOS BOLCHEVISTAS, NO DIA 28 DE FEVEREIRO DE 1934*

Camaradas, ainda há dois dias estava longe de suspeitar que, precisamente hoje, dia do 65.° aniversário da nossa querida camarada *Krupskaia,* ia ter a honra de a felicitar pessoalmente, aqui, no seio desta família de antigos combatentes e de pioneiros do movimento.

Estou imensamente feliz por poder exprimir pessoalmente essas felicitações, em meu nome e no dos meus camaradas de prisão fascista na Alemanha.

Lamento muito não vos poder dizer, neste momento, nada de importante. Gostaria, no entanto, de vos dizer algumas palavras. Ignoro como é que fui admitido como membro da *Associação dos Velhos Bolchevistas*: mereci-o? Porque é uma honra insigne. Um título de glória. No fundo, só no seio do nosso Partido bolchevista russo houve verdadeiros bolchevistas, velhos bolchevistas. Presos ou deportados, esses bolchevistas sofreram, durante muitos anos, com admirável firmeza, todo o horror do regime czarista. Estes velhos bolchevistas — esta velha guarda bolchevista do nosso grande Partido Comunista — já há decadas que edificaram, lado a lado com os pioneiros, os «Komsomols» e a juventude, o socialismo num sexto do globo.

Parece-me que nos louvaram e glorificaram muito na imprensa, aqui e no estrangeiro. Pessoalmente, naquelas catacumbas que é a prisão de Berlim, não fazia uma pequena ideia do que se passava à nossa volta. Penso, camaradas, que só tínhamos um único desejo: o de cumprir fielmente o nosso dever revolucionário proletário.

Estávamos na frente de combate entre o fascismo e o comunismo na Alemanha fascista e fomos capturados como prisioneiros de guerra, como prisioneiros da guerra civil. Perante o tribunal — num dos sectores dessa imensa frente de combate entre o proletariado e a burguesia, entre os fascistas e os comunistas, entre o capitalismo e a União Soviética — portanto, nesse sector da frente apenas cumpríamos o nosso dever: *combater*. E combatemos de acordo com as nossas forças. Penso que não é um mérito, mas um *dever* para todos os comunistas, sobretudo para aqueles que lutam para edificar o socialismo na União Soviética, combater a reacção fascista, aqueles que preparam e fomentam uma nova guerra mundial. E eu, como velho bolchevista, sinto que, apesar de tudo, só cumpri o meu dever de soldado da revolução.

Só desejo uma única coisa: que os nossos velhos bolchevistas vivam pelo menos até à abolição total do capitalismo em todo o mundo. Estava e continuo persuadido de que se viver ainda uns vinte anos, será o suficiente para ver a revolução proletária vitoriosa na Europa. Foi com essa convicção que ontem me despedi, em Konigsberg, dos representantes do governo fascista, a quem disse: Espero regressar à Alemanha, mas dessa vez *como convidado da Alemanha Soviética*.

Quase se torna desnecessário exprimir uma vez mais a nossa gratidão. Mas o meu coração e o dos meus camaradas transborda de reconhecimento, de gratidão para com milhões de proletários de todos os países e acima de tudo para com o proletariado da União Soviética.

A solidariedade, o afecto, a assistência que, como raios de sol através das paredes dos cárceres fascistas, chegavam até nós, ajudaram-nos a suportar mais facilmente todos os sofrimentos e todas as torturas.

Nos momentos mais penosos, na prisão e perante o tribunal fascista, tinha presente no espírito que, apesar de tudo, há no mundo uma cidade que se chama Moscovo — a capital

de um grande país, do país da revolução proletária, do país da ditadura do proletariado! E quando nos declararam, na prisão, que o governo soviético nos admitia e que já éramos cidadãos soviéticos, dissemos: Finalmente, acabou-se! Hoje, amanhã, dentro de um mês ou dois, pouco importa, é o fim das premeditações do governo fascista e de Goering em pessoa para connosco. Podem sabotar a nossa libertação, podem prolongar a detenção, mas a partir do momento em que a União Soviética, em que Moscovo nos apoia, é impossível que nós, os comunistas, sejamos destruídos! Impossível!

A situação internacional e o vigor moral da União Soviética, o entusiasmo, a solicitude em a defender, toda essa mobilização espiritual, organizativa, cultural e política, que se realiza sob a direcção do Partido Comunista Bolchevista, actua e cai como um duche frio sob o génio fogoso dos fascistas. Essas personagens fascistas à maneira de Cervantes, esses chefes de bando criminosos, preparam uma guerra contra a União Soviética. Mas o poder, a capacidade revolucionária da União Soviética aumenta. Vejo, sinto as grandes alterações que se deram durante estes dois anos em que não vim a Moscovo; vejo como as forças revolucionárias aumentam nos outros países, como aumentam na própria Alemanha fascista.

Foi com razão que um dos nossos antigos pioneiros assinalou aqui que torcíamos o pescoço aos nossos inimigos, aos inimigos do comunismo. Esforçar-nos-emos por o fazer com as nossas próprias forças, esforçar-nos-emos, tal como o disse o camarada Krjijanovski, por ainda viver muito tempo, até ao triunfo definitivo da edificação socialista, até à vitória da frente da luta de classes nos outros países, pela grande causa, ***até à vitória definitiva da revolução proletária mundial!***

Traduzido do texto de:
J. Dimitrov, *Obras*, t. IX.
Edições do P. C. B.
1960, pp. 370-373.

CARTA AOS OPERÁRIOS AUSTRÍACOS

I

Tenho diante de mim uma carta de 17 de Dezembro de 1933, que só a 15 de Janeiro de 1934 recebi na prisão de Leipzig. Trata-se de uma carta de um grupo de operários do Karl Marx-Hof que, actualmente, depois dos acontecimentos de Fevereiro, adquiriu uma notoriedade mundial. Eis o conteúdo da carta.

Karl Marx-Hof

Viena, 7 de Dezembro de 1933

Caro camarada Dimitrov.

Em nome de um grande número de entre nós, enviamos-te as nossas mais *calorosas* saudações. Milhões de homens escutam as tuas palavras cheias de audácia. Com elas, dás novas forças a milhões de seres. A tua luta não terá sido vã; ela também é a nossa. O grande exército do proletariado mantém-se, unido, por detrás de ti.

Pedimos-te, camarada, que nos escrevas algumas linhas.

Saudações proletárias e liberdade!
(Segue-se uma série de assinaturas.)

No próprio dia em que a carta me chegou às mãos, tentei enviar, apesar da severa censura da polícia, a breve resposta que se segue:

«Recebi hoje a vossa carta amiga de 7 de Dezembro do ano passado e li-a com uma grande alegria e gratidão. Quando à minha atitude perante o tribunal, apenas me esforcei por cumprir o meu dever proletário e por me manter até ao fim fiel à minha classe cheia de heroísmo.

Saudações fraternas de um combatente.»

Ignoro se mesmo esta breve resposta conseguiu chegar ao destino. Nas caves da polícia secreta de Goering em Berlim, quando soube pelos jornais fascistas alemães da heróica luta dos operários austríacos, relia muitas vezes esta carta. Acompanhei com a maior emoção o desenvolvimento dos acontecimentos e a passagem à luta armada entre o proletariado austríaco e o fascismo. O vosso heroísmo proletário encheu-me de uma indescritível alegria e foi com um ódio profundo que tive conhecimento da política de traição da direcção social-democrata.

Depois da minha chegada à União Soviética, ainda doente por causa do regime penitenciário e da tensão durante o processo, esforcei-me, em primeiro lugar, por me pôr ao corrente dos acontecimentos na Áustria e dos ensinamentos históricos que deles devemos tirar não só para os operários austríacos, como também para os operários de todos os países capitalistas.

Gostaria agora de partilhar as minhas impressões e trocar algumas ideias sobre os acontecimentos na Áustria com os camaradas que me escreveram, bem como com todos os combatentes austríacos a favor da causa do proletariado.

Ignoro quais são, de entre os autores da carta, aqueles que ainda estão vivos. Mas todos os comunistas estão hoje ligados por laços indissolúveis àqueles que continuam vivos, bem como aos combatentes austríacos que caíram durante a luta pela causa comum da classe operária.

Hoje, quando a reacção austríaca festeja a sua sangrenta vitória sobre a classe operária, nós os comunistas, sentimos os operários que lutaram e que continuam a combater, ainda mais próximos de nós. Milhares de operários massacrados, milhares de feridos e de prisioneiros, um terror desenfreado em todo o país, um regime penitenciário para o proletariado,

que só pode ser comparado ao regime fascista na Alemanha — eis o balanço da obra de carrascos do governo de Dollfuss [31].

A burguesia entrança coroas de louros para os vários Dollfuss e Frey que deram ordem para que se disparassem os morteiros contra os operários, as suas mulheres e os seus filhos.

O núncio apostólico abençoa esses carrascos. Ao mesmo tempo, os cobardes dirigentes da social-democracia queriam inculcar no espírito dos operários que não deviam ter pegado em armas, que o proletariado tinha cometido um erro ao enfrentar, de armas na mão, o ataque geral e brutal do fascismo que não só ameaçava varrer as conquistas económicas e políticas de cerca de 50 anos de luta da classe operária austríaca, como a sua própria existência.

Acaso teria uma capitulação sem luta salvo o proletariado austríaco da reacção? Decerto que não. Isso teria tornado a reacção ainda mais audaciosa, ainda mais segura de si.

O proletariado austríaco queria manter-se fiel a si próprio enquanto classe. E tinha razão. Não queria resignar-se humildemente, sem combate, às torturas que couberam em sorte à classe operária alemã traída pela social-democracia. A luta armada do proletariado austríaco era um aviso claro não só para a burguesia austríaca, como também para a de todos os países. Mostrou que o proletariado nunca aceitaria o domínio do fascismo.

Não, não foi a luta armada da classe operária austríaca que foi um erro. O erro consistia no facto de não ter organizado essa luta e de não a ter levado a cabo de uma maneira revolucionária, à semelhança dos bolchevistas.

A principal fraqueza das lutas dos operários austríacos em Fevereiro consistia no facto de, em consequência da nefasta influência da social-democracia, não terem compreendido que não bastava defenderem-se contra o ataque do fascismo, mas que deviam transformar a sua resistência armada em luta para derrubar a burguesia e para a tomada do poder pelo proletariado. A resistência armada do proletariado austríaco contra o fascismo não se transformou numa verdadeira insurreição armada. Foi este o principal erro.

A reacção na Áustria venceu. Mas é uma vitória temporária. Contém, desde já, os elementos da futura derrota da burguesia. O que actualmente importa para os operários austríacos é não desesperar, não perder a confiança nas forças da sua classe, mas, ao contrário, saber tirar os ensinamentos da luta de Fevereiro — todos os ensinamentos políticos e organizacionais, em primeiro lugar em relação à social-democracia.

Pensem, camaradas, no ano de 1905 na Rússia. O czarismo tinha então esmagado a heróica insurreição dos operários russos. Mas alguém ignora que foi precisamente essa insurreição que foi a premissa histórica do triunfo de Outubro de 1917? Em 1923, a Insurreição de Setembro do proletariado búlgaro foi esmagada. Mas assim como, em 1905, o proletariado russo sob a direcção de Lénine conseguiu extrair da sua insurreição todos os ensinamentos necessários e dela retirar fé na sua causa, assim também, os operários búlgaros, com o Partido Comunista à cabeça e sob a direcção da Internacional Comunista, temperaram ainda mais as suas forças e reforçaram o seu Partido depois da sangrenta repressão da insurreição e, levam actualmente a cabo uma luta sem tréguas contra o fascismo búlgaro. Graças à experiência adquirida por ocasião da Insurreição de Setembro, o proletariado búlgaro apercebeu-se das origens da sua fraqueza e da justeza da teoria e da prática do bolchevismo. O proletariado búlgaro e o seu Partido, forçado à clandestinidade, fizeram da doutrina do bolchevismo o sólido fundamento da sua actividade e da sua luta e, deste modo, transformaram a derrota da Insurreição de Setembro em premissa do desenvolvimento vitorioso do movimento revolucionário proletário na Bulgária. Actualmente, até os inimigos da classe são obrigados a reconhecer que o proletariado búlgaro e o seu Partido se tornaram muito mais poderosos do que o eram antes da Insurreição de Setembro de 1923.

É necessário que os operários austríacos tirem destes exemplos históricos todos os ensinamentos. Tal como em 1905 na Rússia, em 1923 na Bulgária, assim também actualmente na Áustria, o abismo insuperável que, com o sangrento esmagamento de trabalhadores em luta, se criou entre o proletariado e a burguesia, é já uma das premissas do triunfo próximo do proletariado.

II

Otto Bauer ([32]) fala de uma catástrofe na Áustria. Sim, houve uma catástrofe. Mas é uma catástrofe de toda a II Internacional, das suas teorias, da sua política e da sua táctica, uma falência total da teoria social-democrata da mutação pacífica, sem dor, do capitalismo em socialismo, seguindo a via da democracia parlamentar burguesa, uma falência da política reformista, que tentou remendar o capitalismo em derrocada, a falência de uma táctica que visava evitar a revolução proletária.

É já uma segunda catástrofe depois da do Partido Social-Democrata Alemão. Os Partidos sociais-democratas dos outros países capitalistas também avançam para uma catástrofe. É em vão que Otto Bauer cita a Alemanha, para mostrar a inevitabilidade da tomada do poder pelo fascismo, na Alemanha onde — segundo ele — nem o poderoso Partido Social-Democrata, nem o grande Partido Comunista conseguiram opor resistência à tomada do poder por Hitler. Mas o Partido Social-Democrata Alemão não levou a cabo, durante muito tempo, com o auxílio dos seus Severings, dos seus Zorgiebel, dos seus Gresinsky uma luta sanguinária, contra a frente antifascista formada sob a direcção do Partido Comunista? Não sabotou, por várias vezes, a propostas do Partido Comunista Alemão para a criação de uma frente única contra o fascismo, dentre elas, também a proposta de uma frente única em Janeiro de 1933? Não rejeitou a proposta do Partido Comunista Alemão para a declaração de uma greve geral imediata e não impediu a acção comum dos operários comunistas e sociais-democratas contra o fascismo? Se o Partido Social-Democrata Alemão não tivesse agido deste modo, o proletariado alemão teria decerto conseguido impedir a tomada do poder pelos fascistas, e o povo alemão não se teria tornado vítima da sanguinária orgia do fascismo. Infelizmente, o Partido Comunista Alemão não era então suficientemente forte para vencer a sabotagem e a traição do Partido Social-Democrata Alemão e para orientar os operários alemães para uma luta armada aberta contra os bandos de Hitler. É evidente que na Alemanha, como agora na Áustria, cabe à

social-democracia toda a responsabilidade da vitória do fascismo.

À luz da edificação vitoriosa do socialismo na União Soviética, os acontecimentos da Áustria e da Alemanha significam uma experiência, empreendida com base na experiência adquirida por milhões de homens, sobre as duas vias para o socialismo: por um lado, a via do Partido de Lénine, a via da Internacional Comunista e, por outro, a via da social-democracia austríaca e alemã, a da II Internacional. A primeira via, a da revolução proletária, já levou na União Soviética a classe operária e, sob a sua influência, também as grandes massas do campesinato, ao socialismo. A segunda, a via do compromisso com a burguesia conduziu, como claramente o demonstraram os acontecimentos na Itália ([33]), na Alemanha ([34]) e na Áustria à vitória da contra-revolução, ao triunfo do fascismo.

A União Soviética continua a ser, rochedo sólido, a obra grandiosa dos bolchevistas: a burguesia e os grandes proprietários fundiários foram destruídos e nela foi edificado o poder da classe operária; nela se formou, com o auxílio do exército vermelho dos operários e dos camponeses um poderoso Estado proletário; nela nasceu um novo sistema económico socialista; nela foram ultrapassados o desemprego e a pauperização do campesinato; o nível de vida material e cultural das massas trabalhadoras das cidades e dos campos melhora constantemente. Em contrapartida, na Áustria e na Alemanha não ficou um traço do «socialismo democrático». Nesses países, vemos no poder os Dollfuss e os Frey, os Hitler e os Goering; neles, a classe operária viu-se espoliada de todos os seus direitos; as armas estão nas mãos da burguesia; nelas as câmaras municipais estão ocupadas pela Heimwehr; as habitações operárias da Câmara Municipal vienense, que a social-democracia apontava como símbolos da «transição pacífica para o socialismo» foram parcialmente destruídas pelos canhões, e foram expropriadas ao proletariado austríaco.

Ora, em 1918, camaradas, tudo isso estava nas vossas mãos. As armas estavam nas vossas mãos; estavam em vias de criar os vossos conselhos de operários e de soldados. Estavam cercados por duas repúblicas soviéticas, a Hungria e a Baviera. A burguesia tinha perdido a cabeça: receava que

procedessem para com ela como os operários russos para com a sua burguesia em 1917. Receava que vocês confiscassem as suas casas e as suas moradias para os operários; todavia hoje é *ela* que aponta o canhões contra as vossas casas operárias e que distribui as vossas habitações pelos assassinos das vossas mulheres e dos vossos filhos. Esperava que *vocês* dissolvessem e proibissem todos os seus Partidos políticos, contudo hoje *é ela* que proíbe as vossas organizações. Contava que *vocês* proibissem toda a imprensa burguesa, contudo hoje *é ela* que proíbe a vossa. Esperava que metessem na prisão os Dollfuss, os Frey, os Stahrember e os outros carrascos da classe operária; hoje, contudo, é *ela* que lança na prisão os operários e executa os revolucionários.

Se, em 1918, o proletariado austríaco e alemão tivesse seguido a via dos bolchevistas russos, não haveria actualmente fascismo — nem na Áustria, nem na Alemanha, nem na Polónia, nem nos Balcãs. E não há dúvida de que não seria a burguesia, mas sim a classe operária que estaria há muito tempo senhora da situação na Europa.

Mas a social-democracia austríaca, com Fritz Adler ([35]) e Otto Bauer à cabeça, arrastou a classe operária para uma outra via. Fez uma aliança com a burguesia contra a revolução. Esforçou-se por intimidar os operários austríacos com as dificuldades da luta heróica dos operários e dos camponeses russos, prometeu ao proletariado o socialismo sem revolução, sem derramamento de sangue — só com boletins de voto e maquinações parlamentares. Não conduziu os operários à luta contra a burguesia, mas à paz social com esta, com base em pequenas concessões temporárias que, para a burguesia, eram apenas um meio de evitar a revolução. Infelizmente, camaradas, vocês não escutaram os comunistas, que tentavam convencer-vos de que aquela via era fatal. Durante anos vocês suportaram a traição da direcção do Partido Social-Democrata que, com a sua política de capitulação face à reacção, conduzia a classe operária de recuo em recuo, de derrota em derrota. Durante 15 anos, sob o olhar do Partido Social-Democrata, a reacção e o fascismo procederam, sem obstáculos, à organização sistemática das suas forças.

Por outro lado, era possível impedir esta organização das forças da reacção, podia-se barrar a passagem ao fascismo

austríaco? Não há dúvidas de que era possível. Mas só através da luta revolucionária. Recordai-vos, camaradas, do dia 15 de Junho de 1927, quando as massas desceram à rua em resposta à absolvição dos assassinos de Schattendorf. Isso constituía uma viragem na luta de classes e na relação de forças das classes na Áustria. Nessa ocasião, a burguesia adquiriu uma considerável superioridade sobre o proletariado e iniciou preparativos febris para o aparecimento da ditadura fascista na Áustria. Se o Partido Social-Democrata tivesse conservado, quanto mais não fosse, uma amostra da vontade de lutar, ter-lhe-ia sido fácil transformar o movimento de Julho de 1917 em revolução proletária ([36]). Mas, mesmo faltando-lhe a coragem para isso, teria sempre podido obter a derrota do fascismo: bastava que não retivesse os operários. Mas a social-democracia também enfraqueceu essa poderosa acção do proletariado austríaco contra o fascismo. Em 1927 devolveu as armas dos operários, do arsenal, assinou em 1928 o pacto de Huttenberg, que abriu aos fascistas as portas das fábricas; criou, nessa ocasião, a lei de Julius Deutsch sobre a disciplina no exército, lei que permitiu expurgar o exército de elementos proletários; deu a sua concordância para a reforma constitucional de 8 de Dezembro de 1929, que correspondia aos desejos da Heimwehr; foi ela que, em 1930, por intermédio do presidente da Câmara Seitz, autorizou as manifestações fascistas proibindo as dos comunistas.

A social-democracia não possuía depósitos de armas, não tinha a sua própria organização militar (o Shutzbund); não tinha por detrás de si dois terços da população vienense? Quase que monopolizava a influência sobre a classe operária na Áustria. Contudo os fascistas perpetravam impunemente, sob os seus olhos, assassinos de operários uns atrás dos outros e, de todas as vezes, a social-democracia recuava, ameaçando que depois do assassínio seguinte, obrigaria a burgesia, através da «força da classe operária organizada», a pôr fim ao terror. Mas os Dollfuss e os Frey, a Heimwehr, continuavam tranquilamente o seu trabalho — sabiam o valor daquelas declarações sociais-democratas. Não se manifesta o poder da classe operária recuando constantemente.

III

E contudo o proletariado austríaco ainda poderia ter vencido em Fevereiro de 1937, se vocês, os operários sociais-democratas se tivessem recusado a seguir a política dos chefes sociais-democratas, que, com a sua orientação de capituladores e de derrotistas enfraqueciam a luta desde o início, se vocês, com os comunistas, tivessem tomado nas vossas mãos a organização e a direcção da luta.

A luta armada não é um acto isolado da política geral do Partido. Um Partido que está constantemente a recuar, que, durante 15 anos, convida os operários a evitar a luta, não pode, de modo algum, transformar-se em 24 horas, politicamente e do ponto de vista da organização, para a luta armada.

Na sua brochura «A insurreição dos operários austríacos», Otto Bauer lamenta-se agora da falta de êxito da greve geral. Mas acaso a social-democracia preparou a greve geral? Muito pelo contrário: a direcção social-democrata esforçou-se naturalmente por rejeitar, face à burguesia, as responsabilidades da greve, declarando que os operários iam tomar por si próprios a iniciativa da greve, se um dos «quatro pontos» em questão fosse realizado (a outorga anticonstitucional da constituição fascista, a dissolução do Partido Social-Democrata, a dissolução dos sindicatos ou a sua transformação em Sindicatos enfeudados ao governo, a nomeação de um comissário do governo para Viena).

Os operários, sobre os quais o próprio Otto Bauer escreve na sua brochura, tinham carradas de razão: «Nas fábricas e nas secções do Partido multiplicaram-se as vozes dos impacientes, dos desejosos de combater, daqueles que se lançavam para a frente: «Não esperemos mais! Quando uma dessas quatro eventualidades se realizar, já não poderemos combater! Senão teremos a mesma sorte que os nossos camaradas na Alemanha.» (Otto Bauer, «A insurreição dos operários austríacos», p. 14.)

Hoje, o próprio Otto Bauer afirma que, durante as jornadas de Fevereiro, a direcção do Partido Social-Democrata se opunha à luta, mas já não consegui reter os operários e que estes começaram espontaneamente. Recordando a crise, Otto Bauer deseja justificar a traição dos funcionários dos caminhos de

ferro que fizeram com que a greve dos ferroviários falhasse e, ao fazê-lo, deram ao governo a possibilidade de transportar da província artilharia e tropas, enquanto os operários de Florisdorf vertiam o seu sangue.

Também se esforça por desculpar os funcionários sindicais da União dos Tipógrafos que, no dia 13 de Fevereiro, dia da luta armada, fizeram um apelo para que os tipógrafos acabassem com a greve e regressassem ao trabalho.

Na sua brochura, Otto Bauer conta, que os chefes sociais-democratas se deixaram prender só para não irem lutar com os operários. Os dirigentes que foram presos eram precisamente «aqueles que não tomaram parte nas lutas e que, na segunda-feira, tal como nos outros dias, se deixaram ficar nas secretarias dos sindicatos, na sua praça na municipalidade de Viena, nos seus gabinetes nas províncias, distritos e comunas» (p. 3).

Sim, foi realmente assim. É sempre assim que agem os traidores da classe operária. Mas o secretário da II Internacional, o chefe da social-democracia austríaca, Fritz Adler, em pessoa, que se mantinha afastado e que, enquanto os operários lutavam de armas na mão, declarou que não podia tomar parte no seu combate, porque estava ocupado com «assuntos correntes», não é muito melhor do que esses cobardes desertores, que se intitulam dirigentes sindicais.

Camaradas, acaso se pode combater com esses desertores? São pessoas que, ainda antes da luta ter começado, já estão a gritar que vão ser derrotados, que, antes do primeiro tiro, procuram semear o pânico entre os combatentes. Essas pessoas não desejam a vitória da classe operária; têm medo dela. Só desejam meter um pouco de medo à burguesia, para que esta se torne mais conciliadora e se possa negociar com ela. Eis os motivos pelos quais, se esforçam, em primeiro lugar, por reter os operários, e depois, tentam conscientemente reduzir a amplitude da sua acção e excluir desta as largas massas populares. Declaravam aos operários que desejavam auxiliar o Schutzbund na sua luta: «Volte para casa, prepare as refeições enquanto houver gás. A luta armada não lhe diz respeito; compete ao Schutzbund.» E não deram armas aos operários que queriam combater.

A dor e a amargura enchem-nos o coração, quando pensamos nos duros sacrifícios que a classe operária austríaca tem hoje que fazer para pagar os crimes da direcção social-democrata.

Como tenho a consciência de um soldado da revolução, não posso resignar-me ao facto de os gloriosos combatentes do Karl Marx-Hof serem membros do mesmo Partido que os funcionários das organizações sociais-democratas de Carinthie e de Vorarlberg que, por ocasião do primeiro tiro em Linz, passaram para o lado da Heimwehr. Custa a crer que os proletários sociais-democratas que combateram e morreram como heróis, tenham tido, durante anos, como chefes políticos pequeno-burgueses tão miseráveis e poltrões como Otto Bauer, Fritz Adler, Deutsch e Seitz.

★

Na sua essência, a vossa luta era na realidade uma luta pela restauração da constituição violada por Dollfuss. Ela não saiu destes limites, não se transformou numa luta pelo poder. Todavia, no século da crise geral de todo o capitalismo, quando a burguesia não é capaz de governar com os métodos da democracia parlamentar, o problema crucial da luta operária já não é o do restabelecimento da democracia burguesa, historicamente caduca, mas a luta para derrubar o poder da burguesia, a luta pela ditadura do proletariado. Só a palavra de ordem para um poder dos sovietes, assimilada pela consciência das vastas massas trabalhadoras, poderia reforçar as fileiras dos combatentes e criar um elo indissolúvel entre os operários em luta e todo o resto do proletariado e do campesinato. Só se os operários austríacos se tivessem fixado como fim a luta por um poder soviético, é que a sua acção armada se teria podido transformar de facto em insurreição armada.

Sim camaradas, infelizmente a vossa luta armada não era uma luta pela tomada do poder, por isso não era, tal como Marx e Lénine o ensinavam, uma verdadeira insurreição armada. O facto de essa finalidade — a tomada do poder — não fazer parte da vossa luta armada, era o principal ponto fraco da vossa heróica acção.

O facto de, durante as suas lutas, os operários austríacos não terem ultrapassado os limites da resistência armada, não

é decerto devido ao acaso. É uma consequência de toda a orientação política da social-democracia austríaca. «Ainda não queremos lançar por terra nem o capitalismo, nem a burguesia» — era esta tese política dos chefes sociais-democratas. Por outras palavras, naquela situação concreta, isso significava: Vocês, operários combatentes, não devem atacar o inimigo; só se devem defender dele nos vossos municípios. Com esta orientação, os operários deixam escapar das suas mãos a iniciativa e entregam-na completamente ao adversário.

Qual foi a sorte destes operários que se inspiraram nesta orientação fornecida pelos chefes sociais-democratas? Fechados em casa, sem ligação entre si, os combatentes eram como ratos nas ratoeiras. Não tinham assegurado o controle do acesso às suas casas, nem dos pontos a partir dos quais o inimigo podia impunemente dirigir a sua artilharia contra posições dos operários como o Karl Marx-Hof. Com as suas instruções aos operários para que ficassem em casa e esperassem o resultado do combate levado a cabo pelo Schutzbund, os chefes sociais-democratas entregam as ruas dos bairros operários às tropas governamentais, que podiam circular à vontade. As forças governamentais tiveram a possibilidade de se apoderarem sucessivamente de todos os pontos de apoio dos operários que se defendiam. Em contrapartida, uma táctica ofensiva dos operários teria podido espalhar a confusão entre as tropas governamentais e ganhar para as fileiras do proletariado os elementos hesitantes.

Nesta luta contra os operários, a burguesia não hesitou em requisitar meios de transporte privados, nem fazer reféns. Todavia, os operários, como passaram pela escola da social-democracia austríaca, preferem passar fome a infringirem o sagrado princípio da propriedade privada confiscando géneros alimentícios. Nem sequer lhes passou pela cabeça fazer reféns nas fileiras da burguesia. Hoje, Otto Bauer e o chefe do Schutzbund, Julius Deutsch, apresentam essa moleza pequeno-burguesa como um modelo de civismo. Se os operários russos tivessem seguido a mesma táctica, ainda hoje os seus próprios Dollfuss e Frey continuariam a tê-los debaixo da sua alçada.

Pensem só: que heroísmo, que coragem cheia de abnegação dos operários e que criminoso derramamento de sangue por parte dos chefes sociais-democratas.

IV

E agora o que é preciso fazer, camàradas? Em primeiro lugar, é indispensável reconsiderar profundamente a via que foi percorrida desde 1918 até à luta armada em Fevereiro de 1934. É indispensável aproveitar os ensinamentos dessa luta que reflecte a falência total da política social-democrata. Quanto mais depressa isso se fizer, tanto melhor para vocês e para toda a classe operária austríaca, tanto mais próxima e certa estará a sua vitória.

Contrariamente à «crítica» de Bauer que tenta mascarar os seus próprios crimes, bem como os de toda a direcção do Partido Social-Democrata, deveríeis, na minha opinião, submeter a uma das mais severas e impiedosas críticas, esse sistema de concepções com as quais a direcção social-democrata intoxicava os operários. Reconsiderem o caminho que percorreram sob a direcção da social-democracia. Lembrem-se do que a imprensa social-democrata e a direcção social-democrata escreveram e declararam para defender esse caminho e comparem as suas palavras com os factos em toda a sua brutalidade. Apreciem de uma maneira crítica a brochura de Otto Bauer que, na verdade, constitui um acto de acusação contra o seu autor e contra toda a política social-democrata. Por outro lado, lembrem-se do que a Internacional Comunista vos disse durante estes 15 anos. E têm a obrigação de dizer a verdade à vossa classe, por muito amarga que seja.

Essa verdade conduzir-vos-á à concepção de que não são os sociais-democratas, mas sim os comunistas, de que não é a II Internacional, mas a Internacional Comunista que tinham razão. Os comunistas tinham razão quando declaravam que a social-democracia conduzia a revolução 1918 à derrota. Tinham razão, quando vos avisavam de que a política da social-democracia leva ao reforço da ditadura da burguesia. Os comunistas tinham razão, quando diziam que a social-democracia é a salvação do domínio capitalista, que não conduz ao socialismo. Tinham razão, ao dizer que todas as conquistas económicas, políticas e sociais que os operários tinham conseguido arrancar à burguesia, que todas essas casas comunais, etc., estavam sempre ameaçadas, que a burguesia retomaria tudo, se não a privassem do poder. Os comunistas

tinham razão, quando diziam que a defesa dos interesses da classe operária não pode ser feita por meio de compromissos com a burguesia, mas apenas através de uma luta intransigente de classe contra ela levada a cabo.

A verdade obriga-vos em seguida a reconhecer que a social-democracia austríaca falhou sempre. Um Partido ao qual se tinha dado tanto e que perdeu e desperdiçou tudo — um tal Partido não tem o direito de existir. Um tal Partido só merece o ódio dos operários. Só quando ele tiver ultrapassado, politicamente e do ponto de vista da organização, a influência da social-democracia, é que o proletariado austríaco poderá enveredar por uma nova via, aquela que conduz à vitória sobre os Dollfuss e os Frey, sobre a Heimwehr, sobre o fascismo.

Trata-se, portanto, para vós, camaradas, de romper do ponto de vista da organização com o Partido Social-Democrata e, de forjar, de mão dada com os operários comunistas, a verdadeira unidade de combate da classe operária austríaca. Esta unidade de combate só é possível com base na luta revolucionária. Essa unidade multiplicará as forças da classe operária e enfraquecerá consideravelmente a ofensiva do fascismo; aumentará a influência do proletariado sobre o campesinato e criará as premissas para o combate vitorioso contra a burguesia e o capitalismo, da luta pelo poder dos sovietes.

O maior perigo para a unidade revolucionária da classe operária austríaca seria actualmente tentar chamar a social-democracia austríaca a uma nova via, tentar salvá-la, mesmo passando para o campo de um novo programa «de esquerda». Semelhante tentativa apenas teria como resultado uma decomposição do movimento operário austríaco. Não há nas vossas fileiras pessoas que, durante 15 anos, nada mais fizeram do que tentar «corrigir por uma tendência à esquerda» a política da social-democracia. Eis os resultados!

Seria um erro não menos fatal se os operários, desiludidos pela social-democracia da sua luta contra o fascismo de Dollfuss, viessem a pensar procurar o apoio do fascismo hitleriano. Os nacionais-socialistas austríacos estiveram, durante a luta armada do proletariado austríaco, ao lado dos assassinos dos operários. Hoje, planam, como negros abutres, sobre o campo

de batalha e procuram, demagogicamente, tirar proveito dos sacrifícios e dos sofrimentos do proletariado, para ganhar para as fileiras do fascismo hitleriano os operários austríacos desiludidos com a social-democracia e que se acham numa encruzilhada.

Nós comunistas, temos fé no futuro próximo da classe operária austríaca. Estamos firmemente convencidos da vitória final do proletariado em todo o mundo. Esta certeza inabalável deu-me forças durante o processo de Leipzig, para enfrentar a besta desenfreada — do mesmo modo que os valentes combatentes do Karl Marx-Hof enfrentaram a morte. Por detrás dos clarões dos incêndios, por detrás da escravatura e da miséria que o fascismo traz consigo, vemos, a Leste, a poderosa fortaleza do proletariado mundial — a União Soviética. Não há força capaz de fazer parar o desenvolvimento histórico da humanidade para o socialismo. Terminou uma batalha; os combatentes contam os que tombaram, mas não estão vencidos. O grande exército do proletariado continua a avançar, para a vitória final.

Camaradas operários sociais-democratas, talvez vos seja difícil assimilar os pensamentos aqui expostos. Apesar disso espero que esta carta vos permita apreciar o passado com espírito crítico e tirar as respectivas conclusões. Se, todavia, houver nesta carta alguma coisa que não esteja absolutamente clara ou que suscite dúvidas, gostaria que mo dissessem.

Hospital de Moscovo, Março de 1934.

Jorge Dimitrov

★

Estas linhas já estavam escritas quando, em fins de Março, recebi uma carta datada de 2 de Março de 1934, de um dos autores da primeira carta:

> Caro camarada Dimitrov.
>
> Soube com alegria que tu, bem como os outros camaradas, Popov e Tanev, deixaram o inferno das camisas castanhas e que já estão na União Soviética. Milhares de proletários respiram aliviados, porque

temos necessidade de militantes tão heróicos nas nossas fileiras. Se os tivéssemos tido, não teríamos chegado ao ponto de a classe operária austríaca sofrer uma derrota tão vergonhosa, em consequência de uma traição. É para nós uma sangrenta lição. É para nós aquilo que o ano de 1905 foi para a Rússia. Esperemos que não dure tanto tempo, e que também nós venhamos a proclamar uma Áustria soviética e que possamos estender uma mão fraterna à Rússia e editar em conjunto um novo Estado, onde só os proletários poderão viver. Um verdadeiro Estado operário (*).

Caro camarada Dimitrov, tenha a bondade de nos escrever algumas linhas para que saibamos que estás na Rússia, porque já nos tornamos pessimistas.

Com as nossas saudações de combate.»

Sim, camaradas, vocês têm razão. De facto, se tivessem tido como chefes verdadeiros combatentes bolchevistas, à vossa heróica luta teria tido um desfecho diferente. Mas esses combatentes só podem formar-se durante a luta da classe intransigente contra a burguesia. Ora, a social-democracia não levava a cabo essa luta; pelo contrário: os Otto Bauer e os Fritz Adler impediam-na. Só durante a luta contínua da frente revolucionária única contra o fascismo é que se formam novos e audaciosos combatentes temperados no combate. Só sob a bandeira de Marx, Engels, Lénine é que se criarão novos chefes bolchevistas e o proletariado austríaco terá, finalmente, aquilo que até ao presente lhe faltava para obter a vitória na sua heróica luta — um poderoso Partido bolchevista.

Abril 1934.

Jorge Dimitrov

Traduzido do texto de:
J. Dimitrov, *Obras*, t. IX.
Edições do P. C. B.
1960, pp. 406-426.

(*) Camaradas, admitiram aqui um mal-entendido. É claro que se referem ao Estado Soviético, que é um Estado da ditadura do proletariado. No entanto nele vivem não só operários, como todos os trabalhadores que, sob a direcção do proletariado edificam o socialismo.

É POSSÍVEL A VITÓRIA DO FASCISMO EM FRANÇA?

No seu número que sairá na sexta-feira 27 de Abril, a revista ilustrada *Regards* publicará uma entrevista de J. Dimitrov, concedida ao seu correspondente especial em Moscovo.

Nesta entrevista J. Dimitrov responde às três perguntas que se seguem:

É possível a vitória do fascismo em França?

Que pensa dos acontecimentos do dia 6 de Fevereiro?

É possível a frente única em França?

Graças à benevolência de *Regards* temos hoje a possibilidade de publicar a resposta de J. Dimitrov à primeira pergunta.

Pergunta: É possível a vitória do fascismo em França?

Resposta: Se a pergunta for feita de um modo tão geral, não se pode, claro está, excluir a possibilidade de uma vitória do fascismo em França. Embora no país da Grande Revolução Francesa, das revoluções de 1830 e de 1848 e sobretudo da Comuna de Paris, a vitória do fascismo seja naturalmente muito mais difícil do que na Itália, ou na Alemanha, devido às profundas tradições revolucionárias entre as massas trabalhadoras francesas, a França também possui Hitleres e Goerings em potência... É por isso que na luta contra a reacção e o fascismo que as massas trabalhadoras já iniciaram, a finalidade é fazer tudo o que for possível para barrar, enquanto é tempo, o caminho ao fascismo através da mobilização das massas.

Nada aparece por si próprio. O descontentamento e a indignação do proletariado, dos funcionários e dos pequenos e médios empregados, dos pequenos e médios proprietários de terras, de uma grande parte dos intelectuais e da pequena burguesia, todos eles atingidos pela crise, não pára de crescer todos os dias contra a reacção e o fascismo.

De modo geral, o proletariado e as massas trabalhadoras também estão profundamente indignadas com o desemprego sempre crescente, com a diminuição dos salários mensais e diários, com a miséria crescente. É o seu mais elementar nível de vida que está em jogo. Mas a situação não pode ser modificada apenas pela indignação, pelo ódio. Só a luta das massas, organizadas e dirigidas pelo Partido revolucionário, luta não só defensiva, como também ofensiva, pode assegurar a vitória.

A vitória é possível se se impedir que a reacção e o fascismo reúna as suas forças e reforce as suas posições, que arraste atrás de si a massa dos descontentes. A vitória é possível se se trabalhar sistematicamente para desmascarar, sem quartel e de modo compreensível para as massas, cada uma das suas manobras, a sua ideologia nacionalista e chauvinista, as suas palavras de ordem demagógicas, se se desmascararem os interesses e as finalidades reais que se dissimulam por detrás das suas campanhas, se se revelar de onde e de quem provém o apoio financeiro do movimento fascista.

A vitória é possível se se revelar de maneira concreta quais são os elementos, os grupos, os métodos e os modos segundo os quais se formam os quadros fascistas e se criam as organizações militares fascistas. Sob este aspecto, os acontecimentos da Alemanha e da Áustria, que custaram tão caro aos operários austríacos e alemães, forneceriam a melhor das lições.

Uma condição essencial quando se trata da vitória sobre o fascismo consiste em desmascarar, no momento oportuno, aos olhos do proletariado e das massas trabalhadoras todas as manobras concretas dos diversos Partidos e grupos, dos meios e dos métodos que contribuem para reforçar o fascismo, enquanto simultaneamente entravam, semeiam a dúvida, paralisam e desorganizam a luta antifascista de massa.

Esses Partidos e esses grupos esforçam-se por desviar o movimento antifascista da sua via, por o transformar num

movimento de tipo parlamentar, por reduzir a luta a ameaças e a apelos orais passivos.

Nas condições francesas isso resume-se à necessidade de desmascarar sistematicamente a política e a prática de todos os Partidos do chamado bloco «da esquerda», a saber o Partido Socialista e os dirigentes da Confederação Geral do Trabalho, mais especialmente à necessidade de desmascarar todas as tentativas de fazer cair o movimento antifascista de massa no lamaçal do bloco burguês «de esquerda», com o auxílio de palavras de ordem demagógicas como «salvaguarda da república», «democracia», etc. Seria uma nova e monstruosa burla das massas, através da qual as forças reaccionárias fascistas procuram realizar a sua coesão e o seu reforço.

Uma grande parte dos elementos pequeno-burgueses descontentes que, iludidos com os Partidos do bloco «de esquerda», podem ser utilizados pelo fascismo como base social de massa, devem ser conduzidos pelo proletariado e pela sua vanguarda, o Partido Comunista, para a luta revolucionária de massa.

A coesão do proletariado, das massas trabalhadoras, e dos elementos progressistas entre os intelectuais, e a sua participação nos comités da frente única para a luta contra o fascismo, a luta em benefício das reivindicações parciais dos operários contra o grande capital, contra a oligarquia financeira com os seus cartéis, os seus «trusts», os seus bancos, os seus sindicatos, os seus Partidos e as suas organizações de tipo militar, luta combinada com demonstrações em massa, com greves políticas em massa, de 24 horas ou de duração superior, dirigidas por locais (nas empresas, nas fábricas e nos bairros) pelos comités de greves ou pelos da frente única, eleitos pelas próprias massas. Eis como vejo a via concreta e real da luta antifascista em França.

Todos aqueles que entravam e criam obstáculos ao desenvolvimento da iniciativa revolucionária das massas, todos aqueles que entravam a criação desses comités electivos da frente única de luta, que procuram destruir a unidade revolucionária do movimento antifascista, dissimular às massas as lições a tirar da traição da social-democracia alemã, austríaca e italiana e da II Internacional em geral: todos aqueles que consideram que é possível que o fascismo ceda terreno por sua

própria vontade, bastando para isso tocar a trombeta de Jericó, são todos eles — sejam quais forem os seus desejos subjectivos e os seus fins —, objectivamente, auxiliares do fascismo. Luta de massas diária e concreta, dirigida de maneira organizada e com firmeza e abandonando a defensiva para passar à ofensiva antifascista, desmascarar os falsos «amigos» do movimento antifascista da frente única de luta — eis o caminho que conduz à vitória sobre as forças reaccionárias fascistas. Não há, nem pode haver outra via.

L'Humanité
N.° 12,
de 26 de Abril de 1934.

Edições do P. C. B.
Traduzido do texto de:
J. Dimitrov, *Obras*, t. IX.
1960, pp. 427-430.

AQUILO QUE O PRESIDENTE DO CONSELHO NÃO ESQUECEU

Em 1898 festejava-se pela primeira vez o Primeiro de Maio nas ruas de Sófia. Houve graves recontros com a polícia, porque a manifestação tinha sido proibida. Defendíamo-nos com pedras e tijolos. Os polícias feriram muitos operários. Uma indignação pouco vulgar agitava a população.

Eu trabalhava então como tipógrafo na tipografia do Partido Liberal onde era publicado o seu órgão central *Narodno-pravo*. O Dr. Radoslavov, chefe desse Partido, era o seu redactor-chefe ([37]). A sua letra era tão difícil de compreender que só dois tipógrafos em toda a tipografia conseguiam decifrá-la: eu e um velho tipógrafo. Duas semanas antes do Primeiro de Maio esse velho adoeceu e não pôde comparecer no trabalho: eu era, portanto, o único a poder compor em caracteres o artigo de Radoslavov.

No dia 2 de Maio Radoslavov redigiu o editorial sobre os tumultuosos acontecimentos da véspera. Descrevia em termos crus a «manifestação contra o Estado» e os seus participantes aos quais chamava «bêbedos, vagabundos e facínoras».

«Não se devem ter contemplações, escrevia ele, com essa quadrilha que julgou dever lançar-se com pedras contra os guardas do Estado, se não quisermos assistir à extensão desse bando socialista como noutros países.»

Comecei a compor o artigo quando, de repente, li aquela injúria.

«Não vou compor isto — disse ao dirigente técnico.

— Porquê?

— Porque o artigo de Radoslavov não passa de uma calúnia.

— Mas o jornal já está pronto, só falta o editorial!»

Persisti na minha decisão e recusei-me a compor. Mandaram procurar Radoslavov.

Este apareceu pouco depois e desatou a gritar comigo.

— Que significa tudo isto? Tu trabalhas aqui. Pago-te para isso. Não te compete criticar o que está escrito e como está escrito. O tipógrafo deve compor tudo o que lhe entregam. É inaudito! Nunca visto, estás despedido.

Respondi:

— Conheço muito bem as minhas obrigações como tipógrafo. Até agora compus tudo, embora muitas vezes cheio de indignação. Mas esse não o comporei. Se conseguir encontrar um tipógrafo que consiga compor isso — vá! Mas duvido muito que consiga descobrir alguém que o faça.

Lançou-me um olhar raivoso e foi-se para a redacção. O dirigente da tipografia insistia para que aceitasse, porque de outro modo seria despedido. Dirigiu-se a um outro tipógrafo, mas este não conseguiu compreender uma palavra. Finalmente, ele próprio tentou, mas não conseguiu nada.

Algum tempo depois, Radoslavov voltou e aproximou-se de mim perguntando-me:

— Mas que diabo é que, ao fim e ao cabo, não te agrada aqui? É a primeira vez na vida que me acontece uma coisa destas...

Chamou-me ao gabinete e disse-lhe:

— Nós não somos facínoras, nós não somos bandidos, nós não somos uma quadrilha, essas injúrias não são merecidas, nós somos operários.

— Bem — disse — é possível que sejas um rapaz decente, mas como é que podes acreditar, como é que podes garantir que todos os outros também o são? Os outros não são tão decentes.

— Os operários são gente destemida, sobretudo aqueles que ontem participaram na manifestação. E não há um único tipógrafo que componha isso.

— Bem — suspirou ele — então vamos riscar.

E riscou todo o parágrafo para que o jornal pudesse ser publicado a tempo.

Em 1915 era deputado à Assembleia Nacional e o Dr. Radoslavov era presidente do Conselho.

Uma vez aconteceu-me tomar a palavra na Assembleia Nacional a propósito do comportamento indigno para com os prisioneiros de guerra. Quando subi à tribuna, o Dr. Radoslavov ficou perto de mim. Lançou-me um olhar e sorriu. Comecei a falar da censura militar.

«A perseguição da imprensa amordaça de maneira inaudita a opinião pública.»

De repente Radoslavov saltou do seu lugar e começou a berrar:

— E és tu que pretendes falar da censura, tu, Dimitrov? Lembras-te de que quando eras tipógrafo no meu jornal censuraste um artigo meu?

— Isto é uma coisa muito diferente — respondi. — Nessa altura, como agora, defendia os interesses e a honra da classe operária. Mas nessa altura o senhor amordaçava e ainda agora, amordaça as massas operárias. Agora aproveita-se da censura para oprimir os trabalhadores, tal como outrora se aproveitava do seu jornal para os injuriar. Nessa altura combatia contra isso, tal como agora o faço!

Esse 1.° de Maio deve tê-lo contrariado muito para ainda se lembrar dele depois de tantos anos.

Komsomolskaïa pravda.
De 1-5-1934.
Assinado: J. Dimitrov.

Traduzido do texto de:
J. Dimitrov, *Obras*, t. IX.
Edições do P. C. B.
1960, pp. 444-447.

VIRAGEM NO PARTIDO

DISCURSO PRONUNCIADO PERANTE OS VELHOS BOLCHEVISTAS RUSSOS, NO DIA 17 DE MAIO, POR OCASIÃO DO DÉCIMO ANIVERSÁRIO DA MORTE DE DIMITRE BLAGOEV

Camaradas, em consequência dos numerosos discursos que pronunciámos por ocasião do 1.° de Maio e depois dessa data, o meu estado de saúde voltou, infelizmente, a piorar. Isso obrigou os médicos que me tratam a proibirem-me os discursos durante um certo tempo. E se apesar de tudo aqui vim hoje por momentos, é porque considero um dever tomar pessoalmente parte nesta notável manifestação da unidade do Partido de Blagoev com os velhos bolchevistas russos. Queria testemunhar pessoalmente nesta tribuna, em nome desse Partido, a nossa firme resolução de seguir os passos dos gloriosos bolchevistas russos!

Camaradas! Sou um discípulo de Blagoev e fui um dos seus companheiros de armas durante muitos anos. Blagoev, o fundador do nosso Partido, caracterizava-se por traços particulares que são os traços distintivos do socialismo búlgaro de esquerda e que dão provas do seu parentesco com o bolchevismo.

Essas particularidades de Blagoev, o nosso defunto guia, consistem no seguinte: 1.°, *Intransigência de classe para com a burguesia e os seus instrumentos — socialistas de direita (mencheviques)... Classe contra classe — era a palavra de ordem, era a divisa,* era a linha de conduta de Blagoev e do socialismo de esquerda búlgaro; 2.°, *Tudo pelo Partido do*

proletariado. Subordinação total da vida pessoal, dos interesses pessoais, da vontade pessoal aos interesses e à vontade do Partido do proletariado; 3.°, *Fé inquebrantável e ilimitada nas forças e no futuro da classe operária.* Foi o que — parece-me a mim —, assegurou, em primeiro lugar, os grandes êxitos do movimento revolucionário na Bulgária antes e logo a seguir à guerra. Foi o que em primeiro lugar nos auxiliou a derrotar os mencheviques búlgaros (os socialistas de direita, os partidários da «causa comum») como em nenhum sítio, à excepção da Rússia, a social-democracia foi derrotada. Foi o que em primeiro lugar auxiliou o Partido búlgaro a enveredar depois da guerra pela via do bolchevismo e a tornar-se com o Partido bolchevista russo e sob a sua direcção, um dos fundadores da III Internacional Comunista.

Todavia, Blagoev e os socialistas de esquerda *diferiram dos bolchevistas e do bolchevismo.* Mesmo na ocasião em que estávamos entre os fundadores da Internacional Comunista, não éramos — faltava-nos muito para isso — bolchevistas, verdadeiros bolchevistas. Foi o que nos fez cometer os erros de 1918, logo a seguir à guerra, durante o levantamento das massas de soldados e por ocasião do golpe de Estado fascista de 9 de Junho de 1923. Sempre pela mesma razão, não tínhamos conseguido organizar e dirigir a gloriosa Insurreição de Setembro de 1923 à maneira bolchevista e assegurar a sua vitória. Finalmente, isso impediu-nos de ver e de compreender na devida altura a profunda diferença de concepções dos socialistas de esquerda, por um lado, e do bolchevismo, por outro, quanto aos problemas fundamentais da revolução proletária.

Camaradas, durante os meus 35 anos de vida revolucionária e política, cometi muitos erros, mas há sobretudo dois erros que não esquecerei e dos quais nunca me perdoarei: o primeiro erro cometi-o com o Comité Central do Partido no dia 9 de Junho de 1923, em que, por ocasião do golpe de Estado fascista, adoptámos uma atitude dita «neutra»; o segundo erro foi o de nem eu nem todo o Partido, nos termos dado conta no devido momento (desde os anos 1918-1919) de que o nosso socialismo de esquerda revolucionário *não era — muito longe disso — bolchevismo.* Não tirámos então a conclusão e os ensinamentos necessários da diferença entre o socialismo de esquerda e o bolchevismo e com isso atrasámos

a bolchevização do nosso Partido que se teria efectuado de modo muito mais rápido e menos doloroso.

Camaradas! Tanto os nossos amigos como os nossos inimigos apreciaram, cada um a seu modo, a minha atitude heróica no processo de Leipzig. No entanto, camaradas, dizia muitas vezes, durante e depois do processo, que quando tinha estado na Bulgária, no nosso movimento revolucionário, dava provas da mesma atitude heróica, eu e as dezenas, as centenas e os milhares de socialistas de esquerda que por toda a parte combatiam com coragem e devo dizer-vos que um dos traços distintivos dos socialistas de esquerda búlgaros era a sua luta corajosa contra o inimigo. Durante a Insurreição de Setembro, caíram milhares de socialistas de esquerda sem renegar o comunismo. Um grande número deles teria salvo a vida se tivesse declarado que não continuariam a ser comunistas. Se no processo de Leipzig, tivesse agido como socialista de esquerda experimentado, teria sido sempre corajoso; a minha atitude teria sido digna, contudo, ter-me-ia limitado à minha própria defesa e não teria levado a cabo essa luta contra o fascismo que suscitou os operários de todo o mundo. Quando no processo de Leipzig, segurava na mão esquerda o código do processo do Estado alemão e na mão direita, *o programa da Internacional Comunista,* quando a cada passo me referia à argumentação de Lénine na luta contra o inimigo, contra o fascismo, *não era um socialista de esquerda, mas um bolchevista,* porque só a doutrina de Lénine, o método bolchevista e o heroísmo bolchevista é que nos permitem combater daquela maneira e vencer!

Considero que a passagem pelo socialismo de esquerda, o estágio no socialismo de esquerda na época do movimento revolucionário búlgaro *não é um defeito,* mas uma *vantagem,* com a condição de as tradições e as virtudes revolucionárias da antiga experiência marxista dos socialistas de esquerda *se fundirem no caminho bolchevista.* O nosso Partido já deu passos decisivos nesse sentido. Mas ainda lhe resta muito que fazer. Quero dizer que só nessa via é que o Partido conseguiu tirar todos os ensinamentos da Insurreição de Setembro com vista à sua bolchevização. Com isso, transformou a derrota dessa insurreição na condição da vitória da futura revolução proletária na Bulgária e conseguiu a adesão da maioria da

classe operária. Só a luta pela realização e pelo reforço da aliança do proletariado e do campesinato trabalhador permitiu ao nosso Partido avançar sob a bandeira de Marx-Engels-Lénine para o combate pela *Bulgária soviética.*

Camaradas! Nós aprendemos, continuamos e continuaremos a aprender no futuro com os gloriosos bolchevistas russos. Estamos satisfeitos por, ao seguir o exemplo dos velhos bolchevistas vivos, podermos reforçar no futuro a nossa vontade de combate e a nossa certeza na vitória. Pessoalmente, na prisão, algemado, nos momentos mais terríveis, pensava na dura vida do proletariado revolucionário sob o regime da antiga Rússia czarista. Pensava com que energia e com que temeridade, centenas e milhares de velhos bolchevistas tinham combatido as dificuldades e os perigos que lhes surgiram no caminho. De que heroísmo não terão dado provas os bolchevistas russos durante o período da guerra civil e, mais tarde, no domínio da edificação socialista! E dizia para comigo que desde que tivessem resistido com honra e coragem a todas as provas, eu comunista búlgaro, ao manter-me firme no meu posto, também era obrigado a mostrar ao proletariado alemão, aos meus irmãos búlgaros e ao proletariado de todo o mundo, do alto de uma tribuna internacional, como é que um bolchevista deve combater a burguesia, o fascismo com fé profunda na inevitável vitória definitiva da revolução proletária.

Traduzido do texto de:
J. Dimitrov, *Obras*, t. IX.
Edições do P. C. B.
1960, pp. 464-468.

NOTAS

(1) Trata-se da criação do novo governo nacional de Cantão (China, Julho de 1925) que tomou a direcção da libertação do país. Este movimento revestiu-se de um carácter anti-imperialista e muito especialmente antibritânico e construiu as bases das lutas revolucionárias que rebentaram em 1926-1927 contra a opressão imperialista, pela independência nacional.

(2) Trata-se da luta do Rife do Marrocos Setentrional contra o domínio espanhol, no princípio da Primavera de 1921. A fim de proteger as suas colónias do Norte de África, a França interveio com um numeroso exército que, apoiando as tropas coloniais espanholas, esmagou a insurreição rifenha.

(3) *Ebert, Friedrich* (1871-1925) — Chefe do Partido Social-Democrata Alemão, eleito presidente da República Alemã (Fevereiro 1919), pela Assembleia Constituinte reunida de Weimar.

(4) *Von Hindenburg, Paul* (1847-1934) — Marechal de campo alemão, um dos mais típicos representantes do militarismo prussiano. Eleito para a presidência do Reich alemão (1925-1934) depois da morte de Ebert, contribuiu para a tomada de poder por Hitler.

(5) *Renner, Dr. Kar* — Um dos chefes do Partido Social-Democrata Austríaco. Chanceler da República da Áustria e ministro dos Negócios Estrangeiros depois da Revolução de 1918.

(6) *Seipel, Ignaz* (1876-1932) — Político austríaco, chefe do Partido Social-Cristão na Assembleia Constituinte.

(7) Trata-se da histórica greve dos operários dos Transportes, que rebentou no dia 7 de Dezembro de 1919 e que, 55 dias depois, abortou, no dia 19 de Fevereiro de 1920. Para apoiar os ferroviários em greve, o Partido Comunista Búlgaro desencadeou no dia 29 de Dezembro de 1919 uma greve geral de uma semana.

Jorges Dimitrov tomou parte activa na direcção das greves.

(8) Trata-se da votação dos créditos militares no Reichstag pela fracção parlamentar dos sociais-democratas alemães.

(9) A insurreição operária de Berlim, em Janeiro de 1919, em que o movimento revolucionário dirigido por Karl Liebknecht e Rosa Luxemburg foi afogado em sangue pelo governo social-democrata chefiado por Noske, Scheideman e outros. Trata-se também da união dos chefes sociais-democratas austríacos com a burguesia em 1919, continuando por isso o governo nas mãos da burguesia e dos grandes proprietários fundiários, que conservaram a legislação reaccionária da monarquia.

Tanto na Alemanha como na Áustria, a social-democracia serviu-se dos conselhos criados nessa altura para mascarar a contra-revolução.

(10) As greves de Setembro de 1920, em que os operários ocuparam as manufacturas e as fábricas de Milão, de Génova e de Turim. A direcção reformista da Confederação Geral do Trabalho apressou-se a assinar um compromisso com a ala esquerda do Partido Liberal e forçou os operários a abandonar a greve com ocupação.

(11) «Os sociais-democratas independentes» proclamaram no dia 13 de Abril de 1919 a *República Soviética Bávara*, mas não fizeram nada em defesa dos interesses do povo, e no dia 1 de Maio de 1919, os bandos contra-revolucionários de Hoffman e de Noske derrotaram o poder soviético.

(12) A social-democracia da Hungria também cometeu uma traição para com o poder soviético instaurado a 22 de Março de 1919, aproveitando-se da sua união com o Partido Comunista para abalar a dos operários e dos camponeses, entregando deste modo o poder aos reaccionários do fascista Horthy.

(13) O ano de 1920 foi marcado na Jugoslávia por uma série de levantamentos do campesinato e de acções de massa do proletariado. Assinalemos em primeiro lugar a greve dos operários dos transportes (16-19 de Abril), a greve geral dos mineiros da Eslovénia (17 de Julho), à qual se uniram, no dia 21 de Dezembro, os mineiros da Bósnia. Em 1921, o governo votou uma lei «Obznana» militarizando os ferroviários e os mineiros e uma outra dita para a defesa do Estado, e que proibia o Partido Comunista, a organização da juventude comunista e os sindicatos.

(14) *A Liga Internacional Antifascista* foi fundada em 1925 pelos representantes da «intelligentsia» progressista da Europa Ocidental, chefiada por Barbusse, Romain Rolland, etc., para a defesa das vítimas do terror na Bulgária, na Jugoslávia e, de um modo geral, nos Balcãs. É por iniciativa desta Liga que Barbusse realiza uma viagem por estes países, no fim da qual escreveu *Os Carrascos*, um livro que mais tarde se tornou célebre.

Em 1919, sempre por iniciativa da Liga, foi convocada em Berlim a Conferência Internacional contra o fascismo, que decorreu sob a direcção de Barbusse.

(15) No dia 27 de Fevereiro de 1933, deflagrou um incêndio no Reichstag. No mesmo dia, noite alta, a rádio governamental alemã anunciava que o incendiário tinha sido preso no próprio Reichstag — um «comunista», Van der Lubbe, portador, segundo afirmavam, de um cartão de membro do Partido Comunista.

No dia seguinte, sob a inspiração do presidente do Conselho prussiano Goering, dava-se a saber, por um comunicado, que o incêndio do Reichstag, obra do Partido Comunista Alemão, devia ser o sinal para uma insurreição. Logo a seguir, foram decretadas medidas de excepção para esmagar «actos de violência comunista»; revogou-se uma série de artigos da Constituição de Weimar, e proibiram-se os jornais comunistas e sociais-democratas. Em virtude das ordens de Goering, a polícia prendeu muitos militantes do Partido Comunista Alemão.

O fascismo alemão aproveitou -se do incêndio do Reichstag para empreender uma campanha de terror contra o Partido Comunista, o movimento operário e a democracia na Alemanha.

No dia 9 de Março de 1933, Jorge Dimitrov foi preso em Berlim, com dois outros búlgaros. Torgler, presidente da ala comunista do Reichstag, apresentou-se sozinho à polícia, sem a autorização do Comité Central do Partido, «com o fim de se reabilitar», foi preso. A acusação de Hellmer, empregado de café e membro do Partido fascista, que afirmava ter visto Jorge Dimitrov na companhia de Van der Lubbe, serviu de pretexto formal para a prisão de Jorge Dimitrov.

De 9 a 28 de Março, o inquérito foi levado a cabo pelo comissário do Polizei-Praesidium de Berlim; Jorge Dimitrov achava-se na prisão deste.

Durante o inquérito policial, Jorge Dimitrov recusou-se a assinar os processos verbais da instrução, declarando que protestava contra a acusação de cumplicidade com Van der Lubbe, que não tinha a mais pequena confiança na polícia alemã e nos polícias em geral, e que tudo aquilo que considerava necessário declarar seria por ele exposto num documento escrito pela sua própria mão.

No dia 20 de Março de 1933, esse documento escrito foi entregue às autoridades policiais. Esse documento que aqui publicamos, é o único documento escrito em língua búlgara. Todos os outros foram escritos por Jorge Dimitrov em alemão.

(16) No final de uma instrução que durou vários meses, a IV Secção Penal do Tribunal Imperial, na posse de processo, abriu os debates no dia 21 de Setembro em Leipzig. De realçar a presença de 82 correspondentes de imprensa estrangeiros e de 42 correspondentes de jornais alemães. Os enviados dos

jornais comunistas, sociais-democratas e até mesmo dos jornais burgueses de esquerda não eram autorizados a assistir aos debates. No início, os correspondentes soviéticos também estiveram ausentes. Só lhes será permitido assistir à segunda parte do processo depois do governo soviético ter tomado idênticas medidas em relação aos enviados da imprensa alemã na U. R. S. S.

Contando poderem utilizar o processo para desacreditar o comunismo e o movimento operário e apresentar-se como salvadores do regime burguês contra os «incendiários bolchevistas», os fascistas alemães mandaram radiodifundir as primeiras sessões do Tribunal. Mas puseram fim a essas emissões, no dia 23 de Setembro, logo a seguir às primeiras declarações e às perguntas feitas por Jorge Dimitrov.

Apesar da prática judicial estabelecida, o presidente do Tribunal, Buenger, tentou, no seu discurso de abertura, refutar as declarações da Comissão Internacional de Instrução e da Imprensa estrangeira, segundo as quais as autoridades fascistas tinham inventado de uma ponta à outra a sua acusação e tinham intentado um processo de provocação. A seguir ao presidente do Tribunal, passou-se a palavra a Sach, advogado fascista de Torgler, que fez um verdadeiro requisitório contra o livro Castanho. Esta atitude dos funcionários fascistas era ditada pela vasta campanha antifascista levada a cabo no estrangeiro contra esta provocação. Tinha sido constituída uma Comissão internacional de instrução que publicou o livro Castanho que continha numerosos documentos desmascarando o fascismo alemão e a sua provocação a propósito do incêndio do Reichstag.

Os periódicos de muitos países dedicaram as suas colunas a esta questão. O Tribunal começou por convocar quatro testemunhas especialmente destinadas a desmentir determinadas afirmações do livro Castanho.

As autoridades já se regozijavam, clamando que a campanha antifascista internacional estava votada ao insucesso. Mas no dia 23 de Setembro o processo sofreu uma reviravolta devido ao interrogatório de Jorge Dimitrov que, desde o início, se ergueu como acusador do Tribunal, das autoridades fascistas e de todo o regime fascista.

A *Pravda* escrevia então:

«Já se passaram dois dias, e, ao terceiro, o processo toma o aspecto de um retumbante falhanço. Já não há rotina. Já não há "lista de pessoas" escolhidas de antemão e que aprenderam o seu papel de cor. O Presidente do Tribunal Buenger e o comunista búlgaro Dimitrov aparecem aos olhos de todo o mundo, representando cada um a sua classe, a sua concepção, o seu Partido, a sua moral... A coragem de Dimitrov impressionou imenso não só os milhares de proletários de todos os países, onde a sua voz ressoa, como também a Alemanha, onde a imprensa dos carrascos se revela incapaz

de calar essa voz. Essa coragem provém do vigor político e da vontade do revolucionário proletário em atingir os fins em vista.

«Seis meses de tortura e de sofrimentos não conseguiram alquebrar o revolucionário comunista, demolir o seu moral.

«[...] O camarada Dimitrov acha-se perante um enorme auditório, e o proletariado internacional escuta, cheio de expectativa, todas as suas palavras. Como todos os combatentes comunistas caídos nas garras do inimigo, Dimitrov não pensa em si, na sua vida, na sua segurança. Continua a obra do seu Partido, sabendo que serve de exemplo à luta revolucionária de milhões de proletários, não só com os seus discursos, mas também com o seu exemplo. *Dimitrov não procura propriamente desculpar-se por ter incendiado o Reichstag*. Ele acusa as autoridades fascistas [...]»

Até a imprensa alemã foi obrigada a reconhecer a enorme impressão causada pela atitude de Jorge Dimitrov na opinião pública mundial.

(17) Os debates judiciários foram estenografados e gravados em discos. Calcula-se que os processos-verbais estenografados ocupem alguns milhares de páginas dactilografadas.

Só os membros do Tribunal, o Ministério Público e os advogados tiveram acesso às provas estenografadas. Os acusados eram privados disso. Em consequência de uma luta enérgica, Jorge Dimitrov conseguiu obter a comunicação dos processos-verbais de determinadas audiências. Copiou para o seu caderno determinados fragmentos.

Correspondentes que assistiam ao processo estenografaram debates cujo resumo foi nessa ocasião publicado na imprensa progressista internacional.

Embora as provas estenografadas publicadas na presente obra sejam apenas fragmentos dos processos-verbais, dão uma imagem real dos debates, do ambiente e dos próprios factos do processo.

(18) Em resposta à intervenções de Jorge Dimitrov durante o processo, a instância toma em relação a ele toda a espécie de medidas restritivas. No dia 6 de Outubro de 1933, Jorge Dimitrov é expulso do Tribunal por ter revelado os métodos inadmissíveis de que a polícia e os órgãos de instrução se serviram durante o inquérito prévio, desmascarando-os perante o Tribunal por terem comunicado elementos falsos. No dia 11 de Outubro, Jorge Dimitrov voltou a ser afastado da sala de audiências.

Jorge Dimitrov enviou a carta que aqui inserimos para protestar contra a arbitrariedade do Tribunal e defender os seus direitos enquanto acusado político, desmacarando os verdadeiros culpados do incêndio do Reichstag.

(19) *O Conde Heldorf* — chefe das tropas de assalto (S.A.) berlinenses, mais tarde Polizeipraesident de Berlim.

(20) Com o fim de consolidar a ditadura fascista e prepa-

rar o país para a guerra, criou-se na Alemanha um aparelho terrorista, onde inicialmente coube um importante papel, até Junho-Julho 1934, às «tropas de assalto» (S.A.), mais tarde substituídas pelas «secções de protecção» (S.S.). A Gestapo (polícia secreta) e «A segurança de Estado» estavam directamente subordinadas ao comando supremo dos S.S. A direcção do Partido nazista também fazia parte do aparelho terrorista nazi.

([21]) *Von Schleider, Kurt* — general alemão e homem de Estado. Em 1923, é ministro da Defesa nacional do Reich no gabinete de von Papen, depois da demissão deste último do posto de Chanceler do Reich.

([22]) N.S.D.A.P. — o Partido de Hitler (Partido Nacional-Socialista Operário Alemão).

([23]) *Erzberger, Mathias* (1875-1921) — Homem de Estado alemão, chefe da ala esquerda do Partido do centro.

([24]) *Rathenau, Walter* — Ilustre político alemão, democrata, partidário de um acordo com as forças aliadas e ao mesmo tempo de uma aproximação com a U. R. S. S. Na Conferência de Génova (1922), assinou o Tratado de Rapallo entre a Alemanha e a União Soviética. Em Junho de 1922 foi assassinado pelos fascistas.

([25]) *Schopenhauer, Arthur* — Filósofo idealista alemão, extremamente reaccionário, ideólogo dos Junkers prussianos. A misantropia de Schopenhauer é uma das fontes da «ideologia» do fascismo alemão.

([26]) Ao arquitectar um processo provocador, as autoridades fascistas desenvolveram uma campanha monstruosa contra o Partido Comunista. A proposta de Jorge Dimitrov de convocar como testemunha Ernst Thaelmann preso pelos fascistas e lançado na prisão, visava utilizar o Tribunal para mostrar a verdadeira linha do Partido Comunista Alemão e desmentir em nome do Partido Comunista as caluniosas invenções dos fascistas.

O pedido de Jorge Dimitrov para convocar Thaelmann bem como os outros militantes comunistas foi rejeitado pelo Tribunal.

([27]) O grupo de extrema esquerda Katz-Ruth Fischer-Maslov foi eleito pelo C. C. do P. C. A. no Congresso de Francforte (1924), depois do falhanço do grupo oportunista de direita de Brandler-Talheimer. No Outono de 1925, Ruth Fischer, Maslov e os seus adeptos foram retirados das suas funções nos postos dirigentes por actividade antipartidária, e em 1926 foram expulsos do Partido como agentes do inimigo de classe. Ernst Thaelmann foi colocado na chefia do Partido.

([28]) A heróica luta de Jorge Dimitrov durante o processo e a vasta campanha de solidariedade antifascista internacional desenvolvida no estrangeiro desmascararam os incendiários fascistas do Reichstag, não permitindo que se condenassem inocentes.

No dia 23 de Dezembro, o Tribunal absolveu os três búlgaros, bem como Togler, «por falta de provas».

Van der Lubbe foi condenado à morte.

Nas suas tentativas para sair do impasse em que se encontraram em consequência do seu grande falhanço, as autoridades fascistas mandaram formular a sentença do Tribunal Imperial em termos que davam a entender que o Partido comunista alemão seria responsável pelo incêndio do Reichstag e que os culpados seriam seus membros.

Jorge Dimitrov deu um rude golpe nesta manobra dos fascistas ao pedir palavra depois da leitura do julgamento e do discurso pronunciado pelo presidente do Tribunal.

Confundido por esta ameaça de denunciar uma vez mais o fascismo, o presidente do Tribunal, em pânico, reuniu os seus papéis e abandonou precipitadamente a sala.

([29]) A nova prisão de Jorge Dimitrov depois da sua absolvição suscitou a indignação da opinião pública antifascista mundial. A campanha desencadeada ainda antes do processo, assumiu proporções particulares durante a corajosa luta de Jorge Dimitrov no tribunal. Várias organizações e entidades privadas de todos os cantos do mundo dirigiram cartas ao governo alemão pedindo a libertação do militante antifascista cuja inocência no incêndio do Reichstag tinha sido reconhecida pelo próprio Supremo Tribunal da Alemanha fascista.

Por seu lado, Jorge Dimitrov pede a sua libertação imediata. Uma vez que é cidadão búlgaro, levanta o problema da sua partida para a Bulgária ou para um outro país. Contudo, o governo búlgaro que não queria de modo algum auxiliar a libertação do prisioneiro do fascismo alemão, apressou-se a declarar que não considerava Jorge Dimitrov como um cidadão búlgaro.

No dia 15 de Fevereiro de 1934, o governo da U. R. S. S. toma a decisão de conceder a Jorge Dimitrov a nacionalidade soviética e pede às autoridades alemãs que o libertem. Esta medida tem um papel decisivo na libertação de Jorge Dimitrov.

Na manhã de 27 de Fevereiro as autoridades penintenciárias dizem a Jorge Dimitrov que faça as malas e conduzem-no ao aeroporto onde lhe comunicam que será enviado para a União Soviética. Tudo isto se desenrola muito rapidamente e no maior segredo.

As autoridades fascistas receavam que a partida de Jorge Dimitrov se transformasse numa grande manifestação antifascista, se as massas soubessem da sua libertação.

No dia 27 de Fevereiro, Jorge Dimitrov deixa Berlim num avião especial. Chega a Moscovo, durante a noite do mesmo dia, onde é recebido com alegria por representantes da Internacional Comunista e delegações que tinham sabido da sua chegada.

A libertação de Jorge Dimitrov dos calabouços fascistas é uma vitória da solidariedade proletária internacional e uma demonstração evidente da força da classe operária e das massas trabalhadoras que formam uma frente única contra o fascismo.

Depois de ter escapado ao cativeiro fascista, Jorge Dimitrov incentivou, desde o seu primeiro dia de liberdade, a luta contra o fascismo. «Sou soldado da Revolução proletária, soldado da Internacional Comunista... Cumprirei aqui o meu dever até ao último minuto de vida», declara durante a sua entrevista com os representantes da imprensa.

Esta primeira entrevista com os jornalistas realizou-se na própria noite da sua chegada a Moscovo. No dia seguinte, Jorge Dimitrov fala perante os membros da Associação dos Velhos bolchevistas. Três dias mais tarde, o seu discurso é publicado na *Pravda.* Realizam-se, nesses mesmos dias, várias conferências e entrevistas sobre o processo de Leipzig.

(30) *Krupskaia, Nadeja Konstantinovna* (1869 - 1939) — Membro do Partido Comunista da União Soviética, uma das mais notáveis militantes da Instrução pública na U. R. S. S., formada em pedagogia. De 1891-1896, trabalha numa escola do domingo e nas aulas nocturnas para operários. Faz ao mesmo tempo propaganda social-democrata e participa na organização da União de S. Petersburgo para a luta de libertação da classe operária. Durante este período, conhece Lénine e torna-se mais tarde sua mulher. Durante as greves de S. Petersburgo (1896), Nadeja Krupskaia é presa e após seis meses de prisão, é deportada para Chuchenskoé, distrito de Minussinsk, onde Lénine também passa os seus anos de exílio. Em 1901, parte para o estrangeiro, trabalha como secretária da antigo *Iskra (Centelha)* e depois do III Congresso do Partido torna-se secretária do organismo central e dos serviços do Comité Central no estrangeiro. Em 1905, Nadeja Krupskaia regressa a S. Petersburgo e trabalha como secretária do Comité Central, mas em 1908, é de novo obrigada a abandonar o país para a ele regressar em 1917 com Lénine.

Depois da Revolução de Outubro, Nadeja Konstantinovna Krupskaia torna-se um dos dirigentes do Comissariado do povo da Instrução pública na R. S. F. S. R.; participa na reorganização das escolas soviéticas, trabalha no domínio do ensino extra-escolar e da educação política. A partir de 1934, chefia a Direcção das bibliotecas no Comissariado no povo da Instrução pública. É membro do Comité Central do Partido e do Comité Central executivo da R. S. F. S. R. Além das suas *Recordações de Lénine,* Nadeja Konstantinovna Krupskaia escreveu muitos artigos e brochuras sobre problemas da instrução pública.

(31) Trata-se do estabelecimento do sistema autoritário do governo fascista na Áustria, onde a liberdade da imprensa e

das reuniões é suprimida, o Parlamento e a organização social-democrata armada «Schutzbunb» (1 de Abril de 1933) são dissolvidos. O Partido Comunista é ilegalizado no dia 26 de Maio do mesmo ano.

Em 1933-1934, a Áustria torna-se a arena de uma luta encarniçada pelo poder entre os partidários do fascismo italiano e os nazis austríacos. O governo de Dollfuss proíbe o Partido Nacional-Socialista e ataca simultaneamente o movimento operário. No dia 12 de Fevereiro de 1934, bandos fascistas do «Heimwehr» invadem «os clubes operários» (os lares das organizações sociais-democratas). Em Viena, Linz e noutras regiões, realizam-se verdadeiros combates que duram três dias. O Partido Comunista clandestino lança um apelo à greve geral e à resistência armada dos operários. Mas os dirigentes do Partido Social-Democrata desaprovam a mobilização das massas, sabotam a greve geral e fazem com que esta falhe.

(32) *Bauer, Otto* (1882-1938) — Um dos chefes do Partido Social-Democrata Austríaco e da II Internacional. Um dos fundadores da II Internacional. Depois da Primeira Guerra Mundial, foi ministro dos Negócios Estrangeiros.

(33) Veja nota 10.

(34) Trata-se dos acontecimentos que ocorreram em Janeiro de 1919 quando 150 000 operários berlinenses se manifestaram na rua contra o governo de Ebert. A greve geral alargou-se a todas as empresas do país. Os sociais-democratas «independentes» iniciaram conversações com o traidor social-democrata Ebert. Isto permitiu que o social-chauvinista Noske, ministro da Guerra, organizasse um destacamento de «voluntários» guardas-brancos e destruísse a acção do proletariado. Karl Liebknecht, Rosa Luxemburg e outros militantes foram mortos durante estas jornadas.

(35) *Adler, Friedrich* — Um dos dirigentes do Partido Social-Democrata Austríaco e da II Internacional.

(36) No dia 5 de Julho de 1927, os trabalhadores de Viena organizaram uma manifestação de protesto monstra para responder à absolvição dos fascistas que tinham atirado contra as manifestações dos operários na província e morto alguns deles. A polícia abriu fogo, os operários atacaram os comissários da Polícia e o Ministério da Justiça. Foram mortos cerca de 140 operários e feridos mais de 1500 nos combates de rua. Os chefes sociais-democratas recusaram-se a satisfazer o pedido dos operários que queriam armas e fizeram com que a sua luta falhasse. O Partido Comunista era demasiado fraco para exercer uma influência decisiva nos acontecimentos.

(37) *Radoslavov, Vassil* (1854-1929) — Político burguês do Partido Liberal. Presidente do Conselho de 1913-1918, Radoslavov arrastou a Bulgária para a Primeira Guerra Mundial ao lado dos imperialistas alemães. Em Setembro de 1918, durante a insurreição dos soldados, fugiu para a Alemanha, por recear castigo popular.

Título: Obras Escolhidas - II
Autor: Jorge Dimitrov
Editor: Editorial Estampa, Lda.
Oficinas: Guide - Artes Gráficas, Lda.
Tiragem: 5200 ex.
Acabou de se imprimir: Em 3 de Fevereiro de 1976